

# Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático

Carmen Margarida Oliveira Alveal  
José Evangelista Fagundes  
Raimundo Nonato Araújo da Rocha  
*Organizadores*



Este livro é direcionado ao leitor interessado em História Local e na produção de materiais didáticos. Tem o propósito principal de contribuir na ampliação e aprofundamento do conhecimento em temáticas como memória, patrimônio, ação educativa, Arqueologia, cultura imaterial e espaços de sensibilidade, História Indígena, História Urbana e espaços de sociabilidade. Antenados com essa preocupação, os Departamentos de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em parceria com professores da rede básica do ensino público, realizaram um curso de formação continuada cujo tema foi “Ensino de História Local e Produção de Material Didático”. A necessidade de aliar a discussão sobre a História Local e a produção de material didático ocorreu pela demanda de recursos didáticos que contemplem a diversidade de culturas das múltiplas localidades existentes neste imenso Brasil. Assim, o livro traz a preocupação constante de relacionar a teoria sobre a História Local com a possibilidade prática da construção de materiais didáticos tanto produzidos pelos próprios cursistas, professores da rede básica, como pelos seus alunos.



### **Carmen Margarida Oliveira Alveal**

Graduada em História pela UFF (1997), mestre em História Social pela UFRJ (2002) e doutora pela Johns Hopkins University (2007). Foi professora de História da rede de ensino básico do RJ. Possui experiência na área de História, com ênfase em História do Império Português, História do Brasil Colônia e História do RN. Atua em cursos de especialização e formação continuada para professores da rede básica de ensino. É coordenadora do LEHS-UFRN (Laboratório de Experimentação em História Social). Atualmente é professora adjunta do Departamento de História da UFRN.

### **José Evangelista Fagundes**

Possui graduação em História (1988), mestrado em Ciências Sociais (1997) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Tem experiência em pesquisas sobre ensino da História Local, tendo atuado em cursos de formação docente ofertados à rede básica de ensino. É autor dos livros “Mercosul, origens e perspectivas” (1994) e “Integração, um antigo sonho latino americano” (2008). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ministrando, entre outras disciplinas, História do Brasil Império.

### **Raimundo Nonato Araújo da Rocha**

Graduado em Ciências Sociais pela UFRN (1985), mestre em Educação pela UFRN (1993) e doutor em Educação pela USP (2001). Realizou estágio pós-doutoral no CPDOC da FGV/RJ (2012-2013). Foi professor de História da rede de ensino básico do RN e do CEFET/RN. Foi professor do Departamento de Educação da UERN. Atua em cursos de especialização e formação continuada para professores da rede básica de ensino. Atualmente é professor associado do Departamento de História da UFRN.



# **Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático**



Reitora	Ângela Maria Paiva Cruz
Vice-Reitor	José Daniel Diniz Melo
Diretora da EDUFRN	Maria da Conceição Fraga
Diretor Adjunto da EDUFRN	Wilson Fernandes de Araújo Filho
Conselho Editorial	Maria da Conceição Fraga (Presidente) Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha Anne Cristine da Silva Dantas Carla Giovana Cabral Edna Maria Rangel de Sá Eliane Marinho Soriano Fábio Resende de Araújo Francisco Wildson Confessor George Dantas de Azevedo Lia Rejane Mueller Beviláqua Maria Antioilly Queiroz Maia Maria da Conceição F. B. S. Passeggi Maria de Fátima Garcia Maurício Roberto Campelo de Macedo Nedja Suely Fernandes Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento Paulo Roberto Medeiros de Azevedo Regina Simon da Silva Rosires Magali Bezerra de Barros Tânia Maria de Araújo Lima Tarcísio Gomes Filho
Supervisora Editorial	Alva Medeiros da Costa
Supervisor Gráfico	Francisco Guilherme de Santana
Secretária de Educação a Distância da UFRN	Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo
Secretária Adjunta de Educação a Distância da UFRN	Ione Rodrigues Diniz Moraes
Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos – SEDIS/UFRN	Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo
Coordenadora de Revisão – SEDIS/UFRN	Maria da Penha Casado Alves
Coordenador Editorial	José Correia Torres Neto
Coordenadora de Fluxo de Revisão	Rosilene Paiva
Revisores Ortográficos/Gramatical	Francisco Wildson Confessor Márcio Mariano Garcia Coelho Patrícia Barreto de Ferreira Bandeira
Revisora ABNT	Edineide da Silva Marques
Revisores Tipográficos	José Correia Torres Neto Letícia Torres
Diagramação	Matheus Salabert Ribeiro
Finalização	Júlia Pazzini Maíra Caroline Freitas dos Santos Renilson Aurélio Ferreira Filho
Capa	Matheus Salabert Ribeiro Renilson Aurélio Ferreira Filho

Carmen Margarida Oliveira Alveal  
José Evangelista Fagundes  
Raimundo Nonato Araújo da Rocha  
Organizadores

# **Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático**



Catálogo da publicação na fonte. Bibliotecária Verônica Pinheiro da Silva.

---

Reflexões Sobre história local e produção de material didático [recurso eletrônico] / Carmen Margarida Oliveira Alveal, José Evangelista Fagundes, Raimundo Nonato Araújo da Rocha (org.). – Natal: EDUFRRN, 2017.

1 PDF

ISBN 978-85-93839-02-3

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

História. 2. Material Didático. 3. Produção. I. Alveal, Carmen Margarida Oliveira. II. Fagundes, José Evangelista. III. Rocha, Raimundo Nonato Araújo da. IV. Título.

CDU 93:37  
R281

---

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRRN – Editora da UFRN  
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário  
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil  
e-mail: [contato@editora.ufrn.br](mailto:contato@editora.ufrn.br) | [www.editora.ufrn.br](http://www.editora.ufrn.br)  
Telefone: 84 3342 2221

Este livro foi feito especialmente para os integrantes do Curso de Aperfeiçoamento “Ensino de História para os anos finais oferta 2013”, mas também para todos os professores de História da Rede Básica de Ensino, que buscam apaixonadamente, e com muita dificuldade, trabalhar a História de suas regiões, destacando sempre a importância da busca pelo conhecimento local no meio do caos globalizante em que está inserido o mundo contemporâneo.



Gostaríamos de agradecer a todos os colegas professores cursistas, que com suas experiências particulares, enriqueceram o nosso curso; a todos os professores autores dos textos que agora formam este livro, contribuindo para a reflexão sobre a História Local; e à equipe do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica da UFRN.

Enfim, se fôssemos listar os nomes de todos aqueles que participaram e contribuíram de alguma maneira para essa produção, precisaríamos de um espaço muito maior, por isso fica registrado aqui, o nosso obrigado a todos vocês que contribuíram de alguma forma para viabilizar o curso.

## **Sobre os autores**

### **Antônia Terra de Calazans Fernandes**

Possui graduação (1979) e mestrado (1989) em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1997). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de História, formação de professores, livros didáticos, Educação de Jovens e Adultos, memória e currículo de História. Foi professora do Departamento de História da PUC – SP. Atualmente é professora do Departamento de História da FFLCH – USP.

### **Camila Alves Duarte**

Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012). Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia (NEPAB-UESC) e do Laboratório de Arqueologia (LARQ/UFRN). Realiza trabalhos de pesquisa e ensino voltados para as áreas de Arqueologia Histórica e Pré-Histórica.

## **Fátima Martins Lopes**

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1991), mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e doutor em História do Norte-Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e História Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: Rio Grande do Norte, colonização, índios, missões religiosas, diretório dos índios e vilas de índios. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## **Gabriela Fernandes Siqueira**

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011). É mestre em História pela mesma universidade (2014) e doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Desenvolve pesquisa sobre as formas de apropriação e uso do patrimônio fundiário de Natal, analisando a construção de um mercado de terras pessoal em meio ao contexto político e social do Rio Grande do Norte (1903-1929). Possui experiência com pesquisa na área de História Oral e História Urbana. Tem interesse nas áreas de História Local, História social do urbano e História social da propriedade.

## **Helder Alexandre Medeiros de Macedo**

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó (2002). Especialista em Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo pela UFRN – CERES – Campus de Caicó (2005). Mestre em História pela UFRN (2007) e doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Seus interesses de pesquisa estão ligados à História Sociocultural da América portuguesa, índios, negros, mestiçagens, escravidão, acervos e patrimônio cultural. Atualmente é professor do Departamento de História do CERES, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, lecionando no Campus de Caicó.

## **Helder do Nascimento Viana**

Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (1990), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (1995) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2002). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes campos de conhecimento: museu, colecionismo, memória, patrimônio, consumo, técnica e tecnologia. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## **Joel Carlos de Souza Andrade**

Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (2000), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2002) e doutorado pela Universidade de Coimbra. Foi diretor do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) e desenvolveu projetos ligados a comunidades negras (2004), historiografia e sebastianismo (2005). Atualmente desenvolve pesquisa sobre a historiografia potiguar. Tem experiência na área de História, com ênfase em teoria da História, historiografia, memória e cultura luso-brasileira. Professor no Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## **José Evangelista Fagundes**

Possui graduação em História (1988), mestrado em Ciências Sociais (1997) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Tem experiência em pesquisas sobre ensino da História Local, tendo atuado em cursos de formação docente ofertados à rede básica de ensino. É autor dos livros “Mercosul, origens e perspectivas” (1994) e “Integração, um antigo sonho latino americano” (2008). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ministrando, entre outras disciplinas, História do Brasil Império.

## **Lourival Andrade Júnior**

Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1993), especialização em Teatro pela Faculdade de Artes do Paraná (1995), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná (2008). Desenvolve pesquisas nas seguintes áreas: religiosidade popular, ciganos, nomadismos, linguagens cênicas populares, Patrimônio Cultural Imaterial, religiões de matriz africana no Brasil e artes. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## **Muirakytan Kennedy de Macedo**

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1987), mestrado (1998) e doutorado (2007) em Ciências Sociais e Pós-Doutorado em Educação (2013) pela mesma universidade. Publicou os seguintes livros: “A Penúltima Versão do Seridó – espaço e história no regionalismo seridoense” e “Caicó – uma viagem pela memória seridoense”. Organizou os livros “Acari”, “Mestres do Seridó – Memória” e “Colégio Diocesano Seridoense: imagens do tempo e do espaço escolares”. Tem experiência na área de História e Patrimônio Cultural, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Rio Grande do Norte, História da Escravidão, História da Família, História dos Doentes e das Doenças, Educação Patrimonial, Seridó, Caicó. Atua como professor titular do Departamento de História do Ceres (UFRN).

## **Raimundo Pereira Alencar Arrais**

Possui graduação em História pela Universidade Católica de Goiás (1991), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1995), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2001) e Pós-Doutorado no Centre de Recherches en Histoire Internationale et Atlantique – Université de La Rochelle, França (2009-2010). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no período 2007-2009. Desenvolve atualmente projeto intitulado “Pela terra e pelo mar: as vias de ligação e os meios de transporte que promovem a ligação entre a cidade de Natal e outras partes do mundo (1900-1940)”. Coordena o Grupo de Pesquisa “Os espaços na modernidade”. Atua nos domínios da História Urbana, enfocando os temas cidade, cultura urbana, cidade de Natal, natureza, século XIX e século XX. Atualmente é professor associado do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## **Roberto Airon Silva**

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (1988), mestrado em História, na Área de Arqueologia do Nordeste Brasileiro, pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e doutorado pela Universidade Federal da Bahia, no PPGCS/Área de Antropologia/Arqueologia (2010). Sócio efetivo da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) com experiência na área de Arqueologia e Pré-História. Atua em curso de especialização e

formação continuada para professores da rede básica de ensino. Dedicar-se aos seguintes temas: Arqueologia histórica e colonial do Brasil, historiografia arqueológica e estudos em Pré-História. Atualmente é professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



## Apresentação

No momento em que tem havido uma reavaliação do desempenho da Educação no Brasil, no tocante às formas de construção do conhecimento, os professores da área de História têm-se debruçado já há algumas décadas sobre o problema da chamada História nacional em oposição às realidades regionais e locais. Cada vez mais o papel do professor de História tem sido rediscutido, sendo reavaliada a questão curricular no sentido de aproximar o conteúdo do contexto no qual o aluno está inserido. A partir da Política de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (MEC), os Departamentos de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em parceria com instituições ligadas à rede básica do ensino público, realizaram um curso de formação cujo foco foi o ensino de História Local e produção de material didático. A necessidade de aliar a discussão sobre a História Local e a produção de material didático ocorreu pelo motivo de não haver recursos didáticos disponíveis que contemplem a diversidade de culturas das múltiplas localidades existentes neste imenso Brasil. Como parte do planejamento do curso, os capítulos que apresentamos a seguir tiveram a preocupação constante de aliar a teoria sobre a História Local com a possibilidade prática da construção de materiais didáticos produzidos pelos próprios cursistas, professores da rede básica.

Para tanto, o leitor interessado em uma História Local e em produção de material didático coerente com a realidade dos alunos encontrará uma seleção de assuntos que contribuem para ampliar ou aprofundar seus conhecimentos sobre diversas temáticas. O primeiro capítulo, de cunho mais teórico, dos professores

José Evangelista Fagundes e Joel Carlos de Souza Andrade, intitulado “Pensando a História: noções introdutórias”, brinda-nos com uma síntese dos principais questionamentos acerca da multiplicidade da “história” e do ofício do historiador. Retornando desde os clássicos, como Heródoto, até a Escola dos Annales, os autores dissertam sobre as possibilidades de abordagens da “história” e as decorrências dessas abordagens. É um momento de aqueles que não são formados em história conhecerem os principais embates dos historiadores e para os que são da área retomarem os preceitos que envolvem a discussão sobre a produção da “História”.

Na mesma linha teórica, o capítulo escrito por Helder Alexandre Medeiros de Macedo, “De como se constrói uma História Local: aspectos da produção e da utilização no ensino de História”, aprofunda a questão de como se fazer História. Explanando sobre o eurocentrismo impregnado na produção da historiografia mundial, apresenta os últimos debates sobre a necessidade de incluir as múltiplas histórias que passam ao largo da História europeia. O autor evidencia a importância da História Local como pré-requisito para se conhecer melhor os processos históricos, no sentido de melhor compreender os outros níveis, como o regional, o nacional e o global.

Adentrando nos aspectos da História Local por meio da memória e preservação do patrimônio das cidades, Muirakytan Kennedy de Macêdo, no capítulo “Educação pela cidade – aprendendo com o patrimônio e a memória urbana”, traz a reflexão da relevância da educação patrimonial como parte estratégica de se pensar as cidades na atualidade. Amplia a noção de História Local, não reduzindo a uma História da cidade. O autor, para além das questões teóricas que norteiam uma discussão sobre História

Local, propõe metodologias que possibilitam o leitor a correr atrás das suas próprias fontes para construir a História de sua localidade, mas, principalmente, mostra as possibilidades de uso desse material em ações educativas que valorizam o patrimônio desses espaços.

Já Helder do Nascimento Viana, no texto “Reflexões Sobre a problemática da ‘memória local’ no Rio Grande do Norte”, em uma abordagem focada na construção de memórias locais e identidades, atenta para as disputas simbólicas que envolvem determinadas escolhas nos temas, nomes e homenagens feitas. Trata, por meio de uma perspectiva história, de analisar as diversas formas de construção de uma memória local ao longo do tempo e finaliza discutindo as “tendências atuais da ‘memória local’”.

Um tema ainda muito pouco refletido em geral, tanto pelo senso comum como pela própria academia, é o espaço do cemitério. No capítulo intitulado “Novos espaços de sensibilidade como fontes da História Local: cemitérios, locais de devoção, bens imateriais laicos e religiosos”, Lourival Andrade Júnior aborda a importância dos cemitérios como um espaço de sensibilidade e como um lugar dos mortos e dos vivos, sendo um local de devoção, entendido como construção de cultura imaterial.

Roberto Airon Silva e Camila Alves Duarte tratam das “Fontes materiais: as informações arqueológicas como recurso didático no ensino de História”, despertando a necessidade da aproximação entre História e Arqueologia, ainda tão distantes em nosso país. Abordam os principais conceitos e noções, mostrando como operacionalizá-los de modo prático.

Fátima Martins Lopes aborda um tema bastante em voga na discussão sobre a identidade nacional brasileira e a diversidade étnica: a questão dos índios. Em seu texto “História indígena e a historiografia do Rio Grande do Norte colonial”, analisa como o campo da História passou a abordar o tema dos índios ao longo do século XX e início do XXI, bem como a temática tem sido apropriada pelos livros didáticos, evidenciando como o preconceito ainda está muito presente.

Os autores Raimundo Arrais e Gabriela Siqueira retomam a discussão da História Urbana em “Viver a cidade: algumas possibilidades de estudo histórico das formas de sociabilidade urbana na cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX”, na qual é destacada a sociabilidade e suas múltiplas formas.

Finalmente, no último capítulo da coletânea, Antônia Terra de Calazans Fernandes apresenta, de forma clara, como trabalhar com recursos de forma didática a História da cidade, oferecendo alternativas para se colocar em prática a produção de material didático relativo à construção de uma História Local.

O livro, portanto, oferece os principais elementos para se pensar a História Local, assim como diferentes formas de sua abordagem e de como construir esse tipo de História. Esperamos, pois, que o debate nele posto venha contribuir de forma significativa com os educadores da rede básica de ensino, cujo desafio cotidiano da sala de aula clama cada vez mais por conteúdos significativos e por criativas formas de abordá-los.

# Sumário



**1** **Pensando a História:** Noções introdutórias  
José Evangelista Fagundes  
Joel Carlos de Souza Andrade ===== **22**

**2** **De como se constrói uma História Local:** Aspectos da  
produção e da utilização no Ensino de História  
Helder Alexandre Medeiros de Macedo ===== **57**

**3** **Educação pela cidade:** Aprendendo com o Patrimônio  
e a Memória Urbana  
Muirakytan Kennedy de Macêdo ===== **82**



4

**A problemática da “Memória Local”:** Reflexões sobre o caso Norte-Rio-Grandense

Hélder Viana \_\_\_\_\_ **107**

5

**Novos espaços de sensibilidade como fontes da História Local:** Cemitérios, locais de devoção, bens imateriais laicos e religiosos

Lourival Andrade Junior \_\_\_\_\_ **136**

6

**Fontes Materiais:** As informações arqueológicas como Recurso Didático no Ensino de História

Roberto Airon Silva  
Camila Alves Duarte \_\_\_\_\_ **182**

7

**História Indígena e Historiografia do Rio Grande do Norte Colonial**

Fátima Martins Lopes \_\_\_\_\_ **197**

# 8

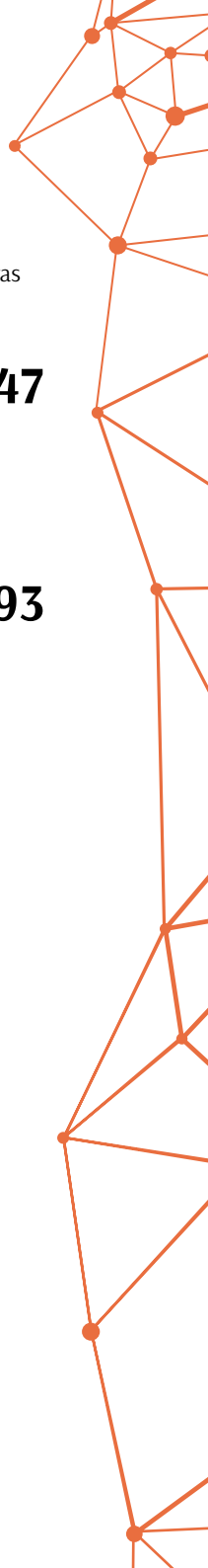
**Viver na Cidade:** Algumas possibilidades de Estudo Histórico das Formas de Sociabilidade Urbana na Cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX

Raimundo Arrais  
Gabriela Fernandes de Siqueira \_\_\_\_\_ **247**

# 9

**Produção e uso do Material Didático**

Antonia Terra de  
Calazans Fernandes \_\_\_\_\_ **293**





## PENSANDO A HISTÓRIA: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

José Evangelista Fagundes  
Joel Carlos de Souza Andrade

### A História e seus Significados

Neste texto, refletiremos um pouco sobre o que representa essa área do conhecimento denominada de História. Como ponto de partida, lançamos a seguir algumas perguntas e esperamos que você, leitor, após concluída a leitura, possa respondê-las de forma satisfatória: o que é a História e do que ela trata? Qual o ofício do historiador? Em que consiste o objeto do saber histórico? Com essas primeiras indagações, visamos criar as condições iniciais para uma abordagem sobre uma área tão vasta e desafiadora.

História é um termo polissêmico. Se encontrarmos essa palavra isolada, não saberemos qual significado lhe atribuir. Quando nos referirmos ao termo “história”, podemos estar nos referindo à história acontecimento, ou seja, ao que foi vivido, ao passado. Por outro lado, podemos também estar nos referindo ao resultado final do trabalho do historiador, ou seja, à História escrita, à História conhecimento. Para evitar, então, problemas de entendimento, usaremos o termo “História” quando nos referirmos à História conhecimento e o termo “passado” para a história acontecimento. A palavra História pode, ainda, ser usada quando nos referimos à disciplina ou matéria escolar, cujo conteúdo é obrigatório para os alunos da escola básica.



Porém, antes de continuarmos, queremos chamar a sua atenção, caro leitor, para o fato de que não apenas os seres humanos são dotados de historicidade e que também é possível escrever, por exemplo, histórias da natureza e de uma grande diversidade de coisas, mas a História à qual nos referimos aqui trata daquela relacionada a fatos humanos. Nessa perspectiva, o historiador francês Marc Bloch (1886-1944) foi enfático ao afirmar que “são os homens que a história quer capturar” (BLOCH, 2001, p. 54). Assim, mesmo quando o historiador trata de questões que não tenham explicitamente o homem como preocupação central, o objetivo último do conhecimento histórico é fornecer informações a seu respeito.

A História constitui um conhecimento acerca das experiências humanas em sua relação com as transformações pelas quais passam as diferentes sociedades. Mas ela não se constitui apenas em um conjunto de lembranças, pois isso seria a memória. A História é mais do que isso. Ela é filha da memória e consiste num campo de produção de conhecimento sobre o passado, a partir das problemáticas/questões do presente e dos vestígios que chegam até o momento em que vive o historiador.

Como ponto de partida, vamos fazer uma afirmação que parece ser óbvia, mas nem sempre tem sido objeto de reflexão: uma coisa é a História escrita, outra é o passado ao qual a escrita se refere. A escrita do historiador não se confunde com o passado, com o vivido. O passado jamais estará à disposição do historiador, pois o pesquisador/historiador baseia-se em vestígios que não se constituem no passado, apenas contêm informações que se supõe corresponderem a possibilidades daquilo que aconteceu. Nessa perspectiva, a História é um saber que não tem condições

de reconstruir um evento passado. Ela é uma representação das experiências do homem no tempo e no espaço, feita a partir do exercício de análise e interpretação do historiador, portanto, plural e nunca definitiva.

A observação anterior já é suficiente para que o leitor perceba que a conceituação de História não é uma tarefa tão simples. Não é por acaso que ela tem a sua própria historicidade, pois muda de acordo com as diferentes formas do homem se relacionar com o espaço, com o tempo e consigo em sua vivência em sociedade. “História” é oriunda da palavra grega antiga *historie*, que significava “procurar”, e a designação *historein*, que queria dizer “procurar saber”. Foi nesse sentido que a História emergiu na Antiguidade com aquele que é considerado o “pai da História”, Heródoto, historiador grego cujo trabalho, intitulado “Histórias”, representa a ideia de “investigações” e “procuras” (LE GOFF, 1994, p. 17).

No século V a.C., a Grécia vivia o período áureo da filosofia e da poesia e a História não se mostrava tão necessária aos seus cidadãos. Para Heródoto, porém, que usa o termo num sentido próximo do que é hoje em dia, a História seria uma narrativa dos feitos dos homens para que estes não fossem esquecidos. Heródoto é original ao conceber uma História cujo personagem principal seria o humano, enquanto o sobrenatural, até então soberano nas narrativas históricas, passa a ter um papel secundário. Outra perspectiva importante da História escrita por Heródoto é que o seu método consistia na crítica sistemática dos fatos. Portanto, embora ainda influenciada por lendas e pelo sobrenatural, a História, a partir de então, teve como base fundamental uma pesquisa sincera da “verdade” (GLÉNISSON, 1977).

As narrativas de Heródoto serviram como guia para outros trabalhos que viriam a ser produzidos, não apenas na Grécia, mas em diversos países do mundo ocidental. É por isso que a comunidade de historiadores atribui a Heródoto a paternidade da História.

Do período que vai do século V ao XV mudanças aconteceram com relação à forma de conceber e escrever a História, momento em que a preocupação ficou principalmente a cargo de religiosos e voltada para uma perspectiva providencialista do mundo, ou seja, pautada pela justificativa da intervenção divina na Terra e nas ações dos homens. Estes, por sua vez, buscariam tão somente a salvação. No entanto, é no período situado entre os séculos XVI e XVIII, na Europa, que surgem as técnicas modernas da História. Diversas disciplinas (Paleografia e Diplomática, por exemplo) auxiliam os espíritos mais rigorosos na formulação de uma doutrina da crítica erudita. Embora a História consumida pelo grande público ainda conserve as características principais da Antiguidade (a retórica e a exemplaridade), um grupo seletivo de eruditos humanistas passou a adotar, nessa época, um método científico destinado a distinguir o verdadeiro do falso na História. Esse período, portanto, criou as condições favoráveis para o intenso debate no século XIX acerca da natureza do conhecimento histórico, se considerado um ramo da Literatura, da Filosofia ou como uma ciência.

O século XIX trouxe mudanças profundas para a História. Ela passa a ser vista como um instrumento eficiente na construção de uma memória coletiva, na organização da identidade nacional e como legitimadora das ações de governantes, cuja sustentação dependeria agora não apenas do emprego da força, mas também da cumplicidade do seu povo. No dizer do historiador francês François

Furet (1927-1997), “a história é a árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras” (FURET, 1986, p. 135). Ela se torna a pedagogia central do cidadão.

A História se expande, tendo como fator principal a iniciativa dos governantes que, ao verem o poder que ela representava na formação dos cidadãos, passaram a investir na formação de novos especialistas, em escavações arqueológicas, na publicação de obras e outras iniciativas dessa natureza. Outro fator importante é a organização do Ensino Superior na época, permitindo um salto qualitativo com relação à História e aos historiadores. As mudanças são tão significativas que se costuma chamar o século XIX de “o século da História”. Ou, segundo o historiador Jean Glénisson (1977), “o século da História erudita”, uma vez que

Durante tanto tempo abandonada aos literatos, constituindo apenas um aspecto de sua atividade, a história torna-se uma profissão, uma atividade de especialistas. A importância até aí dada exclusivamente à exposição é agora atribuída ao trabalho preparatório. Pouco a pouco difunde-se a ideia segundo a qual, para ser historiador, requer-se uma educação especial. Esta é ministrada nas Universidades. O prodigioso desenvolvimento da história no século passado [século XIX] praticamente seria inexplicável, a bem dizer, sem a transformação e o desenvolvimento do ensino superior. O exemplo vem da Alemanha. Lá, em primeiro lugar, organizou-se o ensino científico da história. Seguiu-a o resto do mundo (GLÉNISSON, 1977, p. 20).

Assim, além de História enquanto narrativa do passado que nos remete à tradição dos antigos (gregos e romanos), passa também a ser a História enquanto uma disciplina escolar autônoma, com um viés pedagógico. Aliás, é nesse século também que a História passa a ser considerada como saber institucionalizado no Brasil. Em 1837, com a fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, a História passou a existir como disciplina escolar autônoma. O ensinar a História num país novo como o Brasil requereria a criação de uma instituição responsável pela produção da história nacional. Assim, neste mesmo período, também foi criado o Instituto de Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, cujo propósito inicial era elaborar um modelo de História a ser pesquisada e ensinada. O primeiro trabalho expressivo publicado pelo IHGB foi a História Geral do Brasil, de 1854, do militar, diplomata e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Com essa obra o autor é considerado por alguns como o “Heródoto Brasileiro”, ou seja, o pai da historiografia brasileira.

Essa história, porém, então respaldada por avanços no campo da crítica e da documentação, passa a reivindicar para si a condição de ciência. Respirava, dessa forma, a atmosfera própria da era moderna que tinha como utopia a transformação do homem em um novo ser a desfrutar do progresso, da ciência, da tecnologia e da instrução do indivíduo, mas também das artes e, sobretudo, da liberdade política. Estaria nesse mundo guiado pela razão e pela tecnologia, as condições ideais para a emancipação humana. Euforia essa compartilhada por diversas áreas do conhecimento, particularmente pelas ciências da natureza. A discussão passava, também, pelas ciências humanas, inclusive pela História.

## **História: Ciência, Filosofia ou Arte?**

A História enquanto um saber institucionalizado advém do século XIX, quando houve uma preocupação com a natureza e a especificidade do conhecimento histórico. A função da história naquele momento era a de justificar as histórias nacionais, os grandes feitos dos homens e os fatos históricos importantes como referenciais basilares na formação pedagógica dos cidadãos e das nacionalidades.

O objetivo principal daqueles que se envolviam com a produção do conhecimento histórico era também se separar da filosofia. A História, então, volta-se para a ciência inspirada nos modelos de conhecimento científico em grande expansão no século XIX. Pretendia-se escrever uma História que fosse objetiva, imparcial, com destaque para o tempo cronológico e para os grandes feitos dos homens. A História se afastaria da relação estreita com a filosofia, ou mais exatamente da filosofia da História, cujo expoente principal do debate foi o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Desse debate, sai uma História mais empírica, pretensamente mais objetiva, e menos preocupada com questões próprias da filosofia, ou seja, com aspectos metafísicos, a busca do eterno e da essência das coisas.

Mas, ao mesmo tempo, outros historiadores veem com suspeição, ou mesmo como impossibilidade, essa necessidade da História seguir o conhecimento científico nos moldes das ciências experimentais, como a Física e a Química. Para os que compartilhavam dessas ideias, a História, ao lidar com a experiência humana, lidaria com o acaso, o que seria uma condição inversa às exigências do método científico. Ou seja, apenas as ciências experimentais, cujos objetos de estudo poderiam ser recriados em laboratório, seriam passíveis de afirmações

comprobatórias e objetivas, enquanto que a História como experiência humana seria imprevisível e diversa. Porém, havia aqueles historiadores que defendiam a ideia de uma História ciência humana, com todas as limitações que lhe seriam peculiares, mas sem deixar de lado a busca pelo rigor, pela profundidade, pela cientificidade.

Portanto, a História esteve, durante a sua emergência enquanto um saber ensinável, com métodos e objetos definidos, inserida num debate que tentava excluir ou conciliar três vertentes: a filosófica, a científica e a artística. Esse debate perpassou o século XIX e continuou a ecoar ainda no decurso do século XX.

Enquanto para alguns historiadores tradicionais a História se constituía como a ciência do passado, para o historiador Marc Bloch (2001, p. 55) ela seria “a ciência dos homens no tempo”. Ou seja, o passado pelo passado não tem qualquer importância. A relevância que é dada ao passado parte das inquietações frente aos desafios do homem na sociedade em que vive. Por isso, a História é mais do que tudo uma História humana em suas múltiplas experiências. É assim que se cruzam as diferentes temporalidades: passado e presente se inter-relacionam. Longe de ser o passado, a História é um saber construído à luz do presente, cujo futuro não é objeto de suas preocupações, no sentido objetivo do termo, mas apenas possibilidades, perspectivas, horizontes, um campo aberto, o devir.

Contudo, é preciso precaução. Embora passado e presente se entrecruzem, é importante ter o cuidado para não se cometer anacronismos, ou seja, ao lançarmos um olhar para o passado a partir do presente é preciso perceber que se trata de outro momento histórico, de outras experiências, e é isso que torna esse passado um objeto da História.

## Sobre a especificidade do conhecimento histórico

Afirmamos anteriormente que a história nem sempre é “a História”, ou seja, a história pode ser “as histórias” em virtude da multiplicidade de interpretações que existem em torno dela. Essa multiplicidade de interpretações está relacionada a algumas características da História, o que faz dela uma área específica do conhecimento. Algumas dessas características já foram postas anteriormente, e agora destacaremos outras: a História é mudança; a História é lacunar; o evento histórico é quase sempre individual; o historiador depende de fontes para produzir o seu trabalho.

*A individualidade do evento histórico.* Não obstante alguns historiadores trabalhem com a perspectiva de buscar os fatores invariantes numa determinada sociedade (vida econômica, estruturas sociais), com base em séries de dados construídas a partir da estatística, de personagens e de acontecimentos que existem uma só vez, isto é, não se repetem, por maiores semelhanças que guardem entre si, dois eventos jamais serão os mesmos, pois os momentos em que eles acontecem os fazem singulares, individuais. Nesse caso, concordamos com a afirmação do historiador Paul Veyne (1998, p. 23) de que

[...] a alma do historiador é semelhante à do leitor das páginas policiais dos jornais; elas são sempre iguais e são sempre interessantes, pois o cachorro esmagado hoje não é o mesmo de ontem, e, de uma maneira mais geral, porque hoje não é ontem.



Mesmo assim, há entre os historiadores aqueles que trabalham numa perspectiva de atingir o universal, o geral, o regular. Esta seria uma dimensão ambígua ou contraditória da História?

*A natureza lacunar/incompleta da História.* Por maior competência que tenha um historiador, a História que ele escreve não abarca a totalidade do passado. A História escrita não é o que aparenta ser ao leitor. Ela não corresponde fielmente ao acontecido. A escrita se baseia em vestígios preservados sobre o passado. Nem todas as ações relacionadas a um determinado evento são registradas e chegam até o historiador. Ainda assim, se essa situação ideal existisse, o historiador se limitaria a alguns aspectos do que fora registrado, pois o seu interesse e a sua capacidade de análise também contribuem para que a História represente o passado de forma mutilada. O historiador inglês Edward Carr (2006) mostra que, mesmo com relação ao que foi preservado, é necessário entendermos que isso nem sempre é por acaso, mas intencionalmente por pessoas que são imbuídas, consciente ou inconscientemente, de selecionar os fatos dignos de serem preservados. Cabe ao historiador ter conhecimento desses limites e se apropriar, de forma consciente, daquilo que a História pode oferecer.

*A História é mudança.* Embora a História também se preocupe com a permanência das coisas, se não houvesse mudança na sociedade não haveria História, ou pelo menos a História como conhecemos hoje, inevitavelmente associada à ideia de tempo. Dentre os motivos para a História ser constantemente reescrita está o fato de os valores humanos, e com eles os olhares, mudarem com o passar do tempo. Afinal, a atmosfera em que o pensamento do historiador “respira naturalmente é a categoria da duração” (BLOCH, 2001, p. 55).

*O historiador depende de vestígios para produzir o seu trabalho.* O trabalho do historiador é feito a partir de uma observação indireta sobre algo que já aconteceu. Ou seja, há um distanciamento temporal entre o objeto pesquisado e o pesquisador/historiador. Como investigar algo que já não existe? Uma das condições básicas para o historiador produzir conhecimento é a existência de vestígios. Esses testemunhos do passado, embora não se confundam com ele, se constituem em matéria-prima para o historiador. Portanto, embora as fontes não sejam suficientes para a existência da História, sem elas é impossível ao historiador exercer a sua profissão.

### **Por que o interesse pelo passado?**

Até agora vimos alguns significados atribuídos à História em diferentes épocas e algumas características relacionadas à natureza do seu conhecimento. Faltou-nos, porém, fazermos uma pergunta que nos parece bastante apropriada: por que estudar o passado? Você, caro leitor, que decidiu ser um profissional da História, já refletiu sobre isso? Já ouviu essa pergunta de algum de seus colegas de colégio? Temos certeza que enquanto professor de História você já se confrontou repetidas vezes com esse tipo de questionamento. Embora a pergunta seja muito comum entre os alunos do Ensino Básico, as respostas nem sempre são convincentes para quem se vê na obrigação de estudar um conteúdo sem que lhe fosse dada a liberdade de escolha. Entre as respostas mais frequentes, encontramos essa: “Estudar o passado para conhecer o presente”. Embora para a compreensão da sociedade na qual nos inserimos seja necessário

se recorrer ao conhecimento da História, essa resposta talvez não satisfaça totalmente aos que se utilizam da História, sejam eles profissionais da área, representantes do poder público ou leigos que, por iniciativa própria, resolvem estudar a História.

Ao longo de sua trajetória, a História sempre foi portadora de interesses, mutáveis ao sabor do tempo. A narrativa do passado teve sempre uma conotação moral, a partir da qual se pretendia mostrar como os homens deveriam agir. Essa função de pedagogia moral tem-se mantido ao longo do tempo a serviço de interesses os mais diversos, especialmente dos Estados nacionais.

Segundo Bittencourt (2001), uma disciplina escolar só permanece no currículo se estiver articulada com os grandes objetivos da sociedade, os quais são definidores não só dos conteúdos do ensino, mas também das orientações relevantes da escola. Ao se redefinir os objetivos da sociedade, a disciplina necessariamente passa por transformações para atender às exigências dessa nova sociedade.

Assim como na Europa do século XIX, a existência da disciplina nos currículos da escola brasileira esteve associada à construção de uma identidade nacional. Não exatamente de identidades, mas uma determinada identidade. Predominou, na escola brasileira, uma História escolar cuja concepção era legitimadora de um discurso que dava ênfase à construção de uma sociedade harmoniosa, em que o Estado e as elites se constituíam como os sujeitos da História. O conteúdo, portanto, enfatizava os valores cívicos, o conhecimento sobre brasileiros ilustres. Por sua vez, as diferenças sociais e étnico-culturais, tão marcantes na sociedade brasileira, eram ignoradas.

O debate acerca dessa questão vem ganhando destaque, uma vez que a sociedade contemporânea tem mudado numa velocidade nunca antes vista. Se até durante o século XIX e parte do século XX a História respondia a anseios de uma sociedade industrializada com um Estado nacional bastante forte, agora, com a discussão da emergência de uma sociedade nova, pós-industrial, e um Estado nacional tendo o seu papel redefinido, necessário se faz reabrir a discussão.

Quando se trata de opiniões pessoais, não iremos encontrar um consenso em torno dessa questão. Segundo o renomado historiador francês Georges DUBY (1994), antes de qualquer outra coisa, o historiador escreve por diversão e para propiciar prazer aos leitores.

Entendemos que a História, por ser uma invenção do homem, não está acima do bem e do mal; ela, porém, serve para qualquer finalidade que assim lhe seja atribuída. É a concepção de História, assim como o propósito ao qual ela está direcionada, que irá apontar a sua função. Entendemos que a História é mais uma forma de interpretar ou ler o mundo, assim como acontece com outras áreas do conhecimento. Uma leitura histórica do mundo pode possibilitar ou não aos indivíduos se colocarem cada vez mais como atores no meio social do qual fazem parte.

## **Sobre o ofício de historiador**

Sabemos que a História tem sido concebida de diferentes maneiras ao longo do tempo. Para a tradição historiográfica ocidental, a História surge há mais de dois mil anos como um discurso específico, diferenciando-se do gênero literário por assumir um

compromisso com a verdade. Heródoto, o historiador mais antigo a quem os historiadores se remetem, anuncia o surgimento da História como um novo gênero, cujo propósito era registrar os feitos humanos para a posteridade. Esse gênero narrativo toma como parâmetro o compromisso com a verdade, para se diferenciar da literatura enquanto gênero, e a comprovação material, que o distancia da filosofia, apegada ao mundo da especulação.

Assim, desde a origem, o historiador busca coerência entre aquilo que escreve e o acontecido, fazendo com que a busca da verdade se constitua em um dos aspectos mais marcantes do gênero histórico. Conforme as palavras de François Dosse, “as Histórias de Heródoto tornaram-se o espelho no qual o historiador não cessa de interrogar-se sobre sua identidade” (DOSSE, 2003, p. 15).

Uma das marcas dessa identidade está no fato de o historiador recusar para si a liberdade de criação conforme os termos do ficcionista. O seu ofício pressupõe uma liberdade “limitada” no que diz respeito ao conteúdo de sua narrativa. Conforme Marc Bloch (2001, p. 75), “[...] os exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano. Proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece”. É inerente ao historiador o comprometimento com o vivido, embora esse vivido só lhe seja acessível de forma indireta, por meio de vestígios.

Nos mais de dois mil anos de existência da História, o campo de atuação do historiador não apenas se expandiu, mas também se diversificou. Cadiou et al (2007, p. 172), tomando como referência o pensamento de Bédarida, afirma: “Mais do que um vasto território marcado pela diversidade, seriam territórios tão múltiplos

e especializados quanto seus objetos”. São, portanto, diversos os campos de domínio (História econômica, social, política etc.) pelos quais transitam os historiadores.

As formas de se conceber e de se produzir o conhecimento histórico não dependem tão somente do que acontece no seu campo de atuação, mas também das transformações advindas da sociedade em geral. A propósito, devemos ressaltar que o conhecimento científico, assim como qualquer outra forma de conhecimento, é também uma atividade social e que, como tal, não é fruto da ação de um indivíduo, mas das inúmeras experiências que se acumularam ao longo do tempo. Portanto, a construção do conhecimento histórico ocorre pelo acúmulo de experiências vivenciadas pelo conjunto dos historiadores, assim como das influências recebidas de outras áreas do conhecimento.

Em outras palavras, as particularidades do nosso ofício só serão compreendidas se for levado em consideração o lugar que cabe aos historiadores na sociedade e as condições em que se dá a sua prática, seja na escrita, seja no ensino. Para Michel de Certeau (2002, p. 66), “[...] a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita”. Essa escrita histórica se constrói em função da organização de uma instituição que obedece a regras que ela mesma institui e ao mesmo tempo as fazem valer junto aos seus membros. A instituição à qual nos referimos é a instituição social do saber (ou seja, uma sociedade de estudo), cujos contornos foram melhor definidos a partir da constituição dos campos de saberes em disciplinas acadêmicas/escolares, ou seja, a partir da formação de grupos específicos para cada área do conhecimento.

Conforme já vimos anteriormente, a História se constitui como disciplina escolar e o Ensino Superior opta por um ensino científico da História, que é pensado, construído e ensinado nas academias e nas escolas.

A História profissional sobre a qual aqui nos debruçamos tem sido fortemente marcada pelas instituições acadêmicas, especificamente pelo que ocorre no espaço universitário. A História produzida na universidade gera os conteúdos de ensino dos cursos de graduação e das escolas do Ensino Básico. Nas palavras de Keith Jenkins (2007, p. 44), esse tipo de História é expressão “[...] de como as ideologias dominantes formulam a história em termos ‘acadêmicos’”.

Jenkins, ao se referir às condições de produção da História, faz as seguintes afirmações: essas Histórias sofrem pressão de todo tipo (dos órgãos que as financiam, das distintas correntes de pensamento que acolhem no seu interior, das editoras e do público leitor); na produção do conhecimento, o historiador carrega consigo, consciente ou inconscientemente, as condições que determinam a sua prática profissional e que fazem com que o conhecimento por ele produzido tenha uma configuração específica, conforme a sua natureza. Assim, o conhecimento histórico sofre influência dos seus valores, posições e perspectivas ideológicas e dos seus pressupostos epistemológicos de outros historiadores; os historiadores empregam vocabulários, categorias e conceitos que são próprios do seu ofício. Essas categorias, conceitos e vocabulários são imprescindíveis para a compreensão da linguagem que é própria da sua comunidade; os historiadores adotam rotinas e procedimentos (métodos) para lidar com o material que irá trabalhar (modos de verificar a autenticidade e a veracidade das fontes); por fim, ao

tentarem publicar as suas pesquisas, os historiadores sofrem pressões das mais diversas, principalmente das editoras que interferem nas formas dessas publicações (JENKINS, 2007, p. 45-48). Ou seja, da pesquisa propriamente dita à publicação de um texto, passando por todas as etapas intermediárias, o historiador é influenciado por seus pares e por órgãos da sociedade da qual faz parte.

A citação a seguir sintetiza a discussão que desejamos fazer acerca das questões relacionadas ao ofício de historiador:

A história está presente na nossa sociedade através de uma disciplina universitária, de livros e de algumas grandes figuras e por um grupo de pessoas que se afirmam historiadores com o acordo de seus colegas e do público. Esse grupo diversificado, compreendendo essencialmente professores e pesquisadores, está unido por uma formação comum, uma rede de associações e de revistas, assim como pela consciência nítida da importância da história. Além de compartilhar critérios de julgamento – sobre a produção de obras históricas, sobre o que é um bom ou ruim livro de história, sobre o que um historiador deve, ou não deve, fazer –, ele está unido por normas comuns, a despeito de previsíveis clivagens internas. Em suma, estamos em presença de uma profissão – poderíamos dizer, quase, de uma corporação – se levarmos em consideração o grande número de referências ao ofício, à oficina e à bancada de trabalho que circulam no interior do grupo (PROST, 2008, p. 33).



Na citação está posto que o grupo de historiadores é “unido por uma formação comum” e que compartilha “critérios de julgamento sobre o que um historiador deve, ou não deve, fazer”. Pois bem, definir o ofício do historiador é indicar a especificidade do seu campo ou lugar de atuação.

A instituição é que garante a formação e a manutenção de uma linguagem comum aos membros da sua comunidade. Isso no que diz respeito não apenas às normas que devem ser seguidas pelo grupo, como também às estratégias utilizadas com relação ao fazer científico (os métodos).

No caso da História, é essa instituição que define o que é a fonte e o objeto do seu conhecimento, por exemplo. Retomamos o pensamento de Certeau que, ao fazer uma analogia entre o veículo e o conhecimento histórico, afirma:

Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o produto de um lugar (CERTEAU, 2002, p. 73).

Ou seja, o ofício de historiador se dá a partir do conjunto de práticas provenientes de uma comunidade que institui o que pode e o que não pode ser feito em nome da História. Essa comunidade de historiadores, porém, para fazer valer as suas ideias e interesses, além de criar as suas próprias instituições (no caso do Brasil, ANPUH, IHGB, academias, associações profissionais, sites especializados

etc.) e ocupar espaços em instituições estatais e privadas (universidades, escolas e centros de pesquisa), relaciona-se com os poderes estatais constituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário).

Os debates e as ideias predominantes no seio dessas instituições quase sempre se fazem presentes nos textos dos historiadores, embora não necessariamente de forma explícita, exigindo do leitor o conhecimento necessário à sua identificação. Assim, uma boa leitura de um texto histórico requer, por parte do leitor, o conhecimento de elementos que influenciam a sua construção, mas não são anunciados. Daí, portanto, a importância de todos os historiadores participarem dos eventos promovidos por essas instituições.

## **Objetos do saber histórico**

Vimos que não há unanimidade entre os historiadores quanto aos significados do termo História. Não é por acaso que ela tem sido concebida de diferentes maneiras ao longo do tempo. Com relação ao objeto de saber histórico não podia ser diferente: sua concepção muda à medida que mudam os significados atribuídos à História.

Afinal, de que trata o historiador? A História se destina a quais atividades humanas? Veremos que, para essas questões, a exemplo de tantas relacionadas à História, não cabe uma resposta única. Já vimos que os significados atribuídos à História são diversos e que tais significados estão relacionados aos interesses de uma determinada época, assim como às várias formas de percepção de mundo dos historiadores. Assim mesmo acontece com relação ao objeto de interesse da História: esses interesses mudam na medida em que

os interesses do historiador e da sociedade em geral mudam. Pode ser que em uma determinada sociedade um fato/objeto não desperte o interesse dos historiadores, mas que os historiadores de outras épocas pensem de forma diferente. Os objetos históricos têm a sua própria historicidade.

No dia a dia ouvimos com frequência expressões do tipo “é fato”, “contra fatos não há argumentos”, os “fatos falam por si”. Essas expressões são indicadoras de certezas para as pessoas no dia a dia. Ao serem pronunciadas, o seu autor deseja mostrar ao interlocutor que sobre o assunto em discussão ele não tem dúvidas.

Ora, se assim fosse, isso poderia trazer certa tranquilidade aos historiadores, uma vez que eles não precisariam investir grande esforço intelectual no que diz respeito a muitas questões que envolvem a escolha do seu objeto de pesquisa, ou seja, do fato histórico. Feliz ou infelizmente, as coisas não ocorrem bem assim, uma vez que na área da História tudo parece se inserir no reino das incertezas.

Houve um momento em que predominava o entendimento de que os fatos históricos estavam dados nos documentos, competindo ao historiador usar de seus conhecimentos para fazer uma triagem, uma escolha criteriosa, imparcial, sem paixões, e buscar a “verdade”. Essa concepção de História e principalmente de fato histórico visava dar uma credibilidade, não deixar margens para dúvidas, para questionamentos. Para esse entendimento, a ideia de que “contra fatos não há argumentos” não estaria destituída de sentido.

Como vimos anteriormente, o significado atribuído à História mudou ao longo do tempo e a cada mudança muda também o olhar do historiador, inclusive sobre a noção de fato de histórico. Se no século XIX predominou a ideia de fato histórico como algo “dado”,

“naturalizado”, “verdadeiro”, “objetivo”, no século XX parte significativa dos historiadores entende o fato como uma construção do próprio historiador, ou seja, o fato não existe por si, ele constitui uma elaboração do historiador, a quem cabe a definição do que é relevante para o estudo. Para os adeptos dessa versão, os fatos só dizem algo se provocados pelos historiadores. Isso traz implícita a ideia de que a História é o que o historiador faz. Os fatos, então, são imprescindíveis ao historiador, porém, eles por si mesmos não constituem a História. Assim, conforme ressalta Edward Carr, há uma relação de reciprocidade entre o fato e o historiador, “sendo impossível determinar a primazia de um sobre o outro” (CARR, 1978, p. 28).

Por muito tempo concebeu-se o fato histórico como um evento extraordinário do passado e sua relevância era proporcional à abrangência de suas consequências. Assim, guerras, revoluções e ações dos ocupantes dos altos cargos na hierarquia do poder seriam temas privilegiados pelos historiadores. Isso explica por que até a década de 1920 a História tradicional, então predominante, tinha na política o seu objeto predileto. Esta temática ganhou relevância nos estudos históricos do século XIX e início do século XX pela contribuição que poderia dar aos nacionalismos e à problemática das índoles nacionais, ou seja, à especificidade de cada nação. Por isso, o conhecimento histórico e seus usos políticos serviam para legitimar a construção de uma dada identidade nacional. Era a preocupação de delinear o que era específico de cada povo.

Esse tipo de História preocupa-se em abordar os feitos dos chamados grandes homens, como estadistas, generais e religiosos da alta hierarquia. Estava implícita uma concepção elitista de sociedade na qual se entendia que os atores da História se restringiam

àqueles que exerciam liderança, enquanto aos demais indivíduos caberia um papel secundário. Não obstante ter sido muito criticada ao longo do século XX, essa forma de se conceber a História ainda hoje está presente na mentalidade do grande público, assim como também ainda persiste no ambiente escolar.

Outro aspecto da História predominante no século XIX é que ela reivindicava pra si um lugar entre as disciplinas científicas. Sentiu-se, então, a necessidade de dar exatidão aos fatos. Procuravam-se fatos históricos precisos, uma vez que a concepção de ciência vigente estava atrelada à ideia da comprovação por meio de processos repetitivos, única forma coerente de formular leis. Construiu-se, então, a ideia do fato histórico como o fato-acontecimento, pretensamente objetivo. Nesse sentido, os fatos históricos estavam dados e acabados nos documentos: caberia aos historiadores selecioná-los e dar-lhes uma ordem coerente. O desejo por uma história científica, supostamente isenta de paixões, faz com que os historiadores pensassem na possibilidade de vir escrever uma História consensual, como podemos constatar na citação de Carr, ao se remeter às ideias dos colaboradores da primeira Cambridge Modern History:

Nosso Waterloo deve ser tal que satisfaça franceses e ingleses, alemães e holandeses da mesma maneira; que ninguém possa dizer sem examinar a lista de autores, onde o bispo de Oxford parou de escrever e onde Fairbairn ou Gasquet Liebermann ou Harrison continuaram (CARR, 1978, p. 13).

Apesar de essa posição representar o desejo da maioria dos historiadores historicistas, mesmo entre eles admitia-se diferenças entre os fatos históricos e os objetos presumidos das ciências da natureza. Historiadores tradicionais como Charles Langlois e Charles Seignobos admitem o interesse do historiador por fatos materiais, ou seja, condições materiais e atos humanos, e fatos imateriais, como sentimentos e ideias. Para Seignobos, os objetos do conhecimento histórico se constituem de fatos materiais, atos humanos, individuais e coletivos, fatos psíquicos. Dessa forma, os objetos do conhecimento histórico não são observados diretamente, eles são frutos da imaginação do historiador. Esse profissional jamais opera observando a realidade, do que se deduz que ele não tem qualquer objeto para analisar realmente, nenhum que ele possa descrever ou reconstruir, o que faz com que a sua observação se dê sobre imagens (GLÉNISSON, 1977, p. 130).

A partir do final da década de 1920 há uma reviravolta na historiografia europeia, especialmente na francesa. Com a criação da revista dos *Annales*, em 1929, novos temas passaram a fazer parte da paisagem historiográfica. Ao mesmo tempo, houve uma rejeição explícita à política enquanto objeto de estudo, enquanto temas como feminismo, infância, meio ambiente, ecologia, cotidiano, habitação, alimentação, vestuário, técnicas, instrumentos de trabalho passaram a ser de interesse dos historiadores. A abordagem desses novos temas leva os historiadores a se aproximarem cada vez mais de outras áreas do conhecimento, a ponto de se falar em um processo de fragmentação da História enquanto disciplina. Ao fazer referência a essa fase dos *Annales*, o historiador brasileiro José Carlos Reis (2000, p. 119) é enfático ao mostrar que

A *nouvelle histoire* não quer elaborar visões globais, sínteses totais da história, mas ampliar o campo da história e multiplicar seus objetos. Radicalizando o projeto dos fundadores da ligação do presente ao passado, a história toma o próprio presente como seu objeto e quer produzir um conhecimento do 'imediato'. Objetos que jamais foram considerados tematizáveis pelo historiador entram em seu campo de pesquisa. Novas alianças são feitas: com a psicanálise, a linguística, a literatura, o cinema.

Os integrantes do grupo dos *Annales*, ao se abrirem a outras áreas do conhecimento, possibilitaram cada vez mais a ampliação do campo da História. Se for justo creditar ao movimento dos *Annales* o alargamento do campo de atuação do historiador, nas últimas quatro décadas, porém, a História passou a se interessar por toda a atividade humana. Tudo passa, então, a ser considerado histórico, conforme Veyne (1998). Assim, diversos temas até então desinteressantes para os historiadores passaram à condição de objetos de estudo. Entre eles, destacamos: a infância, a morte, o corpo, a leitura, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos.

Por muito tempo, persistiu a noção de fato histórico como o acontecimento notável. Contudo, atualmente há uma aceitação de parte expressiva dos historiadores de que o objeto de estudo da História pode vir a ser qualquer elemento da realidade humana. Em 1974 foram publicados na França três volumes intitulados *História: novos problemas, novas abordagens e novos objetos*. Sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, a obra reuniu

historiadores egressos de diversas filiações historiográficas, mas que comungavam com a ideia da necessidade de que a História deveria ampliar cada vez mais a sua área de abrangência, não apenas no que diz respeito ao seu objeto de interesse, mas também aos problemas levantados e às formas de sua abordagem. A publicação ilustra bem a mutação pela qual o campo da História estava sofrendo. A título de ilustração, reproduzimos aqui parte do sumário do volume intitulado “História- novos objetos”; O clima: história da chuva e do bom tempo; O inconsciente: episódio da prostituta em Que fazer? e em O Subsolo; O mito: Orfeu no mel; O livro: uma mudança de perspectiva; Os jovens: o cru, a criança grega e o cozido; O corpo: o homem doente e sua história; A cozinha: um cardápio do século XIX; A festa: sob a Revolução Francesa.

A partir dessa perspectiva uma gama de trabalhos tem se voltado, também, para temas que lidam diretamente com a problemática dos valores culturais, do patrimônio histórico (material e imaterial) e para as sensibilidades. Nesse sentido, temas como beijo, lágrimas, riso, luto, sonhos e medos foram elevados a objeto de estudos históricos na medida em que se compreende que cada sociedade construiu uma forma particular de lidar o mundo. Desta relação, destacamos a perspectiva de tempo histórico e de mudança. Por outras palavras, para efeitos de exemplo, a forma como lidamos com o “riso” hoje é muito diferente do lugar dado ao “riso” por parte da sociedade medieval. Nesta sociedade, o “riso” era visto com suspeição e poderia ser interpretado como uma expressão do demônio (RIOUX; SIRINELLI, 1998).

Como podemos perceber, os temas são bastante diferentes da História política predominante no século XIX e em parte do século XX.



A propósito, a política tem sido reabilitada pela historiografia contemporânea. Essa reabilitação, no entanto, vem acompanhada de uma nova abordagem, agora não mais restrita às questões de Estado, mas também preocupada com a micropolítica, influência do pensamento de Michel Foucault (1926-1984) ao chamar atenção para o fato de que “[...] o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado” (FOUCAULT, 1985, p. 221). Esse poder se exerce, portanto, em níveis variados e em pontos diferentes da rede social.

Aliás, acerca do objeto histórico, Foucault deu uma significativa contribuição ao debate, ao mostrar que “não há nenhum objeto histórico que não seja encarado como um acontecimento, tendo a sua emergência em um determinado momento histórico, para se dissolver, mudar de contornos, redefinir-se, passar por rupturas mais adiante” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 150).

Ou seja, os objetos históricos assumem formas, configurações que somente a História pode revelar. A despeito desses novos temas, é importante não desmerecer os esforços e as contribuições dadas pela historiografia dita tradicional. Seus objetos de estudos continuam atuais, embora ganhem uma nova abordagem adequada às problemáticas do momento em que vivemos.

## **Discutindo a noção de fato histórico**

No que diz respeito aos objetos do saber histórico, o debate é bastante rico e tem sido motivo de muitas polêmicas entre os historiadores na medida em que a discussão sobre o fazer historiográfico

avança; ele é reelaborado com o aparecimento de novas publicações. Vejamos um pouco mais sobre essa discussão.

*Sobre a natureza dos fatos.* São diversas as posições em torno da discussão sobre o fato histórico. Para alguns, existem dois tipos de fato: o fato-acontecimento, de duração efêmera e pontualmente situado no tempo e no espaço; as instituições e os costumes, elementos duradouros, cuja situação estável possibilitaria melhores condições de conhecimento ao historiador. As instituições, assim, seriam os verdadeiros fatos.

Predomina, nesse caso, o entendimento de que o objeto seja um fenômeno material, um evento passado. No entanto, considerando que ele é, antes de tudo, um fenômeno de opinião, é possível a existência de objetos a partir de algo que nunca efetivamente tenha ocorrido, ou ainda que, tendo existido, o valor atribuído a ele por um determinado grupo social não tenha correspondência na vida real. Um exemplo apontado por Glénisson diz respeito ao fato de mesmo não sendo comprovada a existência material do diabo, ao ser atestada pelas atas de numerosos processos de feitiçaria no período medieval a sua existência passa a ser considerada como real, uma vez que “[...] o que importa, para o historiador, é que os “feiticeiros”, os juízes e o público tenham acreditado, com igual convicção, na presença e na ação do maligno neste mundo terreno” (GLÉNISSON, 1977, p. 128). Lembra ainda o autor que são comuns os exemplos de cartas pontificais falsas que, por serem consideradas autênticas, orientaram a Igreja Católica por longos tempos.

Ou seja, reafirmamos a ideia posta anteriormente de que tudo aquilo que, direta ou indiretamente, fizer parte da realidade humana, independentemente de sua existência se situar no campo material ou espiritual, pode vir a ser objeto de interesse dos historiadores.

*O fato como algo único, singular, não repetível.* Um das explicações para diferenciação do conhecimento histórico ao ser comparado ao conhecimento das ciências da natureza diz respeito à natureza dos objetos de estudo dessas áreas: enquanto as ciências exatas e da natureza podem repetir e experimentar em laboratório aquilo que observa, os historiadores produzem o seu conhecimento baseado em vestígios do passado. Os vestígios, por sua vez, se reportam a acontecimentos humanos que, além de serem de difícil previsão, jamais são idênticos em seus detalhes. Ou seja, é impossível alguém reproduzi-los em laboratório ou controlá-los experimentalmente. Ao contrário de uma experiência na área de Física, por exemplo, que pode ser repetida infinitas vezes em espaços e épocas diferentes em função dos mesmos resultados. Apesar de os historicistas alimentarem o sonho de transformar a História em uma espécie de “Física social”, o século XX desfez qualquer esperança nessa direção. Esse debate se enfraquece na medida em que diversas áreas do conhecimento, atualmente, voltam-se para casos particulares. Por outro lado, historiadores, ao se distanciarem dos acontecimentos políticos, passaram a dialogar com outras áreas como a Demografia e a Economia, cujos conhecimentos têm por base dados estatísticos, ou seja, quantificáveis.

Quanto ao fato de ser ou não individual, comungamos com a ideia de que todo fato histórico possibilita ao historiador distinguir o que lhe é específico e geral, conforme a afirmação: “Não há fato no qual não possamos distinguir uma parte de individual e uma parte de social, uma parte de contingência e uma parte de regularidade” (GLÉNISSON, 1977, p. 134).

*Sobre a hierarquia dos fatos.* Os fatos têm uma hierarquia de valores? Que tipos de fatos são dignos de serem abordados pela história? Os acontecimentos provocados pelo homem são de natureza infinitamente diversa. Podem afetar um grande número de pessoas ou um pequeno grupo. Podem ser motivados por grandes batalhas, grande mobilização de pessoas como também reduzirem-se a um simples gesto, a uma palavra. Nem sempre as pessoas atingidas por esses acontecimentos participam diretamente do ato que produzem, constituindo-se em vítimas ou beneficiários involuntários. Isso nos leva a afirmar que o fato histórico tem repercussão social, mesmo que essa repercussão se restrinja a um pequeno grupo humano.

Para a História tradicional, os acontecimentos importantes (guerras, revoluções) e/ou pessoas importantes (ocupantes de cargos da alta hierarquia) seriam o alvo dos historiadores. Hoje, com o entendimento de que tudo tem historicidade e como tal pode ser objeto do conhecimento histórico, como fazer para que a atividade do historiador não venha a recair sobre temas banais e, assim, o seu reconhecimento social venha ser diminuído?

É óbvio que todo historiador quando se debruça sobre um fato é porque ele (o historiador) lhe atribui importância. E se a importância atribuída a um determinado objeto não for unanimidade entre seus pares? É preciso ressaltar que um historiador não escreve, individualmente, a História para o consumo próprio, mas visando atingir a um determinado público. Ou seja, mesmo com total autonomia para escolher o objeto de pesquisa, o historiador deve levar em consideração que ele se insere em uma determinada comunidade, a comunidade dos historiadores, e que a sua escolha deve ter o aval e o reconhecimento de pelo menos parte dessa comunidade;

do contrário, não terá validade. Mais uma vez nos reportamos a Carr para concordar com a ideia de que

É o historiador quem decide por suas próprias razões que o fato de César atravessar aquele pequeno riacho, o Rubicão, é um fato da história, ao passo que a travessia do Rubicão, por milhões de outras pessoas antes ou desde então não interessa a ninguém em absoluto (CARR, 1978, p. 14-15).

Não basta, portanto, que algo tenha existido para ser considerado de interesse da História. É necessário que essa existência se apresente ao historiador como algo interessante a ponto de ser investigado. No meio historiográfico, assim como ocorre em outras esferas da sociedade, as escolhas são feitas a partir dos mais diversos interesses. É preciso ressaltar, porém, a necessidade da legitimação dessas escolhas por parte dos seus colegas e do público leitor.

## Considerações finais

Ao concluirmos o presente texto, esperamos que a nossa intenção inicial tenha sido alcançada. Por outras palavras, queremos com isso afirmar que a ideia não foi esgotar o tema, pois isto seria praticamente impossível, seja pela sua amplitude, seja pela rica produção historiográfica recente sobre as questões abordadas, mas criar as condições/provocações iniciais para que o professor, em interação com as experiências dos cursistas, pudesse interagir e problematizar os lugares/limites do conhecimento histórico e sua relevância para o mundo em que hoje vivemos.

Entretanto, como noções introdutórias, há uma recorrência aos conceitos que são basilares na formação ou gestação do discurso histórico e que passam necessariamente pelas concepções de História, de historiador, do fato histórico, de fontes e objetos históricos e da própria função da História para cada sociedade. Aguçar nos nossos interlocutores uma visão crítica e sempre passível de reelaboração, eis o papel que cada um possui na construção deste saber individual e coletivo, pois não podemos nos acomodar às imagens cristalizadas do passado, mas remexê-lo e fazer das suas poeiras novas formas de nos sentir e nos perceber como históricos.

## Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007. (Ensaios de teoria da história).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando o Ensino).

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CADIOU, François et al. **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARR, Edward Hallet. **Que é história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DOSSE, François. **História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUBY, Georges. **O historiador, hoje**. In: DUBY, G. et al. **História e nova história**. 3. ed. Lisboa: Teorema, 1994.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURET, François. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1986. 1 v.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1998.



# DE COMO SE CONSTRÓI UMA HISTÓRIA LOCAL: ASPECTOS DA PRODUÇÃO E DA UTILIZAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

## Da História eurocêntrica à História Local

É comum encontrarmos, em livros didáticos da área de História, os conteúdos dispostos numa divisão tradicional que aloca o conhecimento sobre o processo histórico em “idades” previamente organizadas: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, cada qual situada no tempo a partir de marcos que definiriam o seu início e término. A Antiguidade, por exemplo – como também se costuma chamar a Idade Antiga – teria o seu início em, aproximadamente, 3 mil a.C., época em que se atribui, para a maioria dos historiadores, a “invenção” da escrita. O seu fim teria se dado com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d. C., em decorrência da invasão de povos “bárbaros”. Todos os acontecimentos situados antes da “invenção” da escrita, portanto, seriam considerados parte da “Pré-História”.

Essa divisão tradicional do tempo histórico, conquanto, pretensamente, seja aplicada a todas as realidades espaciais do planeta, está longe de corresponder às especificidades das sociedades humanas em toda sua diversidade. A julgar por essa demarcação do tempo, os nativos que os europeus encontraram em 1492 no que, anos

depois, se chamaria de América, estariam vivendo na Pré-História, pois desconheciam a forma de escrita predominante na Europa. No que hoje chamamos de Brasil, seguindo essa mesma lógica, a História só teria começado em 1500, época em que os portugueses, detentores da escrita, chegaram a esse espaço e dele se apropriaram. Os livros de História que ainda centram a explicação dos processos históricos nessa compartimentação do tempo focada nas “idades”, pois, são resultado de uma maneira ocidentalizante de produzir o conhecimento.

Se considerarmos que tais livros didáticos espelham o conhecimento produzido pela historiografia – e, em regra, o lugar de produção dos seus autores e das obras –, isto quer dizer que também refletem um paradigma eurocentrista de História. Dizendo de outra maneira: um sentimento de superioridade do Ocidente, uma maneira eurocentrada de perceber o processo histórico e, em geral, a própria realidade.

A crítica a esse paradigma eurocentrista tem sido feita, nos últimos anos, por intelectuais da área das humanidades, que o abordam, em linhas gerais, como uma estrutura mental fundada na crença de uma suposta superioridade do *modus vivendi* e do ritmo do desenvolvimento da Europa<sup>1</sup>. Essa estrutura mental – que, partindo do entendimento de Aníbal Quijano (2005, p. 277-278), pode ser entendida como um paradigma – estaria presente não apenas na construção do conhecimento histórico, mas também na própria compreensão da realidade. Nos textos da historiografia, todavia, a ênfase a essa superioridade europeia-ocidental estaria mais presente.

---

1 Verificar, a exemplo, Said (1990); Amselle (2008); Wallerstein (2007), apenas para citar exemplos.

Basta lembrar, aqui, da literatura moderna do Iluminismo (Kant, Hegel e Voltaire, por exemplo), que deturpou a visão dos europeus acerca dos demais povos do mundo até então conhecido, vistos, em geral, como “crianças” a serem educadas pelo poder das luzes da Razão; da Filosofia da História do século XIX (sobretudo Marx e Engels), em suas diversas vertentes, que procurou construir interpretações evolutivas das sociedades humanas, tendo como síntese a ser atingida o ideal de progresso firmado pela historicidade europeia-ocidental; e das teorias sociais do século XIX (em especial os estudos de Spencer e de Comte), que, ao tratarem as sociedades e povos fora da Europa como “pré-modernos” ou “arcaicos”, colocavam-nos na perspectiva de serem enquadrados como estágios de um caminho civilizacional único, cujo fim seria a Europa Ocidental (BARBOSA, 2008).

Observamos, dessa maneira, que o paradigma eurocentrista procura incutir, através de sua disseminação nos textos historiográficos, uma convicção de que a Europa seria o centro do mundo e, como lugar irradiador do progresso, por excelência, o ideal e a origem de toda a civilização. Seria mais apropriado, todavia, falarmos de convicções que o pensamento eurocentrado tenta reafirmar como sendo superiores: econômico-social (o capitalismo), cultural (a modernidade), religiosa (a cultura judaico-cristã) e, por que não dizer, “racial” (a “raça” branca).

Essa pretensa superioridade encadeia determinados processos históricos como sendo responsáveis pela formação da Europa – e da entidade cultural “Ocidente”. Anuncia, portanto, uma genealogia que coloca realidades que se superam, dando origem, progressivamente, a estágios cada vez mais “avançados”, cuja culminância

é a Europa moderna: a Grécia Antiga teria dado origem a Roma; esta, por sua vez, à Europa cristã; esta, à chamada Civilização do Renascimento; esta, ao Iluminismo; este, à democracia política, que, por sua vez, teria levado à Revolução Industrial e ao surgimento da democracia. Essa genealogia, que corresponde à morfogenia do Ocidente na acepção do filósofo Philippe Nemo, vem sendo criticada por pensadores que defendem a historicidade dos conceitos e o estudo de suas interconexões (WOLF, 1994) e ainda a desconstrução de determinados “mitos fundadores”, como o da modernidade e, em regra, a desconstrução do próprio conceito de “modernidade” européia (DUSSEL, 2005 apud LANDER, 2006).

Nos livros acadêmicos e didáticos de História em que o paradigma eurocêntrico é mais enfático, a percepção que temos é a de que, no âmbito global, teríamos um permanente “centro” geográfico, avançado e inovador, irradiador de cultura e de modos de vida, da mesma forma que teríamos uma “periferia”, atrasada e arcaica, sempre pronta para receber inovações e se “modernizar” ao estabelecer laços com o “centro” e imitá-lo. Esse pensamento de um “difusionismo eurocêntrico”, que tende a enaltecer a superioridade europeia, é criticado por James Blaut, que propõe aos historiadores a escrita de uma “História ao avesso”, ou seja, uma versão da História em que não esteja presente, espacial e temporalmente, a convicção de que os europeus têm qualidades especiais de raça, cultura, ambiente, mente ou espírito (BLAUT, 1993).

A crítica de Blaut ao eurocentrismo, dessa maneira, nos incita a revisar o conhecimento histórico já produzido sobre o passado do Brasil a partir de outros referenciais que não apenas aqueles que concedem primazia ao conquistador e às grandes narrativas,

responsáveis por (tentar) inserir o curso dos acontecimentos numa lógica europeia. Perceber, por exemplo, como os processos históricos se desenvolvem em nível local, nas suas conexões com as realidades regionais/nacionais/globais, configura-se, dessa maneira, como um bom caminho para essa “desmontagem” da versão eurocentrada da História.

Em outras palavras: conhecer a História Local é um dos pré-requisitos para se compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global, além do que, como veremos adiante, contribui para o fortalecimento das identidades das pessoas para com os lugares onde nasceram/habitam. Tomemos um exemplo, apenas, para que essa afirmação fique mais próxima: o cultivo do algodão nas terras que hoje chamamos de Nordeste, do século XVIII ao XX<sup>2</sup>. Em que pese a informação de que o algodão já fosse aproveitado pelos nativos e pelos primeiros colonizadores no período colonial, o boom de sua produção para exportação se deu a partir de, pelo menos, dois surtos: um no fim do século XVIII e outro em meados do século XIX. Esses momentos não aconteceram desligados do tempo e do espaço. Pelo contrário: estiveram ligados a conjunturas mais amplas, de nível global, se é que assim podemos chamar.

Um primeiro surto, que aconteceu entre as décadas de 1770 e 1780, se deu no momento em que as colônias inglesas na América deixaram de fornecer o algodão enquanto matéria-prima para suprir o parque têxtil da Inglaterra, por ocasião da Guerra de Independência (1776-1783), que viria a formar os Estados Unidos

---

2 Os dados trabalhados nos parágrafos seguintes foram extraídos de Takeya (1985) e de Macêdo (2005).

da América. Se, nas possessões portuguesas da América, o algodão era produto consumido apenas internamente, restrito ao setor de subsistência, agora, com a mencionada guerra, seria elevado a mercadoria capaz de suprir a demanda do mercado internacional, mormente, da Inglaterra. Nessa época, no final do século XVIII, a Capitania do Maranhão foi considerada o território de onde saiu a maior quantidade de arrobas na pauta de exportação para o mercado inglês.

Um segundo momento deu-se nos anos de 1860 e, novamente, quando a produção e exportação de algodão dos Estados Unidos com destino à Inglaterra teve seu fluxo interrompido, desta vez, pela Guerra de Secessão (1861-1865). Novamente, o algodão produzido na América portuguesa foi elevado ao patamar de produto inserido na pauta de exportações para suprir o mercado internacional, sobretudo o parque têxtil britânico. Se, no fim do século XVIII, a produção algodoeira foi mais forte nas terras do Maranhão, desta vez, no decorrer da segunda metade do Oitocentos, o cultivo e a produção do algodão levarão em conta, também, as plantações de outras capitanias do chamado “Norte” – hoje, correspondente, grosso modo, ao Nordeste.

Em ambos os momentos, pois, temos uma história que se desenvolve em nível local, conectando-se com acontecimentos, nesse caso, de ordem global. Longe de privilegiar, apenas, as narrativas que tocam na necessidade do mercado inglês de captar matéria-prima para seu parque têxtil, em situações de guerra – a Independência das Colônias Inglesas ou mesmo a Guerra de Secessão –, um estudo de História Local poderia, com o concurso de fontes e de bibliografia específica, tratar dos aspectos que se desenvolveram nos lugares

onde a produção algodoeira foi requisitada: como se deu a montagem dos roçados, quem foram os investidores, quais instrumentos foram utilizados no cotidiano da produção, qual o perfil das pessoas que trabalhavam diretamente com o cultivo e apanha do algodão, quais os tipos de terrenos usados para plantar a malvácea, quem eram as pessoas que faziam a intermediação do algodão prensado e/ou ensacado, das áreas sertanejas para os portos de exportação...

Esse é apenas um exemplo de como a História Local pode operar enquanto uma abordagem que privilegia um recorte espacial microlocalizado, mas que não perde seus nexos com outros tempos e espaços. Considerar a História Local enquanto abordagem<sup>3</sup> quer dizer que a consideramos uma metodologia, ou seja, uma forma de como o historiador trabalha em termos do seu campo de observação e das fontes que utiliza. Considerar a História Local enquanto abordagem é pensar no modo de fazer adotado pelo historiador quando circunscreve a maneira como ele se apropria e observa a realidade, focando sua lente no espaço – um lugar, uma cidade, uma rua, um bairro, uma cidade.

Sendo fruto do trabalho historiográfico, a História Local é, também, produzida a partir de um determinado tempo e de um espaço, ou, na acepção problematizada por Michel de Certeau (2008), de um lugar de produção, como veremos posteriormente. Isso poderia nos conduzir a um pensamento mais amplo sobre a História Local, indo em direção a uma frase de efeito discutida por José D’Assunção Barros, a de que “toda História é Local”. Segundo o autor, um historiador pode estar na Floresta Amazônica e escrevendo uma obra de

---

3 A problematização da História Local enquanto abordagem está sendo feita a partir das discussões de Barros (2009)

História sobre o cinema norte-americano, sobre a Revolução Cubana ou mesmo sobre os grupos indígenas norte-americanos – ou, acrescentamos, sobre os índios da própria região. Independentemente do tema a que esteja filiado em sua atividade de produção, ao escrever da Amazônia o historiador se verá influenciado pelos “[...] vínculos que estabeleceu ou estabelece com este lugar [...]” e será “[...] beneficiado pelas cores locais que o levarão a refletir de uma nova maneira sobre os antigos problemas e objetos historiográficos” (BARROS, 2010, p. 229-230). A História produzida a partir de um lugar, pois, guarda suas marcas, e poderá – ou não – ser consumida por seus moradores, retornando às pessoas na forma de um conhecimento que passa pelo crivo de ser aceito e/ou contestado.

Mas existe um outro sentido para a História Local, longe desse sobre o qual discorreremos no parágrafo anterior. Trata-se de compreender essa abordagem no bojo da renovação historiográfica que se procedeu no Ocidente a partir do século XX e, em particular, na historiografia brasileira das últimas décadas. É sobre esse tema que trataremos no próximo tópico.

## **História local e historiografia**

Grande parte da historiografia produzida na Europa, durante o século XIX, esteve embebida com as ideias do Positivismo. Além de imputarem uma pretensa objetividade ao conhecimento e acreditarem que o conhecimento científico produzido sobre as sociedades humanas era imparcial, com base em documentos oficiais, era-lhes cara a ideia de que era possível a construção de uma



História universal. Tal história estava calcada em “estados”, que podem ser lidos como estágios pelos quais a humanidade passou/haveria de passar: o teológico, passando pelo metafísico e atingindo, finalmente, o positivo, indicativo do nível de civilização. Esses estágios dizem muito da tentativa, apregoadada pelos positivistas, de perseguir a ideia de progresso – tanto no nível das sociedades humanas, quanto no nível da produção historiográfica. A História escrita pelos positivistas, assim, baseada “[...] em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos” (BURKE, 1992, p. 13) era essencialmente política, como uma narrativa linear dos acontecimentos, e que privilegiava explicações em nível macro dos processos históricos vividos pelas sociedades.

De meados dos anos 1920 em diante, um grupo de historiadores franceses, reunidos em torno da revista *Annales*, empreendeu um movimento de crítica vigorosa ao tipo de História que era escrita pelos positivistas, que se nutria da documentação oficial e do culto ao teor desses mesmos documentos como verdade histórica irrefutável (LE GOFF, 1993). Introduziram-se novos métodos e abordagens, alargando o sentido do documento para as situações em que não há registros escritos; para tanto, o historiador deveria valer-se de toda a “habilidade [...] que lhe permite [ser utilizada] [...] para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais”. Palavras, signos, paisagens, telhas, formas do campo e das ervas daninhas, eclipses, exames de pedras feitos por geólogos e as análises de metais feitos pelos químicos são dados que permitem demonstrar “a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (FEBVRE, 1949, p. 428 apud LE GOFF, 1994, p. 540).

O entendimento mais amplo do documento enquanto “um legado à memória coletiva” pressupõe a produção de um conhecimento histórico baseada em uma problematização, e não mais numa História pela História (LE GOFF, 1994, p. 535-542), feita unicamente pelos textos documentais considerados como prova jurídica e fetichizados pelos positivistas. A interdisciplinaridade entre as ciências humanas – defendida pelos *Annales* – dispôs em primeiro plano objetos de estudo até então pouco discutidos ou fatalmente esquecidos pelos historiadores como “a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo [...], a feminilidade [...], a leitura, a fala e até mesmo o silêncio” (BURKE, 1992, p. 11).

O lugar enquanto objeto de estudo também passou a ser alvo dos interesses de historiadores ligados à Escola dos *Annales*. Assinalamos, com Marc Bloch, a primazia de pesquisas feitas acerca do modo de vida e dos espaços rurais da França nos séculos XVII e XVIII, quando nos asseverou, nos anos 1930, que era preciso o cuidado com a utilização mecânica de critérios políticoadministrativos do presente do historiador para se observar os fenômenos do passado (BLOCH, 2001). Todavia, as grandes obras emanadas do círculo dos *Annales*, ao menos nas duas primeiras gerações, ainda que criticassem os parâmetros positivistas de ler o mundo, pronunciaram-se enquanto livros que tinham uma visão macro sobre o passado. Um bom exemplo é o *Mediterrâneo* (1949), de Fernand Braudel, que, conquanto, com o concurso dos aportes da Geografia, problematizasse o espaço enquanto categoria de análise histórica, trabalhou com um grande recorte, o Mar Mediterrâneo, visto não apenas como espaço geográfico, mas também como espaço cultural (BRAUDEL, 1988).

Entre a segunda e a terceira geração dos Annales é que vicejou uma História Local propriamente dita, com esteio tanto na observação recortada da realidade – tomando o lugar enquanto foco da produção histórica – quanto na escolha das fontes, sobretudo aquelas emanadas das paróquias. A investigação histórica empreendida com os registros paroquiais coloca, pois, a Demografia Histórica como uma grande aliada dos historiadores interessados em estudar o local, na medida em que quantifica os ritos da vida privada de uma determinada região ou lugar em um determinado período. Trabalhando com dados de pessoas de todos os grupos sociais, “o registro paroquial [...] conserva para a memória todos os homens” (LE GOFF, 1994, p. 540) e consegue, minimamente, reconstruir o fenômeno da vida de pessoas em determinado recorte espacial e temporal.

Um dos expoentes dessa História Local, de matriz francesa, é Pierre Goubert, que nos deu, inclusive, uma das primeiras definições dessa abordagem:

[...] aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (GOUBERT, 1988, p. 70).

Esta aceção, por um lado, assegura-nos que a historiografia ligada aos Annales considera que o fenômeno da vida humana não pode, apenas, ser observado em seus aspectos globalizantes, mas também com foco no que é mais particular e singular, que aparece quando se analisa uma temática em nível local – sem deixar de

visualizar suas conexões com outros níveis de compreensão, diga-se de passagem. Por outro lado, é uma definição que diz respeito à forma como os franceses entendem o lugar e a sua maneira de fazer a análise historiográfica. Isto porque, no Brasil, com suas proporções continentais, disseminou-se tanto a História Local quanto a História Regional – esta preocupada em estudar regiões ou áreas de maior densidade populacional e/ou territorial, cujos espaços demonstram certa homogeneidade entre si.

O centro da análise, na História Local, é o lugar, o local, se preferirem, ou o espaço, segundo a opinião de José D’Assunção Barros (2010, p. 230). Quando falamos em lugar não estamos, apenas, falando da dimensão local dentro da qual está inserido o historiador que produz o seu texto. Tampouco estamos nos referindo, apenas, ao recorte espacial de um certo estudo monográfico (uma rua, um município, uma cidade, um bairro, a exemplo). Queremos dizer que nenhum lugar está dado previamente, ou existe desde sempre, mas se constitui enquanto construção, seja do historiador, seja das pessoas que o praticaram ao longo do tempo. Recorramos, novamente, às lições de José D’Assunção Barros (2010, p. 232-233) quando enuncia que

toda ‘região’ ou ‘localidade’ é necessariamente uma construção do próprio historiador. Se ela vier a coincidir com uma outra construção que já existe em nível administrativo ou político, isso será apenas uma circunstância.

Um bom exemplo para se visualizar essa situação é pensar no Seridó, que hoje se traduz enquanto uma região localizada

na porção Centro-Sul do estado do Rio Grande do Norte, além de ser uma microrregião (dividida em Oriental e Ocidental), conforme os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, o Seridó nem sempre teve essa configuração, circunscrita ao âmbito do território potiguar. No período colonial, a divisão administrativa que mais se aproxima do que hoje é o Seridó era a Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, criada em 1748, que abrangia terras dos atuais estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Sua sede ficava na Povoação do Caicó, posteriormente elevada a Vila Nova do Príncipe – hoje Caicó. Coloquemo-nos no lugar de um historiador da cidade paraibana de São Mamede, limítrofe com o atual Seridó potiguar. Caso venha a se interessar em desenvolver algum estudo de História Local de seu município, deverá, em regra, percorrer arquivos de outras localidades, sobretudo em território norte-rio-grandense, a fim de conseguir fontes disponíveis para os períodos mais recuados. Isso evidencia a assertiva de José D’Assunção Barros (2010, p. 233), quando coloca que

o objeto constituído pelo historiador pode exigir que ele quebre uma determinada unidade geopolítica, que misture o pedaço de uma com o pedaço de outra [...].

É preciso, para o historiador, além disso, que os critérios de construção de um lugar ou região sejam bem determinados, já que não apenas a Geografia pode incidir sobre tal operação, mas também a cultura ou até mesmo a política.

Importante assinalar, igualmente, que proceder a um estudo de História Local não significa dizer que estamos dando total atenção, apenas, ao que aconteceu nos processos históricos locais. Pelo contrário: se a delimitação foi feita em função de um recorte espacial determinado, estando o lugar no centro da análise, tal operação historiográfica necessita que sejam estabelecidos diálogos, também, com uma história global ou com campo de visão mais macro. Isto quer dizer que a História produzida sobre o lugar não está desconectada daquela que versa sobre uma realidade global, tampouco dela se exclui. Estão conectadas, e as linhas de força dessas conexões podem nos dizer muito, também, sobre quem as produz.

### **Quem Produz a História Local?**

Pelo menos dois tipos de intelectuais produzem estudos de História Local: aqueles ligados ao universo acadêmico e os que não têm ligação com a universidade. Estes últimos, conquanto, na maioria das vezes, não possuam formação universitária – e, diga-se de passagem, na área de História –, foram responsáveis, desde a Europa dos séculos XVIII e XIX, por numerosos estudos sobre realidades locais. Tidos como diletantes, intelectuais e amadores, são sujeitos que dedicaram parte de suas vidas à coleta de fontes e ao exercício da escrita de um texto histórico que, na maioria das vezes, respondia aos anseios locais de determinada comunidade, interessada em conhecer aspectos de seu passado. Nobres, sacerdotes, letrados, políticos, técnicos e, dentre outros, funcionários públicos são algumas das profissões desses pensadores, a quem, da parte de alguns historiadores acadêmicos mais conservadores, chegou-se

a negar que produzissem, também, estudos de História. Sandra Donner transfere a qualificação de amadores para a de memorialistas, considerando que, além de não seguirem o cânone acadêmico, tais textos refletem a memória de seus autores

[...] como resultado da experiência, uma construção do passado pautada pelas necessidades do presente e elaborada a partir das experiências posteriores (DONNER, 2012, p. 227).

Além de não prescindirem de um aporte teórico-metodológico bem definido, os trabalhos desses historiadores, geralmente, não dialogam com os estudos que os antecederam acerca do mesmo recorte espacial escolhido. Da mesma forma, em geral, não estabelecem quadros comparativos com municípios cuja formação sóciohistórica é similar, fazendo com que os seus livros transpareçam ser a última versão sobre o passado de determinado lugar.

O diálogo entre esses historiadores memorialistas – para usar a formulação de Sandra Donner – e os historiadores profissionais, fora do Brasil, tem dado algum resultado em termos de cooperação e aprendizado mútuo (DONNER, 2012, p. 227-229). Todavia, no território brasileiro, para Silvio Correa, a intersecção desses saberes ainda carece de melhor ânimo. Para o autor, a

[...] pouca relevância da História Local junto à historiografia brasileira se deve[m], portanto, ao amadorismo de sua escrita e a uma orientação paradigmática ultrapassada em termos acadêmicos (CORREA, 2002, p. 12).

No que tange às fontes usadas por esses historiadores, utilizam fartamente aquelas oriundas de arquivos paroquiais e familiares, como assentos de batizado, casamento e óbito, além de cartas e fotografias – muitas vezes, inéditas, as quais são conseguidas a custo de boas relações pessoais com os detentores dos acervos. Não devemos nos esquecer de que, em grande parte dos casos, tais historiadores são, também, a própria fonte de onde extraem as informações que balizarão seus livros. Tornam-se fontes de sua própria produção. Nas palavras de Silvio Correa (2002, p. 14),

Lembranças de um passado tendem a servir de “provas” para certos acontecimentos, cuja importância para a comunidade local é atribuída pelo autor enquanto testemunha dos mesmos e, freqüentemente, essa versão reveste-se de uma presunçosa veracidade indubitável. No caso de ter sido testemunha ocular de fatos e acontecimentos considerados de relevância histórica, o historiador diletante pode correr o risco de confundir sua biografia com a história da comunidade local.

Assim sendo, quando a vida desses historiadores se confunde com suas obras sobre a História de determinada localidade, é normal aparecer uma valoração bastante positiva – e, não tão raro, indiscutível – dos processos históricos. Como se tais processos pudessem ser encaixados, perfeitamente, na sequência cronológica e linear de uma História de nível regional, estadual e mesmo nacional.

O que dizer, pois, desses historiadores memorialistas? Malgrado sejam relegados ou pouco aceitos por intelectuais mais conservadores



da academia, a sua importância e contribuição são inestimáveis. Conquanto não tenham a formação acadêmica que os seus críticos têm – e que reputam ser obrigatória para que o trabalho final escrito seja considerado de História –, em muitas regiões, foram os responsáveis por pioneiras investidas no sentido de ir aos arquivos, sondar e catalogar as fontes de primeira mão, chegando a publicá-las, um grande serviço prestado aos seus colegas do futuro. Além disso, sua importância também se reveste do fato de, em não poucas vezes, serem, além de produtores do conhecimento histórico, atores locais – conhecedores, portanto, das ruas e suas configurações, das gentes e suas diversidades, dos caminhos e suas multifacetadas encruzilhadas. Concordamos, dessa maneira, com Astor Diehl (2002, p. 22), quando afirma que

O historiador diletante é aquele que reconstitui o passado, tornando-o história, sem formação específica. Mesmo sem essa formação acadêmica, seu papel é importante na medida em que trabalha com vocação política. Por sua vez, o historiador profissional é aquele que possui formação específica universitária, seja como professor ou pesquisador ou ainda em ambas; é aquele que torna seu trabalho a profissão básica e, como ativo participante de eventos, congressos, trabalha baseando-se em regras metodologicamente orientadas pela vocação científica.

Dessa maneira, o historiador profissional, por estar vinculado a um lugar institucional, o da academia, não deve prescindir o apego a um ou mais aportes teórico-metodológicos para empreender sua

pesquisa. Todavia, por considerarmos a História Local enquanto abordagem, é preciso que se diga que uma pesquisa que a requeira poderá lançar mão, também, de outras abordagens, a exemplo da História oral e/ou da História serial. Mais que isso: é possível, pensando-se na dimensão do conhecimento escolhida pelo autor de um projeto de pesquisa, produzir uma História Cultural das Práticas Desportivas de determinada cidade no século XX, lançando-se mão da História Local enquanto modo de fazer e de observar a realidade. Mas, como estamos tratando de escolhas, ao invés da lente da cultura o pesquisador poderia escolher o poder, a população, a economia e até mesmo o espaço. Teríamos, dessa maneira, uma História Política, uma História Demográfica, uma História Econômica e uma Geo-história, partindo desses referenciais.

Ao optar pela História Local enquanto metodologia, o historiador recorre, pois, a certo desapego do que poderíamos chamar de uma História geral, de nível macro ou global, pois, segundo a opinião de Joana Neves (1997), esta tem alguns vícios que prejudicam a articulação entre os diferentes níveis de observação do espaço: a História geral é universal (a mesma para todos os povos que habitam o planeta), eurocentrista (como já discutido neste texto), quatripartite (dividida na periodização tradicional das Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea) e oficial (representa o olhar e a posição dos agentes do poder instituído).

A História Local, por sua vez, acaba caindo em certo descrédito devido a insucessos provenientes: da fragmentação presente em suas obras, a exemplo de quando o local é encarado, apenas, como uma mera peça de um quebra-cabeça, sem ligação com recortes de maior amplitude; da folclorização, quando pessoas da

comunidade são alçadas ao status de “seres originais”, figuras folclóricas ou que, por si só, representariam traços da personalidade local; e do bairrismo, evidenciado à medida que o lugar parece ser o centro do mundo, não dando margem para que outros espaços possam ter processos históricos semelhantes. Além disso, anota Joana Neves, com a História Local corre-se o risco de se produzir versões “domésticas” da História oficial e dos grandes homens, como se fosse uma análise feita a partir de baixo para cima, apenas, sem permitir as conexões entre esses grupos. Segundo a autora,

Quantas obras, rotuladas de histórias locais, não são apenas listagens de cidadãos ilustres, nascidos naquele lugar (mesmo que daí tenham saído crianças e nunca mais retornado)? E o que dizer das histórias de municípios, que apenas fazem a cronologia das gestões administrativas e, de preferência, dos prefeitos do partido que está no poder? (NEVES, 1997, p. 24).

Essas admoestações nos soam como cuidados que o historiador do local deve ter ao desenvolver suas pesquisas e produzir seus textos. Para Joana Neves, o mais salutar é fazer a articulação entre uma História que se desenrola no plano geral e aquela que está mais próxima, até mesmo do ponto de vista empírico, do historiador – especialmente quando ele é, além de acadêmico, nativo. Isto porque a História vista de cima, pelo viés do global, também é importante para a compreensão dos processos históricos das sociedades humanas, embora seja bem reduzido o número de historiadores

que, nos últimos anos, escreveram obras de síntese e com largos recortes espaço-temporais.

Tais recomendações também são válidas para os professores da área de História do Ensino Fundamental que adotam o uso da História Local em suas aulas. A importância de conectar os saberes histórico-historigráficos sobre o local com aqueles que dizem respeito a realidades mais globais implica na influência que tal atitude pode ter para tornar a disciplina de História mais prazerosa, além do que, certamente, facilitará o processo de ensino-aprendizagem e permitirá, ao educando, construir opiniões sobre sua identidade local. Afinal de contas, a História Local requisita um conhecimento diferente daquele que é encontrado nos livros didáticos e que apenas menciona narrativas sobre a nação ou o mundo. Isto porque ela fornece ao pesquisador “uma idéia muito mais imediata do passado”. Nas palavras de Raphael Samuel (1990, p. 220), “Ele a encontra [a História Local] dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos”.

José Ricardo Oriá Fernandes enuncia, a propósito, que a necessidade da História Local estar presente no ensino pode colaborar para que importantes metas sejam atingidas, a exemplo da adoção do método indutivo na sala de aula, partindo-se do “concreto para o abstrato”, do “conhecido para o desconhecido”, do “próximo para o distante”, enfim, do local para o global; da “[...] incorporação das experiências de vida dos alunos que se dão num ‘locus’ específico, no caso, o município” (FERNANDES, 1995, p. 47); da inserção do aluno na realidade do passado da comunidade, para que ele possa melhor compreender a sociedade em que nasceu e em que vive; e do acesso que os alunos poderão ter às

fontes locais, dispostas em museus, arquivos, bibliotecas, monumentos e acervos particulares (FERNANDES, 1995). Olhando para o lugar onde vivem, com o concurso do professor, os alunos poderão estabelecer relações lógicas com o mundo em nível global ou até mesmo nacional e pensar a História enquanto processo – e não como um conjunto de fatos isolados – sendo possível que a aversão ou apatia frente às aulas de História possam ser minimizadas, e que diminuam os alunos que “[...] afirmam que não sabem para que estudam isso ou que a história não tem função ou sentido [...]” (BARBOSA, 2006, p. 63). Esta é uma missão que cabe a todos nós, professores de História.

## Referências

AMSELLE, Jean-Loup. **L'Occident décroché: enquête sur lês postcolonialismes.** Paris: Stock, 2008.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, História e História da África.** Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, n. 1, p. 47-8, jun. 2008.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de História Local: redescobrimdo sentidos.** *Saeculum*, João Pessoa, ano 12, jul./dez. 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **O lugar da história local na expansão dos campos históricos.** In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (Org.). *História Regional e Local: discussões e práticas.* Salvador: Quarteto, 2010. p. 229-230.

BLAUT, James M. **The colonizer's modelo of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history.** New York; London: The Guilford Press, 1993.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BRAUDEL, Fernando. **O Espaço e a História no Mediterrâneo.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992. p. 13.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 65-119.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. **Métis: história e cultura**, v. 2, n. 2, p. 12, jul./dez. 2002.

DIEHL, Astor A. **Cultura historiográfica.** Bauru: Edusc, 2002.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática- o estado das produções no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 11., 2012, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre: ANPUH-RS/FURG, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a História Local. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 4, n. 1, jan./dez.1995.

GOUBERT, Pierre. História Local. Tradução de Marta M. Lago. **Arrabaldes**, ano 1, n. 1, maio/ago. 1988.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, Atilo A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 201-234.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques. (Org.). **A história nova**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. **Saeculum**, João Pessoa, v. 13, p. 22-23, jan./dez. 1997.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, set. 1989/fev. 1990.

TAKEYA, Denise Monteiro. Um outro Nordeste: **o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOLF, Eric. **Europa y La gente sin historia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.



## EDUCAÇÃO PELA CIDADE: APRENDENDO COM O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA URBANA

Muirakytan Kennedy de Macêdo

### Introdução

Estranho este mundo. Há cidades que não precisaram possuir ruas como requisito para existirem. Há ainda aquelas que não surgiram do aumento populacional, mas do despovoamento. Por outro lado, aprendemos que as cidades são sinais de sedentarização da humanidade, de sua fixação em um lugar. No entanto, algumas cidades tornaram-se móveis, obrigadas que foram a sair de seu sítio original. Mais de uma cidade nasceu, rezam os mitos, de encantamentos e exorcismos. Muitas não nasceram de ambientes urbanos, mas foram construídas nas imediações de currais e plantações.

Essas são realidades aparentemente exóticas e distantes, mas muito vizinhas a nós. Por estarmos tão próximos, familiarizamo-nos tanto com o que nos acompanha que deixamos de perceber os processos históricos que transformaram nossas cidades no que elas são hoje. Portanto, estudar a História das cidades é uma maneira de nos apropriarmos delas não só pelo conhecimento de sua experiência urbana, mas também pela maneira de ensinar a sua História. No presente artigo, partindo da experiência histórica do Rio Grande do Norte, propõe-se como estratégia de educação patrimonial uma metodologia de prática da cidade, por meio do uso de fontes históricas.

## **De nossa aldeia ao mundo**

É preciso que entendamos que a História Local não se resume à dimensão abreviada da cidade. Por menor que sejam, os objetos historiográficos (sujeito histórico, região, cidade, bairro etc.) não são autossuficientes. Ou seja, não bastam por si só para que compreendamos a sociedade e as transformações no mundo físico. Melhor: a História de nossa cidade não basta por si só para explicá-la. É necessário recorrer a outros contextos e relações. Afinal, as explicações históricas são relacionais, sempre dependem do entendimento que teremos do entrelaçar que ocorre entre várias escalas, entre a região e o país, entre o país e o mundo, entre o mundo e o indivíduo.

Sendo assim, é possível estudar nossa “aldeia” em conexão com a História regional, nacional e global. A vantagem de trabalharmos com o local é a “materialidade” que ganha o objeto de estudo. Isso é especialmente valioso quando nos damos conta de que a História que ensinamos, geralmente, parece-nos distante tanto geográfica quanto temporalmente.

## **Cidades no Rio Grande do Norte: Indícios históricos**

Os processos de formação das cidades se devem a razões diversas: militares, econômicas, religiosas, geográficas, políticas etc. No Rio Grande do Norte, podemos visualizar a partir da História urbana alguns desdobramentos que tiveram seu início em tempos muito recuados e com motivações variadas.

Genericamente, podemos observar que as cidades que começaram a se estruturar no período colonial tinham, para além da função econômica, praticamente três matrizes de organização: defesa territorial, reagrupamento de populações fragmentadas e ordenamento socioreligioso (CASCUDO, 1984; MONTEIRO, 2007).

No início do texto provocou-se o leitor com uma cidade que nasceu sem ruas. Trata-se de Natal ou, conforme o seu primeiro nome, Cidade dos Reis. Não era comum a denominação de “cidade” para aglomerações populacionais tão pequenas ou tão dispersas, como era o caso da localidade onde foi criada Natal. Mas o fato é que a Cidade de Natal foi criada com essa distinção. O seu surgimento muito se deve à necessidade de organização da defesa da Capitania do Rio Grande do Norte (FONSECA, 2011).

Como a Capitania encontrava-se ocupada por índios potiguares no litoral e por diversas outras etnias no interior, além de comerciantes e piratas franceses contrários a Portugal, o reino lusitano temia perder as terras dessa porção. Daí a ação de expulsar os franceses e subordinar os índios. Uma vez atingida a meta, deu-se início à construção da Fortaleza da Barra do Rio Grande (mais tarde, Forte dos Reis Magos) e, diante de tal construção militar, viu-se a urgência de criação da cidade em 25 de dezembro de 1599. Portanto, antes de ter uma motivação urbana, Natal é o exemplo de um logradouro militar que recebeu a denominação de “cidade”.

Ora, a ocupação colonial demandava a produção de alimentos (sal, gado, peixe, mandioca etc.) que necessitavam ser explorados em território já ocupado pelos indígenas. Como as relações entre os agentes coloniais e os nativos nem sempre eram amistosas, as consequências foram a sujeição, o domínio através da catequização ou

das armas. Para que ocorresse a exploração colonial, tornaram-se forçosas tanto as guerras contra os índios quanto o trabalho missionário de ordens religiosas católicas.

E aqui temos uma primeira dinâmica histórica que desencadeou a formação de vilas, sementes urbanas a se iniciarem do reagrupamento de populações indígenas fragmentadas pelas batalhas ou pela ação missionária. Guerras que despovoaram os sertões ao matarem e deslocarem as populações de índios, e missões que desestruturaram a vida comunitária tradicional indígena. Para compreendermos esse processo, partamos de algumas noções.

Esses povos indígenas poderiam ter sido reduzidos pela guerra ou conduzidos pelos religiosos a uma forma de convivência social chamada de “Missão”. Nesse tipo de comunidade, passava-se daquela forma de organização indígena, a aldeia nativa, para uma nova configuração socioespacial.

Não demorou muito para que o domínio dos religiosos fosse questionado. Afinal, o império português tinha, em tese, um centro: a monarquia. Tal fato ficou mais evidente quando o Marquês de Pombal assumiu o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal – ele diminuiu o governo dos religiosos católicos na administração das populações coloniais. O programa de secularização, ou seja, de sujeição de todos os aspectos da colônia às leis civis ficou consubstanciado na expulsão dos jesuítas e no novo reordenamento das populações indígenas. Pombal determinou a transformação das Missões indígenas em vilas. Ou seja, fez sair a figura do padre como autoridade principal dessas comunidades indígenas e criou o Diretor de Índios, funcionário civil que administrava as antigas Missões. Na Capitania do Rio Grande, dessas comunidades religiosas

que se transformaram em vilas, temos São José de Mipibu, Vila Flor, Extremoz, Arês, Portalagre e Apodi (LOPES, 2005; MONTEIRO, 2007).

A vila foi um dos estágios mais maduros da organização populacional em um território sob as ordens do poder civil. Afinal, quem comandava o governo local desses esboços de espaços urbanos era uma instituição chamada de Senado da Câmara, um colegiado formado por vereadores escolhidos entre os homens livres e proprietários de terras. Portanto, a vila se refere ao território da sede do município. Decorre daí o fato de que um dos primeiros prédios públicos construídos na vila era a Casa de Câmara e Cadeia, com dois pavimentos: no andar de cima, ficava o Senado da Câmara, e no de baixo, o cárcere. Ainda hoje podemos visitar prédios como estes em Caicó (foto a seguir), Vila Flor e Acari, por exemplo (TEIXEIRA, 2009).



Figura 1 – Casa de Cadeia e Câmara da Vila do Príncipe (Caicó), atual Museu do Seridó.

Fonte: Autoria própria (2006).

No interior do Rio Grande do Norte, a maior parte das vilas se formou em razão da expansão das fazendas de gado que, permitindo a multiplicação das famílias, adensou os habitantes em pequenos núcleos populacionais. Alguns, quando ainda não tinham status de vila, poderiam se chamar arruado, arraial e povoação. Assim, muitas povoações cresceram à sombra das atividades do pastoreio, memória presente até hoje nos nomes de cidades. Neste sentido,

a toponímia (análise etimológica e/ou histórica dos nomes dos lugares) pode ser, por si, uma rica fonte para o estudo das cidades, dando conta dos agentes históricos, imaginário social, interesses políticos etc. que participaram da criação do sítio urbano.

No império português, o poder político e religioso estava nas mãos do monarca. Assim, não raro a criação de vila, instância da administração da vida civil, achava-se atrelada à assistência religiosa (casamentos, batismos, missas etc.), às devoções católicas e à necessidade de ligação com o outro mundo. Não era estranho, portanto, que as vilas surgissem já identificadas com a construção da igreja padroeira do lugar.

Algumas cidades surgiram para dar conta dessa carência espiritual. Mas, de qualquer modo, cidades como Caicó, Mossoró e Natal se formaram sendo sedes de freguesias: território religioso, mas também de gerenciamento populacional. Ou seja, seus limites equivaliam ao mesmo território das paróquias. Na primeira, Sant'Ana, na segunda, Santa Luzia e, na terceira, Nossa Senhora da Apresentação. Para controlar a população, os registros de casamento, nascimento e óbito, até a Proclamação da República, eram feitos somente na igreja. Decorre também daí a importância que os párocos tinham naquela época: eram pastores espirituais e faziam as vezes de funcionários do rei a anotar dados da população. Deste modo, depreende-se o quanto os arquivos paroquiais são valiosos para estudarmos a história demográfica.

Grande parte da vida urbana do Rio Grande do Norte deveu-se à economia agrícola (açúcar e algodão para exportação e outros vegetais para consumo familiar) e pecuária, assim como ao imperativo das populações serem postas sob as ordens do Rei, da Lei e da Fé.



O poder da lei e do rei era corporificado no pelourinho, coluna de pedra ou de madeira colocada em praça ou lugar central e público, onde eram exibidos e castigados os criminosos e escravos. O poder dessas instâncias também se evidenciava através da Casa da Câmara e Cadeia. Já a religião era materializada no prédio da Igreja (MACÊDO, 2012, p. 71).

Outras vilas surgiram daquelas primeiras e de seus imensos territórios. Até o século XIX, as vilas tinham principalmente as funções de administração civil e religiosa. A produção econômica nos vilarejos era pouco desenvolvida, uma vez que se dava majoritariamente no campo, por meio da agricultura e da criação de gado. Somente no século XX as vilas começaram a ser o locus principal da produção e circulação das mercadorias.

Retornemos um pouco. No século XIX, as províncias do Norte experimentaram pela primeira vez a exportação do algodão. Os Estados Unidos, não podendo se dedicar a vender algodão para a Inglaterra, devido à Guerra de Independência (1775-1783) e depois à Guerra da Secessão (1861-1865), obrigaram os ingleses, em pleno processo da Revolução Industrial, a procurar em outras regiões (Brasil, Índia e Egito) mercados fornecedores da matéria-prima têxtil (TAKEYA, 1985, p. 30).

Somente no século XX as consequências dessas atividades cotonicultoras ficaram impressas de forma nítida no corpo de algumas cidades. No século passado, muitas cidades, além de exportar o algodão bruto, passaram a beneficiar os capuchos de algodão. Primeiro, descaroçando-o para extrair do grão óleo comestível e, do bagaço restante, a “pasta” para o gado. Segundo, enfardando as plumas para a venda no mercado interno brasileiro.

Essas atividades eram realizadas em usinas, ou “algodoeiras”. Algumas das cidades do Sertão ainda possuem ruínas das construções fabris que serviram ao processamento do algodão. Resquícios de uma maquinofatura que não deu sequência, em muitos casos, ao processo de industrialização (FELIPE; CARVALHO, 2002, p. 52).

Até a década de 1970, as cidades do Rio Grande do Norte não eram os principais abrigos da população. A partir daí é que o RN passa a ter uma população majoritariamente residente nas cidades. O centro de gravidade da vida social, pela primeira vez, passou a ser o ambiente urbano: atravessado por várias temporalidades, afinal, há nele o antigo e o contemporâneo; por várias etnias, afinal, há sangue negro, índio e branco em nossas veias; e por vários agentes da História, afinal, todos, independentemente de serem ricos ou pobres, homens ou mulheres, participaram e participam da construção desse artefato que é a cidade.

## **Fontes para a história das cidades**

Na perspectiva que se adota aqui, enfatiza-se as cidades norte-rio-grandenses em seus processos históricos, de maneira que possamos ter um lastro historiográfico de onde devemos partir para a experimentação didática. Vejamos algumas possíveis abordagens a partir das fontes documentais que podem ser utilizadas nessa tarefa.

Na pesquisa das fontes escritas, devemos estar sempre alertas para a diversidade de registros escritos e impressos. Podem entrar nessa categoria: livros, diários, cartas, narrativas de viajantes, jornais, revistas e folhetos, catálogos comerciais e outros que informam,

em várias épocas, sobre os elementos que pesquisamos. Lembramos que dados colhidos na internet podem ser fontes de importantes informações, no entanto, é lógico e evidente que devemos nos certificar sobre a confiabilidade do site que acessamos.

Nas entrevistas, devemos escolher os informantes que podem discorrer mais detidamente sobre o assunto pesquisado, por terem mais facilidade de expressão e por terem mais domínio sobre o tema. Geralmente são muito significativas as narrativas dos cidadãos idosos e/ou dos usuários e frequentadores antigos dos logradouros ou bem histórico que intentamos investigar. Os depoimentos não devem ser tomados como uma verdade em si, uma vez que devem ser comparados com outros documentos. No entanto, muitas vezes são as únicas fontes para a descrição de determinados bens culturais.

Com relação às fontes audiovisuais, devemos recolher tanto imagens fotográficas como imagens em movimento (cinema, vídeos etc.), assim como coletarmos, na íntegra, músicas, orações e poemas orais que se remetam ao tópico que estamos investigando. Lembrando que os documentos sempre são escolhas do pesquisador, decisões baseadas em seu objeto de estudo, na teoria e metodologia que ele adota e na disponibilidade de tais fontes. Aqui, sugerimos apenas a ponta do iceberg para alimentar o trajeto da pesquisa e criação de material didático.

Então, o que pesquisar para conhecermos nossa cidade? Aqui vai uma sugestão baseada em experiência de educação patrimonial que realizamos em Caicó. Vamos aos tópicos patrimoniais que podemos elencar para estruturarmos a pesquisa.

## Narrativas de origem

Se há uma memória muito celebrada pelos cidadãos é a da origem das localidades. Não raro essa memória tem como suporte a narrativa oral que foi construída, não sem tensões, ao longo dos séculos. É a origem mítica. Tomado incorretamente como lenda enganosa, o mito trata de crenças e valores que são comuns a uma coletividade e geralmente narra a origem e lugar desse grupo social no mundo. A narrativa mítica da origem de Caicó, cidade do interior do Rio Grande do Norte, pode exemplificar isso:

Quando o sertão era virgem, a tribo dos Caicós, célebre pela sua ferocidade, julgava-se invencível, porque Tupan vivia ali, encarnado num touro bravo que habitava um intrincado mufumbal, existente no local onde está, hoje, situada a cidade do Caicó. Destroçada a tribo, permaneceu intacto o misterioso mufumbal, morada de um Deus, mesmo selvagem. Certo dia, um vaqueiro inexperto, penetrando no mufumbal, viu-se, de repente, atacado pelo touro sagrado, que iria, indubitavelmente, matá-lo. Rapidamente inspirado, o vaqueiro fez o voto a N. S. Sant'Ana de construir ali uma capela, se o livrasse de tamanho perigo. Como por encanto, o touro desapareceu. O vaqueiro destruiu a mata e iniciou, logo, a construção da capela (DANTAS, 1941, p. 97).

O relato anterior foi retirado do livro que primeiro registrou esse mito na forma impressa. No entanto, as fontes de narrativas

como essas se encontram dispersas nas pessoas da comunidade. Basta recolhê-las através de entrevistas orientadas por roteiro apropriado e registrar as versões dadas para a origem da cidade.

Para este tópico, além dos depoimentos orais, podemos dispor ainda de documentos escritos e impressos. É possível encontrar dados sobre a formação inicial do sítio urbano em documentos de procedência eclesiástica e civil. Citemos alguns:

a) *Livro de Tombo da paróquia* – é um (ou mais de um) volume encadernado, no qual foram registrados os atos, acontecimentos e procedimentos administrativos de relevância paroquial. Os registros são anotados cronologicamente, dando conta da vida da comunidade paroquial. Nele podem estar registradas as doações de terra à igreja, muitas vezes o núcleo inicial das cidades. Exemplo das notas escritas no Livro de Tombo: Decreto de criação da paróquia; Visitas pastorais dos bispos; Serviços pastorais; Organismos e movimentos da paróquia.

b) *Coleções de leis municipais* – conjunto de documentos que reúne os decretos produzidos pelo Poder Executivo municipal. Dão conta, por exemplo, da emancipação municipal ou da mudança de nome do município. Podem ser encontrados no Arquivo Público Municipal, disponibilizados na internet ou em livros sobre a História Local. São documentos que versam sobre assuntos de natureza econômica, fiscal, social, territorial e de segurança.

## **Produção da vida material: Trabalho e economia**

Grande parte de nossa vida é definida pelo trabalho, pela produção e pelo consumo. As cidades são os cenários privilegiados para tais atividades, pois podem ser tanto *locus* produtor de tais bens quanto mercado para eles. Nem sempre as atividades fundadoras da sociedade local permanecem sendo as mais importantes e, quando persistem, não quer dizer que sejam praticadas como antes. Nesse domínio, é importante percebermos as permanências e mudanças do trabalho, seja ele artesanal ou industrial, e das práticas econômicas locais. Alguns documentos podem servir para entendermos essas transformações:

a) *Inventário* – é o documento judicial que realiza o arrolamento, a listagem dos bens, valores, dívidas e estabelece a partilha, a divisão dos bens entre os herdeiros. A lista do patrimônio pode muito bem servir para entendermos os hábitos econômicos e a cultura material familiar. Os inventários estão arquivados em cartórios ou arquivos públicos.

b) *Cartas de sesmarias* – documentos coloniais de registros de terras que indicam a localização da propriedade, descrevem dados pessoais dos sesmeiros (os proprietários de terras), revelam a dimensão das terras e declaram quais atividades se realizavam nos solos agrários: criação de gado ou lavouras, por exemplo. Essas cartas são documentos muito importantes para entendermos a posse colonial das terras originais de qualquer localidade.

c) *Referências culturais: saberes e fazeres* – através de entrevistas, pode-se fazer o levantamento dos saberes e fazeres tradicionais, ou seja, o levantamento dos “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades” (Brasil/2000)<sup>1</sup>. Especialmente significativas são as práticas artesanais, por exemplo: os modos de confecção da alimentação (culinária regional), das roupas e dos enxovais (rendas, bordados, confecções etc.), dos instrumentos de trabalho (cestarias, peças de couro etc.), dos adornos (colares, pulseiras, chapéus etc.) e outras atividades importantes para a economia local ou para a identidade comunitária. Além das entrevistas, podem ser utilizados como fontes os estudos técnicos realizados pelos órgãos governamentais de planejamento. São significativas fontes de pesquisa os relatórios do Governo do Estado e do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que tratam especificamente da produção artesanal.

## **Produção da cultura**

Para o universo cultural, muito rico em expressões, escolhemos um recorte. Neste tópico, damos ênfase aos ritos coletivos ou às práticas culturais que reúnem a população da cidade. Dentre essas práticas, poderíamos apontar aquelas em que há a participação dos cidadãos em comemorações profanas ou religiosas: semanas educacionais, festas da colheita, vaquejadas, festas cívicas, festas de padroeiro, romarias etc. Além da documentação já citada

---

1 Documento *on-line* não paginado.

(Livro de Tombo, depoimentos orais e Decretos Municipais), devem ser considerados os seguintes documentos:

a) *Folhetos publicitários de eventos* – produzidos como programa dos festejos, tais panfletos detalham os eventos religiosos e profanos. Vistos em perspectiva, ou seja, reunidos e analisados em séries, ano a ano, são excelentes fontes para percebermos as permanências e mudanças na estrutura programática das comemorações. Exemplo de folhetos: programas de festa de padroeira, propaganda de vaquejadas, roteiros de romaria.

b) *Revistas/jornais comemorativos* – geralmente lançadas em períodos festivos, tais publicações tratam, além das efemérides, alguns aspectos identitários do município: personagens, fatos, lugares, artes etc. Tais documentos necessitam ser comparados a outros para que possamos trabalhar criticamente as informações produzidas ali. Um exemplo patente pode ser observado quando tais magazines publicam matérias sobre a “sociedade”. Geralmente tratam de indivíduos dos estratos mais remediados do município ou região. Tal abordagem é muito significativa para que sejam pensados os grupos que não se acham representados nessa “sociedade”.

## **Produção da vida espiritual: Religião e religiosidade**

Outra instância central da vida social urbana dá-se nas práticas religiosas. Referências à religiosidade podem ser encontradas a partir da explicação da origem de várias cidades, como vimos no início



do artigo. Deve-se atentar para a diversidade de expressões religiosas existentes entre os habitantes: católicos, evangélicos, umbandistas, espíritas, budistas, muçulmanos etc. Complementando o tópico anterior, deve-se enfatizar, para efeito da atividade que propomos aqui, especialmente o patrimônio material dessas práticas: templos, igrejas ou lugares de romaria ou culto (montes, grutas, matas, rios etc.). Os documentos pelos quais teríamos acesso a tais construções e lugares são fornecidos pela memória social e podem ser coletados via depoimentos e Livro de Tombo, conforme visto anteriormente. Preste atenção também nas:

- *Atas de congregações religiosas* – livros nos quais são registradas as decisões e encaminhamentos tomados em reuniões dos membros congregados com o fim de construir ou administrarem seus templos. Nesses documentos são registrados dados técnicos sobre a construção: arquiteto, engenheiro, custos, dimensões, uso de espaços etc.

## **Produção do governo civil: Gestão e assistência social**

O poder, embora seja mais sutil que sua forma materialmente manifesta, corporifica-se também em prédios, estátuas, nome de ruas e praças. Todas essas construções (prefeitura, escolas, hospitais, presídios etc.) têm um significado na ordem da política local. Tais equipamentos urbanos são muito bons para pensarmos a maneira como esteve ou está estruturado o poder local, mas, principalmente, sobre os significados dos valores democráticos, os

direitos e deveres dos cidadãos e as políticas públicas (saúde, educação e segurança), assim como os vícios desse poder: corrupção, nepotismo e patrimonialismo. O acesso à História dessas instituições pode ser mediado por vários documentos, além daqueles citados anteriormente (memória oral, decretos-leis, fotografias):

a) *Atas ou documentos de fundação/inauguração institucional* – livros ou documentos em que se registra a inauguração ou criação da instituição de gestão ou assistência pública (prefeitura, câmara dos vereadores, hospital etc.). Encontram-se geralmente no arquivo dessas instituições.

b) *Estatutos* – documentos que regulamentam o conjunto de regras de organização, gestão, funcionamento de uma instituição, órgão, estabelecimento, empresa pública ou privada.

c) *Fotografias* – as imagens dos prédios e lugares são especialmente preciosas para que seja demonstrada a transformação dos espaços. Também podem ser pesquisadas das representações fotográficas mais antigas até as atuais, observando-se as modificações de uso, circulação e demais características arquitetônicas.

## **Metodologia da ação educativa**

Podemos agora experimentar a nossa cidade passeando por ela (CERTEAU, 1994) e visitando os seus lugares de memória (NORA, 1993) em uma atividade de pesquisa e ensino-aprendizagem.

A ideia é que construamos um roteiro de visita a partir do patrimônio material e imaterial da cidade. Portanto, um exercício

de educação patrimonial. O conceito de lugares de memória foi elaborado pelo historiador francês Pierre Nora, para significar “onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7): monumentos, praças, prédios, arquivos, cemitérios, hinos etc. Esses lugares podem ter uma palpabilidade, ou seja, são coisas que se pode tocar ou simplesmente criações imateriais humanas que buscam fixar a memória de um grupo de pessoas, de uma comunidade e até de uma nação em logradouros, fórmulas discursivas (orações, ditados, hinos etc.), emblemas, comemorações, canções, narrativas míticas, festas etc.

Com esse conceito, nos aproximamos de outro muito praticado no âmbito da proteção dos bens culturais de uma coletividade. No Brasil, conforme o Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, estamos nos referindo ao patrimônio cultural brasileiro, ou seja, a todo o acervo de referências culturais do seu povo, com suporte em sua materialidade e imaterialidade (BRASIL, 1988).

Os bens culturais podem também ser consagrados ou não consagrados. Entendemos os primeiros como aqueles que foram reconhecidos pela sociedade e protegidos por legislações (leis e decretos), e os segundos como aqueles que fazem parte de nosso dia a dia, da nossa realidade social, revelando os múltiplos aspectos que a cultura viva de uma comunidade pode apresentar. Por sua vez, o patrimônio cultural pode ser dividido em:

a) *Patrimônio material*: cidades, edificações, documentos, objetos, espaços onde se dão manifestações artístico-culturais, complexos urbanos e demais logradouros de referência histórica, paisagística, artística, arqueológica, paleontológica, ecológica e científica;

b) *Patrimônio imaterial*: neste âmbito, estariam todas as criações humanas que não teriam necessariamente uma base física, ou pelo menos ela não seria o princípio definidor. Nessa dimensão, estariam as formas de expressão (canções, danças, teatro etc.) de uma coletividade, suas maneiras de fazer determinados processos (culinária, artesanato etc.), de viver, de agir (celebrações etc.), de formular seu conhecimento através do pensamento, dos costumes e das instruções.

Nesse sentido, se pensamos em utilizar os bens culturais urbanos como forma de praticarmos nossa memória e história, é necessário que sigamos uma metodologia apropriada. Por isso, escolhemos a educação patrimonial. Vejamos as etapas dessa metodologia. No quadro a seguir, estão detalhadas as atividades dessa metodologia para os alunos das escolas de Ensino Fundamental e Médio (GRUNBERG, 2007, p. 6):

1) *Observação*: nessa etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, [...] etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.

2) *Registro*: com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.

3) *Exploração*: análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em vários lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito.

4) *Apropriação*: recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando, assim, o bem trabalhado.

## **Praticando a cidade em uma ação educativa**

Nossa proposta é trabalhar a cidade e sua diversidade sociotemporal através das fontes documentais da maneira como anteriormente sugerimos. Objetivamente, propomos a montagem de um roteiro de viagem de estudo pela cidade mediando esta prática com as estações da metodologia acima exposta (observação, registro, exploração e apropriação).

Iniciaremos a experimentação didática imaginando o seguinte: temos que levar uma turma de alunos para conhecer a História da cidade através dos seus bens culturais, especialmente através da visita aos prédios, ruas e praças. O desafio é ter informações de qualidade para conhecer a História Local e fazer as conexões possíveis com a História nacional e global. Estabeleçamos, então, um plano para nossas ações:

1. Fazemos um inventário, uma lista de lugares de memória sem os quais nós não conseguiríamos conhecer a cidade pesquisada. Pensemos primeiro nos espaços e bens arquitetônicos, associando cada um da lista àquelas categorias dos tópicos patrimoniais:

<b>Narrativas de origem:</b>	<i>Exemplos: mito, igreja, rio, salina, mina...</i>
<b>Produção da vida material:</b> trabalho e economia	<i>Exemplos: curral, fábrica, mercado público, oficina...</i>
<b>Produção da cultura:</b>	<i>Exemplos: festa de padroeira, autos teatrais, vaquejadas, bandas de música...</i>
<b>Produção da vida espiritual:</b>	<i>Exemplos: igreja, templo, local de romaria...</i>
<b>Produção do governo civil:</b> gestão pública e assistência social	<i>Exemplos: prefeitura, hospital, delegacia, escola...</i>

Agora, reordenemos essa lista segundo sua temporalidade social, de maneira que possamos enfileirar esses lugares de memória em uma linha de tempo.

2. A seguir, é necessário explorar cada um dos elementos de nossa lista. Começemos pelo mais antigo. Pode ser o ponto onde, segundo a memória local, tenha “começado” a cidade: fazenda, rio, serra, igreja etc. E aqui é interessante que exploremos todos os tipos de fontes documentais disponíveis para o bem cultural que queremos estudar.

3. Depois é preciso que seja produzida uma narrativa escrita breve sobre a História e a descrição física de cada um dos itens listados, de maneira que sejam citados, quando existirem na descrição de cada bem cultural, os seguintes documentos: um documento escrito (cópia), três fotografias (diferentes épocas, diferentes ângulos) e um depoimento oral.

4. Por fim, é necessário fazer uma ligação de cada um dos itens descritos com algum período da História do Brasil ou global, quando possível, relacionando esse item a algum conteúdo escolar. Exemplo: voltemos ao Mito da Origem de Caicó e vejamos que ali estão presentes os elementos da ocupação colonial dos sertões nordestinos: primeiras fazendas de gado, religiosidade e guerra aos índios.

Com esta prática, temos um roteiro pormenorizado do patrimônio cultural urbano, pelo menos aquele que o grupo de pesquisadores (professores e alunos) elegeu como importante, de maneira que o grupo pode, ao visitar cada logradouro urbano, viajar e estudar a História Local e Universal, partindo da História da cidade. Os passos seguintes para a metodologia estão abertos para a experimentação e a criatividade do grupo: maquetes, pinturas, desenhos, jogos, exposições etc.

## **Considerações finais**

Nesta experimentação didática em educação patrimonial, adotamos como ponto de partida o princípio da redução escalar instrumentalizado de maneira que a cidade não se enclausure nela mesma. A experiência comprovou que este recorte local foi uma rica estratégia de investigação, pois possibilitou que, partindo do lugar, os participantes da ação educativa entendessem macro-processos (estruturas e conjunturas nacionais e internacionais) e as várias temporalidades que permeiam as práticas humanas. Por outro lado, este enfoque permitiu que os sujeitos da pesquisa agenciassem materiais e fontes que podem ser encontrados próximos das áreas geográficas/históricas onde eles vivem como professores e pesquisadores. Tal metodologia permitiu a articulação de várias dimensões do patrimônio cultural, de forma que os seus praticantes dialogassem com a experiência humana no tempo e no espaço.



## Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário oficial da União, 7 ago. 2000**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em 5 ago. 2015

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DANTAS, Manoel. **Homens de outrora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pogetti Editores, 1941.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de. **Economia Rio Grande do Norte: Estudo Geo-histórico e econômico**. Ensino Médio. João Pessoa: Editora Grafset, 2002.

FONSECA, Damasceno Cláudia. **Arraiais e Vilas D'el Rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdadeI**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII. 2005. fls 700. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: espaço e história no regionalismo seridoense. Natal: EDUFRN, 2012.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste**: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1985.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de deus à cidade dos homens**. Natal: EDUFRN, 2009.

## A PROBLEMÁTICA DA “MEMÓRIA LOCAL”: REFLEXÕES SOBRE O CASO NORTE-RIO-GRANDENSE

Hélder Viana

### Identificando um fenômeno

Presenciamos hoje, mais do que nunca, os apelos por uma “memória local”, entendida quase sempre como uma “memória municipal”.

Há anos observamos em pequenas, médias e até em grandes cidades do país a ocorrência de um afã comemorativo com vistas a celebrar a data de fundação da cidade, ou mais correntemente a de sua emancipação política. É possível identificar essas celebrações nos calendários oficiais ao lado das datas das festas de padroeiros e das comemorações cívicas do Sete de Setembro. Tais festas aparecem sempre acompanhadas de shows musicais, celebração religiosa, discurso de autoridades e o corte de um bolo de aniversário. É um evento de confraternização não só para os moradores locais, mas também para aqueles que lá nasceram e que por algum motivo não vivem mais no lugar. Como toda festa de aniversário, essas cerimônias servem para marcar o tempo da municipalidade, instituir a data emblemática de uma origem.

Temos também percebido um esforço de autoridades, estudiosos e populares locais em procurar marcas desse passado municipal como um modo de estabelecer registros dessas experiências. Constatamos que muitas cidades vêm constituindo nas últimas décadas seus

próprios museus, centros de documentação e associações culturais. Tais entidades têm procurado reunir objetos e relatos de fatos e personagens da “história local” “dignos de nota”, assim como artefatos da vida cotidiana e/ou de um passado longínquo.

Recentemente, em 1990, um grupo de moradores do distrito de Lajedo, município de Apodi, iniciou um trabalho de preservação do Lajedo de Soledade. O Lajedo é uma formação de rochas calcárias da bacia potiguar, composta de cavernas e fendas repletas de pinturas rupestres.

Liderados pela historiadora e ambientalista Maria Auxiliadora da Silva Maia, eles criaram a Fundação Amigos do Lajedo de Soledade (FALS), uma entidade sem fins lucrativos que passou a desenvolver esse trabalho de preservação, pesquisa e educação patrimonial. Em 1993, com o apoio da Petrobras, a FALS criou o Museu do Lajedo de Soledade com o objetivo de abrigar peças recuperadas no Lajedo e monitorar as visitas turísticas e educacionais ao local.

Também no ano de 1993, a prefeitura do município de Currais Novos criou a Fundação Cultural José Bezerra Gomes com a finalidade de “cuidar de bibliotecas, bandas de música, museus, folclore e tradições que acentuem a presença do povo na evolução da comunidade” (FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ BEZERRA GOMES, 2011)<sup>1</sup>. Para alcançar tal objetivo, a instituição buscou desenvolver trabalho de coleta, organização e conservação do acervo bibliográfico e documental do seu patrono, o escritor e poeta José Bezerra Gomes (1911-1982), de preservação de monumentos históricos, artísticos e paisagísticos do município, bem como passou a estimular pesquisas

---

1 Documento *on-line* não paginado.

sobre “os aspectos sociais, políticos e econômicos da municipalidade, podendo, contudo estender-se à região do Seridó” (FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ BEZERRA GOMES, 2011)<sup>2</sup>.

Ainda mais recentemente, em 2003, o professor Máximo Rebouças Júnior, do município de Areia Branca, instalou um museu particular (que leva o seu nome) para expor objetos ligados à História Local. A ideia surgiu durante a realização de uma feira cultural na Escola Santo Expedito, em Redonda, zona rural do município. Depois do evento, Rebouças começou a recolher artigos, documentos e objetos que “retratassem o cotidiano e a história de Areia Branca”, compondo um acervo com cerca de 16 mil peças (VOZ DE AREIA BRANCA, 2012).<sup>3</sup>

Outras experiências no campo da memória local também podem ser presenciadas nos últimos anos, como as chamadas Caminhadas Históricas. No Rio Grande do Norte, elas foram realizadas nas duas maiores cidades do estado. Em Natal, ocorreram quatro edições, sendo a primeira em 2008 e a última em 2011. Em Mossoró, realizou-se apenas um festejo em 2012<sup>4</sup>. As Caminhadas Históricas constituíram-se numa atividade de caráter educacional e artístico-cultural promovida por uma

---

2 Documento *on-line* não paginado.

3 Documento *on-line* não paginado.

4 Na Internet foram encontradas referências apenas dos seguintes eventos: 1ª Caminhada Histórica de Natal (Dezembro/2008); 3ª Caminhada Histórica de Natal (Junho/2010); 4ª Caminhada Histórica de Natal (Dezembro/2010); 5ª Caminhada Histórica de Natal (Dezembro/2011); Caminhada Histórica de Mossoró (Maio/2012). Não há menção a 2ª Caminhada Histórica de Natal, ou ela não mereceu destaque na imprensa, ou ela não ocorreu (o que parece ser mais provável).

empresa de eventos, a Viva Promoções. Elas eram realizadas como um passeio a pé pelas ruas da cidade em visita aos principais monumentos e prédios históricos locais. Eram acompanhados por um professor de História e um guia turístico, que explicavam aos participantes a “importância histórica de cada monumento”. Ao longo dos percursos das caminhadas ocorriam shows musicais com artistas locais e apresentações teatrais e folclóricas.

As Caminhadas chegaram a ter participação de um grande contingente de pessoas e ganharam apoio de entidades da sociedade civil e de empresas do estado. Segundo o produtor do evento nas duas cidades, o empresário Jarbas Filho, da Viva Promoções, o objetivo das Caminhadas era

resgatar a história de seus monumentos e chamar a atenção da população e autoridades para a importância de manter esse patrimônio preservado, proporcionando às gerações futuras a oportunidade de conhecer a história do município e perpetuá-la (OLIVEIRA, 2012)<sup>5</sup>.

Antes de ser um processo consensual, a definição da memória local se apresenta como um espaço de disputa, que assinala

---

5 Outros registros sobre as Caminhadas Históricas em Natal e em Mossoró encontram-se em: <<http://nataldeontem.blogspot.com.br/2008/12/i-caminhada-historica-do-natal.html>>; <<http://nominuto.com/noticias/cidades/caminhada-historica-de-natal-tera-concentracao-as-14h-na-praca-andre-de-albuquerque/25201/>>; <<http://www.cascianoival.com.br/caminhada-historica-nesta-tarde-em-mossoro/>>; <<http://blogdpc.blogspot.com.br/2012/04/patrimonio-historico-cultural-caminhada.html>> Acesso em: 6 dez. 2013.

diferentes interesses, sentidos e definições dos grupos envolvidos. Isso ficava evidente numa prática simbólica comum que é a nomeação de edificações e lugares públicos urbanos. Assim, ao dar nome à rua e a logradouros públicos, busca-se instituir uma identidade para esses locais e fazer com que certas referências do presente possam ser perpetuadas.

Essa prática de dar nomes de líderes políticos, artistas e personalidades ou de fatos de reconhecimento histórico aos edifícios, ruas e logradouros públicos foi, durante muito tempo, comum a todos os municípios do Rio Grande do Norte e do resto do país. Entretanto, ela parece mais aguda atualmente, mobilizando a população local de maneira nunca antes vista. O que falar da contenda em torno do nome do novo aeroporto da cidade de Natal? A querela envolve os interesses de grupos políticos tradicionais e a intervenção de diversas organizações da sociedade civil. Ela deixou de ser um problema restrito aos gabinetes governamentais para ganhar os fóruns da Internet, mobilizando a opinião pública de diferentes partes do estado e até fora dele.

Também assistimos a um descontentamento dos habitantes municipais em relação aos próprios nomes de suas cidades. O que tem levado determinadas populações locais a não se sentirem mais identificadas com os nomes de suas cidades e mobilizarem esforços para que esses sejam modificados? Que novas aspirações teriam provocado esse descontentamento e o desejo de mudança?

Em 1991, por exemplo, a população de Campo Grande apoiou o retorno do antigo nome da cidade, depois de mais de setenta anos vivendo sob a denominação de Augusto Severo. Também nesse mesmo ano, os moradores de Januário Cicco votaram pela mudança

do nome da cidade, que passou a se chamar Boa Saúde. Em 2012, a população de Presidente Juscelino foi a um plebiscito para mudar o nome do município para Serra Caiada, trocando a homenagem feita ao ex-presidente por outra identificada com uma formação geológica característica do lugar.

Antes de ser um fenômeno tradicional, a questão da memória local aparece fortemente associada aos novos dispositivos de comunicação na rede de computadores. Presenciamos a proliferação de sites na Internet buscando oferecer um registro dessa memória por meio da reunião de cópias digitais de documentos textuais, de fotografias e outros documentos imagéticos. Alguns desses sites pertencem a órgãos do poder público municipal, mas a maioria deles é de pessoas comuns, curiosos, estudiosos diletantes, e até mesmo de historiadores profissionais.

Como entender todas essas experiências? O que elas têm em comum e no que são diferentes? Seriam algo do tempo atual (últimos vinte anos) ou teriam relação com outras experiências mais antigas?

## **Memória e identidade locais**

A primeira questão a considerar sobre as experiências apresentadas é que todas elas têm algo em comum. Ao realizar um trabalho de memória, procuram expressar identidades, no caso, “identidades locais”. De fato, por meio da “defesa” da memória que muitas vezes é tratada como “esquecida” essas experiências procuram estabelecer uma forma de identidade coletiva que define os indivíduos pela sua relação com a localidade – o município. Assim, ao afirmar a



importância da “memória natalense”, por exemplo, busca-se, com isso, amparar a ideia de uma “identidade natalense”.

Vários estudiosos têm chamado atenção para a relação entre memória e identidade. No fluxo do tempo, a memória é um dispositivo com o qual o indivíduo e os grupos podem suportar a duração. Assim, pergunta Candau:

Como parar esse tempo devastador, essa ‘corrida desabalada’, como evitar esse trabalho ‘incoerente, indiferente, impessoal e destruidor’, como se livrar da ‘ruína universal’ com a qual ameaça toda vida? (CANDAU, 2011, p. 15).

A memória nos daria a ilusão de que o que passou não é inacessível e que é possível “juntar os pedaços” e encarar a vida presente.

Por outro lado, a relação entre memória e identidade sempre se apresenta apoiada para “produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2011, p. 16). Essa dimensão discursiva da relação se mostra como um elemento central para se compreender as experiências estudadas.

Assim, tomando como base essa dimensão discursiva da articulação entre memória e identidade, como poderíamos pensar a questão da “identidade local”, ou seja, como e em que momento se definiu a história, o mito e a narrativa dessa identidade? Como e em que ocasião de nossa história nacional, a localidade, entendida aqui como o município, tornou-se elemento importante da constituição de um discurso identitário? Quando e em que circunstância essa forma de identidade apareceu e como tem se modificado no decorrer do tempo?

O que podemos assinalar inicialmente é que, desde a segunda metade do século XIX, constatamos a presença de um sentido social que procura identificar os indivíduos com as cidades onde nasceram. Observamos que é nesse período que se dá o aparecimento e a difusão de termos como “natalense”, “mossoroense” e “assuense”, entre outros similares, para caracterizar os moradores de determinada cidade da província, denotando, assim, esse novo sentido.

Porém, é possível afirmar que, nos séculos anteriores, a relação do indivíduo com o seu local de origem – fosse ele um povoado, uma vila ou uma cidade – não constituía um elemento central na formação da identidade do indivíduo ou dos grupos. Podia-se afirmar que “fulano é da cidade do Natal”, mas nunca que “fulano é natalense”. Assim, o emprego do gentílico (natalense, por exemplo) parece assinalar muito mais do que uma simples formalidade, mas uma nova relação jurídica, política e simbólica entre o indivíduo e a localidade onde nasceu<sup>6</sup>.

---

6 Sabemos que mesmo antes e até depois da difusão do discurso da identidade municipal, os indivíduos possuíam formas de vínculos e identificação coletiva com os lugares das mais variadas. Até o final do século XVIII, as pessoas, mesmo nascidas na colônia brasileira, ainda se sentiam ligadas à Coroa Portuguesa, ou seja, elas se viam não apenas como súditas do rei de Portugal, mas se consideravam “portuguesas”. Também era comum que outros já passassem a se identificar com a sua Capitania natal; assim, podemos compreender o emprego de termos como “bairianos”, “pernambucanos”, “paulistas” nesse mesmo período. Por outro lado, a identidade podia estar muito bem relacionada à ligação de pertencimento a uma determinada propriedade rural, por exemplo, ou a uma localidade específica. Até hoje, é comum que muitos moradores que vivem na zona rural de alguns municípios sejam identificados muito mais pelo sítio em que vivem do que pelo município ao qual estão ligados. Na Natal do século XIX, por exemplo, a população local ainda estava dividida em dois grupos distintos que

A princípio, parece haver uma relação entre o surgimento dessas identidades e a consolidação da soberania nacional. De algum modo, o poder municipal tornar-se-ia uma das peças fundamentais de estruturação do Estado nacional após a Independência do país.

Por outro lado, deve-se considerar que a emergência das identidades municipais esteve fortemente relacionada ao crescimento da importância econômica dos núcleos urbanos no Brasil. A expansão de uma economia em que cada vez mais predominava o peso das cidades na condução dos negócios, dos capitais e da administração pública tornou a unidade urbana o principal referencial de autonomia política, econômica e cultural na sociedade brasileira.

## **A Ascensão do registro escrito**

No século XIX, os termos gentílicos aparecem bem explícitos, por exemplo, nos nomes de alguns dos mais importantes jornais surgidos no período: O Natalense (1832), primeiro jornal do Rio Grande do Norte; O Assuense (1867), primeiro jornal do interior da província,

---

eram identificados e se identificavam pelo local em que viviam na cidade. Os termos “Canguleiros” e “Xarias” eram utilizados para definir, respectivamente, os moradores da parte baixa da cidade, a Ribeira, região portuária às margens do Rio Potengi, e os da Cidade Alta, localidade mais antiga do município. Os Canguleiros eram moradores de origem humilde, dedicados em grande parte à atividade portuária da região ribeirinha da cidade; ganharam essa denominação por serem comedores de cangulo, peixe de pouco valor comercial pescado na própria localidade. Os Xarias constituíam o grupo melhor aquinhoado, moradores da parte alta da cidade, centro do poder e da administração; receberam a alcunha pelo consumo de um peixe nobre, o xaréu.

fundado pelo Coronel João Carlos Wanderney; O Mossoroense (1872), fundado por Jeremias da Rocha Nogueira; O Macauense (1886), fundado por Elias Souto, entre outros.

Além de denotar o sentido de qualificativo dos habitantes às suas respectivas cidades, também tornava os próprios jornais um referencial de identificação social.

Em seu estudo sobre a origem e a difusão do nacionalismo, Benedict Anderson chamou atenção para o papel desempenhado pelo “capitalismo editorial” no surgimento das “identidades nacionais” europeias. Anderson assinalou a importância da difusão das línguas vernaculares (as línguas nacionais: francês, espanhol, português, italiano etc.) nos impressos a partir do século XVII como elemento fundamental na formação das “identidades nacionais” na Europa. Segundo ele, teria sido por meio dos impressos que se tornou possível a difusão de códigos comuns entre pessoas que se encontravam geograficamente distantes dentro de um país. Por meio da leitura de um texto escrito em língua nacional, os leitores dos mais diferentes lugares podiam criar vínculos culturais e simbólicos, mesmo estando a quilômetros de distância um do outro, produzindo, assim, o que ele denominou de uma “comunidade imaginada”.

Até que ponto poderíamos dizer que a mesma interpretação seria aplicada para caracterizar o surgimento de uma identidade municipal no Brasil? A difusão de jornais nos municípios do Rio Grande do Norte a partir da segunda metade do século XIX teria criado uma “comunidade imaginada” municipal?

O aparecimento dos primeiros jornais potiguares com títulos gentílicos também parece assinalar o sentido que essas instituições se investiam, como legítimos porta-vozes de sua comunidade urbana.

Assim, antes de serem veículo de informação e entretenimento, esses jornais assinalavam uma forte conotação política e identitária.

O século XX possibilitaria a expansão da escrita e do hábito da leitura, alterando as formas de produção e de reprodução da memória coletiva. De fato, os republicanos se esforçaram por fazer da palavra escrita um meio de identificação coletiva; para isso, eles fizeram da ampliação da rede de Ensino Primário um meio de expansão da comunidade de leitores.

## A “História Municipal” e seu ensino

Ainda no final do século XIX, esse tipo de narrativa identitária começou a ganhar lugar nas obras literárias, nos ensaios históricos e na crônica jornalística.

Na primeira obra de história escrita no Rio Grande do Norte, pelo historiador Manoel Ferreira Nobre, em 1877, o autor procurou apresentar aos seus leitores aquilo que deveria ser lembrado não só pelo “povo da província”, mas principalmente pelas populações de cada cidade em particular. O texto escrito permitiria que os acontecimentos, nomes e atitudes do passado pudessem ser lidos e reverenciados pelos cidadãos do município em qualquer tempo ou lugar.

GALERIA DOS ILUSTRES RIO-GRANDENSES DO  
NORTE EM 1817

Moradores no município de Porto Alegre [sic]:  
1º - João Barbosa Cordeiro, Vigário da freguesia de S. João Batista de Porto Alegre [sic], e nela morador. Aderiu com alvoroço à causa da

liberdade em 1817, e com seu exemplo conquistou muitos prosélitos.

Rompendo o dia de março de 1817, e com ele aparecendo a causa da liberdade, o Vigário Cordeiro tanto por ela se devotou, que, sabendo em sua freguesia haver-se declarado na capital a revolução, imediatamente ajoelhou, ergueu as mãos e os olhos para o céu, rendeu graças ao Criador, porque via antes de morrer sua pátria livre (NOBRE, 2011, p. 123).

Diferentemente dos antigos relatos orais, os relatos escritos necessitavam de uma comunidade de leitores para que a memória local pudesse se instituir. Um papel importante nesse aspecto coube à escola. Por meio dela, as crianças podiam aprender a escrever e se tornar capazes de ler. Por outro lado, a partir dos anos 1920, o ensino da história estadual passou a ser adotado nas escolas do Rio Grande do Norte. Foi, portanto, nesse período que surgiram os primeiros livros de história do Rio Grande do Norte (Tavares de Lira e Rocha Pombo).

Nesse mesmo tempo apareceram também as primeiras obras de descrição histórica das municipalidades, como “Denominações Municipais” (1922), de Manuel Dantas, e “Municípios do Rio Grande do Norte” (1936-1939), de Nestor dos Santos Lima<sup>7</sup>.

---

7 No final da década de 1930, apoiado pela editora Pongetti, teve início um novo conjunto de trabalhos voltados para a produção de estudos e histórias municipais. O primeiro deles foi Mossoró (1940), de Vingt-un Rosado; anos depois, outros vieram, como Acari: Fundação, História e Desenvolvimento (1974), de Jayme da Nóbrega Santa Rosa, e Ceará-Mirim: Exemplo Nacional, 1938-1972 (1974), de Júlio Gomes de Senna. O período também presenciou a publicação de História da Cidade do Natal (1947), de Luís da Câmara Cascudo, pela Prefeitura da Cidade de Natal, e de História do

Por meio do ensino, a história dos municípios deixava de ser elemento de simples erudição para se transformar em produto escolar. É muito difícil saber o impacto que essas obras causaram na população estudantil dos municípios nas décadas seguintes, pois poucos relatos temos para investigar. Num depoimento dado pelo historiador Gilberto Guerreiro Barbalho, autor de “História do Município de São José de Mipibu” (1960), fica claro o quanto o contato com essas obras podia despertar no leitor não só um sentimento de identidade, mas também o desejo de perpetuar uma tradição, escrevendo ou reescrevendo a história do seu próprio município. O autor explica que a ideia de produzir aquela obra surgiu-lhe ainda em 1940, quando “Dona Lourdes, professora do Grupo Escolar local, incluíra no currículo do ensino alguns aspectos históricos da antiga Aldeia, extraídos de um estudo do Dr. Celso Sales” (BARBALHO, 1960, Nota Explicativa).

## A crônica histórica nos jornais

É mais provável que tenham sido os jornais os principais difusores desses relatos históricos dos municípios. Conforme assinalamos, desde o século XIX, os jornais parecem ter desempenhado um papel

---

Município de São José de Mipibu (1961), de Gilberto Guerreiro Barbalho, pela Gráfica Nap.

Na década de 1980, um novo conjunto de obras também voltadas para a história municipal foi publicado pelo Centro Estudos e Pesquisas Juvenil Lamartine (CEPEJUL), órgão da Fundação José Augusto. Por meio do programa “História do seu Município”, o Centro editou histórias dos municípios de Serrinha, São Gonçalo do Amarante, Cerro Corá, Eduardo Gomes (hoje Parnamirim), Florânia e Caicó.

importante na construção dessas comunidades imaginadas municipais. Porém, foi a partir da instalação da República que eles se tornaram meios privilegiados da construção de uma comunidade de leitores que comungavam não só o seu cotidiano, mas um conjunto de referências do passado comum.

Entre os gêneros jornalísticos mais importantes dessa época estavam as crônicas. As crônicas de costumes eram meios importantes que expressavam a constituição desse espírito comum. Porém, foram as de caráter histórico que assinalaram uma relação entre identidade e passado.

Em Natal, entre os finais das décadas de 1930 e 1940, o historiador Luís da Câmara Cascudo publicou dezenas de crônicas sobre a história da cidade na sessão “Actas Noturnas”, do jornal *A Republica*. No seu estudo sobre a obra “História da Cidade do Natal”, de Câmara Cascudo, Raimundo Arrais demonstrou que essa produção no jornal esteve intimamente ligada à produção bibliográfica de cunho histórico, sobretudo, sua história sobre a cidade de Natal. Também evidenciou que até mesmo os leitores de suas crônicas seriam futuramente os mesmos do livro. Conforme assinalaria Arrais, a publicação do “livro propiciou o reencontro dos leitores com um material que eles já conheciam” (ARRAIS, 2010, p. 629-633).

## **Memória cívica e monumentos**

Outro campo de construção da memória local republicana relacionava-se à edificação de monumentos e ocorrência de rituais



cívicos. Nas primeiras décadas do século XX, a instalação desses monumentos marcará a vida das maiores cidades do estado, sobretudo da capital. Figuras do republicanismo ganham estátuas que são distribuídas em diversos locais do centro urbano. Nas praças e logradouros, estudantes, trabalhadores e autoridades realizam cerimônias cívicas como forma de homenagear figuras do passado republicano. As imagens de Frei Miguelinho e de André de Albuquerque são reverenciadas e cultuadas como referências de um passado público comum.

No município de Martins, a Proclamação da República é festejada no ano de 1929, com a inauguração da Praça Almino Afonso. A homenagem ao líder abolicionista e republicano da região é marcada pela instalação de uma herma em bronze, obra do escultor carioca Eduardo Sá, ofertada pelo Cel. Demétrio do Rego Lemos. O novo espaço cívico faz lembrar a todos os martinenses a importância da república e dos seus líderes.

## **A construção do “Patrimônio Local”**

O Rio Grande do Norte não é apenas um Estado que produz sal, algodão e que possui inesgotáveis jazidas de xilita [sic]. Por quê [sic] ficamos desvanecidos com tanta boniteza de nossas praias, onde o forasteiro chega, chupa caju entre goles de “pinga”, e vai embora dizendo ter “conhecido” o Rio Grande do Norte? Monumentos históricos e artísticos do Estado devem constituir, também, um atrativo para

os que nos visitarem, pela localização pitoresca em que alguns se encontram, ensejando magníficos passeios através desta hospitaleira terra potiguar (SOUZA, 1981, p. 10).

A partir da década de 1960, a noção de patrimônio foi sendo disseminada em todo o estado do Rio Grande do Norte, havendo dois agentes importantes nesse processo: o folclorista e funcionário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Oswaldo Câmara de Souza e o recém-criado órgão de promoção e gestão da produção cultural no estado, a Fundação José Augusto.

Oswaldo Câmara de Souza esteve à frente das primeiras ações sistemáticas de definição, preservação e tombamento do patrimônio no estado. Foi nesse período que ele dirigiu a operação de transferência do marco colonial de Touros de seu antigo local de origem para Natal. Na recém-instituída Delegacia do IPHAN no Rio Grande do Norte, Oswaldo de Souza realizou viagens ao interior do estado recolhendo informações sobre antigas edificações e produzindo um registro fotográfico delas. Nesse momento, promoveu a identificação das velhas casas de câmara e cadeia de Vila Flor e de Acari, do sobradinho centenário da Rua da Conceição, em Natal, de velhos engenhos e mansões senhoriais em diversas cidades do estado e do prédio do antigo Palácio do Governo, na capital. Também foi responsável por inscrever os antigos edifícios das matrizes de São José de Mipibu, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Caicó e Acari no rol do patrimônio do estado. Esse trabalho de inventariar bens patrimoniais, no entanto, não esteve restrito apenas às edificações, mas incluiu também objetos históricos e artísticos, como as imagens sacras católicas encontradas em algumas igrejas do estado,

a exemplo do conjunto da Morte de Nossa Senhora da igreja de Canguaretama (GALVÃO, 1988, p. 75-76).

Muitas das edificações por ele arroladas encontravam-se em ruínas ou em condições muito precárias. Todos os bens seriam submetidos à catalogação e muitos deles teriam seu tombamento sugerido como “patrimônio estadual”, além da imediata conservação.

Em 1981, Oswaldo de Souza publicou todo esse levantamento num livro de mais de quatrocentas páginas, “Acervo do Patrimônio histórico e artístico do Estado do Rio Grande do Norte”, que apresentava pela primeira vez um registro de bens patrimoniais do estado com legendas e fotografias. O conjunto desses bens foi organizado nas seguintes categorias: Arquitetura e Arquitetura Religiosa; Material Iconográfico; Imagens Religiosas; Outras Imagens; Oratórios e Jazidas Arqueológicas.

Outro vetor importante de propagação do patrimônio no estado foi a Fundação José Augusto. O órgão seria responsável por toda a política cultural do governo estadual. Desde sua criação, em 1963, a Fundação passou a desenvolver um trabalho no plano cultural, por meio da Biblioteca Pública do Estado, do Museu de Arte e História do Rio Grande do Norte e da Gráfica Manimbu. As ações mais concretas em relação ao patrimônio só viriam a partir de meados dos anos 1970. Aproveitando o incentivo financeiro do governo federal, por meio do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (1973), o governo estadual promoveu a restauração da Fortaleza dos Reis Magos, em Natal; do Solar do Ferreiro Torto, em Macaíba; do Casarão dos Antunes, em Ceará-Mirim, e do prédio da antiga Casa de Detenção, também em Natal.

No plano museológico, foi criado um conjunto de museus voltados para preservar objetos e registros da cultura e da história estadual, tais como a Casa Café Filho (1979), em Natal; a casa-grande do Engenho Guaporé (1979), em Ceará-Mirim, o Almirante Ary Parreiras (1981), também em Natal, Capitão Antas (1986), em Pedro Avelino, entre outros.

Até 1988, a FJA havia restaurado vinte e cinco edificações, sendo todas elas residências senhoriais, templos católicos, fortificações e quartéis. Esse trabalho de tombamento e restauração veio a ter prosseguimento nas duas décadas posteriores. Entre 1995 e 2002, foram realizados os tombamentos de vários edifícios antigos na capital do estado, como o prédio onde foi instalada originalmente a Escola Doméstica, a casa onde nasceu Café Filho, o antigo Palácio do Governo, o casarão do Liceu Industrial, o prédio onde funcionou o Cine Magestic, na Cidade Alta, entre outros. No interior, foram tombadas as Capelas de São José e de Nossa Senhora da Soledade, em Macaíba; a Escola Estadual Barão do Mipibu, em São José do Mipibu, a Capela de Santa Rita das Dores, em Pedro Velho; a Casa de Alzira Soriano, em Jardim de Angicos; a Casa Paroquial de São Paulo do Potengi e a Casa Velha, em Lagoa de Velhos (CEPEJUL, 2004, p. 128).

Apesar de todas essas ações serem resultado de um esforço estadual e federal, o fato é que elas ajudaram a despertar, ou mesmo incrementar, em diversos municípios em que ocorreram, uma mudança em relação aos bens e manifestações culturais existentes na localidade. Pelo menos era com esse otimismo que esperavam seus idealizadores:

Essas intervenções, sejam quais forem as causas que as concretizaram, deram ensejo (isso parece fundamental) à criação, no seio da comunidade, de uma nova concepção sobre a representatividade e importância dos seus monumentos, dos seus sítios históricos e paisagísticos, refletindo-se numa crescente preocupação com o destino desses imóveis (CEPEJUL, 2004, p. 128).

## **Tendências atuais da “Memória Local”**

Nos últimos anos temos observado pelo menos quatro tendências da “memória local”, mais especificamente no campo do “patrimônio local”, que assinalam tanto permanência e disseminação de antigas formas de concepção desse patrimônio quanto apontam também para seus limites e contradições.

Uma dessas tendências é um “novo culto ao passado”. Este já não é visto mais pelo viés político e cívico, conforme se definiu melhor na primeira metade do século XX, mas pelo enaltecimento dos “tempos áureos” da história municipal. Em alguns casos, os “tempos áureos” são identificados como os tempos de pujança econômica oriunda do trabalho dos engenhos de açúcar, da atividade da pecuária, das produções salineira, algodoeira e mineradora, entre outras.

Observa-se nessas experiências uma procura por edificações e objetos que possam lembrar a atividade econômica e a vida do lugar nesses tempos de prosperidade. Antigos engenhos e casas de fazenda ainda em funcionamento, ou desativados, ou mesmo em ruínas, passam a ser os motivos de uma corrida desenfreada a esse passado.

Em Ceará-Mirim, o governo e pessoas comuns do município chegam a mapear dezenas de engenhos e a propor a instalação de um roteiro turístico para visitaçaõ desse conjunto. O roteiro disponível no site da Internet assinala o percurso que o visitante deverá fazer para conhecer exemplares das antigas edificações que ainda hoje marcam a paisagem do lugar:

Saindo da cidade, as placas indicam o Roteiro dos Engenhos. O primeiro que se destaca é o Mucuripe. Adquirido em 1935 por Ruy Antunes Gaspar [sic], que faleceu em 1995, o engenho Mucuripe originalmente era do major da guarda nacional Antero Leopoldo Raposo da Câmara. Até seis meses atrás, produzia umas das melhores rapaduras da região, fabricadas em máquinas originalmente a vapor adaptadas à energia elétrica. Apresentado pelo “Barão”, o “feitor” Francisco Alves de Lima, 70 anos, conhecido como Tantico, revela algumas relíquias guardadas na recepção: uma garrafa de cachaça da última leva (de 1958) e alguns exemplares da famosa rapadura (PIMENTEL, 2012).<sup>8</sup>

Instituições como o Memorial Thomas Salustino, no município de Currais Novos, também foram criadas para retratar a fase gloriosa da extração da schelita e da riqueza que o minério proporcionou à região seridoense. A ação do Memorial está voltada para enaltecer a figura do desembargador e empresário Thomas Salustino

---

8 Documento *on-line* não paginado.

por meio da exposição de objetos pessoais e familiares, mas também de instrumentos de extração e beneficiamento do minério. Toda a exposição procura assinalar a importância de Salustino não só como empresário, mas como beneficiador do município, destacando também sua trajetória política e dos seus familiares.

Um dos aspectos que chama atenção no Memorial é sua capacidade de compor uma narrativa que mescla objetos pessoais, fotografias da mineradora e da cidade de Currais Novos, instrumentos de trabalho e exemplares de minérios na constituição de uma “memória local”. Assim, é possível dizer que através dessa narrativa museológica a instituição atua no sentido de fazer com que o visitante, mais especificamente o currais-novense, tome o conjunto dos bens expostos não como constituinte de uma “memória particular”, do indivíduo ou de sua família, mas como a própria “memória local”.

Outra tendência do patrimônio local – que parece se mostrar como uma espécie de outra face da tendência anterior – é a consciência do desinteresse e do desprezo pelas formas tradicionais desse patrimônio.

Por um lado, percebe-se que apesar do esforço pela preservação de um conjunto de patrimônio edificado e da guarda de objetos de valor histórico e artístico nos museus de todo o estado, o que se tem visto na maioria dos casos é a deterioração e a precarização dessas iniciativas. Isso se deve, em parte, a diversos fatores, como a falta de envolvimento da própria população local com esses bens, mas também, ausência de políticas públicas locais para eles.

Em 1979, depois de passar por uma profunda restauração, a antiga casa-grande do Engenho Guaporé foi transformada num museu, que

passou a abrigar antigas peças de mobiliário. Durante as décadas de 1980-90, a instituição, agora denominada Museu Nilo Pereira, passou a receber visitantes tanto da rede escolar do município de Ceará-Mirim e da população local em geral como também de outras cidades do estado, do país e até do exterior. No início dos anos 2000, o Museu foi aos poucos sendo abandonado e sujeito a vandalismo. Para proteger o acervo da instituição, a Fundação José Augusto providenciou sua remoção para Natal, deixando o prédio vazio.

Em setembro de 2010, numa visita às dependências do Museu Nilo Pereira, o presidente do Instituto Norte-Rio-Grandense de Genealogia e membro do IHGRN, Ormuz Barbalho Simonetti, expressou sua preocupação e indignação sobre o estado em que se encontrava o órgão:

Semana passada novamente estive de passagem pelos escombros do museu Nilo Pereira, como sempre acontece quando retorno de minha chácara, e algo me chamou a atenção. Pude ver ao longe algumas barracas armadas junto ao muro do casarão, que se destacavam por serem de lona azul. Otimista, imaginei que podia estar sendo iniciada a tão sonhada recuperação do casarão. A vegetação em volta havia sido podada, dando a impressão que seria instalado um canteiro de obras. Como tive notícia recente que havia sido alocada uma verba no valor de R\$ 300 mil para as obras de recuperação do museu, não tive dúvidas: manobrei o carro e rumei pela estradinha de acesso e fui ver de perto o que me parecia ser o início das obras.

Quando me aproximei do local pude perceber o meu engano e logo a esperança se transformou em mais uma decepção. As barraquinhas que



eu pensava se tratar do início de um canteiro de obras eram a cobertura de um “refeitório” improvisado para os bóias-frias, contratados pela usina, que estavam trabalhando no plantio de cana-de-açúcar nas terras em volta do velho casarão. Desci do carro, me aproximei das barracas que, coladas ao muro, estavam vazias. Fiz questão de registrar tudo com fotografias. Poucos metros ao lado do “refeitório” outra barraca foi armada para ser utilizada como latrina. Chamou-me a atenção um forte cheiro de fumaça que vinha da parte de trás da casa e resolvi investigar. No alpendre, em cima do piso de ladrilhos centenário, foi improvisado um fogão com trempe de pedras que havia sido utilizado recentemente. Ainda havia restos de lenha queimada e muita sujeira em redor.

Quando cheguei ao museu tinha esperança de encontrar pelo menos o local limpo e vigiado. Esta simples providência já inibiria a ação dos vândalos que por ali passam e sempre encontram um jeito de maltratar ainda mais aquele patrimônio cultural.

A minha maior preocupação com o Guaporé é que os novos donos da Usina, empresários de Fortaleza, que, além de não terem nenhum compromisso com aquele monumento histórico, talvez não conheçam a história nem a importância do Guaporé. E isso deixa espaço para, num ato de desatino ou ignorância, algum capataz da usina, querendo mostrar serviço ou agradar ao patrão, possa, com suas máquinas pesadas, destruí-lo num abrir e fechar de olhos, alegando que “aquela casa velha” estava atrapalhando o plantio da cana, a distribuição

dos canos para irrigação da área ou mesmo a movimentação dos tratores. Não é difícil conseguir motivos para justificar atos insanos (SIMONETTI, 2010).<sup>9</sup>

As preocupações de Simonetti são bastante graves, tendo em vista que apesar da área compreendida entre o antigo casarão e a casa de banhos ter sido repassada pelo antigo proprietário ao governo do estado por um período de 99 anos, em regime de concordata, a não fiscalização por parte da prefeitura de Ceará-Mirim e da Fundação José Augusto permitiu que a situação chegasse a esse ponto descrito.

O mesmo se verificou no mais antigo museu do estado, o Museu Lauro da Escóssia, em Mossoró. Depois de seu período áureo, entre as décadas de 1950 e 70, ele foi abandonado. Nas últimas décadas parte do seu acervo foi transferido para outra experiência no campo da memória mais aberta aos apelos turísticos e mercadológicos, o Memorial da Liberdade.

Caso também semelhante foi o da Fazenda Serra Branca, no município de São Rafael. Tombada pelo IPHAN-RN como “patrimônio estadual” em 1984, o complexo de construções que abrange a casa grande da fazenda, os currais e galpões encontra-se atualmente abandonado.

Por outro lado, constatamos que, apesar de uns poucos bens terem sido protegidos pelo poder público, com incentivo financeiro para reforma e até reconstrução, uma imensa maioria ficou fora dessas ações. Na região do Seridó, onde se concentra a maior parte das fazendas de gado do estado, observa-se que, apesar da mobilização de alguns indivíduos e autoridades locais, várias delas, como a Fazenda Pitombeira, no

---

9 Documento *on-line* não paginado.

sertão de Acari, a Fazenda Quixaba, em Caraúbas, a Fazenda Catururé, em Timbaúba dos Batistas, entre outras, encontram-se fora dos programas de conservação do estado.

Uma terceira tendência do patrimônio atual está na sua apropriação mercantil. Tornou-se cada vez mais comum presenciarmos hoje o aproveitamento de antigas edificações para usos exclusivamente comerciais.

O caso do prédio da antiga Estação de Ferro de Papary: em 1984, o prédio da estação que se encontrava desativado foi tombado pelo IPHAN-RN. Pouco mais de uma década depois, o prefeito de Nísia Floresta, George Ney Ferreira, convidou o professor e estudioso local Luis Carlos Freire com a intenção de restaurar o edifício e transformá-lo num museu. Uma equipe técnica formada por museólogos e arquitetos passou a acompanhar o trabalho de restauração<sup>10</sup>.

A ideia era implantar o Museu da Mulher Norte-Rio-Grandense, cuja proposta original procurava evidenciar a imagem de Nísia Floresta. No edifício seriam abrigadas cópias de mobiliário de época, bem como seria instalada uma biblioteca com obras de autores potiguares, inclusive toda a obra de Nísia Floresta. No ambiente interno também seriam expostas “imagens de mulheres norte-rio-grandenses que se destacaram na história, além de recursos áudio-visuais” (NÍSIA FLORESTA..., 2012).<sup>11</sup>

---

10 A equipe foi formada pelo próprio Luis Carlos Freire, o museólogo Helio de Oliveira (FJA), Maria das Graças Lucena de Medeiros (presidente do NEPAM-UFRN), Diva Cunha Pereira de Macedo, Françoise Dominique Valéry (Cônsul Honorária da França) e Diógenes da Cunha Lima, e assessora pelo trabalho do arquiteto Paulo Heider Forte Feijó.

11 Documento *on-line* não paginado.

No entanto, com o término dos trabalhos de restauração, a equipe foi surpreendida com o destino dado ao prédio pelo prefeito, conforme descreveu o próprio Luis Carlos Freire:

Aproximando-se o final da restauração, os contatos com o referido gestor passaram a ficar impossíveis. Logo veio a explicação para essa dificuldade de contato: o prédio totalmente reformado foi entregue a um empresário, o qual montou ali um restaurante especializado em camarão, cuja inauguração configurou um acontecimento político, conforme se percebe nos registros fotográficos da época. (NÍSIA FLORESTA..., 2012).<sup>12</sup>

A partir de 1995, o prédio da antiga estação, agora reformado, foi cedido ao empresário Fernando Bezerril para estabelecer o restaurante Marinas Camarões, de sua propriedade.

A apropriação e o uso desses bens antigos não se limitam às edificações. Também entram no rol dos objetos de desejo do mercado peças antigas de mobiliários, de instrumentos de trabalho, equipamentos, objetos religiosos, entre outros. Todos esses têm sido levados para ambientar restaurantes, hotéis e clubes recreativos. No município de Acari, o Hotel Gargalheira compôs um acervo de peças antigas existentes na região. Os objetos se encontram espalhados por todas as dependências do prédio, criando a impressão de um “retorno ao passado”.

---

12 Documento *on-line* não paginado.

Uma quarta tendência do patrimônio local pode ser identificada pelo aparecimento de uma série de intervenções públicas marcadas pela grande ausência de referências da cultura e da História Local tradicionais. Essas intervenções prezam pelo espetacular, o exótico, o inusitado, chamando atenção não apenas dos moradores do lugar, mas também dos visitantes.

Alguns desses traços aparecem numa série de construções castelares que têm marcado a paisagem de várias cidades e municípios do Rio Grande do Norte. Entre os principais exemplares estão o Castelo di Bivar, localizado no município de Carnaúbas dos Dantas, o Castelo de Engady, nos arredores de Caicó, e o Castelo de Zé dos Montes, em Sítio Novo. O Castelo de Engady foi edificado pelo Monsenhor Antenor Salvino de Araújo, nos anos de 1973 e 1974. Localizado nos arredores da cidade de Caicó, o edifício tem uma arquitetura próxima ao estilo mouro-medieval e está marcado por detalhes de referências bíblicas. Seu interior é decorado com antigas peças de mobiliário (arcas, armários, baús, bancos, oratórios, camas, cadeiras etc.) adquiridas em fazendas e outras propriedades da região. Já o Castelo di Bivar foi uma idealização de José Ronilson Dantas, cuja ideia inicial era fazer uma homenagem ao filme *El Cid*. A construção teve como base o estilo renascentista francês. Devido ao caráter inusitado, esses castelos se transformaram em atrações turísticas na região. O Castelo di Bivar chegou a servir recentemente de cenário para o filme “O Homem que Desafiou o Diabo” (2007). O Castelo de Zé dos Montes, obra de José Antônio Barreto, está encravado na região Agreste do estado. A construção chama atenção por suas inúmeras torres brancas contrastando com o cinza dos serrotes do lugar

## Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRAIS, Raimundo. Posfácio. In: CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 4. ed. Natal: Editora da UFRN, 2004.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE/  
FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **Fundação José Augusto**: 40 anos, 1963-2003. Natal: Fundação José Augusto; Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL JOSÉ BEZERRA GOMES. **Histórico da Fundação Cultural**. 2011. Disponível em: <<http://fcjbg.blogspot.com.br/2011/06/historico-da-fundacao-cultural.html>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

GALVÃO, Claudio Augusto P. **Oswaldo de Souza**: o canto do Nordeste. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

MENESES, Ulpiano T. B. **A problemática da identidade cultural nos museus**: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais do Museu Paulista, Nova Série n. 1, p. 207-222, 1993.

NÍSIA FLORESTA POR LUÍS CARLOS FREIRE. **Estação ferroviária Papary**. 2012. Disponível em: <[http://nisiaflorestaporluiscarlosfreire.blogspot.com.br/2012\\_12\\_01\\_archive.html](http://nisiaflorestaporluiscarlosfreire.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html)>. Acesso em: 24 jul. 2014.

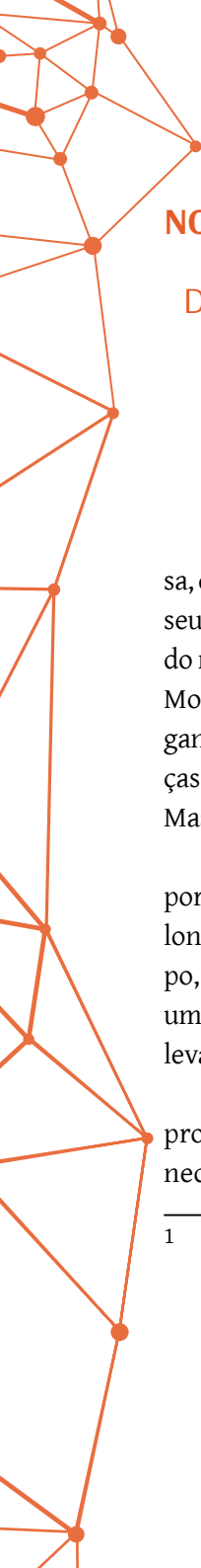
NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

PIMENTEL, Eliade. Uma viagem com o barão de Ceará-Mirim. **Tribuna do Norte**, 14 set. 2012. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/uma-viagem-com-o-barao-de-ceara-mirim/231530>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

SIMONETTI, Ormuz Barbalho. **Grito de Alerta**: ainda sobre o Museu Nílo Pereira. União Brasileira de Escritores RN: nave da palavra, 17 set. 2010. Disponível em: <<http://www.ubern.org.br/canal.php?codigo=153>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

SOUZA, Oswaldo de. **Acervo do Patrimônio histórico e artístico do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: FJA, 1981.

VOZ DE AREIA BRANCA: blog. **Casa Museu Máximo Rebouças passa por reforma e ampliação**. 2012. Disponível em: <<http://vozdeareiabranca.com.br/2012/03/casa-museu-maximo-reboucas-passa-por-reforma-e-ampliacao/>>. Acesso em: 24 jul. 2014.



## NOVOS ESPAÇOS DE SENSIBILIDADE COMO FONTES DA HISTÓRIA LOCAL: CEMITÉRIOS, LOCAIS DE DEVOÇÃO, BENS IMATERIAIS LAICOS E RELIGIOSOS

Lourival Andrade Junior

Cemitério: lugar dos mortos e dos vivos. Iniciando nossa conversa, destaco que o cemitério é uma invenção dos vivos para representar seus mortos. Melhor ainda, o túmulo é a continuação memorialística do morto por meio da necessidade do vivo em mantê-lo entre os seus. Mortos não constroem lápides. Indo ainda mais além, muitos mortos ganham projeção além túmulo, fazendo milagres e concedendo graças aos seus devotos. No Rio Grande do Norte temos vários exemplos. Mas antes vamos percorrer um pouco a história disto tudo.

Falar dos mortos e de seus poderes passa, fundamentalmente, por entendermos, também, como se constituiu o enterramento ao longo dos séculos. A finitude é a grande certeza e, ao mesmo tempo, a grande dúvida dos vivos. O que ocorre depois da morte ainda é uma lacuna que pode ser respondida de diversas maneiras, cada qual levando em conta sua formação histórica e cultural<sup>1</sup>.

O defunto precisa ser enterrado, para que se conclua o processo iniciado com a morte. Entrar no mundo dos mortos necessariamente passa pelo rito funerário, pelo cortejo e termina

---

1 ANDRADE JUNIOR, Lourival. Da barraca ao túmulo: cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção. 2008. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Fragmentos.



no túmulo, que pode ser num cemitério ou em lugar definido por determinada cultura religiosa.

No mundo antigo se dizia que os corpos deveriam ser enterrados fora da cidade, nas vias públicas.

O mundo dos vivos devia manter-se separado do dos mortos. Eis por que, em Roma, a Lei das Doze Tábuas proibia o enterramento 'in urbe', no interior da cidade. O código teodosiano repete a mesma interdição, para que seja preservada a 'sanctitas' das casas dos habitantes. A palavra 'funus' significa ao mesmo tempo o corpo morto, o funeral e o homicídio. 'Funestus' significa a profanação provocada por um cadáver (ARIÈS, 1989, p. 25).

Com o passar do tempo e o aumento do poder do cristianismo na Europa, e cada vez mais a afirmação da Igreja Católica como a detentora das verdades advindas dos ensinamentos de Cristo, suas condutas passaram a ser aceitas por todos aqueles que queriam estar próximos de Deus, e assim, as práticas antigas foram substituídas por novas. Os corpos que eram enterrados nas vias públicas passaram a ser sepultados dentro das igrejas, como pregavam São João Crisóstomo e Máximo de Turim. O importante era estar próximo dos mártires. Primeiramente, os defuntos eram enterrados perto do local onde esses mártires foram reconhecidos; depois, ergueu-se uma capela em sua homenagem. Aos poucos, tal prática de enterramento dentro das igrejas passou a fazer parte de todos os lugares, já que ela por si só já era sagrada.

Ser enterrado próximo a um santo, ou à sua imagem, e perto do altar principal era sinal claro de uma salvação plena, ou pelo menos de uma passagem rápida pelo purgatório. Reis ainda acrescenta que

[...]ser enterrado na Igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido. Os mortos se instalavam nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida (REIS, 1991, p. 171).

No mundo medieval, o defunto era enterrado na Igreja, desde que pudesse pagar por isso, já que a maioria da população que morria de peste, fome, guerras ou qualquer penúria que constantemente afligia o medievo era enterrada em valas comuns ou em qualquer lugar, independentemente de ser espaço cemiterial ou não.

Também vale lembrar que

na língua medieval, a palavra 'igreja' não designava somente o edifício da igreja, mas sim todo o espaço em redor da igreja: para o costume de Hainaut, a igreja paroquial é constituída por 'nave, campanário e cemitério' (ARIÈS, 1989, p. 27).

Um fato importante em relação ao cemitério no período medieval é que, além de lugar de enterramento, também eram construídas casas, lojas e uma infinidade de atividades ocorriam ali. Isso fica evidente nas leis de interdição de algumas práticas, quando

[...] em 1231, o Concílio de Ruão proíbe que se dance no cemitério e na igreja, sob pena de excomunhão. Um outro concílio, de 1405, proibiu que se dance no cemitério, que se jogasse fosse o que fosse, e proibiu aos actores, aos malabaristas, aos músicos e aos charlatães o exercício da sua actividade suspeita (ARIÈS, 1989, p. 29).

Proliferou pelo mundo católico a prática do enterro *ad sanctos*, dentro das igrejas, que transformou esta conduta na condição fundamental para se chegar à salvação. Os preços por esses enterros também variavam de lugar para lugar e de igreja para igreja.

Aos não cristãos era relegado um enterro sem dignidade, ou nem isso, como nos mostra Schmitt:

São excluídos da ‘terra cristã’ os não batizados (os judeus), as crianças mortas sem batismo (terão um ‘canto’ delas, equivalente terrestre do limbo das crianças no além), e os suicidas, lançados em um fosso ou entregues à corrente de um rio (SCHIMITT, 1999, p. 204).

Esses fatos não ficaram restritos ao mundo medieval, mas espalhar-se por todos os países de colonização católica e permaneceram até pouco tempo, como nos revela Moraes, quando da criação do cemitério público de Meia Ponte (GO), onde áreas foram determinadas para as sepulturas:

Primeiro: para menores livres ao lado direito da capella;

Segundo: para a irmandade do Santíssimo Sacramento;  
Terceiro: para a irmandade do Santíssimo Sacramento;  
Quarto: para as irmandades de Nossa Senhora dos Homens pretos e de S. Benedicto;  
Quinto: para a Fabrica;  
Sexto: para a pobreza e escravos;  
Sétimo: para depósito de ossos ao lado esquerdo do portão;  
Oitavo: para se sepultarem aquelles que não tiverem sepulturas eclesiásticas ao lado direito do portão: esta área não será benta (MORAES, 1996, p. 65).

O processo de enterramento nestes templos, em que o controle da Igreja se tornou mais forte sobre a morte e os mortos, passou por uma transformação definitiva com o discurso dos higienistas do século XIX. Toda a cientificidade da época se posicionou contrária àquele tipo de sepultamento, alegando questões de saúde.

Esse discurso do prejuízo à saúde provocado pela decomposição dos mortos em locais muito próximos dos vivos, como igrejas, teve início na Europa e chegou ao Brasil, influenciando novas práticas em relação aos mortos e o planejamento de novos espaços para os túmulos, como nos mostra Pagoto (2004, p. 70), indicando que:

[...] um dos primeiros indícios referentes ao receio do contágio e indicador das futuras mudanças que os ritos fúnebres iriam sofrer data do ano de 1801, quando o Vice Rei Dom Fernando José de Portugal dizia da necessidade de cemitérios extra-muros. [...] Essa declaração

deixa bem clara a idéia difundida sobre os ‘miasmas pestilentos’ como os responsáveis pelas moléstias causadoras de tantas mortes. Nesse momento inicia-se uma tendência que, no ano de 1858, culminaria na inauguração do Cemitério da Consolação e na separação definitiva dos mortos dentro da sociedade.

Essa tentativa, que acabou sendo vitoriosa, de mudar de local os enterros, também era acompanhada de toda uma teoria para se mudar o próprio rito do funeral e do cortejo, já que o discurso higienista ou sanitaria era também a concretização dos desejos dos urbanistas e de sua tão almejada modernidade. Além de esses cientistas tentarem tirar os mortos das igrejas, também propunham a mudança dos rituais fúnebres, como, por exemplo, o cortejo, que não passaria mais por toda a cidade e igrejas; o corpo seria fechado num caixão e transportado num carro, de preferência à noite, para não causar repulsa, já que o cortejo deixaria de ser um ato social (PAGOTO, 2004, p. 102).

Essa saída dos corpos do âmbito da Igreja não foi aceita com tranquilidade pelas populações, nem mesmo pela própria Igreja. Esta última, por temer a perda do controle sobre os fiéis após sua morte, enquanto o povo temia não mais ser salvo, visto ter sido este o discurso construído e assimilado durando séculos.

No Brasil, o caso mais famoso teve lugar na Bahia:

[...] uma revolta contra um cemitério. O episódio, que ficou conhecido como “Cemiterada”, ocorreu em 25 de outubro de 1836. No dia seguinte entraria em vigor uma lei proibindo o tradicional costume de enterros nas igrejas e

concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos (REIS, 1991, p. 13).

Reis nos relata que, se em Paris a desativação do Cemitério dos Inocentes passou sem protestos, não foi o que ocorreu em alguns lugares do interior da França. Foram utilizados recursos via justiça, protelando a transferência e, também, a violência verbal e física. A maior resistência ocorreu em Hamel-sous-Corbie, na Diocese de Amiens, em 1778. Tudo ocorreu porque o bispo aceitou um terreno da Sra. Lefort para transferir o cemitério que ficava ao lado de seu castelo para outro local. A população se revoltou, destruiu o cemitério novo, houve ameaça de colocar fogo na igreja, além de ameaças verbais, pedradas e roubo de maçãs na propriedade de Sra. Lefort e do pároco. Também em outros locais ocorreram manifestações como em Lille, extremo norte da França, e na pequena vila de Erigné (REIS, 1991, p. 82).

Segundo o autor, também ocorreram pequenas revoltas na Inglaterra. Mas a mais parecida com a “Cemiterada” da Bahia foi a “Cemiterada” de Portugal, conhecida como a “Revolta da Maria da Fonte” (REIS, 1991, p. 83-86).

Retornando ao Brasil, destacamos que também em São Paulo as tentativas de impedir a mudança dos sepultamentos foram sentidas. Aos discursos sobre os odores causados pelos corpos em decomposição, também eram acrescentados, por parte dos higienistas, os péssimos hábitos de deixar apodrecer nas ruas o lixo e os animais mortos. Segundo Pagoto (2004, p. 103),

[...] essas tentativas, no entanto, não ocorreram sem suscitar a resistência de uma parcela da população que era contrária às modificações de

seus hábitos e tradições, há muito tempo pertencentes ao seu cotidiano. O aparecimento de uma nova sensibilidade em relação ao odor não significa apenas a mudança de alguns poucos hábitos, mas também a alteração definitiva de costumes arraigados na cultura paulistana durante séculos.

Um dos maiores impasses enfrentados pelos cientistas e por seus apoiadores, como o Estado e a Igreja, que foram percebendo que poderiam continuar controlando os mortos e seus funerais, foram com as Irmandades<sup>2</sup>; algumas se opuseram de pronto, pois não aceitavam deixar de enterrar seus seguidores em seus locais sagrados.

Vale ainda destacar que naquele momento (século XIX) a Igreja estava passando pelo processo de romanização, quando as Irmandades passaram a ser um problema real, já que eram conduzidas por leigos e acabaram incorporando ritos que não pertenciam à ortodoxia católica. Para as Irmandades, conforme Reis (1991, p. 317),

[...] vivos, mortos e santos participavam de uma família ritual que devia permanecer unida. Essa visão mais orgânica do espaço sagrado era parte de uma visão do mundo e do sobrenatural em que os mortos tinham algo de divino. Nas capelas das irmandades se rezava tanto pelos mortos como para os mortos. Os mortos participavam da resolução dos problemas dos vivos tanto quanto

---

2 Além de assistencialistas, também mantinham viva a cultura europeia. Havia dentro delas uma mescla de características da cultura local (negros, índios, mestiços) e da cultura da Europa. Para o Estado, eram intermediárias entre o poder laico e o religioso.

Deus e os santos, mesmo se com pesos e medidas diferentes. E, assim como na relação com os santos, os vivos deviam zelar por seus mortos para fortalecê-los. Isto significava, entre outras coisas, garantir-lhes um lugar ritualmente próximo dos seres divinos. Zelar pelos mortos também significava zelar pelo próprio destino dos vivos. A sepultura eclesiástica era, se não uma garantia, pelo menos uma condução de salvação.

Essa visão que as Irmandades tinham dos mortos e sua relação com o sagrado atemorizava os clérigos católicos, que, apoiados pelos médicos higienistas, viam nisto um acúmulo de superstições que deveriam ser combatidas. Aliando o discurso cientificista à romanização empreendida pela Santa Sé, a Igreja passou a apoiar a transferência dos enterramentos, inclusive por intermédio de clérigos, que questionavam as ideias advindas do iluminismo e da racionalidade, como aponta Reis (1991, p. 318), informando que

[...] ao apoiar a proibição dos enterros nas igrejas, D. Romualdo, líder pioneiro do reformismo católico brasileiro, cumpria esse objetivo. Por isso faz sentido o apoio de um arcebispo conservador a uma medida filha do 'século das luzes', tempo que ele via como pai da irreligião. As irmandades eram o baluarte do catolicismo leigo tradicional e sua força vinha em grande parte dos mortos. Ao trasladá-lo para longe dos fiéis e segregá-los em cemitérios extra-muros, a Igreja separava aliados, ferindo mortalmente o poder das irmandades.



Percebe-se que, além da discussão religiosa que envolvia essas mudanças nas práticas dos enterramentos, também disputava-se espaços de poder. De um lado, a Igreja, que se romanizava e, de outro, instituições laicas que tinham a responsabilidade de construir o catolicismo no Brasil, mas que adquiriram poder e alteraram alguns ritos em nome da aproximação das realidades vividas por seus integrantes. Nesse embate, a Igreja, aliada ao Estado, conseguiu vencer com o enfraquecimento das Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras.

Voltando ao rito funerário propriamente dito, algumas características eram comuns em todas as regiões brasileiras. Fica claro que não era só o local do enterro dentro da Igreja, depois nos cemitérios, representado pelo túmulo, como veremos à frente; o ritual que envolvia o enterro e seu cortejo definia as classes sociais e, assim sendo, o poder que cada família possuía na comunidade.

O testamento era uma forma de resolver problemas do morto após seu falecimento, mas também era o lugar em que os desejos do morto eram escritos para que sua alma fosse salva. Missas, procissões, velas, quantidade de repiques dos sinos no seu cortejo eram alvo da descrição nesses documentos. Na maioria dos casos havia exagero dos solicitantes, já que eles precisavam garantir que suas almas fossem acolhidas por Deus através de uma “boa morte”.

Ao definir as missas como fundamentais para a alma do defunto, Pagoto mostra a importância delas para salvar as almas o mais rápido possível do purgatório. No próprio testamento, já constava a quantidade de missas e os locais onde elas deveriam acontecer. Quanto mais, melhor para o defunto. Quanto mais, mais dinheiro para as igrejas. Quanto mais, maior a intervenção do santo para a saída da alma do purgatório. Quando em testamento ou

inventário não constava a quantidade de missas, a família tinha a obrigação, perante a Igreja, de arrumar a falha. As missas no cortejo do morto também podiam ocorrer em várias igrejas. A quantidade de missas também definia, claramente, a posição social do morto e da família (PAGOTO, 2004, p. 43-47).

Quando se falava dos repiques dos sinos, também se cometia excessos. Quando de um morto rico, o som dos sinos era ouvido em toda a cidade e por várias horas, até mesmo durante toda a noite. Era tão incômodo tal hábito que a Igreja, por meio das “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, no título XLVIII, artigo 828, dispunha sobre a quantidade de badaladas para cada situação. Homens até três badaladas, mulheres até duas e crianças apenas uma. Essas badaladas podiam ser utilizadas para anunciar a morte, depois no início do cortejo e, por fim, no sepultamento, não passando de nove para homens, seis para mulheres e três para crianças. A própria Câmara Municipal de São Paulo acompanhou a decisão canônica e também definiu alguns usos do sino em outras situações (PAGOTO, 2004, p. 47-49).

Outras “questões pomposas” e interessantes sobre o enterro e cortejo: Os enterros eram realizados à noite, o que, por um lado, demonstrava melhor o poder e a fortuna da família, pois eram distribuídas velas a todos que o acompanhavam (produto muito caro no século XIX); no entanto, tal fato também escondia um pouco a falta de recursos de outras famílias. A própria Igreja proibiu o procedimento por meio das “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, mas, ao que se percebe, acabou sendo muito pouco cumprido. Outra questão era fazer com que pobres participassem do cortejo, deixando até no testamento a quantia que deveria ser distribuída a eles por sua participação (PAGOTO, 2004, p. 57-58).

Essa relação tão direta entre o rito sacralizado do enterro e sua função econômica manteve-se durante séculos, alterando a forma, mas mantendo a prática. Cobrar fazia da Igreja detentora de poderes, enquanto para as famílias abastadas era uma forma de, por intermédio de seu morto, poderem ostentar sua condição social e não deixar nenhuma dúvida sobre seu poder econômico e, muitas vezes, político. O morto era valioso na montagem da rede de poder nas cidades brasileiras.

Ao analisar a situação do Cemitério da Consolação em São Paulo, Pagoto fala sobre o empresário Joaquim Marcellino da Silva, que ganhou por 15 anos o direito de transportar os mortos até este cemitério, de 1856 a 1871, mas que pode ter ficado até 1876, já que só nesse ano a Santa Casa de Misericórdia assumiu o trabalho. Relata que ele tinha tabelas de caixões (do mais caro ao mais barato) e o mesmo ocorria com o carro de transporte. Também tinha preço para o aluguel desses caixões<sup>3</sup>. Só não alugava os de criança, talvez pela construção não compensar financeiramente ou porque eram anjinhos e não tinham cometido pecado, merecendo um enterro digno. Muitas são as cartas nos jornais contrárias a esse monopólio e que faziam denúncias; outros defendiam a prática. Para os indigentes, o enterro era de graça e, no período de epidemia, o valor deveria ser pela metade. Pelo menos constava no contrato, mas havia denúncias de que o empresário não cumpria o determinado (PAGOTO, 2004, p. 107-115).

A autora conclui sua análise afirmando que “estas tabelas de preços mantinham, de alguma forma, uma diferenciação social, já que somente

---

3 Segundo Pagoto, esses aluguéis se davam para o velório. No momento do sepultamento, o corpo era retirado do caixão, e este último voltava à fune-rária para ser alugado novamente ou finalmente vendido.

os muito ricos podiam comprar os melhores caixões e o corpo ser transportado nos melhores carros” (PAGOTO, 2004, p. 115).

Acompanhando o mesmo princípio de enterros que eram rentáveis para a Igreja, Rezende aponta que o pagamento pelo sepultamento nos séculos XVI, XVII e XVIII não se dava apenas pela compra da sepultura dentro do templo, mas por todo o “espetáculo fúnebre”. Muito dinheiro era dado à Igreja para o cortejo: “neste sistema, o dinheiro era destinado primeiro aos sineiros, anunciando a morte e o cortejo; feito isso, o dinheiro era usado no acompanhamento e depois em missas e, por fim, na cova” (REZENDE, 2006, p. 34-35). Quanto maiores o cortejo e os gastos, maior o prestígio do defunto, e assim também as deferências que seriam feitas pelos clérigos aos santos e a Deus para que o defunto ficasse o menor tempo possível no purgatório.

Segundo o autor, também as velas eram muito disputadas. Como a Igreja tinha o monopólio do comércio, era mais uma grande fonte de renda, mas como não havia muita matéria-prima, o comércio paralelo cresceu muito nesta área. Como os pobres não tinham dinheiro para enterrar seus mortos na Igreja, pelo menos a vela era buscada, mesmo que a preços altos (REZENDE, 2006, p. 40-41).

Outra forma que a Igreja utilizava para receber corretamente os honorários pelo funeral era pela via de inventários, nos quais a justiça fazia todo o levantamento dos bens da família. Isso ocorria, principalmente, quando o morto não havia deixado esse valor expresso em testamento, o que normalmente ocorria.

Após inventariados os bens, era entregue ao vigário da Igreja a terça que, na ausência dos sufrágios nos testamentos, acabava sendo retirada

uma quantia para salvar a alma do defunto, ou melhor, mesmo o defunto não tendo expresso em vida a vontade de ser salvo, a Igreja o salvava de qualquer maneira (REZENDE, 2006, p. 45).

Com o preço alto dos sepultamentos, os que não tinham condições de enterrar seus parentes ou os donos de escravos, que também viam o preço do enterro muito alto para enterrá-los, jogavam os corpos em terrenos baldios ou os abandonavam

em frente da igreja. A esperança da população era acontecer com os recém-mortos aquilo que acontecia com os recém-nascidos quando eram colocados nas rodas dos expostos, ou seja, que a Igreja cuidasse daquela alma (REZENDE, 2006, p. 44).

Como isso não ocorreu, a Câmara de São Paulo foi obrigada a criar um espaço para sepultamento daqueles que não tinham como custear o enterro, que ficou conhecido como:

Chácara dos Ingleses, atual bairro da Liberdade. [...] Tratava-se então do primeiro cemitério público do Brasil (1774), apesar de não ser um cemitério geral, pois não abrigava todos os setores da sociedade. Ele ficou conhecido como Cemitério dos Aflitos e funcionou até a inauguração do Cemitério da Consolação. O Cemitério dos Aflitos passou a ser o destino dos sem sepultura na igreja, porém a prática de abandonar os corpos não cessou, apenas

diminuiu. Portanto, o sistema político religioso da cidade de São Paulo produziu um outro espaço, onde a imortalidade não chegava. Os mortos ali enterrados não tinham direito à imortalidade, pois as indulgências eram muito caras (REZENDE, 2006, p. 44).

A partir daí, diversos espaços para enterramentos foram escolhidos em todo o Brasil, não esquecendo que ainda sob protestos de alguns clérigos e de fiéis que viam, num primeiro momento, a impossibilidade de serem salvos, já que o corpo seria enterrado longe do lugar sagrado reconhecido até então. Os cemitérios também passaram a ser espaços de disputas entre interesses religiosos e econômicos; em verdade, sempre o foram, mas com o caráter público, mais agentes passaram a dispor do interesse sobre os mortos.

No campo do controle religioso, “o céu aberto na terra pelo cemitério parece agora estar prejudicando a Igreja, pois a cova ao ar livre retira o mistério do destino do corpo e amplia o céu para além do espaço da Igreja” (REZENDE, 2006, p. 60).

Até este momento, trabalhamos com cemitérios católicos, onde o túmulo passou a ser a referência do morto com o mundo dos vivos. Este túmulo é carregado de significados e representações, como veremos mais à frente, mas vale destacar que vários são os tipos de cemitérios. Desde os mais simples, como o dos protestantes, que até hoje demonstram austeridade e singeleza, se comparados com a suntuosidade dos católicos, até os cemitérios de diversos matizes religiosos que foram sendo construídos ao longo dos anos, principalmente porque a Igreja impedia o enterramento de não-católicos em terras sacralizadas pelos clérigos.



Figura 1 – Cemitério de alemães protestantes em Pomerode/SC.  
Fonte: Autoria própria.

Ao focar esse assunto em sua pesquisa sobre os cemitérios, Rezende (2006, p. 68-69) destaca que

[...] a tolerância religiosa era muito mais do Imperador, ou melhor, do poder civil, do que da Igreja Católica, que continuava negando-se a aceitar a coabitação dos mortos de outras religiões. Depois de vistos estes casos do Estado de São Paulo e do Brasil, verifica-se que os acatólicos conseguiram conquistar seus

cemitérios. [...] Como por exemplo, os cemitérios dos imigrantes: British Cemetery (Recife), Cemitério dos Ingleses (Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais) e de norte-americanos em Santa Bárbara d'Oeste.

Outro caso importante foi conduzido pela Associação Brasileira Feminina Religiosa Israelita (ABFRI), que congregava prostitutas judias do Leste Europeu conhecidas no Brasil como polacas. Essa entidade tinha a necessidade de manter a religião judaica, mas isso “estava diretamente relacionado com a existência de um cemitério e uma sinagoga própria. Como as prostitutas eram banidas pela comunidade oficial, tiveram que montar um cemitério próprio” (REZENDE, 2006, p. 122).

Em Lages/SC, observamos que dentro do cemitério público Cruz das Almas há uma entrada exclusiva para os muçulmanos. Segundo relato do administrador do cemitério, José Francisco Bueno Filho, foram anos de solicitação dos muçulmanos para terem sua própria entrada, já que sua tradição de enterramento é diferente da dos cristãos. Essa reivindicação foi atendida em 2004.





Figura 2 – Entrada exclusiva para os muçulmanos no Cemitério Cruz das Almas – Lages/SC.

Fonte: Autoria própria.

Com a chegada da sociedade industrial e consumidora, a morte passou a ser cada vez mais indesejada, excluída das rodas de conversas, relegada ao esquecimento e dessacralizada. Os cemitérios acompanharam essa racionalização das atitudes humanas, e o mercado, agora não somente religioso, tomou conta também dos comportamentos sagrados. Enterrar era um ato que estava inserido num contexto mercadológico em que a pressa era mais determinante do que o vivenciar cada segundo da passagem do vivo ao mundo dos mortos. Livrar-se do morto o mais depressa possível e descaracterizar o lugar de enterramento como local de sofrimento passaram a ditar as regras dos rituais funerários, cada vez mais profissionais e espetacularizados.

Principalmente nos grandes centros, cemitérios com túmulos carregados de emocionalidade e cultura foram sendo substituídos por novos lugares de sepultamento,

[...] tipo jardins, que servem inclusive para cooper, descansar, fazer crochê, relaxar. Um dos outdoors que vendiam terrenos num destes cemitérios anunciava “lugar para caminhada” (REZENDE, 2006, p. 18-19).

E ainda informa o autor que

este tipo de cemitério-parque que existe no Brasil é cópia dos americanos; na verdade, os cemitérios chamados ‘Jardim da Saudade’ foram patenteados e são uma franquia mundial que originalmente tem o nome de ‘Memorial Garden’ e em países hispânicos se chamam ‘Jardin del Recuerdo’ (REZENDE, 2006, p. 20).

Outro aspecto que é levantado pelo autor é que, em vez de os cemitérios virarem grandes jardins, alguns se transformaram na imagem da sociedade industrial atual.

O reflexo desse pensamento pode ser notado na representação dos túmulos nos atuais cemitérios, todos padronizados, repetitivos, sem uma presença cultural e com a ausência de símbolos. Esse imaginário (ou ausência dele) da morte permite amenizar a vizinhança a um cemitério (REZENDE, 2006, p. 133).

O cemitério foi transformando-se em espaço de múltiplas experiências, mas continua sendo o lugar dos mortos, a sua morada, ou sua definitiva permanência. A necrópole é o espaço onde os vivos encontram os mortos e podem, dependendo de sua relação com o sagrado, interagir com ele. Pode-se estabelecer uma mão dupla dos vivos e seus mortos, pois o túmulo é o local que faz a ligação entre estes dois mundos. A sepultura torna-se, no conceito de Eliade (2001, p. 17), uma hierofania, e ela, mediante a devoção dos fiéis que vivenciam a “sacralização” de mortos, transforma-se num lugar do sagrado.

O cemitério é o espaço onde o túmulo torna-se sagrado, quando reverenciado e buscado por devotos que, por meio de sua fé, identificam no morto e no seu local de enterramento a chave para se abrir a porta de um mundo de “graças atendidas” e “pedidos realizados”. Pelo menos é para isso que os mortos “sacralizados” são desejados no mundo dos viventes.

O túmulo também reserva surpresas:

Bípede, meu irmão. Eis o fim prosaico de um espermatozóide que, há mais de 80 anos, penetrou num óvulo, iniciando seu ciclo evolutivo e acabou virando carniça. Estou enterrado aqui. Sou o Chico Sombração. Xingai por mim. Francisco Franco de Souza (REZENDE, 2006, p. 140)<sup>4</sup>.

---

4 Epitáfio encontrado no túmulo de Francisco Franco de Souza, Pirassununga/SP. O prefeito da cidade mandou retirá-lo por ser aviltante, pois não fazia menção ao divino. O epitáfio foi recolocado em 1973, depois que o advogado J. Nascimento Franco recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Esses dados foram recolhidos por Eduardo Coelho Morgado Rezende (página 140), já citado.

Esse epitáfio demonstra que a sepultura pode encobrir diversas manifestações humanas, desde as representações do sagrado até protestos.

Na Roma Antiga, os túmulos (*loculus*), inclusive dos escravos, possuíam inscrições, mas por volta do século V foram rareando até desaparecer, durante boa parte da Idade Média; as inscrições reaparecem na modernidade e se fixam, quando aparecem os cemitérios públicos, com a finalidade de demonstrar aos vivos quem estava enterrado ali e quais as suas qualidades (ARIÈS, 1989, p. 39).

O respeito pelo local onde os mortos são enterrados é uma constante nas mais diversas culturas, mesmo que, em alguns lugares, sejam encontrados túmulos com epitáfios bem humorados e dessacralizadores, como no caso de Chico Sombração.

O túmulo é o local onde os mortos são representados pelos vivos. É um domínio do desconhecido, é a porta para um mundo ainda intocável pelos que permanecem na Terra. Lugar de reencontro e de sacralidades.

Retornando à análise dos enterramentos nas igrejas, vista anteriormente, gostaríamos de nos ater, agora, unicamente, à sepultura, seguindo os passos já trilhados por Pagoto. A autora lembra que estar perto de um santo *ad sanctos* significava ter a sua proteção. Por isso, os sepultamentos dentro das igrejas e perto de alguma imagem constituíam uma garantia de salvação e uma boa espera até o Juízo Final. Nesse sentido, a Igreja acabou lucrando muito com essas sepulturas, já que o valor variava conforme a proximidade do santo. Não havia identificação de quem estava enterrado no local, já que ele servia para várias pessoas, mas alguns recebiam autorização para colocar o brasão ou indicativo da família. Caso algum estrago se desse

na Igreja, seria pago pela família do morto. Os corpos enterrados nas igrejas eram retirados após sua decomposição, mas em alguns casos o traslado era antecipado, já que havia a necessidade de usar o lugar para outro morto. Poucas pessoas conseguiam jazigos perpétuos, pois precisavam de autorização clerical e somente bem feitos da Igreja conseguiam tal feito, como é o caso de Fernão Dias Paes, no Mosteiro de São Bento (PAGOTO, 2004, p. 36-41).

Está claro que o processo de mudança do enterramento nas igrejas para o cemitério público foi lento e carregado de conflitos, mas, independentemente disso, tanto nas igrejas como nas necrópoles havia um “resto” que ficava do morto, ou seja, os ossos. Após a abertura do túmulo, qual o destino dado a eles pela Igreja ou pelos administradores dos cemitérios? Pagoto (2004, p. 96) nos responde:

Após vários debates, começamos a entender que, para os católicos, Deus com seu infundável poder conseguiria distinguir a ossada de todos os fiéis, mesmo se elas estivessem misturadas, e conseguiria, com isso, ressuscitar os mortos para o Dia do Juízo Final. Portanto, não era necessária a preservação dos despojos por um curto espaço de tempo logo após o funeral, visto que o único fator de relevância para os paulistanos da época era propor um sepultamento digno e, conseqüentemente, atingir uma ‘boa-morte’.

Ou seja, o que importava era o funeral, o cortejo (acompanhado de rezas, sinos, velas) e a descida até a cova. A partir daí, cabia aos vivos elevar a alma do morto até Deus. O corpo apodreceria e os ossos

seriam misturados a tantos outros, já que a “boa-morte” já havia se consumado.

A obra tumular passou a ser uma necessidade das famílias ricas para que elas pudessem demonstrar sua riqueza e poder por meio da arquitetura dos túmulos de seus entes. A sepultura deveria ostentar e sustentar a vida de opulência que o morto tinha em vida. O túmulo deveria ser uma continuação de sua vida material.

Segundo Pagoto (2004, p. 95),

Apesar de já estar presente nos sepultamentos no âmbito da igreja, se o morto tivesse condições financeiras ou prestígio, deveria ser sepultado próximo ao altar ou imagem de santo. A criação do cemitério público acentuou a desigualdade social, pois nesse espaço era permitida a construção de túmulos ou monumentos com a finalidade de demarcar a sepultura, o que não acontecia nas igrejas, visto que a cova não era vendida perpetuamente e sim alugada por um tempo determinado e, frequentemente, dava-se a inumação de pessoas sem relações consanguíneas em um mesmo espaço. [...] Insígnia de poder e marco definitivo de uma determinada ordem social, esse tipo de construção indica o quanto o espaço da morte pode ser transformado num índice de riqueza de algumas famílias vivas.

Esse sinal de riqueza representado pelo túmulo fez inclusive que várias famílias tradicionais mantivessem a ideia de enterrar seus mortos nas igrejas, construindo dentro dos cemitérios, no local

do túmulo, uma capela que abrigava a sepultura. Isso é percebido em vários cemitérios no Brasil e no mundo, e, segundo estudo de Rezende, mesmo a maioria dos enterros sendo feitos no Cemitério da Consolação (São Paulo), as famílias mais ricas tentavam manter a antiga tradição do enterro na Igreja.

Um exemplo disso é que a maioria das pessoas que adquiria os jazigos (ricos) na Consolação, fazia os túmulos em forma de capela. [...] Simbolicamente, as pessoas ricas continuaram sendo enterradas dentro da igreja e até promoviam missas dentro dos túmulos, como no caso da família Matarazzo (REZENDE, 2006, p. 83).

Da mesma forma que o velório, o funeral e os ritos que antecedem ao sepultamento denotam o poder ou a falta dele de seus mortos, o túmulo é o lugar onde afloram as qualidades - ou a falta delas - do defunto. Analisando sepulturas, é possível perceber questões financeiras e culturais relacionadas com os familiares do morto. Também é no túmulo que se acumulam oferendas para os “santos de cemitério” espalhados pelo Brasil. Nesse sentido, o local do enterramento é um espaço fértil para a pesquisa da religiosidade não-oficial e até mesmo para a compreensão da sociedade que está além dos muros do “campo santo”.

Os túmulos, dos mais ricos aos mais simples, além de granito e cimento, possuem o que não pode ser medido em valores financeiros. Neles, há uma vida que agora jaz. Um morto que, dependendo da canonização (religião oficial) ou “santificação” (religiosidade não-oficial), deixa o mundo dos mortos no momento em que é

convocado por um devoto, que nele deposita todas as suas expectativas, já que ele, o morto, tem o poder de alterar os ditames da natureza ou ajudar a resolver problemas materiais e emocionais do cotidiano imediato.

Esses túmulos, locais do sagrado vivido, são visitados durante todo o ano por crentes que acorrem aos seus ocupantes sempre que necessário, mas é no Dia de Finados (dois de novembro) que são mais visitados. Para os devotos, os mortos se tornam mais atentos aos pedidos no dia em que lhes são rendidas homenagens.

O Dia de Finados é vivido de várias maneiras pelos crentes, dependendo de sua cultura, como, por exemplo, no México, onde os cemitérios e os túmulos se transformam em local de festa e alegria, pois, segundo a crença desse país, os mortos retornam ao mundo dos vivos nesse dia e, por isso, são recebidos com muita música típica, comida e bebida.

O Dia de Todos os Mortos ou Finados foi instituído pela Igreja no século XI, mas já era uma característica de povos antigos que cultuavam seus mortos de maneiras diversas; até mesmo os cristãos já o faziam independentemente da aprovação oficial do clero. Como a ortodoxia católica não conseguia impedir o culto aos mortos, a alternativa foi instituí-lo e controlá-lo a partir de então. Cecília Hess, Coordenadora do Curso de Ciências Religiosas da Universidade da Região de Joinville (Univille), em entrevista ao jornal A Notícia, explica que

[...] o nosso gesto de levar flores e velas tem um simbolismo. A vela significa a luz que nos ilumina através do que os nossos ancestrais deixaram para trás. É a ligação entre os que



já foram e os que permanecem neste mundo.  
E as flores são o símbolo da alegria. A morte é  
apenas uma passagem (HESS, 2005, p. A4).

A constante visita a túmulos sacralizados pelos devotos é assim descrita por Pereira, ao analisar as “devoções marginais”, em que o “santo de cemitério”

[...] é, na maioria dos casos, alguém que sofreu morte violenta, seja por acidente, assassinato ou tortura seguida de morte. Os túmulos destes ‘santos’ são muito visitados não só no dia dois de novembro, data dedicada aos mortos no calendário católico, mas também durante o ano, principalmente nas datas de aniversário da pessoa falecida ou uma outra data que o devoto convencionou dedicar para a visita ao local (PEREIRA, 2005, p. 48).

Ficaremos com o conceito de “santificado”, que é entender as devoções que se dão por meio de gestos e práticas da religiosidade não oficial e que dotam o morto de poderes sagrados e, com isso, ajudarão na resolução de problemas, numa ativa ligação entre o mundo dos vivos e dos mortos, tendo como único lugar de encontro o túmulo ou lugar onde o defunto está totalmente inserido. A devoção deve ser palpável.

No Rio Grande do Norte já conseguimos identificar diversos túmulos de milagreiros de cemitério e de locais de devoção, entre eles:

<b>NOME</b>	<b>CIDADE</b>
João Baracho	Natal
Padre João Maria	Natal
Cangaceiro Jararaca	Mossoró
Dr. Carlindo Dantas	Caicó
Zé de Chico Isauro	Caicó
Menina da Cruz	Jardim do Seridó
Anjo Aurora	Jardim do Seridó
Santa Menina	Florânia
José Leão	Florânia
Menina Ariane	Ipueira
Anjinhos Queimados	Jucurutu
Joana Turuba	Carnaúba dos Dantas

Como indicamos no início deste texto, o cemitério é um enorme local de possibilidades. Neles podemos encontrar devoções, marcas identitárias, características da região, classes sociais, entre tantos outros temas tão caros às pesquisas com História Local. O cemitério é o depositário de uma documentação visual e permanente como poucos outros locais de pesquisa.

Nesse sentido, propomos que a pesquisa em cemitérios seja conduzida com uma metodologia que, com certeza, vai propiciar uma análise mais profícua dos elementos encontrados. O que podemos identificar nos cemitérios de nossas cidades?

1) Nas fotografias: marcas identitárias, apelidos, profissões, etnias, santos de devoção, portadores de necessidades especiais, morbidez, marcas sensíveis familiares (crianças, idosos, casais).

- 2) Na arte cemiterial/funerária: símbolos, imagens pintadas, estatuária.
- 3) Nos epitáfios: poesias, declarações, desabaços, devoção.
- 4) Tipos de túmulos: a) pequenos (túmulos rasteiros e gradeados, também conhecidos como cova rasa); b) médios (túmulos individuais que contam com uma estrutura mediana de granito ou alvenaria); c) grandes (jazigos que abrigam maus de um corpo, como os reservados a determinadas famílias); d) monumentais (túmulos com estrutura que se destaca em todo o espaço cemiterial por seu tamanho e sua suntuosidade).

O cemitério é um laboratório a céu aberto para os estudos locais e regionais. Está mais do que na hora de nos apropriarmos desse espaço e desenvolver projetos que estimulem o conhecimento da História Local.

## **O lidar com o patrimônio cultural imaterial**

Patrimônio Cultural Imaterial, conceito bastante jovem no tocante às políticas públicas. Para ser mais exato, ele passou a ser reconhecido no ano 2000 por meio do decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, da Presidência da República, que estabeleceu quatro dimensões do patrimônio imaterial: celebrações, saberes, formas de expressão e lugares, buscando dar conta da diversidade cultural brasileira. Além disso, o decreto criou instrumentos de identificação, proteção e salvaguarda desse patrimônio.

Claro que já tínhamos no Brasil desde 1930 a busca pelo entendimento de nossa formação por meio da diversidade, mas é na década de 70 do século XX que as pesquisas promovidas pelo Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), criado por Aloísio de Magalhães, introduziram no cenário das políticas culturais e nos debates sobre o patrimônio a noção de referências culturais. Cabe a nós, historiadores, uma constante atenção a todos os atos que busquem, através de uma prática discursiva, conceituar e colocar dentro de uma forma ideológica aquilo que está no cotidiano dos praticantes e que possui sua própria dinâmica. Digo isso pensando nos conceitos que dão sustentação à observação e à catalogação desse patrimônio imaterial: autenticidade e identidade.

Para os membros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como para os que dão corpo às políticas públicas de cultura é preciso que a manifestação a ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial seja única, ou seja, autêntica, diferente no global e que denote uma possibilidade de se perceber a identidade daquele povo ou comunidade que de alguma forma se afirma como sendo só sua (própria) e que demonstre ser organicamente original. Que se perceba longevidade e, acima de tudo, que seja reconhecida pelo grupo praticante como algo indissociável de sua própria existência. O pertencimento é o selo que garante esta autenticidade da manifestação. Sendo assim, ela não pode ser sazonal e esporádica.

Isso fica claro quando os conceitos de cultura popular e cultura tradicional aparecem juntos nas definições dos documentos do Ministério da Cultura: 1) Cultura Popular: conjunto de práticas, fazeres, costumes e expressões produzidas pelos povos e comunidades nas diferentes linguagens, tais como música, dança,

circo, teatro, culinária, literatura, jogos, artesanato, brincadeiras, folclore, grafismo, pinturas, desenhos, ritos e festas populares, religiosidade, histórias e narrativas orais, entre outros que retratam a diversidade cultural brasileira; 2) Cultura tradicional: aquela produzida por povos e comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas, quilombolas, ciganos, povos de terreiro, irmandades de negros, agricultores tradicionais, pescadores artesanais, caiçaras, faxinais (que plantam mate e criam porcos), pomeranos, pantaneiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, marisqueiras, caranguejeiras, ribeirinhos, agroextrativistas, seringueiros, sertanejos, geraizeiros (que vivem no cerrado no norte de Minas Gerais, sertanejo), fundos de pasto, dentre outros grupos.

Não estamos aqui nos opondo às políticas públicas, principalmente federais, no tocante a esse tema, Patrimônio Cultural Imaterial; somente chamamos a atenção para os caminhos ora trilhados. É preciso que entendamos todos os movimentos em relação a essas políticas, para que, quando os caminhos não forem realmente aqueles definidos pelos conceitos que as próprias leis definem, possamos nos posicionar. Temos que reconhecer que nunca houve um programa e ações tão concretas em relação ao Patrimônio Cultural Imaterial como nos últimos anos. O Ministério da Cultura, com seus gestores, conseguiu empreender políticas firmadas em editais, prêmios e bolsas bastante eficazes. Gostaria de citar alguns desses instrumentos que viabilizaram projetos e a manutenção de muitas manifestações do patrimônio imaterial ou que, de alguma forma, chegaram a contribuir para sua visibilidade: 1) Prêmio Mais Cultura de literatura de cordel (em 2010, Edição Patativa do Assaré; vale salientar que esse instrumento não é dirigido apenas

para a literatura escrita, mas também para suas aproximações culturais, como a prática dos trovadores, repentistas, entre outras); 2) Revelando os Brasis (para municípios de até 20 mil habitantes; está na V edição); 3) Concurso Silvio Romero de monografias sobre folclore e cultura popular; 4) Prêmio Culturas Ciganas; 5) Prêmio Culturas Populares (mestras e mestres dos saberes e fazeres e grupos e comunidades tradicionais); 6) Bolsa FUNARTE de Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais; 7) Prêmio FUNARTE Carequinha de Estímulo ao Circo; 8) Prêmio Taxáua Cultura Viva (para mestres dos saberes locais); 9) Edital de apoio à formação e implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira; 10) Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-Brasileiras; 11) ETNODOC (nasceu de um projeto mais amplo intitulado “Sensibilização e Orientação para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”); 12) Edital para apoio a projetos de proteção da cultura negra; 13) Edital de mapeamento, documentação, apoio e fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial; 14) Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura Afro-Brasileira, Comunidades Tradicionais e Cultura Afro-Latina.

São diversas ações nesses últimos oito anos, o que demonstra uma preocupação clara dos entes públicos com relação ao patrimônio imaterial. Com certeza isso só ocorre com vontade política e com a mobilização de agentes culturais e produtores desse patrimônio. Tivemos uma grata surpresa ao participar da Conferência Nacional para as Políticas Públicas para as Culturas Populares em Brasília, no ano de 2005. O que percebemos era uma vontade de mestres e mestras dos saberes tradicionais, utilizando aqui o conceito do próprio MinC, para fazer valer suas propostas de políticas tanto federais

como estaduais e municipais. Esse mesmo encontro que nos causou tanta alegria também nos trouxe dúvidas e preocupações que mais à frente vamos relatar, muito mais como provocação do que a pretensão de ter respostas para estas inquietações.

Da mesma forma que o governo federal tem priorizado ações afirmativas na relação com a sociedade, as ações empreendidas pelo Ministério da Cultura também têm demonstrado o interesse em recuperar o tempo perdido e fazer com que manifestações e práticas da cultura imaterial brasileira não sejam esquecidas e se percam. Podemos ainda lembrar do importante Projeto Ação Griô, que possibilitou que mestres das mais variadas manifestações culturais pudessem repassar seu conhecimento para “aprendizes” e com isso receber uma ajuda financeira. Como acompanhei em SC esse trabalho, posso relatar que muitos mestres saíram da condição de miséria após tal intervenção afirmativa do governo federal.

Tudo isso que foi relatado no tocante às políticas públicas em relação ao Patrimônio Cultural Imaterial carece de melhorias e ajustes, mas é indiscutível que essas ações modificaram para melhor a vida de centenas de mestres e mestras dos saberes populares. Não é o projeto ideal, diriam alguns puristas, mas é o possível para o momento. Cabe a cada um de nós, que militamos para que o Brasil diverso se mantenha diverso e plural, contribuir com as discussões e fóruns adequados. É o que estamos fazendo no Prêmio Culturas Ciganas, no qual temos insistido que novos mecanismos sejam elaborados para que os ciganos nômades, e na maioria esmagadora analfabeta, possam participar dessa ação que é justa, mas que acaba chegando apenas para os ciganos sedentários, escolarizados e que se organizam em alguma entidade. Os nômades precisam ser contemplados.

Ainda no campo das políticas públicas, apresentamos a definição da UNESCO para Patrimônio Cultural Imaterial, e que vai balizar as políticas públicas no mundo:

são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Seguindo essa definição, que pode parecer bastante pragmática, o MinC, o IPHAN e agora mais recentemente o IBRAM adotaram esse conceito, mas não perderam de vista que tais práticas são dinâmicas e que, mesmo sendo repassadas de geração em geração, são sempre recriadas, ressignificadas com a mesma organicidade com que os seres humanos interagem com condições históricas diferentes, já que o “tempo não para” e, mesmo assim, segundo o MinC, acaba “gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

Já citamos há pouco, mas queremos reforçar, que os bens culturais de natureza imaterial estão incluídos, ou contextualizados, nas seguintes categorias que constituem os distintos Livros do Registro:

1) *Saberes*: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;



2) *Formas de expressão*: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

3) *Celebrações*: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

4) *Lugares*: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

#### *BENS REGISTRADOS:*

1. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES)
2. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (AP)
3. Círio de Nossa Senhora de Nazaré (PA)
4. Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA)
5. Modo de Fazer Viola-de-Cocho (MT-MS)
6. Ofício das Baianas de Acarajé (BA)
7. Jongo no Sudeste
8. Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri (AM)
9. Feira de Caruaru (PE)
10. Frevo (PE)
11. Tambor de Crioula do Maranhão (MA)
12. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo (RJ)

13. Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre (MG)
14. Roda de Capoeira
15. Ofício dos Mestres de Capoeira
16. Modo de fazer Renda Irlandesa (SE)
17. O toque dos Sinos em Minas Gerais (MG)
18. Ofício de Sineiro (MG)
19. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (GO)
20. Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe (MT)
21. Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (AM)
22. Festa de Sant'Ana de Caicó (RN)
23. Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão (MA)
24. Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá (MT)
25. Rtxixòkò: expressão artística e cosmológica do Povo Karajá (MT)
26. Fandango Caiçara (PR)
27. Festa do Divino Espírito Santo de Paraty (RJ)
28. Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (BA)
29. Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó (PA)<sup>5</sup>

Ainda é importante citar as ações na salvaguarda do patrimônio imaterial. Estes planos de salvaguarda têm como objetivo não apenas inventariar as manifestações, mas possibilitar, através de ações concretas, contribuir na melhoria das “condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência”, segundo o IPHAN. Nesse sentido, a continuidade se dará

---

5 Para maiores informações, acessar: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

de modo sustentável. Como fazer isso? “Vai desde a ajuda financeira a detentores de saberes específicos com vistas a sua transmissão, até, por exemplo, a organização comunitária ou à facilitação de acesso a matérias-primas”. Já fazem parte desses planos de salvaguarda: Arte Kusiwa – Pintura corporal e Arte gráfica Wajãpi; Samba de Roda do Recôncavo baiano; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Viola-de-Cocho (IPHAN, 2014).<sup>6</sup>

Esses planos de salvaguarda, bem como ações específicas para determinados lugares e práticas, dar-se-ão fundamentalmente por inventários bem construídos e que deem conta de toda uma gama de informações que não podem ser desqualificadas. A diversidade deve aparecer, mesmo que em muitos casos se busque a identidade do lugar e das pessoas. O que acaba sendo desvelado nos inventariados são as identidades contidas nas práticas culturais e nas vivências sociais. Para citar o Rio Grande do Norte, somente foi inventariado o “Seridó”, que faz parte do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Não é à toa que a Festa de Sant’Ana de Caicó já está registrada como Patrimônio Imaterial Brasileiro.

Diante do exposto e relacionadas às políticas públicas federais em relação ao Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro, cabe-nos algumas reflexões.

Primeiramente, gostaríamos de pensar sobre o conceito de autenticidade. Utilizando o conceito benjaminiano, o autêntico é o que acontece agora e aqui, algo efêmero, fugaz, intangível e irreproduzível. Nesse sentido, o aspecto dinâmico e até performático das manifestações culturais deve reconhecer que o caminhar da cultura humana não

---

6 Documento *on-line* não paginado.

fica preso a um passado imutável, em que aquilo que parece legítimo é o que melhor reproduz esse passado representado. Dá-se a ideia de que as manifestações da cultura imaterial são o passado no presente, e o serão no futuro. Ou seja, uma ancestralidade que determina a cultura de grupos ditos tradicionais. Obviamente que para o reconhecimento de um Patrimônio Cultural Imaterial as permanências de um passado que forjou a manifestação se tornam fundamentais, mas para nós historiadores é também fundamental e indispensável entender que a fossilização da cultura não está de acordo com a dinâmica dos processos sociais. Os grupos produtores e que alimentam as práticas não estão envolvidos por uma redoma de aço que os impeça de interagir com o mundo que está ao seu redor.

Citando uma manifestação do Seridó, como a Dança do Espontão da Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó, alguns puristas ficaram horrorizados quando um dos participantes introduziu passos de capoeira em alguns momentos da dança. Isso faz parte da vivência e das experiências do grupo e não cabe aos estudiosos dizer se aquilo deva ou não fazer parte de uma manifestação que é vivida intensamente por seus membros. Engessar não cabe a nós, e sim deve fazer parte de um conjunto de desejos e sensibilidades do próprio grupo. Cabe-nos teorizar e entender. Intervir não me parece uma boa tática. E quando isso ocorreu em muitas manifestações a própria comunidade se desinteressou em fazer com que houvesse continuidade, já que não era mais sua, e sim do outro. As danças açorianas em muitas cidades do litoral catarinense morreram justamente quando especialistas em cultura dos Açores passaram a dizer o que era correto e legítimo dentro de suas pesquisas e visitas ao arquipélago. Os catarinenses descendentes de

açorianos não mais se sentiram produtores daquela manifestação, mas sim apenas “copiadores” passivos.

Relataremos a nossa experiência com a Recomendação das Almas no planalto catarinense. Os recomendadores saem na quaresma do cemitério da cidade para as casas recomendando as almas das pessoas da família visitada. Esta família, por sua vez, recebe-os com alimentos e cachaça. Orações e “incelências”, além de músicas, são cantadas e declamadas durante todo o percurso, sendo acompanhadas pelo som forte das matracas. Em algumas cidades do planalto de SC essa manifestação não mais existe, e nas que ainda resistem está prestes a desaparecer. Algumas ações de um grupo que ajudamos de forma voluntária, o Matakiterani, formado por artistas e historiadores preocupados em registrar e em alguma medida buscar alternativas para que a recomendação não morra, têm dado alguns resultados, principalmente na tentativa de entender a dinâmica interna da prática e fazer com que os mais jovens se reconheçam como copartícipes da manifestação. Mas fico com a frase de Seu Tatão<sup>7</sup>, um velho recomendador, que me disse:

Professor, a recomendação vai morrer e quero ver quem vai recomendar os mortos quando isso acontecer... mas tudo morre, não é mesmo? Mesmo que meus netos continuem... quando eu morrer a recomendação vai ser enterrada comigo, porque a recomendação de meu neto vai ser diferente, porque ele não é eu e hoje são outros tempos... fazer o quê?

---

7 Entrevista concedida em 9 de março de 2011 em Campo Belo do Sul/SC.

Seu Tatão, em sua sensível experiência, nos dá uma lição incômoda, mas absolutamente coerente: tudo é finito, e mesmo que se busque manter uma determinada manifestação ela nunca será como no passado; ela será nova, mesmo que desempenhe um papel de continuidade.

Outro fator que tem preocupado tanto pesquisadores como mestres e mestras dos saberes e fazeres é a espetacularização de algumas manifestações para fazerem o gosto da mídia e de um pseudoturismo, preocupado apenas com a acumulação rápida de lucro, esquecendo-se que as práticas culturais são vivenciadas por seres humanos, e não máquinas que reproduzem sem questionar. O maracatu do Maranhão é uma dessas manifestações que vêm sofrendo críticas tanto de estudiosos do assunto como de brincantes maranhenses que já começam a não mais reconhecer aquilo como sendo seu, ou seja, não há mais o estado de pertencimento.

Da mesma forma que esta espetacularização pode ser perniciososa, e o é quando não vem dos próprios agentes constituintes da prática cultural, há a crítica que muitos fazem à utilização de novas ferramentas tecnológicas em determinadas manifestações, como o caso da literatura de cordel, em que membros da academia criticaram de forma veemente a utilização de computador para a escrita dos folhetos, causando protestos encabeçados principalmente por cordelistas de Fortaleza. Diziam eles, em tom de indignação, que estes “especialistas de gabinete” sabiam criticar tais ferramentas, dizendo que o cordel estava perdendo sua originalidade, mas que os críticos literatos não viviam como cordelistas e o seu discurso só servia para manter a miséria à qual muitos artistas populares estavam submetidos em todo o Nordeste. Diziam, ainda, que o cordel

jamais morreria enquanto existisse o espírito vivo do trovador, do repentista e do cordelista, independentemente se a reprodução dos versos se desse em uma gráfica de fundo de quintal ou em uma editora profissional. O debate ainda está ocorrendo.

As trocas culturais ocorrem todos os dias e em todos os lugares. O discurso da homogeneidade e do congelamento serve apenas a uma prática fascista de ver o mundo. Somos dinâmicos e são diversas as nossas relações.

Abrindo ainda mais a discussão sobre este tema e envolvendo o campo do ensino, as novas tendências da Educação contemporânea pedem mais flexibilidade e criatividade na forma de abordarmos novos e velhos conteúdos de História. Alguns paradigmas já foram superados (a História como fato, a heroicização, o oficial como única forma de reconhecimento de práticas históricas, entre outros). Mas ainda é necessário avançarmos na produção concreta, não somente intelectual, de nossos discentes, para que estes egressos possuam outras habilidades e não tão somente a análise textual. O aluno precisa sair da sala de aula e partir para a pesquisa de campo, observar em seu entorno e se tornar agente nos processos de salvaguarda de nosso patrimônio imaterial.

Uma possibilidade de um debruçar sobre o patrimônio imaterial nasceu com a temática da “História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira” em nossas escolas (Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008), e despontou a necessidade de fazermos um levantamento do que temos no Brasil, no estado e em nosso município dessas práticas do patrimônio imaterial, e ainda mais, registrá-las para que possamos utilizá-las em nossas pesquisas.

Acreditamos que isto poderá cumprir uma lacuna nos conhecimentos apreendidos em sala de aula e ampliá-los, inclusive incorporando outras manifestações (não somente indígenas e afro-brasileiras), como a dos ciganos, sertanejos, brincantes, artesãos, bonequeiros, mamulengueiros, titiriteiros, trovadores, rezadeiras, coureiros, louceiras, além de outras manifestações ainda vivas entre norte-rio-grandenses. Vale destacar que ainda estão vivas, mas não se sabe por quanto tempo, por isso a necessidade de registrar e conscientizar os alunos e, por consequência, a comunidade em geral.

É de suma importância que as novas discussões sobre as imensas possibilidades do estudo da História - quando olha para o passado, mas também quando se debruça na História do Tempo Presente - cheguem aos discentes de nossas escolas.

Importante definir onde essas possibilidades de pesquisa, aliadas ao ensino, poderão se inserir. Falo na História das Sensibilidades, que é por onde pretendemos continuar caminhando na busca hercúlea de identificar e destrinchar estas imaterialidades, estas efemeridades e, como diria Franz Capra, “estas histórias que escapam entre os dedos”. Vou aqui pegar emprestado de Frédérique Langue (pesquisadora francesa) uma rápida definição do que estamos chamando de sensibilidades e dos personagens que passam a ter historicidade:

Neste sentido, várias publicações recentes oferecem novas possibilidades de interpretação e instrumentos para a elucidação das expressões e dos códigos sensíveis do passado. Colocar em evidência os esquecidos da história, os marginalizados, os foragidos, as messalinas e outros



pecadores do período colonial das Américas; homens e mulheres do povo, mestiços e outras pessoas de ‘cor imprecisa’ levam-nos a relevar o discurso não reconhecido pela ordem social, a palavra marginalizada pela história oficial, um novo enunciado e, sobretudo, espisar outros testemunhos e indícios (LANGUE, 2006, p. 26).

Ler os gestos, os sentimentos tanto nos subtextos das cartas de amor como nas batidas ritmadas dos atabaques africanos e hoje nos terreiros de Umbanda e Candomblé, nas velas que são acesas em santos não canonizados e em milagreiros de cemitério, os gestos de devotos e devotas que mesclam oficialidade e pessoalidade nas práticas da religiosidade católica popular brasileira, nos cantos (afinados e desafinados) dos negros das Irmandades, como a Irmandade dos Negros do Rosário, nas fogueiras acesas na frente das casas no Seridó no Dia de São João, na multiplicidade de rostos e sentimentos na feira de sábado no centro de Caicó, nos apelidos e nas nomeações (individuais e/ou coletivas) forjadas na experiência de cada um e de cada uma, nesta terra de um calor sufocante e de um solo calcinado que continua a germinar e que é revisitada todos os anos por aqueles que daqui partiram e que se encontram na Festa de Sant’Ana, nas dimensões simbólicas deste sertão do xique-xique e da seca que parece sempre estar querendo voltar e que toma cores nas obras de Davina, Jonas Tito, André Vicente, Custódio e tantos outros artistas do Seridó de muitas faces: estes são alguns dos objetos possíveis de pesquisa.

Queremos deixar bem claro a todos e a todas que a História das Sensibilidades não pode se propor a estar deslocada das grandes

discussões das quais tanto lutamos para fazer parte da agenda contemporânea, ou seja, a questão social. O mestre e a mestra dos fazeres populares e todos os partícipes dessas manifestações estão inseridos num conjunto de práticas e lutas sociais. Mesmo que a ditadura civil-militar no Brasil nominalmente tenha acabado em 1985, e parece que muitos perderam seus referenciais após isso, não podemos esquecer que os nossos inimigos (não estamos falando de adversários) continuam aí, entre nós; apenas não usam mais óculos Ray-Ban, agora se revestem de democratas, e se intitulam como do bem, quando no passado recente foram insensíveis, perseguidores, torturadores e assassinos, tanto de corpos como de mentes. A mídia burguesa, o consumismo desenfreado, a globalização imbecilizante, o neoliberalismo excludente, o sindicalismo pelego, a cultura de massa, entre outros inimigos tendem a nos forçar a acreditar que o presente está dado e que é imutável. A vitória do capitalismo é definitiva, dizem os derrotistas que se juntam ao discurso dos neoliberais muito mais preocupados com a cotação do dólar do que com as práticas sociais mais originais de nossas brasilidades. Acreditar nesse discurso parece completamente antagônico a um dos ofícios do historiador, que é perceber a dinâmica e a organicidade dos processos históricos. Acreditarmos nessa “verdade” é o mesmo que dizer que a História acabou, conformem-se.

Preferimos, ainda, Michel de Certeau (1996, p. 309), que nos ensina que “mesmo diante da tecnologia, existem lugares opacos e teimosos”. Preferimos estes lugares e os sujeitos que neles vivem.

O Patrimônio Cultural Imaterial, objeto principal de nossas atuais angústias, deve ser encarado por nós, historiadores, como pertencente a um grupo, ou a grupos, e que esses orgânicos

fazedores não estão preocupados se há uma câmera ligada perto deles, ou se vão aparecer na próxima novela das oito. Eles praticam seu fazer porque isso lhes garante a existência diante do mundo e de si mesmos. Não há hipocrisias nem disputas se este ou aquele se manifesta melhor; o fundamental é viver aquilo com intensidade, com sinceridade, sem esperar o sucesso midiático ou a publicação de suas memórias. Esse patrimônio é vivo e, por si só, dinâmico. Ele não é torpe, ele dialoga, ele interage.

Mais importante do que a sobrevivência dessas manifestações, ou seja, de produtos culturais, é a sobrevivência de quem as produz. E aí sim, cabe ao Estado possibilitar que os atores desses fazeres e saberes consigam criar, manter e experimentar o que lhe é mais caro, sua cultura vivenciada em suas práticas. O Estado não tem o direito de intervir, nem tampouco direcionar. O Estado não pode se omitir, pois a omissão dos governos levou à miséria muitos grupos sociais e à implantação de uma cultura de massa perversa, que prioriza o espetáculo e a mediocridade. Os mestres e mestras dos fazeres e saberes populares viveram na penúria e muitos morreram na mais absoluta miséria.

Os historiadores e historiadoras que se dedicam à História Cultural e das Sensibilidades têm o compromisso de unir forças a uma História Social que devolva às manifestações populares o seu devido valor na construção deste Brasil plural, multicolorido e diverso. Temos que seguir mudando, avançando, discutindo, refletindo e nos posicionando sobre o Brasil, o Rio Grande do Norte e o Seridó que queremos.

## Referências

ARIÈS, Philippe. **Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989. p. 25.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Planos de salvaguarda**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12553&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

HESS, Cecília. [Entrevista]. **A Notícia**, Joinville, 2 nov. 2005. p. A4.

LANGUE, Frédérique. O susurro do tempo: ensaios sobre uma história cruzada das sensibilidades Brasil-França. In: **História e sensibilidades**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. A organização social da morte: um estudo sobre a exclusão social no cemitério de Meia Ponte na província de Goiás em 1869. LPH: **Revista de História**, n. 6, 1996.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público:** transformações fúnebres em São Paulo-1850-1860. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p. 70.

PEREIRA, José Carlos. **Devoções marginais:** interfaces do imaginário religioso. Porto Alegre: Zouk, 2005.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 171.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **O céu aberto na terra:** uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo. São Paulo: E.C.M. Rezende, 2006.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval.** São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 204.



## **FONTES MATERIAIS: AS INFORMAÇÕES ARQUEOLÓGICAS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Roberto Airon Silva  
Camila Alves Duarte

### **Uma introdução ao assunto**

As relações teóricas e metodológicas entre a ciência histórica e a ciência arqueológica vêm de longa data. Esses dois ramos do conhecimento sempre estiveram intrinsecamente relacionados desde os primórdios de suas atividades como ciência e por vezes é bastante complexo defini-las de forma isolada e/ou de forma muito precisa.

Inicialmente, um importante aspecto a ser considerado é a maneira pela qual a ciência histórica apresenta os dados provenientes da Arqueologia, posto que nos manuais tradicionais escolares, desde a introdução da História como disciplina regular nos currículos escolares no Brasil, na maioria dos casos esses materiais especificam a Arqueologia como sendo uma disciplina auxiliar da História.

Como aqui não é o caso de expandir tal discussão, deve-se considerar, primeiramente, que essas duas disciplinas estão mais do que imbricadas no contexto do pensamento ocidental e no direcionamento dos interesses no estudo do passado e das origens históricas do ser humano, assim como da caracterização de sociedades do passado e, é claro, na identificação de matrizes culturais reivindicadas

por muitos Estados-nação desde o século XIX e grande parte da primeira metade do século XX.

Em segundo lugar, outro aspecto que se deve considerar é relativo à escrita e divulgação do conhecimento histórico, definido nos termos em que o conhecemos, pois ainda em grande parte aquela é apresentada nos conteúdos didáticos publicados no formato de livros e dividida em capítulos, seguindo uma sequência temporal de conteúdos distribuídos em milênios, séculos e décadas, especificando neste devir histórico uma lista de sociedades do passado, todas elas denominadas e descritas em suas características.

Essas características apresentadas são conhecimentos construídos não somente a partir de informações escritas, mas muitos deles utilizam fartamente as informações iconográficas e as informações materiais. Nesse sentido, grande parte, se não a totalidade dessas informações materiais e/ou iconográficas é relativa principalmente ao conhecimento arqueológico das ocupações humanas Pré-Históricas, ao estudo material das sociedades da Antiguidade e, no caso do Brasil, ao estudo etnográfico e arqueológico sobre as sociedades nativas ou comumente chamadas de indígenas.

Em terceiro, outro aspecto a ser considerado são as mudanças teóricas e metodológicas acontecidas no seio da historiografia desde o surgimento da corrente historiográfica francesa dos *Analles*, principalmente na esteira dos trabalhos de Fernand Braudel, as quais desenvolveram um olhar mais amplo no conhecimento da História com os estudos da chamada civilização material.

Esses estudos redimensionaram o uso e a valorização das fontes materiais, assim como também as introduziram no seio da discussão historiográfica e fixaram um melhor entendimento

de que as sociedades contemporâneas, assim como as do passado, foram permeadas pela materialidade em sua dimensão cultural, na organização e distinção de suas esferas sociais e estruturas de poder e, portanto, essa materialidade é inseparável da existência e do processo de entendimento histórico das sociedades do passado, bem como do seu funcionamento (THOMAS, 1999).

O último aspecto que deve ser considerado é que, no âmbito dos anseios de identidade cultural e busca de conhecimento identitário do passado, o século XIX é um contexto histórico fundador do incentivo à procura de novos objetos do conhecimento; assim, teve papel importante e essencial nesse processo a prática recém-surgida da Arqueologia.

Os hábitos e práticas sociais que foram desenvolvidos em vários países europeus, a partir do século XVIII, de organizar coleções de objetos antigos, de coleções de raridades e curiosidades antigas em forma de espaços de exposições individuais e institucionais de objetos antigos, da divulgação e publicação de imagens de cidades em ruínas foi resultado da procura, observação e aquisição desses materiais advindos das viagens de indivíduos pertencentes à classe aristocrática desses países. Tais práticas de exploração e colecionismo de objetos antigos fizeram da Arqueologia, desde seus primórdios, um importante veículo de conhecimento histórico das sociedades antigas, em especial, dos povos pré-históricos no continente europeu, das sociedades antigas grega, romana, persa, mesopotâmica e egípcia antiga, entre outras mais (SILVA, 1998).



## Conceitos e noções importantes

Ao longo dos últimos cinquenta anos, importantes discussões têm se apresentado no estudo arqueológico, tornando a arqueologia uma disciplina profundamente identificada com a interdisciplinaridade, tanto em seus métodos de trabalho, quanto na sua conceituação e nas intervenções teóricas de outras áreas, na construção da identidade científica da Arqueologia ou mesmo a partir dela. Nesse sentido, o estudo da Arqueologia tem primado por definir, para efeito de entendimento e aplicação, conceitos e noções fundamentais para que as diversas esferas de conhecimento sejam favorecidas pelos conhecimentos advindos da pesquisa arqueológica ou até mesmo das revisões e mudanças conceituais acontecidas nessa área do conhecimento.

Uma das conceituações fundamentais para o entendimento da relação entre a Arqueologia e outras disciplinas das ciências humanas e sociais é o conceito de cultura material. A noção de cultura material tem suas matrizes na Antropologia Cultural, no início do século XX, e é dessa forma identificada por ser um campo de pesquisa e estudo da Antropologia interessado diretamente no entendimento das relações simbólicas e das relações estruturais nas diversas culturas humanas (BINFORD, 1986).

A cultura enquanto conceito pode ser definida, genericamente, como sendo a manifestação não tangível dos comportamentos sociais dos diversos grupos humanos, os quais envolvem as crenças, ritos, símbolos e outras manifestações da capacidade humana de diversificação de comportamento em relação ao mundo tangível ou material e intangível ou imaterial.

A cultura material constituir-se-ia, nesse sentido, na dimensão material desses comportamentos, sendo, por sua vez, também carregada de variados sentidos e necessidades, mas sem dúvida um elemento constitutivo do comportamento humano. Assim, um vasilhame cerâmico decorado na sua parte externa e interna, com linhas paralelas pintadas nas cores preta, vermelha e branca, representaria muito mais do que um simples vasilhame com a função de processar um alimento, mas um objeto material que detém uma imensa carga simbólica aplicada na sua materialidade, em que a confecção, a função e a(s) forma(s) (decoração, tamanho, tipo de pasta etc.) fazem parte de seu conteúdo e sentido cultural dentro de um determinado grupo ou sociedade específica que o produziu e que o utilizou (FUNARI, 2003).

A noção de cultura material tem, segundo Tânia Andrade Lima, fortes identificações com a Arqueologia, mesmo que a Arqueologia não seja a única disciplina entre as várias ciências humanas e sociais a se utilizar dessa noção e dos dados provenientes da cultura material. Além disso, na sua construção de conhecimento, a Arqueologia trata de sociedades nas quais os atores sociais não estão mais presentes, portanto, tal reconstrução dos processos sociais dependerá essencialmente dos dados materiais, como é o caso específico do campo da Arqueologia Pré-Histórica (LIMA, 2011).

Nesse campo da pesquisa arqueológica, a cultura material é a única fonte na qual a reconstrução é possível, considerando que os restos materiais são os únicos dados diretos dos quais dispomos para entender tais sociedades do passado.

Por esse motivo, segundo Lima, é que ao longo da segunda metade do século XX a Arqueologia se constitui como destaque quanto ao estudo da cultura material de sociedades não mais existentes, e mais

ainda quanto a sociedades nas quais não há registro escrito de nenhuma forma, como as sociedades pré-históricas (LIMA, 2011).

O primeiro momento dessa importante relação entre a cultura material e a Arqueologia está no momento de expansão das práticas arqueológicas de escavações, quando uma quantidade significativa de artefatos e restos de cultura material das mais diferentes sociedades do passado, pré-históricas e históricas, foram coletados, organizados e classificados em tipologias, segundo características situadas em etapas no tempo e dentro de um espaço.

Nesse sentido, a abordagem evolucionista terá profunda influência nesse tipo de análise, pois, na tentativa de classificar as sociedades a partir de sua cultura material, tornar-se-ia essencial pensar nos graus de evolução tecnológica e social para que se pudesse entender o funcionamento de tais sociedades do passado. A cultura material seria, então, um reflexo direto, porém passivo da cultura, pois os artefatos portavam características diretamente relacionadas a todas as normas, valores e ideias da sociedade que os criou.

Um segundo momento dessa relação entre cultura material e Arqueologia diz respeito à cultura material como um reflexo da adaptação humana às forças naturais que muitas vezes agiam contra as possibilidades de sobrevivência humana. Assim, a cultura material significaria a extensão do corpo humano, nas suas fragilidades diante do meio natural, portanto, os artefatos ou a cultura material eram resultado da adaptação não biológica ao meio ambiente. A cultura em geral, em diversas sociedades e em diversas épocas, refletiria, assim, situações contextuais diferentes, de respostas adaptativas ao meio natural e suas pressões, tendo a cultura material um valor de estudo para a Arqueologia à medida que refletia as mudanças culturais acontecidas

no seio dessas sociedades do passado como respostas diferentes a contextos ambientais e naturais diferentes.

Um terceiro momento diz respeito à releitura feita dos pressupostos da seleção natural de Charles Darwin em que, segundo Lima, estimular-se-á a perspectiva de encontrar no registro arqueológico, ou seja, na parte material remanescente de sociedades do passado, o fenótipo humano refletido nos materiais que foram preservados ao longo do tempo e que chegaram até nós guardados nos estratos (camadas) arqueológicos. Nesse sentido, a cultura material refletiria características notadamente humanas, pois o que foi preservado, assim como o material fossilizado nas ciências naturais, era comprovação de sucesso adaptativo não biológico, mas iniciado e ampliado a partir dele.

O último momento dessa relação entre a noção de cultura material e a Arqueologia refere-se aos novos rumos interpretativos da cultura a partir da poderosa influência do estruturalismo. Tal corrente teórica na Antropologia intensificava e impulsionava os trabalhos no estudo das dimensões cognitivas e ideacionais das culturas humanas, do passado e do presente, sem negar o caráter adaptativo da cultura material. Porém, dando ênfase aos conflitos, contradições e tensões existentes dentro das culturas, mostrando, assim, seu caráter não uniforme, ou seja, os atores sociais eram e foram decididamente ativos no processo social no seio de sua cultura e de sua existência (LIMA, 2011).

A cultura material constituir-se-ia e comportar-se-ia tal como um texto a ser decodificado e lido, considerando todas as nuances de sentido, variáveis de ideias e símbolos. Dessa forma, a cultura material não poderia falar por si mesma, pois precisava ser lida de acordo com certas regras a serem conhecidas ou desvendadas.

## Como operacionalizar os conceitos, noções e conteúdos

Para operacionalizar e aplicar toda essa gama de variáveis acerca do conhecimento arqueológico e suas relações com a ciência histórica e com a prática pedagógica, é necessário perceber de forma crítica o instrumental básico que o estudo arqueológico fornece para os mais diferentes conteúdos no ensino de História, do qual destacamos, inicialmente, o problema do conceito tradicionalmente formulado e divulgado sobre as descobertas e os (grandes) achados arqueológicos, o que chamaríamos de imaginário arqueológico.

É necessário conhecer as referências de origem, conceituação e métodos utilizados quando se trata de informações provenientes da divulgação de dados arqueológicos. É de conhecimento dos profissionais da Arqueologia no Brasil que uma boa parte das informações divulgadas por alguns meios de informação impressa ou digital ainda versa sobre assuntos cuja imagem reflete sobremaneira uma visão romântica da Arqueologia e uma preocupação com os grandes achados e descobertas, aspecto enraizado na imagem clássica do arqueólogo, mas que deixa de lado importantes informações, tão importantes ou até mais interessantes para o entendimento da dimensão material de sociedades do passado.

As (novas) descobertas são importantes, porém não terão validade científica, se não estiverem inter-relacionadas, relacionadas com o contexto dos outros achados arqueológicos e relacionadas com dados arqueológicos anteriormente estudados. E mais complexo ainda será se o professor, ao se utilizar de informações arqueológicas publicadas, não possuir conhecimento

conceitual e instrumental básico para selecionar as informações a serem utilizadas, desconsiderando critérios de trabalho que estejam relacionados ao contexto das condições didático-pedagógicas de sua escola, de suas turmas ou de qualquer outro curso regular.

Os dados arqueológicos aplicados ao ensino formal de História precisam tomar como ponto de partida as experiências humanas do mundo concreto e tentar superar as determinações tradicionais de ciência auxiliar e de conhecimento fantástico das grandes descobertas. As informações tratadas pela Arqueologia versam sobre a cultura material de sociedades passadas, que no caso aqui tratado se referem não somente a sociedades distantes no tempo e espaço, mas a sociedades que desapareceram ou foram modificadas, as quais estão ou estavam aqui bem perto de nós.

A noção de uma Arqueologia distante e aplicada a contextos distantes da realidade dos alunos constitui-se num viés de amadorismo e não profissionalização dos estudos até recentemente muito presentes no país. Várias das práticas arqueológicas e da divulgação midiática existentes no país ainda são e foram bem pouco ou em nada preocupadas com as questões de valorização da formação profissional (SILVA, 2009).

O alcance temporal e espacial da informação arqueológica faz dela uma disciplina intrinsecamente multidisciplinar e multifacetada. Essas características, já destacadas no início deste texto, tornam o conhecimento arqueológico um importante instrumental de análise, no qual não somente a cultura material, mas outras variáveis de estudo e conhecimento podem e devem ser utilizadas, tais como:

- a) o estudo das mudanças ambientais locais e regionais e a intervenção humana nesse processo de mudança;
- b) as transformações ambientais nos níveis local e regional, em lugares antes habitados por grupos humanos hoje não mais existentes, onde as condições de sobrevivência foram diferentes;
- c) o uso humano dos recursos naturais no passado e no presente, bem como das relações possíveis entre os dois momentos;
- d) a utilização de tecnologias diferentes na cultura material do passado, as quais incluem o uso de matérias-primas diferentes, processos diferentes de produção e de (re)utilização de materiais;
- e) a compreensão de eventos históricos significativos para o conhecimento da formação social brasileira, regional e local;
- f) a discussão e reflexão sobre aspectos culturais, cognitivos e comportamentais de sociedades do passado, as quais podem nos ajudar a conhecer processos e características adaptativas e psicobiológicas;
- g) o reconhecimento de lugares (sítios arqueológicos) e dados arqueológicos como patrimônio cultural material, os quais muitas vezes estão relacionados de uma forma ou de outra à dimensão imaterial desse patrimônio cultural.

Na utilização dos dados provenientes da cultura material estudada pela Arqueologia, não deixar de perceber o alcance

histórico-social da informação material num mundo brutalmente virtual. A força determinante e avassaladora de informações provenientes das mídias eletrônicas não somente dá a falsa impressão de que tudo se conhece, mas também de que tudo se divulga sem filtragens e com distorções. Além disso, na prática educacional, alcançar, através da informação material – muitas vezes fragmentada e dispersa –, um público que é cada vez mais influenciado pela velocidade e aceleração da informação e da comunicação tem sido um desafio em todos os níveis de educação formal.

## **Plano de atividades para aplicação de conhecimentos**

Para que seja possível realizar a operacionalização das questões apresentadas neste trabalho, destacamos, a seguir, alguns procedimentos que auxiliam sobremaneira a aplicação dessas dimensões conceituais, bem como a aplicação dos conhecimentos dos quais dispomos acerca da pesquisa arqueológica desenvolvida no Brasil. Essas aplicações devem servir de exemplo metodológico para o trabalho dos professores a ser desenvolvido em suas respectivas turmas da disciplina de História, observadas, é claro, as condições infraestruturais próprias de cada escola.

Numa sequência de trabalho interativo com os alunos, os procedimentos de trabalho são os seguintes:

1. Apresentação da parte conceitual e discussão de conhecimentos e experiências dos participantes do curso;



2. Oficinas com diversos materiais arqueológicos coletados em trabalhos realizados no Rio Grande do Norte:

2.1. Materiais líticos

2.2. Materiais cerâmicos indígenas e cerâmica neobrasileira

2.3. Materiais históricos: louças e faianças, materiais vítreos e metálicos

3. Oficinas com recursos audiovisuais sobre pinturas e gravuras rupestres e outros recursos didáticos acerca de sítios arqueológicos (pré-históricos e históricos) no Rio Grande do Norte;

4. Oficinas com documentos escritos em que se ressaltam as descrições sobre a cultura material:

a) Cronistas e viajantes do século XVI e XVII no Brasil e no Rio Grande do Norte;

b) Descrições e relatos do século XVIII no Brasil e no Rio Grande do Norte;

c) Relatos de viajantes naturalistas do século XIX no Rio Grande do Norte.

## Referências

ALLEN, Scott Joseph. **As vozes do passado e do presente:** arqueologia, política cultural e o público na Serra da Barriga. Revista CLIO, n. 20, p. 81-101, 2006. Série Arqueológica.

BARRETO, Cristiana. **A construção de um passado pré-colonial:** uma breve história da arqueologia no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 10-31, dez.1999/fev. 2000.

BINFORD, Lewis. **Em busca do passado:** a descodificação do registro arqueológico. Lisboa: Europa/América, 1986.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Cultura material e arqueologia histórica.** Campinas, SP: UNICAMP, 1998. 317p. (Ideias, n. 1).

\_\_\_\_\_. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003. 125 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; RAMBELLI, Gilson. **Patrimônio cultural e ambiental:** questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; FAPESP; Unicamp, 2009.

HILBERT, Klaus. **Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro?** Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira, SAB, v. 19, p. 89-102, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais.** Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011.

OLIVEIRA, Luciane M.; LOURES DE OLIVEIRA, Ana P. de P. **Educação patrimonial, memória e saberes coletivos.** Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira, SAB, v. 17, p. 75-84, 2004.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia brasileira.** Brasília: Ed. UnB, 1992.

ROBRAHN-GONZALEZ, Erica Marion. **Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado.** Revista USP, São Paulo, n. 44, p.10-31, dez.1999/ fev.2000.

SILVA, Fabíola Andrea. **Arqueologia como tradução do passado no presente.** Revista Arqueologia Amazônica, v. 3, n. 2, p. 260-267, 2011.

SILVA, Roberto Airon. **Arqueologia, Antropologia e História: o interesse pelos vestígios humanos.** Revista Caderno de História, Natal, v. 4/5, n. 2/1, p. 143-160, jul./dez. 1997; jan./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **Balço e perspectivas da Arqueologia Histórica no Rio Grande do Norte.** IN: SEMANA DE HUMANIDADES, 17., 2009, Natal. Anais... Natal, 2009. GT 06. p. 66-84.

TENÓRIO, Maria Cristina e FRANCO, Teresa Cristina. **Seminário para implantação da temática Pré-História Brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro: UFRJ; Museu Nacional, 1993.

THOMAS, Julian. **A materialidade e o social**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia: USP: Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, p. 15-20, 1999. Supl. 3.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

# HISTÓRIA INDÍGENA E HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO NORTE COLONIAL

Fátima Martins Lopes

## O Lugar dos índios na história

Tradicionalmente, a historiografia brasileira atentava para a existência dos índios apenas nos primeiros trinta anos da nossa “história do Brasil”. Depois, quando muito, apareciam em lutas de oposição à colonização, impedindo a instalação das colônias, atacando fazendas, dizimando o gado. Aos poucos, os índios saíam de cena, dando lugar aos negros escravos trazidos da África e aos luso-brasileiros na sua ânsia de colonizar o Novo Mundo. Nos trabalhos sobre o Brasil Imperial e a República, esse cenário não foi diferente e aos índios foram relegados papéis secundários como “submissos”, “acomodados”, “aculturados” e “desaparecidos”. Somente muito recentemente foi que se começou a tratar o indígena e seu mundo como objetos de estudo históricos mais aprofundados, aceitando-o também como elemento importante na estrutura socioeconômico-cultural do Brasil colonial, imperial e dos dias atuais.

Muitas explicações foram dadas para o pouco registro do tema indígena na historiografia, como as dificuldades na obtenção de fontes, em comparação com as que tratam sobre os escravos negros, cujos registros são mais comuns nos arquivos. Não podemos deixar de levar em conta as dificuldades surgidas da rarefação

de documentos, porém, também podemos tentar entender essas ausências historiográficas pelas características da própria sociedade e historiografia brasileiras.

Ainda no período colonial, encontramos muitos relatos ou crônicas cujos autores – padres jesuítas, frades franciscanos, soldados, senhores de engenho, oficiais do rei e outros – apresentaram os índios como os grandes opositores à conquista e à colonização. Por exemplo, a “História do Brasil” (1627), de Frei Vicente do Salvador, que foi baseada em relatos ouvidos, na vivência do autor e nas leituras dos escritos da época, relata 125 anos de “história do Brasil”<sup>1</sup>, descrevendo a terra e seus habitantes, o processo de ocupação do território, enfatizando as lutas de conquista dos índios e dos “invasores”, como os franceses e holandeses.

Na primeira parte do livro, Salvador incluiu relatos sobre os modos de vida de grupos indígenas conhecidos na altura, repetindo ideias e relatos que foram seguidamente utilizados pelos historiadores do século XIX e XX, como esta passagem descritiva sobre os índios:

Nem uma fé têm. Nem adoram a algum deus; nem uma lei guardam ou preceitos, nem têm rei que lha [sic] dê e a quem obedeçam, senão é um capitão, mais pera a guerra que pera a paz, o qual entre eles é o mais valente e aparentado (SALVADOR, 1954, p. 73).

---

1 Observamos que o conceito “História do Brasil” era então utilizado para relatar os fatos relativos ao domínio português do novo espaço colonial que se abria com a chegada de Pedro Álvares Cabral, distinguindo-se da acepção moderna que a historiografia brasileira trata.

Essa fórmula – índios sem fé, lei ou rei – foi exaustivamente repetida por outros cronistas, anteriores e posteriores a ele, e nos indica a preocupação que tinham quanto à necessidade de impor a autoridade, a moral e os valores da cultura europeia, sobre o que eles poderiam acreditar como espaços vazios e/ou perigosos na cultura nativa.

A partir da segunda parte de seu livro “História do Brasil”, Salvador preocupou-se com o processo de colonização e os índios passaram a aparecer apenas nos relatos das guerras, como barreiras à colonização e ao desenvolvimento das colônias já instaladas, como na passagem sobre a determinação da conquista do Rio Grande:

Informado Sua Majestade das coisas da Paraíba e que todo o dano lhe vinha do Rio Grande, onde os franceses iam comerciar com os potiguares, e dali saíam a roubar os navios que iam e vinham de Portugal, tomando-lhes não só as fazendas mas as pessoas, e vendendo-as aos gentios pera que as comessem, querendo atalhar a tão grandes males, escreveu a Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor em Pernambuco, encomendando-lhe muito que logo fôsse lá fazer uma fortaleza e povoação... (SALVADOR, 1954, p. 291).

Essas situações de guerra e resistência indígenas à colonização, que também foram apresentadas por outros cronistas, acabavam por justificar um processo de dizimação de muitos povos indígenas que foram sendo substituídos pelos escravos negros, tidos nos relatos coloniais como mais adequados aos interesses produtivos portugueses. Além disso, muitas das ideias estereotipadas que circulavam nas crônicas coloniais estavam presentes nas discussões teológicas e políticas

acontecidas na Europa sobre os povos da América. A Bula “Sublimis Deus” (1537, Papa Paulo III) admitiu que os nativos americanos eram “criaturas humanas e, como tais, suscetíveis de fé e salvação”, no entanto, não impediu a sua escravidão, que perdurou sendo uma instituição oficial e lícita nas terras coloniais da América Portuguesa, principalmente sob a alegação de impedimento de disseminação da religião católica.

Percebe-se que nos relatos coloniais a temática indígena foi minimizada frente à negra, pois o que se privilegiava naquele momento era o relato do que seria mais produtivo à metrópole, e os índios não faziam parte desse mundo “produtivo”. Ao contrário, em muitos dos cronistas encontramos o estereótipo de índios que resistiam ao trabalho sedentário, como na Crônica da Companhia de Jesus (1663), do Padre Simão de Vasconcelos, que traz um amplo relato sobre os indígenas do Brasil, anotando: “Nos mais costumes são como feras, sem política, sem prudência, sem quase rastro de humanidade, preguiçosos, mentirosos, comilões, dados a vinhos” (VASCONCELOS, 1977, p. 98).

Foi esse legado de ideias coloniais que, repetido continuamente, construiu uma imagem de “índio” que foi generalizada segundo os interesses coloniais, seja para controlar a terra e sua população, seja para transpor a cultura europeia para o Novo Mundo. Nesse universo que se pretendia construir através dos relatos, os índios que se rebelassem e resistissem à colonização poderiam ser mortos justificadamente e aqueles que aceitassem a colonização seriam assimilados através das ações de missionários e outras pessoas dispostas a introduzi-los na cultura europeia. Dessa forma, os relatos coloniais apresentavam os índios como seres “domesticados”, que perderam sua cultura e que estavam destinados ao desaparecimento.



A historiografia brasileira nascida no século XIX, herdeira dessas imagens coloniais, expôs sua visão sobre a América e seus nativos: uma imagem melancólica, romântica, na qual os índios ou estavam mortos, ou eram identificados como preguiçosos, bêbados, amorais e não-adaptados ao mundo civilizado. A historiografia brasileira de então, instalada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, baseava-se nas ideias positivistas, em que a história de um povo era a história de um país e, portanto, uma história política e econômica dos que “venceram” e mantiveram-se no poder, daí a constante preocupação com os feitos e glórias do português colonizador. O negro, pelo importante papel que desempenhava na sociedade quando essa historiografia se iniciava, era visto como inferior, mas necessário para o trabalho. Nesse entendimento, o índio, que fora substituído pelo negro, era considerado menos ainda que este e, portanto, visto como tendo contribuído pouco para a construção do país: no máximo mostrou os espécimes vegetais comestíveis; cedeu alguns objetos, como a rede; aliviou a tensão sexual dos portugueses pela “ausência” de mulheres brancas; mas trabalho, que era necessário, não ofereceu. Para essa historiografia, o índio era um “perdedor”: perdeu a terra, a honra, a cultura; era uma figura “morta” e “desaparecida” na História.

Um dos exemplos dessa historiografia é a “História Geral do Brasil” (1854), de Francisco Adolfo Varnhagen, que ressaltou o papel “civilizador e cristão” dos colonos quando ensinaram os índios a “adotarem hábitos civilizados” (VARNHAGEN, 1975, p. 219), e advertiu que não se deveria sentir vergonha do que foi feito pelos colonizadores, mas entender seus “instintos dignificadores”. Para Varnhagen, o índio era “[...] vaidoso e independente, desconhecendo os direitos da razão e a supremacia da consciência [...]” (VARNHAGEN, 1975, p. 217), e

deveria ser o trabalho o que o conduziria à civilização. No entanto, a “piedade dos reis” havia proibido a escravidão indígena, o que fez com que os índios fossem substituídos pelos escravos negros que, afinal, “[...] sabia-se por experiência [...] eram mais fortes, e resistiam mais ao trabalho aturado do sol do que os índios” (VARNHAGEN, 1975, p. 223). A partir daí, em sua obra, o índio passou a personagem secundário da história que só era trazido ao palco para confirmar seus adjetivos de “bárbaro” e “dissimulado”, e para sustentar que a sua contribuição à formação do país era apenas folclórica.

A historiografia do século XX, por sua vez, herdeira direta dessa produzida a partir do Instituto Histórico, estava preocupada com a formação da nacionalidade, porém com dois fatores novos: a crise do trabalho compulsório (abolição da escravidão) e a consolidação da República, o que exigia uma nova explicação histórica para a formação do povo brasileiro.

Capistrano de Abreu, com o seu livro “Capítulos de História Colonial (1500-1800)” (1907), é um dos representantes mais significativos desse período: sua contribuição está em ver a civilização brasileira formada dentro do Brasil, e não apenas vinda da Europa. Ele ressaltou os aspectos econômicos, políticos, geográficos e psicológicos que formaram a nacionalidade como produto do meio e das etnias envolvidas. Dessa forma, encarou os índios também como formadores da nacionalidade. Dizia ele: “[...] os escravos indígenas, com todos os percalços (doenças, morte, fuga), auxiliaram extraordinariamente aos que começaram a vida nestas terras [...]” (CAPISTRANO DE ABREU, 1976, p. 53). Porém, para ele, o “desaparecimento” dos índios trouxe como consequência o aumento da importação de escravos negros, ficando, assim, o índio também limitado a uma atuação fugaz,

logo substituída pela dos negros, que, juntamente com os brancos, formariam a grande massa do povo.

Na década de 1930, Gilberto Freyre publicou a sua obra “Casa Grande e Senzala” (1933), livro marco do estudo histórico-sociológico do Brasil. Pensando na formação da nacionalidade e em buscar as raízes brasileiras, procurou incorporar o povo, incluindo aí os negros e índios. No entanto, para Freyre, o índio pouco havia contribuído:

Do indígena quase que só se aproveitou na colonização agrária do Brasil o processo da coivara [...] se formos apurar a colaboração do índio no trabalho propriamente agrário, temos que concluir pela quase insignificância desse esforço (FREYRE, [198-], p. 131).

As atividades ligadas por ele ao índio eram as de caçador, pescador, remador, guerreiro, mas nunca a de “trabalhador”. Tampouco o registrou como escravo:

Se os índios de tão boa aparência de saúde fracassaram, uma vez incorporados ao sistema econômico do colonizador, é que foi para eles demasiado brusca a passagem do nomadismo à sedentariedade [...] O resultado foi evidenciar-se o índio no labor agrícola o trabalhador banzeiro e moleirão que teve de ser substituído pelo negro. Este, vindo de um estágio de cultura superior ao do americano, corresponderia melhor às necessidades brasileiras de intenso e contínuo esforço físico (FREYRE, [198-], p. 189).

Vê-se que, para Freyre, a ideia da substituição do índio “inca-paz e molengo” (FREYRE, [198-], p. 269) pelo negro é evidente: o negro o substituiu por superioridade física e cultural. Para ele, a formação do Brasil, no entanto, contou com a contribuição inestimável da mulher índia “recém-batizada, esposa e mãe de família” (FREYRE, [198-], p. 127) que, ao se miscigenar com os colonos brancos, garantia uma prole “superior”.

Nessa mesma década, ainda na busca das raízes, surge outra vertente historiográfica que procurou estudar as estruturas econômicas e sociais básicas, e enquadrar o Brasil colonial num esquema de relações com o mundo europeu, observando o que era predominante ou o que se “encaixava” nos “quadros” predeterminados de teorias econômicas. No fim da década de 1930, Roberto Simonsen lançou seu livro “História Econômica do Brasil” (1938), que iria iniciar essa linha na historiografia brasileira, interessando-se pelas principais matérias-primas para exportação, como açúcar e tabaco, e seu significado para a economia mercantil. Tratando da economia em geral, pouco analisou as relações entre brancos e índios, que foram tratados como “parceiros” iniciais das trocas comerciais – escambo – num período de pouca importância chamado por ele de “Ciclo do Pau-Brasil”.

Nesse mesmo contexto, Caio Prado Junior, em seu livro “História Econômica do Brasil” (1945), também pouco adicionou ao que já havia sido escrito sobre a “incapacidade”, o “baixo nível cultural” e a “rala demografia” indígenas, dizendo ele:

Não seria grande, por isso, o serviço que prestariam aos colonos, que foram obrigados a se abastecer de mão-de-obra na África. Os indígenas brasileiros não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que

deles exigia a colonização; pouco afeitos a ocupações sedentárias, resistiram e foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avessa a seus hábitos (PRADO JUNIOR, [198-], p. 10).

Nas décadas seguintes de 1950 a 1970, seguiram-se trabalhos sobre a história do Brasil nessa mesma ótica: sempre minimizando a importância da população índia e sua contribuição na formação do Brasil.

Fernando Novais, por exemplo, em seu livro “Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial” (1986), é seguidor da ideia do “sentido” da colonização de Prado Junior e centrou sua pesquisa nas relações externas entre colônia e metrópole, em que a primeira era vista como um “apêndice” da segunda, estruturando o “enriquecimento” de Portugal. Dessa forma, o indígena foi citado apenas na “fase de implantação” da colonização, sendo substituído principalmente pela “preferência” ao escravo negro. Dizia:

[...]o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias em escravos, abria um novo e importante setor de comércio colonial, enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia (NOVAIS, 1986, p. 89).

Para ele, a pouca importância do indígena na História do Brasil não estava na sua inaptidão ao trabalho, mas na sua não vinculação primordial ao comércio de exportação.

Nessa mesma perspectiva, foram feitas algumas sínteses da História do Brasil utilizadas nos bancos escolares e de graduação por gerações, sendo a mais representativa a “História Geral da Civilização

Brasileira”, organizada por Sérgio Buarque de Holanda. Nela percebemos o mesmo privilegiamento do que é genérico e predominante na história colonial: presença negra e “desaparecimento” indígena. Outros trabalhos desse tipo continuaram mantendo tal perspectiva, como o de Maria Yedda Linhares, “História Geral do Brasil” (1990), em que perdura a ideia da população indígena de somenos importância e apenas para os períodos iniciais da colonização; e o de Bóris Fausto, “História do Brasil” (1994), que se ateuve à temática indígena apenas para explicar por que os indígenas foram substituídos pelos negros escravos, repetindo as mesmas justificativas da herança colonial – “cultura pouco afeita ao trabalho estável” e “drástica queda demográfica” (FAUSTO, 1994, p. 649).

## **Nova historiografia sobre as temáticas indígenas**

A partir da década de 1980, a historiografia brasileira apresentou uma nítida mudança na maneira de pensar a História: preocupou-se mais com as especificidades do que com as generalizações; colocou em xeque as “verdades” sedimentadas e reiteradas até então.

Influenciada pelas mudanças introduzidas no estudo da História pela Escola dos *Analles*, pela Escola de Frankfurt e por pesquisadores, antropólogos e filósofos que inovaram nas suas metodologias e abordagens, como Edward Thompson e Michel Foucault, a historiografia brasileira incorporou as novas perspectivas possibilitadas pela importância dada a novos objetos de estudo, novos métodos e novas abordagens. Buscava-se mais o entendimento dos elementos sociais, culturais e mentais do que apenas os econômicos e políticos,

entrosando-os e dando importância correlata a cada um. Essa bibliografia começou a se preocupar mais com as “minorias”, valorizando também o que não era predominante ou geral, buscando as especificidades das etnias, das regiões e das épocas diversas. Passou da descrição e apologia dos “grandes fatos” para a análise do microambiente, dos homens comuns e do cotidiano, que sempre estiveram ausentes da História do Brasil, e retornou-se às pesquisas empíricas nos arquivos, superando os estudos teóricos de gabinete.

Com o incremento da pesquisa empírica – baseada, em certa medida, no crescimento das Pós-Graduações em História no Brasil –, a visão da História do Brasil foi ampliada, saindo das limitações do trinômio latifúndio/escravidão negra/sistema de plantation e olhando também para o trabalho livre, para os sistemas de produção de alimentos e para as diferentes relações sociais, demonstrando a diversidade histórica regional e local, e a complexidade das relações entre o mundo colonial e o mundo metropolitano.

É certo que não foi apenas a influência de “escolas históricas” que transformou a historiografia brasileira, pois se vivenciava no país um novo momento com o término do período ditatorial, quando a movimentação política popular teve um grande ressurgimento. Nesse contexto, pode ser entendida a nova preocupação histórica com as “minorias” (étnicas, sociais e de gênero), com os “marginais” da história, entre eles, os índios.

Durante o período militar, havia-se ampliado a ocupação do território nacional, incluindo grande parte do Centro-Oeste e da Amazônia, o que levou ao rápido processo de contato com populações indígenas internadas nas áreas menos acessíveis. As estradas – Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto

Velho, Belém-Brasília – chegaram a áreas inacessíveis ou cortaram parques e reservas indígenas. Terras foram concedidas para projetos agrícolas e de mineração e para a construção de hidrelétricas, com seus lagos de inundação, colocando grupos indígenas em contato com essas frentes de penetração, causando, como anteriormente, doenças, guerra, morte. Os índios voltaram às discussões nacionais por estarem em meio, e muitas vezes vistos como novos empecilhos, ao chamado “progresso” do país. Tais fatos levaram a um movimento da opinião pública e de instituições de apoio à causa indígena, provocando novas lutas, com mobilizações dos índios, com denúncias à imprensa, chegando mesmo a conseguir uma candidatura e eleição do Chefe Xavante Juruna, em 1982<sup>2</sup>.

Por outro lado, as discussões sobre os direitos das minorias étnicas e sociais na Assembleia Nacional Constituinte, na década de 1980, levaram a que estudiosos fossem chamados a auxiliar os Constituintes com informações e dados que pudessem dar amparo às propostas de artigos para incorporação das reivindicações dessas minorias. Dentre elas estavam os indígenas, que se mobilizaram, apresentando

---

2 Algumas Instituições de apoio à questão indígena fundadas na época citada: CIMI - Conselho Indigenista Missionário (1972) – órgão oficial da Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) e da Igreja Católica Romana; Comissões Pró-Índio (1978) – organizadas em diversas unidades da Federação, dedicadas à denúncia e à tomada de consciência da questão indígena; PETI (1986) – Pesquisa, Estudo e Terras Indígenas/Museu Nacional/UFRJ; MARI (1989) – Grupo de Educação Indígena/MEC/USP; Associação Brasileira de Antropologia; e diversos grupos de União Indígena de âmbito local e regional. A única União Nacional (UNIND) teve pouca duração e não foi reconhecida pela FUNAI. Sobre as Instituições de Apoio à Questão Indígena ver Silva e Grupioni (1995, p. 29-60). Sobre a situação defladradora das discussões sobre os índios do Brasil, ver Beozzo (1983) e Cunha (1987).



também suas necessidades e solicitando reconhecimento de seus direitos, aparecendo na mídia e reaparecendo para a comunidade nacional como surgidos do passado.

Tal situação trouxe à tona no mundo acadêmico discussões sobre a “identidade” e “direitos” indígenas, principalmente porque na Constituinte iriam ser discutidos os seus direitos historicamente negados<sup>3</sup>.

Sendo um item intrinsecamente ligado às discussões sobre os direitos dos indígenas na Assembleia Constituinte, a legislação indigenista foi um dos primeiros focos de estudo histórico sobre o indígena. Dentro do contexto já relatado, surgiram dois livros básicos: “Leis e Regimentos das Missões” (1983), de José Oscar Beozzo, e “Política Indigenista dos Portugueses no Brasil – 1500-1640” (1982), de Georg Thomas, que compilaram, transcreveram e analisaram as leis e regimentos que comandaram as relações entre índios e brancos no período colonial, referentes à liberdade e ao trabalho indígena<sup>4</sup>. Em ambas as obras, foi ressaltado que uma lei não é obrigatoriamente cumprida, mas indica as situações de confronto das sociedades em que elas surgiram.

No início da década de 90, surgiu novo livro sobre a legislação: “A Legislação indigenista no século XIX” (1992), de Manuela Carneiro da Cunha, lembrando que a lei tida como definitiva quanto à liberdade indígena do período colonial – o Diretório dos Índios –, decretada pelo Marquês de Pombal em 1757, determinou a “liberdade dos índios”

---

3 Ver: Cunha (1987) e Brandão (1986). Ambos foram escritos com a finalidade de auxiliar as discussões sobre a questão dos direitos indígenas na Assembleia Constituinte.

4 Há duas outras obras clássicas importantes tratando sobre a legislação indigenista. No século XIX, Malheiro (1973); no século XX, Leite (1950). Apesar de não tratarem especificamente sobre a legislação indigenista, trazem vastas informações sobre a legislação do Brasil colonial em geral.

sem exceções, mantendo, no entanto, a obrigatoriedade das “prestações de serviços a particulares e ao Estado”, tornando-se, na realidade, um simulacro de liberdade. Tal situação foi comprovada quando, em 1808, apesar da permanência da “proibição” da escravidão, o Regente D. João decretou a “escravização temporária” dos Botocudos por tempo determinado para “ensinar-lhes a agricultura” e os “ofícios mecânicos”, para “elevá-los a uma condição propriamente social, isto é, humana” (CUNHA, 1992b, p. 23).

Outros trabalhos trataram da escravidão no Brasil colonial, como os de Jacob Gorender, “O escravismo colonial” (1988), e Décio Freitas, “Escravidão de índios e negros no Brasil” (1980) e “O escravismo brasileiro” (1991), e dedicaram capítulos para tratar da escravidão indígena. Os dois autores discutiram, principalmente, a questão da substituição do trabalho escravo índio pelo negro, apontando a pouca sustentabilidade dessa tese, já que a escravidão indígena não deixou de ocorrer no período colonial, demonstrando ainda ser falsa também a explicação da inaptidão do índio ao trabalho. Quanto à alegada superioridade física e técnica dos negros, rebateram afirmando que as doenças e mortes por superexploração eram comuns aos dois grupos de trabalhadores. Quanto à apontada “selvageria e fome de liberdade” dos índios, em contraposição à “docilidade e submissão” dos negros, lembraram as diversas revoltas e resistências também comuns a ambos os grupos.

Nesse mesmo período, uma obra de suma importância para os estudos indígenas e que influenciou a historiografia brasileira foi a do brasileiro Stuart Schwartz. No capítulo 3, intitulado Juízes, jesuítas e índios, do seu livro “Burocracia e Sociedade do Brasil Colonial” (1979), analisou os conflitos entre colonos, Governo Colonial e missionários relativos à legislação que regulava a escravidão e as relações de

trabalho dos índios. Ressaltou a força de barganha dos colonos, ávidos pela mão de obra indígena, os quais conseguiam manter uma legislação ambígua que garantia a liberdade dos índios ao mesmo tempo em que deixava aberta a porta à escravidão e ao uso do trabalho compulsório, principalmente nas áreas do sertão e de economia periférica<sup>5</sup>. Para ele, a utilização da mão de obra indígena livre, pacificada e aldeada pelos jesuítas era até mais lucrativa e necessária nos primeiros tempos da colônia do que a escravidão, “[...] já que não envolvia nem um investimento a longo prazo nem os riscos e responsabilidades de proprietário” (SCHWARTZ, 1979, p. 105). Schwartz inovou ao dar uma nova ótica ao trabalho “assalariado” e compulsório dos indígenas, visto por ele como tão pesado quanto o escravo.

Em seu “Segredos Internos” (1988), Schwartz se demorou em analisar a escravidão indígena e o trabalho “assalariado” nos engenhos baianos do século XVI, e iniciou por questionar Alexander Marchant, cujo trabalho “Do escambo à escravidão” (1943) foi pioneiro na “visibilidade” do trabalho indígena<sup>6</sup>. Marchant explicara a escravidão indígena e sua posterior substituição pelos negros como resultado da “reação indígena” aos estímulos da oferta de mercadorias portuguesas. Para ele, a forma inicial dos portugueses obterem gêneros alimentícios e trabalho dos indígenas se dava através do “escambo” por mercadorias simples e baratas (espelhos, contas, painéis etc.), contudo, os indígenas tornaram-se “[...] cheios de si e cubiçosos [sic]

5 A ambiguidade da legislação colonial é também ressaltada por Beozzo (1983); Thomas (1982); e Cunha (1992b).

6 Marchant (1943). Este trabalho contribui para o clareamento de um período extremamente mal focalizado na historiografia, o período inicial do século XVI, ressaltando a importância do trabalho indígena para a fixação do colono português no litoral brasileiro.

recusavam a aceitar utensílios de ferro que antes constituíam a sua paga” (MARCHANT, 1943, p. 95). Assim, para obter os mesmos serviços de antes, os portugueses deveriam trocá-los por mercadorias cada vez mais dispendiosas (ferramentas maiores, armas de fogo, aguardente), gerando um “alto custo de vida” pela grande disputa entre os portugueses para obtenção dos “favores dos índios” (MARCHANT, 1943, p. 97), resultando, então, na “alternativa” da escravidão, que não foi tolerada pelos indígenas, os quais reagiram através de “guerras de represália”, tornando a vida na colônia extremamente difícil. Portanto, para Marchant, os índios,

[...] embora valiosos na sua ajuda (no Brasil primevo), não continuaram a prover a espécie de trabalho então necessitado, e sua deficiência compeliu os fazendeiros a procurar em outra parte um suprimento de braços. Esse suprimento, encontraram-no entre os escravos negros da África [...] (MARCHANT, 1943, p. 187).

Schwartz discordou da visão “mercantilista ocidental” que Marchant deu aos índios, ressaltando, ao contrário, a forma indígena de entender o mundo sob a perspectiva comunitária quanto à produção e ao consumo em “uma sociedade na qual o status não derivava de capacidade econômica”. Para ele, o escambo foi bem aceito pelos índios não pelo que lhes era oferecido, mas porque já permeava a cultura indígena sem agredi-la, mesmo quando o objeto de troca fosse o trabalho. Diferentemente, o trabalho na lavoura não foi aceito facilmente pelo índio porque agredia a cultura indígena em “aspectos fundamentais da vida e mentalidade”, como a

contrariedade do costume do trabalho feminino no cultivo das terras. Assim, para Schwartz, a escravidão indígena seria uma solução encontrada para a necessidade de mão de obra sedentária dos engenhos também sob a “[...] influência da natureza da sociedade indígena e da dinâmica interna das percepções e necessidades dos nativos” (SCHWARTZ, 1988, p. 45). Sua inovação foi fazer um entrosamento das ações e do mundo indígenas com a realidade colonial, reputando-os como um dos principais fatores influenciadores nas decisões dos senhores coloniais, afastando-se da ideia das determinações externas das decisões coloniais e da passividade indígena.

No seu capítulo 3, Primeira escravidão: do indígena ao africano, Schwartz utilizou vários documentos dos engenhos e os registros paroquiais para examinar e traçar, pela primeira vez, as formas, o emprego e as estruturas da mão de obra indígena nos engenhos, demonstrando que, no âmbito metodológico, não era impossível se fazer história dos indígenas no Brasil. Ressaltou que o trabalho indígena foi explorado não apenas através do cativo (lícito ou ilícito), mas também através do escambo e do assalariamento, que pouco amenizaram a carga dos índios na economia colonial (SCHWARTZ, 1988, p. 58). Discutiu, ainda, a passagem da predominância da escravidão indígena para a africana por causa da “[...] conjunção de fatores demográficos, econômicos e políticos que evidenciavam os riscos de uma economia alicerçada no trabalho escravo ou forçado dos índios” (SCHWARTZ, 1988, p. 52), isto é, para ele, a decisão da utilização do escravo negro foi tomada frente às condições reais que se deram na colônia, e não como uma imposição dos traficantes negreiros, nem da Europa. Conclui ele: “O regime de trabalho e a natureza da mão-de-obra foram determinados não só pela Corte, em Lisboa, ou pelos estabelecimentos financeiros

de Amsterdã e Londres, mas também nas florestas e canaviais da América” (SCHWARTZ, 1988, p. 52). Assim, Schwartz colocou também nas mãos dos índios parte da decisão sobre sua não escravização, além de evidenciar que esses primeiros tempos de escravidão indígena deixaram fortes bases na estrutura e funcionamento dos engenhos e da sociedade coloniais, viabilizando a empresa açucareira colonial (SCHWARTZ, 1988, p. 72-73).

Deve-se ressaltar ainda uma bibliografia antropológica também nova que se ocupou com o ressurgimento dos povos indígenas e com a luta pelos seus direitos sociais, econômicos e políticos, principalmente, direito ao respeito às diferenças etnoculturais. Como acontecia em toda a América Latina<sup>7</sup>, também no Brasil a importância da contribuição do indígena na formação dos países latinos é recuperada pela história para apoio às “emergências étnicas”, que somente na década de 1990, num novo contexto político, foram possíveis de acontecer. Comprovando tal fato, num censo de 1993, foram registrados 27 grupos indígenas oficialmente reconhecidos no Nordeste, cuja população passou das 31.600 pessoas, distribuídas em 46 áreas indígenas, entre adquiridas, identificadas, delimitadas ou homologadas<sup>8</sup>.

7 Por exemplo, nos estudos de Mallon (1992) e de Peña (1994).

8 *ÁTLAS das Terras Indígenas do Brasil* apud ARRUTI, 1995, p. 59. Nesse contexto, deve-se ressaltar o trabalho importante e de longa data que diversos antropólogos, desde a década de 30 vinham fazendo sobre os índios do Brasil do ponto de vista antropológico, contribuindo também para uma revisão da história indígena e do Brasil, pois muitos desses trabalhos fazem análises históricas que contribuíram para o entendimento das consequências do contato interétnico para os índios brasileiros da atualidade: NIMUENDAJU (1981); FERNANDES (1949); RIBEIRO, (1977); OLIVEIRA, (1976); MELATTI, (1983); MOREIRA NETO, (1988); GOMES, (1988); GAGLIARDI, (1989).

Foi nessa mesma década de 1990 que surgiram publicações que podem ser consideradas marcos definidores da guinada que a historiografia brasileira deu frente ao estudo do indígena e sua participação efetiva, seja na contribuição histórico-cultural ou de seu trabalho, na História do Brasil. Dentro da perspectiva de valorização da temática indígena na História do Brasil, o Núcleo de História do Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII-USP), como resultado de um projeto iniciado no ano de 1991, publicou diversos catálogos de fontes inéditas para a História Indígena, que possibilitaram novas pesquisas futuras, demonstrando a importância que a temática assumiu. Tais catálogos de fontes inéditas contribuíram para suprir a necessidade de pesquisas regionalizadas e fundamentadas em documentação que, de forma monográfica, demonstrasse esse Brasil diverso e múltiplo da nossa formação. Instrumentos de pesquisa histórica importantes foram compostos com a participação de pesquisadores de vários estados da federação sob a coordenação do NHII-USP, como, por exemplo, o “Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros: acervo das capitais” (JOHN MONTEIRO, 1994), e o “Documentos para História Indígena no Nordeste: CE, RN e SE” (Maria Sylvia Porto Alegre, Marlene Mariz e Beatriz Góes Dantas, 1994).

Ainda dentro do mesmo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, surgiu no ano de 1992 uma publicação que serviu de baliza para essa nova visão, e também de orientador para trabalhos futuros: “História do Índio no Brasil”. Organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992a), com textos escritos por diversos pesquisadores especialistas em suas áreas, optou-se por uma ótica regional, permitindo que as diferenças espaciais e temporais fossem

percebidas, sem que se perdesse de vista a conexão de cada região com o contexto colonial e imperial global. Para cada região elaborou-se um texto sobre a história do contato com os colonos, sendo o trabalho escravo ou “remunerado” sempre levantado como um dos aspectos importantes e decisivos nessas relações, demonstrando que a temática é de grande valia para o entendimento da história do índio e do Brasil, tanto no período colonial quanto imperial<sup>9</sup>.

Essas novas obras da historiografia brasileira sobre os índios, iniciadas nos anos 1990, entre outros aspectos, demonstraram que não havia mais “impossibilidade” metodológica para se pesquisar a História Indígena, seja sobre o século XVI ou XIX.

Os instrumentos e livros citados anteriormente permitiram que se percebesse o mundo colonial interagindo com o mundo indígena, reconstruindo as relações sociais e culturais coloniais, proporcionando a visibilidade de uma nova realidade histórica. Novas fontes de pesquisa, até então ignorados pela história tradicional para os estudos sobre os índios, passaram a ser utilizadas de forma generalizada e com profundidade, como os inventários, testamentos,

---

9 Sobre política e legislação indigenista, ver em Cunha (1992a) os textos de: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). p. 115-132; para a Região Central: KARASCH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. p. 397-412; para Região do Alto Amazonas: PORRO, Antônio. História Indígena do Alto e Médio Amazonas: século XV a XVIII. p. 175-196; para Região da Amazônia Meridional: MENÉNDEZ, Miguel A. A Área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonos e indígenas, p. 281-296; para Região Nordeste: DANTAS, Beatriz Góis; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os Povos Indígenas do Nordeste: um esboço histórico, p. 431-456; para a Região Sul-Sudeste: MONTEIRO, John. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII, p. 475-498.



registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, livros de tomo das paróquias, registros das visitas episcopais, registros contábeis dos engenhos e outras unidades de produção, atas das Câmaras, correspondência oficial, mapas de produção, listas de índios pagadores de dízimos, denúncias e processo inquisitoriais da Igreja Católica e doações de datas de sesmaria.

Como exemplo de um estudo inovador e específico sobre a temática indígena, pode-se apontar o livro “Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo” (1994), de John Monteiro. Nele, o autor discutiu a participação do indígena na história e economia paulistas do século XVI a XVIII, tratando o trabalho indígena dentro da perspectiva da escravidão voltada para o mercado interno – a produção de trigo no planalto paulista. Ao mesmo tempo, Monteiro redefiniu a função dos movimentos bandeirantes, assentados na captura e exploração da mão de obra indígena, postando-se longe das apologias aos “grandes sertanistas e desbravadores” tão caros à historiografia tradicional. Monteiro conseguiu, então, tocar em pontos consolidados na historiografia brasileira, como o papel minimizado dos índios na História do Brasil, o mito do bandeirantismo e a pouca importância das economias não exportadoras para a formação do país, contribuindo, assim, com a abertura de novas discussões sobre a dinâmica da economia e sociedade coloniais, em que a participação do indígena passou também à de “agente” histórico<sup>10</sup>. Utilizando inventários e testamentos, atas das Câmaras Municipais, entre outros documentos como fontes de pesquisa,

10 MONTEIRO, John. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. No item Contato, Alianças e Conflitos (p. 29-36), Monteiro demonstrou os índios como agentes participantes ativos das relações com os portugueses que incluíam interesses mútuos, dando, assim, características mais “racionalistas” aos índios que não eram percebidas na historiografia tradicional.

Monteiro demonstrou, como já o havia feito Schwartz, a possibilidade metodológica de se fazer a história do indígena.

Outro exemplo significativo dos estudos indígenas da década de 1990 foi o livro “A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial”, de Ronaldo Vainfas (1995), sobre a resistência indígena à cultura europeia imposta. Mais que analisar os episódios históricos e a cultura indígena, o autor deu aos índios a atividade e a participação que lhes fora negada pela historiografia até então. Vainfas procurou perceber como os índios encararam o processo de colonização, através do estudo de um processo inquisitorial sobre um movimento religioso indígena que atraiu mamelucos e colonos chamado Santidade do Jaguaribe, ocorrido na Bahia seiscentista. O interessante do seu estudo é ter apontado para a incorporação de novos elementos culturais europeus pelos indígenas que, reelaborando-os e ressignificando-os, preparavam-se para enfrentar a nova realidade social em que viviam. Para Vainfas, o que acontecia era uma conjunção intercultural – que vai muito além da noção de “aculturação” utilizada até então –, definindo uma nova forma de organização social surgida a partir do contato entre brancos, indígenas, negros e mestiços.

Todos esses estudos tiveram também reflexos no Nordeste. Em 1996, aconteceu o I Encontro de Etno-história do Nordeste, reunindo pesquisadores interessados em História Indígena e da escravidão negra de todo o Nordeste, com representantes das academias, dos arquivos, dos Institutos Históricos e dos movimentos sociais dessas chamadas minorias. Era o início da formação de vários pesquisadores que hoje já têm suas teses divulgadas e estudadas por novos pesquisadores e estudantes: Pedro Puntoni (A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a

colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720), Maria Idalina Pires (Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas, 1757-1823), Ricardo Pinto de Medeiros (O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial), Fátima Martins Lopes (Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no Século XVIII), Isabelle Braz Silva (Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino), Maria Regina Celestino (Metamorfoses indígenas), entre outros.

Estes trabalhos têm sido de grande importância para dar nova visibilidade ao papel dos indígenas na história colonial. A passividade e submissão ao colonizador têm sido postas em questão pelos estudos sobre as diversas formas de resistência e acomodação cultural experimentadas na vivência do cotidiano. A indolência e preguiça, sempre apontadas pelos coloniais como inatas, têm sido contraditas pelos trabalhos que apresentam os indígenas como os trabalhadores essenciais para a estruturação do sistema canavieiro e açucareiro no Nordeste colonial, assim como trabalhadores nas mais diversas atividades (pesca, pecuária, agricultura, artesanato, construção civil, administração colonial) em capitâneas cuja economia não era suficiente à manutenção da escravidão negra, como a do Rio Grande do Norte. De forma semelhante, o processo de “desaparecimento” da população indígena tem sido estudado, para que não seja mais tomado no âmbito do mistério, como Câmara Cascudo indicara: “foram desaparecendo misteriosamente” (CASCUDO, 1955, p. 38), mas sim como um processo construído pela historiografia tradicional que procurava “branquear” a população nacional, ocultando as nossas origens indígenas.

## A historiografia norte-rio-grandense e os indígenas

Na historiografia norte-rio-grandense, esse processo historiográfico de omissão do papel dos indígenas na História não foi diferente. No período colonial, os indígenas aparecem nos primeiros momentos do contato impedindo belicosamente a implantação da colonização portuguesa. Para a historiografia tradicional, a ação dos Potiguaras, moradores do litoral potiguar, é, nesse momento, sempre associada aos interesses franceses que estariam tentando “roubar” o que pertenceria a Portugal. Do mesmo modo, no século seguinte, quando os Tarairius, habitantes dos sertões, entraram em contato com a colonização, também teriam agido belicosamente, dessa vez, porém, associados aos interesses holandeses, novos pretendentes das terras “portuguesas”, justificando a chamada “Guerra dos Bárbaros”.

Desses dois momentos, o que é registrado e consolidado na nossa historiografia clássica é a passividade com que os Potiguaras passaram a aceitar a colonização após os primeiros entraves, desaparecendo perdidos em meio à população colonial ou limitados a viver nas Missões religiosas estabelecidas; sobre os Tarairius, registra-se sua belicosidade, a qual levou esse povo a resistir impetuosamente à colonização e, conseqüentemente, serem levados ao desaparecimento pela guerra.

Após esses eventos belicosos, os indígenas do Rio Grande do Norte praticamente desaparecem dos livros, tanto os historiográficos como os didáticos. Os indígenas raramente citados são os que viviam nas Missões, nas quais eram catequizados e “civilizados” pelos missionários, no entanto, os historiadores preocuparam-se apenas em localizar e identificar as Missões do Rio Grande, seus missionários e

etnias aldeadas em cada uma, apontando que nelas ocorria um “processo de aculturação” indígena essencial ao sucesso da colonização.

Essa foi a visão dos primeiros pesquisadores, sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que trabalharam com o acervo documental da referida entidade e obras dos cronistas do Brasil colonial, publicando sua produção na revista do mesmo Instituto. Esses historiadores tradicionais do estado abordaram o tema indígena de forma tangencial, dada a sua preocupação com a história da colonização portuguesa da antiga Capitania do Rio Grande: Vicente Lemos, “Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte”, v. 1 (1912); Augusto Tavares de Lyra, “História do Rio Grande do Norte” (1912); Rocha Pombo, “História do Estado Rio Grande do Norte” (1922); Luís da Câmara Cascudo, “História do Rio Grande do Norte” (1955) e “História da Cidade do Natal” (1947); Vicente Lemos e Tarcísio Medeiros, “Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte”, v. 2 (1980).

Vale salientar ainda que a bibliografia acima citada se caracteriza pelo estilo peculiar da época de narrar e informar os acontecimentos, registrando datas e fatos. Por exemplo, Luís da Câmara Cascudo, no seu livro “História do Rio Grande do Norte” (1955), trouxe alguns capítulos sobre os índios, identificando sua etnia, localização e costumes; relatou, ainda, especificamente, uma parte sobre a Guerra dos Bárbaros, identificando-a como um movimento de resistência indígena à colonização portuguesa na capitania. Quanto à presença dos indígenas nas Missões, suas informações restringiram-se às cronologias, às sequências factuais de atividade missionária e a recenseamentos populacionais, não iniciando qualquer tentativa de análise ou interpretação das relações estabelecidas entre índios e colonos e como essa convivência afetou a constituição da sociedade colonial ou a cultura indígena. Muitos dos

historiadores clássicos, entre eles Câmara Cascudo, admitiam o “bom sucesso” do “processo de aculturação” indígena dentro das Missões, confirmado pelo “desaparecimento” do indígena como elemento étnico-cultural, fundido à população colonial (CASCUDO, 1980, p. 95).

No entanto, pesquisas histórico-antropológicas recentes efetuadas no Nordeste demonstraram que, ao contrário, o processo de contato com os indígenas não foi o esperado pela colonização. Eles não sofreram um “processo de aculturação”, isto é, eles não perderam sua cultura para ser colocada em seu lugar a cultura europeia: eles viviam um processo histórico em que tiveram que se adaptar para sobreviver, aceitando certos elementos culturais europeus e mesclando-os com os seus, agindo como súditos, mas permanecendo indígenas nas suas práticas e resistência à colonização.

Nesse sentido, as pesquisas recentes têm demonstrado a imensa importância da população indígena colonial, principalmente na participação da vida econômica. Até a primeira metade do século XVIII, os índios das Missões do Rio Grande, quando eram requisitados aos missionários, trabalharam para os colonos nas atividades produtivas, recebendo geralmente o pagamento em forma de tecidos entregues aos missionários, quando não em forma de cachaça utilizada para dar maior força para os trabalhos. Mulheres, homens e jovens trabalhavam para a colonização, servindo de amas de leite, de pedreiros, de guias e correios. Produziam o milho, o peixe e a farinha que ajudavam a sustentar a população colonial; extraíam a “casca do manguê” para os curtumes de Pernambuco; coletavam conchas para a fabricação da cal, e cascos de tartaruga e âmbar para a produção de objetos de tocador; coletavam o barro e produziam as telhas e tijolos utilizados nas casas coloniais.

Trabalharam também nas construções das Casas de Câmara e Cadeia de Natal, na limpeza e abertura de estradas, na manutenção da Fortaleza dos Reis Magos. Parodiando Antonil, foram “as mãos e os pés” de uma sociedade que não tinha recursos para importar escravos africanos.

Na historiografia clássica sobre a História do Rio Grande do Norte, a segunda metade do século XVIII é apontada como o período do povoamento colonial efetivo da capitania, e do consequente “desaparecimento” dos indígenas nativos. No entanto, documentos datados do período de transformação das Missões em Vilas demonstraram que, em 1759, havia cerca de um milhar de índios em cada uma das cinco Missões religiosas da Capitania do Rio Grande do Norte e uma pergunta perdura: como a historiografia não aceitou que esses índios sobreviveram à colonização até aquele momento?

Quando as Missões de Guajiru, Guaraíras, Igramació, Mipibu e Apodi foram transformadas respectivamente nas Vilas de Estremoz, Arez, Vila Flor, São José e Portalegre, entre 1760 e 1762, seus índios adquiriram o status de “vassalos do rei”, com direitos e deveres definidos pelo novo Diretório dos Índios, como: a obrigação do uso da língua portuguesa e concomitante proibição do uso das línguas nativas, inclusive a língua geral; obrigação de adoção de sobrenomes portugueses (da mesma forma que se adotou nomes portugueses para as novas Vilas); obrigação de habitarem moradias nucleares e nas Vilas (transferindo-se a população circundante para a área urbana sempre que possível); fixação de moradores não-índios nas novas Vilas, com direito à posse das terras dos aldeamentos; mistura de várias etnias numa mesma localidade de moradia; incentivo aos casamentos mistos; obrigação do estabelecimento de uma estrutura administrativa (Câmara) com a participação

dos índios, principalmente dos Principais, como vereadores, alcaides, porteiros e até escritvães, passando a partilhar do projeto colonial; obrigação do estabelecimento de escola para o ensino de meninos e meninas (até 15 e 14 anos, respectivamente) ou, na falta desta, a fixação de mestres nas Vilas; abolição das distinções formais entre índios e não-índios, elevando-os à condição de súditos, inclusive com obrigação do pagamento de dízimo; e a continuação do trabalho compulsório para os colonos, recebendo salários que mal davam para o sustento individual.

Foi nesse momento que o índio deixou de ser visto como índio e tornou-se “caboclo” para seus contemporâneos. Lentamente, os índios deixaram de “ser” índios para a colonização e passaram a ser vistos como “trabalhadores livres e pobres”, indistintos etnicamente. Os caminhos que traçaram nesse momento para conseguir sobreviver foram o da acomodação ao novo sistema e/ou da miscigenação, quando não o da fuga para paragens desconhecidas.

Sobre esses índios do século XVIII, a historiografia clássica tornou-se ainda mais silenciosa, visto que admitia, genericamente, que “toda essa gente desapareceu”. Novamente utilizamos o exemplo de Câmara Cascudo, que, em seu livro *História do Rio Grande do Norte*, relata sucintamente um procedimento burocrático de elevação das Missões à categoria de Vilas no século XVIII e aponta o processo posterior de tomada das terras indígenas:

Quando algum fazendeiro rico atinava com a excelência das terras possuídas pela india-da, descobria um processo de evidenciar a conveniência de uma mudança para o grupo. O Ouvidor concordava e a multidão de casais era tocada, como um rebanho, para fora.



Ia uma autoridade guiando a manada. Escolhida outra paragem. Dava-se nome. Chantava-se o Pelourinho. Lavrava-se uma Ata. Três vivas a El-Rei Nosso Senhor. Os indígenas estavam vilados. Outro fazendeiro começava a achar o terreno magnífico. E ia tomando, devagar. Essa foi a história dos bárbaros (CASCUDO, 1955, p. 38).

Não se nega aqui que o processo descrito por ele possa ter existido para algumas comunidades, contudo, graças a afirmações generalizantes como essas que o “desaparecimento” dos índios foi sendo construído historiograficamente. Em seu texto, não fica esclarecido quais são as comunidades que sofreram este tipo de ação, ou se foram todas. Não se explica para onde foi, afinal, essa “indiada”, já que suas terras, pelo que comenta, foram todas tomadas inexoravelmente. Por outro lado, as populações indígenas, descritas como “manadas”, sem vontade ou expressão de resistência à tomada de suas terras e à dominação, são inferiorizadas, desumanizadas, silenciadas.

Tarcísio Medeiros não fugiu a essa linha de pensamento. Para ele, os índios desapareceram devido ao extermínio das guerras, das epidemias e das “crises climáticas periódicas” [as secas]. Ressaltou, porém, que outro fator importante foi a assimilação: “[...] [os índios] fundiram-se em grande escala na população do Brasil e nela continuam a viver, embora o tronco da raça tenha desaparecido da superfície da terra [...]” (MEDEIROS, 1973, p. 65) e, como “influência decisiva” para este “desaparecimento”, ele apontou a elevação das Missões em Vilas. No entanto, Medeiros nada comenta sobre a população das novas Vilas, sobre seu modo de viver e seus conflitos, suas resistências. É como se, pela mesma

força de lei que elevou as Missões a Vilas, os índios deixassem de ser índios, pacificamente.

Outro historiador, Augusto Tavares de Lira, manteve a ideia do “desaparecimento”, mas com uma explicação diferente:

Com a criação das novas vilas, desapareceram todas as missões e os indígenas passaram a ser governados pelos diretores, que sucederam aos padres. A mudança foi para pior: estes, embora não conservassem a mesma abnegação e o mesmo desprendimento de que tinham dado notáveis exemplos nas primitivas reduções, pelo menos ainda liberalizavam o consolo da fé, propagavam o ensino e pregavam a moralidade dos costumes, aqueles exploravam, escravizavam, martirizavam. E a conseqüência foi que, em grande parte, os índios aldeados voltaram à vida errante dos primeiros tempos, sendo perseguidos e esmagados (LIRA, 1998, p. 151).

Isto é, para ele, os Diretores, novos administradores dos Índios vilados, foram os responsáveis pelo fracasso do processo civilizador que levou ao abandono das Vilas e ao conseqüente desaparecimento dos índios perdidos pelos sertões. Esta ideia era muito comum no século XIX e perdurou na historiografia do século XX.

Como se nota, ao se buscar na historiografia clássica existente informações sobre o indígena do Rio Grande do Norte no século XVIII, encontram-se três diferentes versões para o unânime “desaparecimento”: ou eles foram extintos pela ação das guerras e epidemias, ou foram assimilados pela população das Vilas ou voltaram à vida errante,

na qual não conseguiram sobreviver. Essas versões foram lidas na documentação, como afirma Maria Sylvia Porto Alegre, e geraram, gradativamente,

[...] o discurso do “desaparecimento” [que] é absorvido pela historiografia, para descrever qualquer transformação decorrente do contato e de integração das sociedades indígenas, tornando-se um conceito vago e impreciso, mas de grande aceitação (PORTO ALEGRE, 1998, p. 24).

É o que se pode dizer sobre a historiografia que trata do Rio Grande do Norte colonial, pois o “desaparecimento” físico dos indígenas não existiu, dado que, ainda em 1805, havia a presença da categoria índio nos censos coloniais. E, o mais importante: foram encontradas pessoas indicadas como tal, pois, com uma população total da Capitania de 49.250 pessoas, 5.040 foram assentadas como índios, isto é, 10,2% da população, o que demonstra que o reconhecimento da sua identidade étnica não-branca permanecia presente nas estatísticas oficiais<sup>11</sup>.

Por outro lado, em todas as três versões apresentadas sobre o pretenso “desaparecimento”, os índios são tratados como figuras estáticas, apagadas, sem lugar ou participação na história, obscuras e desprovidas de ação, que acabaram sendo tragadas e dispersas

11 AHU – RN, cx 9, doc. 629, Ofício do Capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, ao Secretário de Estado, Visconde de Anadia, em 15/04/1807. Anexo: Mapa geral da importação, produtos e manufaturas do reino pertencentes ao ano de 1805, feito no mês de Outubro de 1806.

na população colonial, e com ela se confundindo, desaparecendo da própria história. É esta concepção de somenos importância do índio na sociedade, na cultura, na economia, enfim, na história, que acabou acarretando o ocultamento dos índios pela historiografia, ou, melhor dizendo, acarretou o silêncio sobre os índios na historiografia. A ação dos índios, sua visibilidade, sua participação na vida social e política, com sua força cultural e étnica próprias, não foram identificadas por esses historiadores.

Para o entendimento do chamado “desaparecimento” do índio na historiografia, pode-se observar que no momento da criação das cinco Vilas de Índios – Estremoz, Arez, Portalegre, São José de Mipibu e Vila Flor (elevadas a mando do Rei D. José e seu Ministro Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, a partir das Missões religiosas de Guaraíras, Guajiru, Apodi, Mipibu e Igramació, respectivamente), as populações eram predominantemente indígenas. No entanto, nos censos efetuados nessas Vilas nos anos seguintes à sua criação, evidenciou-se um decréscimo populacional indígena, enquanto surgia e crescia numericamente uma nova categoria, o pardo. Ao mesmo tempo, também surgia na documentação colonial uma nova categoria, o caboclo, que indica um processo de “caboclicização” em andamento. Isto é, um processo de transformação nominal do índio em caboclo, através do aprofundamento da desagregação tribal e descaracterização étnica, que não implica apenas numa aceitação passiva das imposições culturais luso-brasileiras, mas também pode ser uma estratégia de sobrevivência étnica, posta em ação num novo contexto histórico e baseado no aprendizado da convivência e das trocas culturais<sup>12</sup>.

12 Sobre o processo de “caboclicização”, ver Moreira Neto (1988).

Pesquisas regionais sobre a temática caminharam nesta perspectiva, com trabalhos já publicados sobre o contato colonial com as populações indígenas no período pombalino (PIRES, 2004; SILVA, 2002). Pesquisas que se tornaram necessárias face às lacunas que subsistem sobre a História Indígena no século XVIII, haja vista que numa das publicações mais importantes sobre a História Indígena, “História dos índios no Brasil”, o texto de Beatriz Dantas, José Sampaio e Maria Rosário de Carvalho sobre os povos indígenas do Nordeste não enfoca o período pombalino, enfatizando a retomada dos conflitos bélicos no início do século XIX, apesar de admitir que a vivência dos índios nas Vilas ajudou na continuidade do processo de desestruturação da cultura e economia indígena (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 444).

São lacunas como esta que necessitavam ser estudadas, segundo Maria Sylvia Porto Alegre, através da “[...] revisão do “desaparecimento” caso a caso, ponto de partida na tentativa de obter uma compreensão mais abrangente e diversificada da realidade indígena contemporânea e do próprio futuro” (PORTO ALEGRE, 1998, p. 26). A antropóloga lembra ainda que para o Nordeste essa proposta é ainda mais instigante e desafiadora, visto que os contatos entre índios e não-índios são tão antigos e intensos que levam à crença de uma completa desorganização e perda da identidade étnica.

No entanto, entende-se que, como último instrumento do indigenismo metropolitano do final do sistema colonial, o Diretório dos Índios destinou-se a conformar os limites da liberdade indígena e a ampliar a desarticulação tribal já iniciada nas Missões anteriores, procurando anular os elementos culturais distintivos sobreviventes das numerosas etnias já aldeadas. Apesar de complementar as chamadas Leis de liberdade, o que se pretendia com o Diretório dos

Índios era a imposição dos valores europeus, principalmente a vida sedentária, a ambição política e social, a acumulação de bens, a vida monofamiliar, numa clara tendência individualista, bastante cara ao fortalecimento do Liberalismo nascente. Além disso, o Diretório regulamentava a convivência entre índios e não-índios e determinava uma posição social específica para os índios que, não sendo escravos no sentido de ser propriedade de alguém, eram livres, contudo com direitos e deveres bem definidos e impedidos de seguir seu próprio modo de vida.

Contudo, assim como o Regimento das Missões não conseguira garantir aos missionários o sucesso esperado por eles para a imposição da cultura ocidental-cristã, isto é, que os índios fossem submetidos através da ação catequética, também se pode dizer que o Diretório dos Índios não teve sucesso nesta empreitada, levando-se em conta o despreparo dos agentes laicos disponíveis para a função de educar e integrar os índios à vida econômica e social da colônia (DOMINGUES, 1995, p. 71).

Nesse sentido, muitos autores são unânimes em afirmar que a implantação do Diretório dos Índios, tanto no estado do Grão-Pará como no do Brasil, não ocorreu sem resistência dos indígenas, demonstrada pelas diversas revoltas ocorridas (ALMEIDA, 1990, p. 161-77), pela elevada evasão das Vilas, principalmente a masculina (DANTAS, 1973, p. 10-8), pelos constantes conflitos com a população não-índia devido à disputa territorial (FLEXOR, 1995, p. 84), pela manutenção de sistema de residência comunal (FLEXOR, 1995, p. 86), pela resistência dos índios a frequentarem as escolas (quando estas existiam) e pela continuidade da fala nativa (DOMINGUES, 1995, p. 75).

Apesar do Diretório dos Índios ter levado a um amplo cerceamento da liberdade indígena e, conseqüentemente, contribuído devastadoramente para a desestruturação das etnias que ainda sobreviviam no território da Capitania do Rio Grande, ele não determinou a extinção da população indígena local, em que pese a miserabilidade em que viviam, pois, mesmo que muito diminuída numericamente, parte dela ainda sobrevivia identificada como indígena por ocasião da extinção do próprio Diretório dos Índios, no século XIX.

No Rio Grande do Norte, os novos estudos sobre a temática indígena foram iniciados também na década de 1980, quando surgiram os textos sobre a História Indígena colonial do Rio Grande por Olavo de Medeiros Filho, pesquisador dedicado à história colonial, com seu fundamental “Índios do Açu e Seridó” (1984), utilizando como fonte os cronistas holandeses.

No início da década seguinte, no ano de 1991, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte integraram o projeto Levantamento de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo, coordenado nacionalmente pelo Prof. John Manuel Monteiro, do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, com a finalidade de se elaborar um “Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros”. O guia foi publicado em 1994 com as informações sobre a documentação histórica relativa à temática indígena existente nos acervos de manuscritos dos arquivos de Natal: Livros de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal; Livros de Termos de Vereação da Câmara de Natal; Livro do Auto de Repartição da Terra; Livros de Registros de Sesmarias concedidas

pelo Governo da Capitania do Rio Grande; Coleção de Documentos Avulsos; Livro de Registro dos Autos de Criação de Vila Flor e Atas da Câmara; Livros de Registro de Batismos, Casamentos e Óbitos.

Em 1993, sob a mesma coordenação do NHII-USP, efetuou-se o projeto denominado “Microfilmagem e Indexação dos Documentos Relativos à História Indígena e do Indigenismo”, sob a coordenação local da professora Marlene da Silva Mariz, trabalhando com o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que proporcionou uma divulgação maior da documentação relativa à temática indígena, motivando um maior interesse para o aprofundamento nas pesquisas. Como resultado desse trabalho conjunto, foi editado por Maria Sylvia Porto Alegre, Marlene da Silva Mariz e Beatriz Góis Dantas o catálogo “Documentos para a História Indígena no Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe” (1994), com indicações de fontes imprescindíveis ao estudo do Nordeste colonial.

Com esse manancial de documentos nas mãos dos pesquisadores, novos trabalhos começaram a aparecer, lentamente, mas contribuindo para o conhecimento sobre os indígenas e sua relação com a história do Rio Grande do Norte e seu povo. Assim, num processo recente, a partir da década de 1980, um número crescente de pesquisadores, sejam historiadores ou antropólogos, debruçaram-se sobre os documentos históricos relendo a história dos nativos e europeus no início do Brasil para recuperar as relações que ambos estabeleceram entre si, com as suas formas, suas funções e seus resultados tanto para a colonização como para a cultura indígena. Contribuíram, ainda, para um redimensionamento da importância do papel e contribuição do indígena na sociedade potiguar.



## Os indígenas nos livros didáticos

Num mesmo contexto de reformulação do pensamento histórico e social, em 1995, outra publicação, “A Temática Indígena na Escola” (SILVA; GRUPIONI, 1995), veio auxiliar na introdução das novas perspectivas sobre a história indígena na escola. Destinada a auxiliar o professor do Ensino Fundamental e Médio, o livro enfocava diversos aspectos revistos pelas pesquisas mais atualizadas naquela época sobre os indígenas e seu papel na formação do Brasil, pretendendo, assim, desmistificar os “mitos” quanto ao índio, seu mundo e seu papel na nossa história, produzidos pela historiografia ainda herdeira da visão dos colonizadores.

Os textos em geral apontam que, de forma semelhante à ausência ou minimização da atuação indígena na historiografia brasileira, os livros didáticos se atinham à presença indígena apenas nos trinta primeiros anos da colonização, praticamente calando-se sobre eles para os períodos posteriores. O tratamento dado aos índios, suas sociedades e culturas, além do seu papel na história, estava pautado em formulações esquemáticas e baseado em pressupostos ultrapassados.

Segundo Aracy Silva e Luís Grupioni, nos livros didáticos estavam contidas ideias firmemente arraigadas no senso comum, como:

[...] os índios não têm passado ou que representam um estado fossilizado do desenvolvimento humano; de que a aculturação é um caminho sem volta e que aponta para o desaparecimento inevitável de formas culturais distintas em meio a um processo homogeneizador e globalizador

mundial, ou ainda, de que os índios preservam a natureza circundante porque são parte dela (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 19).

Os autores apontam que os estereótipos mais comuns são os que associam os índios ao “primitivo” ou a um estágio de desenvolvimento mental de uma criança. Por outro lado, indicam que há duas maneiras distintas da população brasileira ver os índios: a do meio rural, localizada mais próxima de comunidades indígenas e onde ocorrem muitos conflitos pela posse de terras, os identificam com estereótipos de “preguiçosos”, “traíçoeiros” e “ladrões”. Já a população urbana, afastada da convivência com indígenas, pensa o índio como o “primeiro brasileiro”, alguém que permaneceu no passado e cujos descendentes formaram o povo brasileiro através da fusão das raças.

Para eles, os livros didáticos, inseridos nessa sociedade preconceituosa, privilegiam os aspectos culturais exóticos e burlescos, permitindo a construção da imagem de “[...] um índio genérico, estereotipado, que vive nu na mata, mora em ocas e tabas, cultua Tupã e Jaci e que fala tupi [...]” (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 483). E essa imagem é a que permanece predominante, tanto na escola como nos meios de comunicação.

Percebe-se que o conhecimento histórico, antropológico e sociológico sobre os indígenas, desenvolvido a partir das últimas décadas do século XX, não tinha atingido o público em geral, tampouco os autores e professores.

Os pesquisadores sobre educação indígena Aracy Silva e Luiz Grupioni fizeram uma síntese das principais análises elaboradas

por pedagogos, historiadores e antropólogos sobre a imagem dos índios nos livros didáticos na década de 1980<sup>13</sup>:

- 1 – índios e negros são quase sempre enfocados no passado;
- 2 – a história que apresentam é a do descendente do europeu, em que índios e negros são secundários e pouco importantes na história e não efetivos sujeitos históricos;
- 3 – apresentam uma história marcada por eventos significativos para os europeus;
- 4 – não apresentam os feitos e vivências dos povos que aqui viviam quando da chegada dos europeus, ignorando a história do continente americano;
- 5 – tratam as sociedades indígenas geralmente pela negação de traços culturais considerados significativos, ressaltando “o que falta”: escrita, governo, metalurgia, leis etc.;
- 6 – simplificam e generalizam os traços culturais de algumas sociedades para todas as que existiriam no Brasil na chegada dos europeus;
- 7 – apresentam documentos e iconografias descontextualizadas, favorecendo a criação de um quadro de exotismo, preso ao passado colonial tupi na maioria das vezes;

---

13 Silva e Grupioni (1995, p. 487- 493). Baseado nos trabalhos de Rocha (1984); Pinto (1985); Almeida (1987); e Telles (1987).

8 – apresentam os índios no passado, reforçando a ideia evolucionista, em que os índios estariam entre os representantes da origem da humanidade primitiva e os europeus no ápice do desenvolvimento humano, permitindo a identificação de uma inferioridade daqueles;

9 – apresentam uma multiplicidade de imagens descontextualizadas no tempo e no espaço, que não permitem aos alunos entenderem a presença dos índios no presente e no futuro;

10 – resumem a contribuição dos índios para nossa cultura a uma lista de vocábulos e à transmissão de algumas técnicas e conhecimentos sobre o meio ambiente;

11 – apresentam a imagem de um índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu entre as sociedades;

Quanto à presença indígena na nossa história, os autores resumiram o que os pesquisadores apontaram como imagens “contraditórias e fragmentadas” (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 487-493):

1 – num primeiro momento, os índios são apresentados como cordiais e amigáveis, ajudando os europeus a se instalarem; depois, os índios “começam a atrapalhar a colonização”, passando a ter uma imagem traiçoeira e perigosa;

2 – apesar dos índios serem apresentados como os que ajudavam os colonizadores iniciais, logo passaram a ser apontados como “preguiçosos”

e, sendo muito rebeldes e difíceis de se controlar, foram substituídos pelos escravos negros no trabalho sedentário dos engenhos e fazendas;

3 – para esses índios indomáveis foi necessário utilizar um processo de catequização civilizadora que os ensinasse a viver no mundo dos colonos;

4 – apresentam, portanto, uma imagem dicotômica sobre os índios: “ou os índios são bons e é preciso que os protejamos tais como eles são, ou os índios são maus e é preciso trazê-los à ‘civilização’”;

5 – como resultado desse processo, ou encontramos índios vivendo isolados em lugares longínquos e inacessíveis ou em reservas; ou “já estão contaminados pela civilização e a aculturação é o seu caminho sem volta”, não sendo mais considerados índios verdadeiros.

Finalmente, os autores concluíram: “É assim que a questão indígena tem estado envolta num ambiente de preconceito, intolerância e muita desinformação” (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 491). E propuseram que, para acabar com esse processo preconceituoso e discriminatório, era necessário gerar ideias e atitudes novas, com informações corretas e contextualizadas. Sugeriram que os autores de livros didáticos revissem as fontes históricas e teorias que utilizavam, procurando balizar seus escritos em pesquisas mais contemporâneas e atualizadas. Sugeriram, também, que os professores levassem à sala de aula a prática da “crítica séria e competente dos livros didáticos e o exercício de convívio na diferença, não só entre membros de sociedades diferentes, mas também entre aqueles que têm origens religiosas e culturais

diferentes”. Finalmente, propuseram que o Governo Federal incentivasse a avaliação sistemática dos livros didáticos, para evitar que a discriminação e o preconceito fossem disseminados através de instrumentos de ensino que deveriam “colaborar na construção de uma sociedade pluriétnica, capaz de respeitar e conviver com diferentes normas e valores” (SILVA; GRUPIONI, 1995, p. 492).

Essas propostas, no entanto, demoraram mais de uma década para serem ouvidas. Com efeito, com o artigo 26-A da Lei n. 11.645, de fevereiro de 2008, tornou-se obrigatório em “todo o currículo escolar” dos Ensinos Fundamental e Médio, público e privado, o estudo da história e da cultura indígena. A lei afirma que devemos destacar a “luta dos povos indígenas no Brasil”, a “cultura indígena brasileira” e a sua “contribuição nas áreas social, econômica e política” na “formação da sociedade nacional”. Portanto, pela nova lei, os índios não poderiam mais ser citados apenas nos primeiros anos da colonização, pois sua trajetória histórica na formação da sociedade brasileira deveria ser estudada pelos 500 anos de nossa história. Além, disso, devia-se enfatizar a diversidade cultural desses povos e estimular o respeito às diferenças, ultrapassando a falta de conhecimento que causa a homogeneização e o preconceito.

A força da lei nem sempre é o bastante para que ideias, comportamentos e práticas arraigadas sejam superados, mas somente novas pesquisas nos livros didáticos escritos após 2008 poderão demonstrar se os livros didáticos já estão colaborando para essas mudanças esperadas.

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina. **Os vassalos d'el Rei nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental (1750-1798)**. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

ALMEIDA, MauroWilliam B. de. **Racismo nos livros didáticos**. In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.). A questão indígena na sala da aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 13-71.

ARRUTI, José Maurício. **Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

BEOZZO, Oscar. **Leis e Regimentos das Missões**. São Paulo: Loyola, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. t. 1 e 2.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional: MEC, 1955.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasília: INL-MEC, 1980.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os Direitos do Índio**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela C. Da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992 a.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Legislação Indigenista no século XIX**; uma compilação: 1808-1889. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992b.

DANTAS, Beatriz Góis. **Missão indígena no Geru**. Aracaju: Programa de Documentação e Pesquisa Histórica/UFS, 1973. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO NE, 5., 1973, Acaraju. Comunicação... Aracaju, 1973.

DANTAS, Beatriz; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria Rosário de. **Os povos indígenas no Nordeste brasileiro**: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela C. da(org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.



DOMINGUES, Ângela. **A educação dos meninos índios no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII.** In: SILVA, Maria Beatriz N.da. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz.* Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 67-77.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP/FDE, 1994.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Índios Tupinambás.** São Paulo: Progresso, 1949.

FLEXOR, Maria Helena. **Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil.** In: SILVA, Maria Beatriz N. da (Org.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz.* Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 79-88.

FREITAS, Décio. **Escravidão de índios e negros no Brasil.** Porto Alegre: EST/ICP, 1980.

\_\_\_\_\_. **O escravismo brasileiro.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** São Paulo: Círculo do Livro, [198-].

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República.** São Paulo: HUCITEC/USP/SEC-SP, 1989.

GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950. 10 v.

LEMONS, Vicente. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1598-1697)**. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio de Rodrigues, 1912. v. 1.

LEMONS, Vicente; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte (1701-1822)**. Natal: Tip. CERN: IHGRN, 1980. v. 2.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MALHEIRO, A. M. Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social**. [1867]. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1973. 2 v.

MALLON, Florencia E. **Entre la utopia y la marginalidad:** comunidades indígenas y culturas políticas en Mexico y los Andes; 1780-1990. *História Mexicana*. v. 42, n. 2, p. 473-504, out./dez. 1992.

MARCHANT, Alexander. **Do escambo à escravidão.** São Paulo: Comp. Ed. Nac., 1943.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte.** Natal: Ed. Universitária, 1973.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó.** Brasília. Ed. do Senado, 1984.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1983.

MONTEIRO, John Manuel (Org.). **Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros:** acervo das capitais. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Negros da Terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia:** de maioria a minoria. Petrópolis: Vozes, 1988.

NIMUENDAJU, Kurt. **Mapa Etno-Histórico de Kurt Nímuendaju.** Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PEÑA, Guillermo de la. **Etnicidad, ciudadanía y cambio agrario**: apuntes comparativos sobre tres países latinoamericanos. In: COLOQUIO DE EL COLEGIO DE MICHOCÁN: LAS DISPUTAS POR EL MEXICO RURAL, TRANSFORMACIONES DE PRÁCTICAS, IDENTIDADES Y PROYECTOS, 16., Apresentação... 1994. (Ed. fotocopiada cedida pelo autor).

PINTO, Regina Paim; MYAZAKI, Nobue. **A representação do índio nos livros didáticos na área de Estudos Sociais**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, nova série, v. 30, p. 165-191, 1985.

PIRES, Idalina Maria. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial**: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia; MARIZ, Marlene; DANTAS, Beatriz. **Documentos para a História Indígena no Nordeste**: Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. São Paulo: USP/PAPESP, 1994.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Rompendo o silêncio:** por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. *Ethnos*, Recife, n. 2, p. 21-44, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Círculo do Livro, [198-].

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização.** Petrópolis: Vozes, 1977.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. **Um índio didático:** nota para estudo de representações. In: ROCHA, Everardo Pereira Guimarães et al. *Testemunha ocular: textos de Antropologia Social do cotidiano.* Brasiliense: São Paulo, 1984.

ROCHA POMBO, Francisco da. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil, 1922.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil.** 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Isabelle Braz P. da. **Vilas de Índios no Ceará Grande:** dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **A temática Indígena na Escola.** Brasília: MEC/UNESCO, 1995.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil:** 1500-1820. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Dicionário Histórico e Geográfico, 1920.

TELLES, Norma, **A imagem do índio no livro didático:** equivocada, enganadora. In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.). A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 73-89.

THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

VARNHAGEN, Francisco. **História Geral do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

# VIVER NA CIDADE: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE ESTUDO HISTÓRICO DAS FORMAS DE SOCIABILIDADE URBANA NA CIDADE DE NATAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Raimundo Arrais  
Gabriela Fernandes de Siqueira

## Sociabilidade urbana em Natal

Neste texto pretendemos apresentar algumas possibilidades de estudo da História da cidade de Natal a partir do enfoque específico das formas de sociabilidade que vigoraram nas três primeiras décadas do século XX. As sociabilidades são um tema central no esforço de historiadores, sociólogos, antropólogos e urbanistas para compreender a cidade. Elas se referem às “ações recíprocas duráveis” (relativas ao Estado, família, corporações, igrejas, classes, grupos de interesse), bem como àquilo que poderíamos chamar de um “número infinito de relações e de tipos de ações recíprocas entre os homens, de importância medíocre, e algumas vezes fúteis, constitutivas da vida da sociedade” (SIMMEL, 1981, p. 89-90). As sociabilidades são importantes para a existência e a manutenção da sociedade, uma vez que

Todos os contatos físicos e psíquicos, as trocas de prazer e de dor, as conversas e os silêncios, as

manifestações de interesses comuns ou opostos que produzem sem cessar – eis primeiramente o que faz a prodigiosa solidez do tecido social, sua vida flutuante, com a qual seus elementos encontram, perdem, deslocam sem cessar seu equilíbrio (SIMMEL, 2010, p. 56).

A cidade é formada por uma grande diversidade de sujeitos, que os estudiosos costumam agrupar em classes sociais, em camadas sociais, ou mesmo, de modo mais reducionista, em pobres e ricos – cada um deles com seu modo de pensar, sua ética, seus interesses materiais. Considerando a complexidade dos sujeitos que habitam a cidade, essas classificações podem se multiplicar, abarcando, por exemplo, associações de homens, de maçons, de partidários de uma agremiação política, cada um deles se reunindo num ambiente para discutir ideias, definir linhas de ação, divertir-se, professar sua fé... Para aumentar a complexidade do fenômeno, devemos lembrar que nada impede que um indivíduo integre mais de um desses grupos.

Assim, limitaremos nosso desafio neste texto ao enfoque de algumas expressões de sociabilidade voltadas para a diversão e o lazer praticadas pelas camadas altas da sociedade urbana natalense. Procuraremos identificar, nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Natal, alguns lugares onde se reuniam as pessoas ligadas a essas camadas, indagando sobre a finalidade com que se reuniam e sobre os procedimentos que adotaram para criar dentro do espaço público um ambiente exclusivo para elas.

Para tanto, localizaremos a praça, a praia, o café e o clube. Todavia, adotaremos caminhos distintos na abordagem de cada um desses lugares. Assim, ao analisarmos a praça, procuraremos



mostrar que a administração municipal dirigiu esforços para impor a esse lugar um sentido de higiene e ordem urbana; ao analisarmos a praia, mostraremos que os grupos urbanos estabeleceram nela um território particular, embora sem cercas ou muros; ao analisarmos os clubes e os cafés, dirigiremos o foco para um ambiente de frequência exclusiva de certa camada social, mostrando que essas demarcações podiam se modificar em curto intervalo de tempo. Por fim, ao analisarmos um clube de natureza recreativa restrito às camadas altas da sociedade natalense, o Aeroclube, procuraremos mostrar que ele era animado pelo sentimento de que a capital estava mergulhada numa onda vertiginosa de “objetos e signos do moderno” (MARTINS, 2008, p. 18).

Devemos advertir que neste texto deixaremos de lado as sociabilidades das classes populares. Isso não significa que não reconhecamos as formas de sociabilidade de outros grupos sociais, como os trabalhadores, os pobres, os retirantes, mas que, nesta ocasião, não dispusemos de meios para tratar delas, pela dificuldade de encontrarmos registros de sua vida e seu cotidiano<sup>1</sup>.

Neste texto trataremos de algumas formas de sociabilidade específicas que as camadas altas da sociedade desenvolveram na cidade de Natal das três primeiras décadas do século XX. Para tanto, realizamos um trabalho de pesquisa sobre os registros que chegaram até nós e que nos informam sobre seus valores, gostos, hábitos, e sobre os lugares onde essas pessoas praticavam sua sociabilidade. A pesquisa trouxe à tona documentos elaborados pelos gestores municipais, publicados no jornal A Republica,

---

1 Para uma análise dos indícios de populares nos espaços de sociabilidade públicos, sobretudo nos existentes no bairro Cidade Nova, ver: Siqueira (2014).

notícias de jornal, textos de memorialistas e fotografias de época publicadas na revista Cigarra.

A Cigarra circulou na capital potiguar entre os anos de 1928 e 1929. O seu público era a alta sociedade, e ela trazia notícias, literatura, desenhos e fotografias, numa época em que a fotografia era recurso de luxo nas publicações. Acompanhava os eventos das famílias importantes da cidade, os personagens de relevo social e as manifestações da vida moderna (máquinas, costumes, indumentária) da cidade de Natal no período em que Juvenal Lamartine de Faria foi o governador do estado, ou seja, entre os anos 1928 e 1930.

Essa breve descrição da revista Cigarra, um documento importante para o estudo do clube social de maior relevo na cidade de Natal, tem a finalidade de chamar a atenção do professor para o uso de documentos nas aulas de História. O professor deve orientar seus alunos para a percepção de que o conhecimento do passado é construído a partir da leitura e do exame de certos registros que chegaram até nós. Diante desses registros, os alunos devem ser orientados a se questionarem: que documento é esse (um jornal, uma carta, uma lei, um desenho, uma fotografia)? Quando ele foi publicado? Quem foi o seu autor? Como convite ao trabalho do professor interessado em investir num ensino de História crítico e ativo, em alguns momentos deste texto procuramos chamar a atenção para a importância dos documentos de época na reconstituição dos processos históricos, seja dentro do tema das sociabilidades, seja dentro de qualquer outro tema.

## **Natal, uma cidade entre cidades**

Neste texto partiremos da perspectiva de que o espaço é um fato social e histórico. Como afirma o geógrafo Milton Santos, o espaço “se define pelo conjunto, mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado” (SANTOS, 2004a, p. 163). Noutras palavras, para estudarmos a cidade, temos de considerar que o fenômeno que estamos estudando está associado a influências que chegam de fora, de outras cidades, de outras partes do mundo. Essas influências são assimiladas e transmitidas sobretudo pelos seus grupos dominantes, que dispunham de mais condições de se atualizar em relação às ideias, aos valores e à moda que circula noutras partes do mundo. No início do século XX, esse conjunto de influências, provindas dos grandes centros urbanos do mundo, os centros dinâmicos da modernidade, irradiavam tudo o que representava o novo: as tecnologias, as máquinas, as novas ideias e o novo espírito que deviam libertar os indivíduos das forças do passado e do atraso.

Mesmo que a imagem de cidade desejada pelos grupos dominantes locais (uma cidade moderna, higiênica, ordenada, uma nova cidade, enfim) não viesse diretamente da capital federal, o Rio de Janeiro impressionou os potiguares que puderam viajar até lá. Entre 1902 e 1906, a capital federal experimentou um acelerado e vigoroso processo articulado e dramático de reequipamento do porto e reformulação urbana, que tinha como meta transformar a velha cidade colonial numa nova capital do país, moderna, higienizada, com avenidas largas, com uma cultura cosmopolita, com forte inspiração em Paris. Até o nome desse período dourado, em que

reinava o otimismo e em que a prosperidade parecia não ter fim, veio da França: Belle Époque.

Na condição de capital de uma economia dependente e de uma elite que se formava sob forte influência cultural francesa, o Rio de Janeiro assumia o aspecto do cartão postal do Brasil republicano e moderno. As elites brasileiras inseriam-se numa ordem cosmopolita, extraíndo dessa ordem os modelos de comportamentos, formas de pensar, bem como a imagem que gostariam de ver no espelho (brancos, profundamente identificados com a cultura europeia)<sup>2</sup>.

Os grupos dominantes da cidade de Natal – nos quais incluímos os membros do grupo governante e figuras menores no cenário político local, a grande maioria circulando em torno do governo: comerciantes, proprietários, funcionários, intelectuais, ligados por laços de parentesco, amizade, interesses de classe – liam e viajavam, de navio e de trem, num tempo em que as longas distâncias representavam grandes obstáculos à circulação dos indivíduos. Boa parte deles foi estudar Direito no Recife; outros realizavam viagens de passeio ao Rio de Janeiro ou constituíam moradia fixa na capital federal, onde cuidavam dos negócios da política.

Assim, depois dos primeiros anos de estabilização do regime nas mãos do grupo familiar Albuquerque Maranhão, em 1890, os republicanos pareciam acreditar que eram portadores de uma luz nova (SOUZA, 2008, p. 181), ainda que tivessem um papel civilizatório modesto, se comparado com o arrojo que se via na capital federal ou mesmo em capitais menores, como a vizinha Recife. Contudo, influenciados pelos mesmos ideais de higiene e animados pelo

---

2 Sobre a reforma no Rio de Janeiro implantada por Pereira Passos, ver: Benchimol (2010).

mesmo desejo de reformar a cidade, eles conseguiram agir sobre o espaço urbano na medida das condições modestas da província: realizaram obras de aterramento e alinhamento das ruas, facilitando a ligação entre a Ribeira e a Cidade Alta, e levantaram um teatro na Ribeira. Praças e jardins foram construídos nesses dois bairros. Foi nesse cenário que apareceram os cafés, os bares e os clubes. Nele se construiu um novo bairro, chamado de Cidade Nova.

O espírito que parecia estar guiando esse conjunto de realizações na capital potiguar era o espírito do progresso. Esse espírito parecia se manifestar no domínio da política, na medida em que os adeptos do novo regime acreditavam (ou queriam fazer crer) que estavam realizando uma obra capaz de arrancar o estado do atraso a que o velho regime, a monarquia, o condenara. Temos, assim, a combinação de um regime político novo, uma cidade nova e uma mentalidade nova. Desse modo, antes que fosse aberto o novo bairro da cidade, a Cidade Nova, essa noção de novo já estava inspirando os artífices do regime republicano no Rio Grande do Norte. As leis e decretos estaduais, bem como as leis municipais publicadas nesse período, demonstraram um esforço difuso de modificar os espaços da cidade, mudar alguns costumes da população urbana, idealizando também um novo homem urbano.

### **Um novo bairro, uma nova praça, novas sociabilidades**

Neste texto vamos estudar um período em que a cidade de Natal sofreu transformações espaciais (abertura de novo bairro, construção e modificação de praças, incorporação da praia à vida

social, fundação de novos clubes), e essas transformações se ligaram a novas formas de ocupação do espaço público, num período em que missas e festas religiosas deixavam de ser as únicas oportunidades de manifestações públicas que as famílias das camadas altas da cidade julgavam adequadas para elas.

Antes de tudo, porém, forneceremos uma breve explicação sobre como a cidade era administrada. Esse ponto é importante, porque é o governo da cidade que dispõe da legitimidade, dos meios técnicos e dos recursos materiais para ordenar e gerir o espaço dessa cidade, o que faz dos administradores, no seu conjunto, importantes agentes produtores do espaço urbano. Desde 1890, um ano depois de instalado o regime republicano, a capital norte-rio-grandense era administrada pelo Conselho de Intendência Municipal, formado por membros denominados intendentess, eleitos por sufrágio direto<sup>3</sup>.

A intendência acumulava diversas funções: devia estabelecer os limites espaciais da cidade, instituir impostos sobre as mais diversas atividades, regulamentar as edificações, taxar as profissões, criar equipamentos urbanos, gerir a saúde e a educação, determinar o preço de diversos produtos, regular a política de aforamento urbano, entre diversas atividades. Essas decisões da intendência vinham em forma de documentos dirigidos aos moradores, chamados resoluções.

As resoluções da intendência são documentos preciosos para o estudo das sociabilidades na cidade de Natal. Elas eram publicadas no jornal *A Republica*, e desse modo a população tomava conhecimento das

---

3 Para mais informações sobre a formação e a atuação do Conselho da Intendência Municipal de Natal, ver: Santos (2012).

medidas dos intendentess<sup>4</sup>. Por meio da Resolução número 55, assinada em 1901 e publicada no jornal *A Republica* em janeiro de 1902, foi criado um novo bairro na cidade, o bairro Cidade Nova (que posteriormente foi dividido em dois outros, Tirol e Petrópolis). Por essa resolução, o poder municipal também construía uma praça pública, localizada no centro desse terceiro bairro de Natal. Vamos ler com atenção esse documento:

A Intendencia Municipal do Natal

Resolve:

Art. 1º – Terá a denominação de Cidade Nova a parte da area urbana que demora a leste da linha formada pelo prolongamento norte-sul do muro que limita, pelo nascente, a chacara de propriedade do dr. Santos.

Art. 2º – A Cidade Nova compreenderá, desde já, de accordo com a respectiva planta archivada na secretaria, quatro avenidas paralelas, com as denominações de Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes e Campos Salles, cortadas por seis ruas com os nomes de Seridó, Potengy, Trahiry, Mipibú, Mossoró e Assú e duas praças, denominadas Pedro Velho e Municipal. A avenida que partindo da Praça Pedro Velho se dirige, no rumo do norte, para as dunas, terá o nome de Alberto Maranhão. [...] (A REPUBLICA, 1902).

---

4 Os números do jornal *A Republica* relativos ao período que estamos estudando podem ser encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Outra fonte importante para a pesquisa é o livro *A Intendência e a cidade: fontes para o estudo da cidade do Natal (1892-1919)*, publicação organizada pelo grupo de pesquisa do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Os espaços na modernidade, trazendo a transcrição de um grande número de resoluções relativas ao período em questão. (ARRAIS; ROCHA; VIANA, 2012).

Começemos pelos nomes: Praça Pedro Velho. Por que a praça, esse lugar central da vida da cidade, levava esse nome?

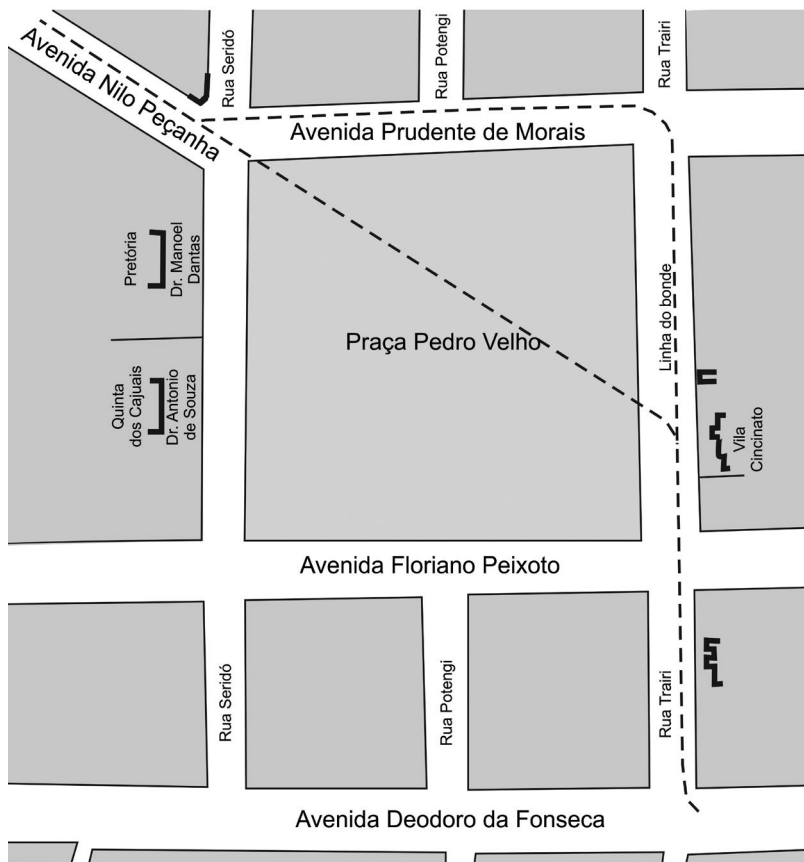


Figura 1 – Representação da Praça Pedro Velho e de sua localização.  
Fonte: Miranda (1981).



A praça, que devia servir de centro da vida cívica na cidade, ganhava o nome do chefe político instituidor do regime republicano no estado. Dando à praça cívica o nome do chefe do grupo político dominante, celebrava-se o regime republicano local e o poder da oligarquia dos Albuquerque Maranhão. Já o nome dado ao terceiro bairro, Cidade Nova, revelava, por parte dos administradores da cidade, o desejo de renovação, investindo na mudança da paisagem, no desenho das ruas, na organização dos quarteirões. Essa área também exibia a assinatura do governo republicano, na medida em que as ruas receberam os nomes de líderes republicanos nacionais e locais, combinadas com os nomes dos rios mais importantes do estado.

## **Os lugares públicos: modos de usar**

Novos lugares na cidade foram acompanhados de prescrições sobre o modo como eles deveriam ser utilizados pela população. Nessas primeiras décadas do século XX, assiste-se à tentativa de implantação, por parte do governo municipal e estadual, de novas formas de uso dos espaços. Várias resoluções da intendência discorriam sobre os hábitos que deveriam ser prescritos nas praças da cidade, como podemos ver na Resolução número 40 e na Resolução número 92, que transcrevemos a seguir:

Resolução número 40:

A Intendencia Municipal desta capital resolve:  
[...] Art. 3º - É igualmente vedada a exposição ao sol de coiros seccos e salgados e coirinhos nas praças da cidade.

[...]. Sala das sessões, em 06 de junho de 1900 (A REPUBLICA, 1900). Resolução número 92:

[...]Art. 47º - É expressamente proibido:

§ 1º Lançar animaes mortos, lixo ou immun-dices nos largos, praças, avenidas, ruas ou travessas, estradas, caminhos, pontes e aguadas de servidão publica; multa de 5\$000 a 10\$000 ou tres dias de prisão, e o duplo nas reincidencias.

[...]Art. 72º - Não se poderá:

[...]V - Lançar nos largos, praças, avenidas, ruas ou travessas da cidade o entulho resultante das casas que se repararem ou reedificarem, sem previa licença da Intendencia, ou não remove-lo para o local e no praso designado na mesma licença; multa de 5\$000 e o duplo nas residências [...].

Art. 73º - É expressamente proibido deixar soltos ou vagando, nos largos, praças, avenidas, ruas ou travessas da cidade, animaes de qual-quer especie.

O infractor fica sujeito, por cada um delles: a multa de 2\$000 e o duplo na reincidencias quanto ao vaccum, cavallar, muar e jumento, e a de 1\$000 e o duplo nas reincidencias, quanto ao caprino e ovelhum [...]<sup>5</sup>.

Essas duas resoluções foram publicadas uma em 1900 e a outra, em 1904. A Resolução número 40 vetava a exposição de couros nas praças. A proibição sugere que provavelmente era um hábito

---

5 Esta resolução foi publicada por partes, em vários números do jornal: REPUBLICA, Natal, 14 maio 1904; 16 maio 1904; 18 maio 1904; 19 maio 1904; 20 maio 1904; 23 maio 1904; 24 maio 1904; 25 maio 1904; 27 maio 1904; 30 maio 1904; 01 jun. 1904; 03 jun. 1904; 06 jun. 1904; 07 jun. 1904; 08 jun. 1904; 10 jun. 1904; 14 jun. 1904.

comum em Natal até o início do século XX a colocação de couros para secar em praça pública. Já a Resolução número 92 proibia o depósito de animais mortos, lixo, entulhos e outros dejetos em praças públicas, instituindo multas e chegando mesmo a cogitar em mandar o transgressor para a cadeira. Essa lei municipal também proibia a circulação de animais de qualquer espécie em praças e em outros espaços da cidade. Vê-se aqui a tentativa de, por meio das leis, instituírem-se novos costumes na capital norte-rio-grandense. Todavia, devemos atentar para o fato de que a simples promulgação de uma lei não fornece garantias de que ela será efetivamente obedecida. Basta lembrar que algumas resoluções municipais foram modificadas por outras resoluções, ou foram simplesmente deixadas de lado.

Neste estudo das sociabilidades, vamos recorrer a outros tipos de documentos, com a finalidade de obter uma visão mais rica sobre os usos dos espaços da cidade e dos atos da intendência. Vamos para as notícias de jornais, especificamente aquelas publicadas no jornal que pertencia ao governo, o jornal *A Republica*. A imprensa traz informações ricas sobre o cotidiano da cidade. Assim, o *A Republica*, em abril de 1914, revela que os indivíduos descumpriam essas e outras resoluções municipais. Acompanhemos o relato do jornal:

Hontem, uma vacca leiteira pastava tranquilamente na praça Pedro Velho, bem em frente a Villa Cincinato, residência do sr. governador do Estado. O vagar com que retouçava a pastagem era indicativo de animal que tomava o seu repasto na própria casa, sem o menor receio de intervenções incommodas e impertinentes.

[...] é frequente encontrar, aqui e ali, quadrupedes de varias espécies ruminando a sua ração diária, sem sustos perturbadores da digestão e do repouso [...]<sup>6</sup>.

Como se vê, a resolução que proibia a pastagem de gado solto pelas praças urbanas foi publicada em 1904 e dez anos depois continuava sendo contrariada pela prática dos moradores. Entretanto, a legislação da intendência deixava claro que as praças eram feitas para as pessoas, não para as vacas. Na compreensão dos administradores da cidade, existiriam funções e comportamentos apropriados à vida urbana e funções e comportamentos próprios da vida rural. É verdade que algumas das atividades rurais podiam ser praticadas nas áreas suburbanas da cidade, mas criação de animais definitivamente não podia ser admitida na capital.

Que atividades eram desenvolvidas na Praça Pedro Velho? A praça era o local privilegiado para os passeios e encontros das famílias, um lugar de convivência agradável, em que se celebrava o ambiente limpo e ordenado, a vegetação que trazia benefícios à saúde, a correção e a elegância dos moradores, a harmonia reinando entre os indivíduos e as famílias. Era um lugar para se ver e onde se deveria ser visto, um lugar da exibição pública (GOMES, 2013, p. 97). Sediava eventos de sociedades esportivas, como disputas de handebol<sup>7</sup> e também apresentações de fandango<sup>8</sup>. Nessas ocasiões eram montados

---

6 VARIAS. **A Republica**, Natal, 13 abr. 1914. p. 1.

7 VARIAS. **A Republica**, Natal, 23 maio 1919. p. 2; VARIAS. **A Republica**, Natal, 27 out. 1919. p. 1.

8 FANDANGO. **A Republica**, Natal, 27 dez. 1915. p. 1.

---

tablados para acomodar com conforto o que o jornal *A Republica* designava como “as famílias mais importantes da cidade”<sup>9</sup>.

A Praça Pedro Velho também era utilizada para treinamento e jogos de futebol<sup>10</sup>. No início do século XX, as partidas de futebol já eram apreciadas pela população natalense. A primeira bola chegou a Natal em 1903 e foi trazida por membros da elite potiguar que estudavam na Europa (SOUZA, 2008, p. 96) e os primeiros clubes organizaram-se apenas na década de 1910. Nesse período, os jogos eram frequentemente realizados em praça pública, em eventos que contavam com um público que reunia gente das mais diversas camadas sociais.

Mas na década de 1920 os jogos oficiais foram transferidos para os estádios de futebol e esse esporte passou a ser praticado de forma profissionalizada. Em 1928, com a inauguração do Stadium Juvenal Lamartine, localizado na Cidade Nova, o futebol consolidou-se, passando a contar com um espaço especializado para suas atividades (SOUZA, 2008, p. 98).

A difusão da prática do futebol e de inúmeros outros esportes na capital norte-rio-grandense no início do século XX tem relação direta com o interesse das camadas altas por um programa de formação da juventude que propiciasse formação física e moral, uma vez que essa camada absorvera valores que se difundiam pelo país, tais como o culto ao corpo, à força, à rapidez, estimulando o espírito de competitividade (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008,

9 FANDANGO. *A Republica*, Natal, 12 jan. 1917, p. 1.

10 A REPUBLICA, Natal, 26 dez. 1905; A REPUBLICA, Natal, 07 fev. 1911; A REPUBLICA, Natal, 14 nov. 1916. p.2; PARTIDA de foot-ball. *A Republica*, Natal, 11 jul. 1918. p.1.

p. 145). Para as elites brasileiras, isso significava integrar o país às convicções da burguesia europeia, que acreditava se encontrar no mais alto estágio da civilização (ARAÚJO, 1993, p. 312).

Essas práticas esportivas acabaram levando ao aparecimento de novos ambientes de sociabilidade urbana em Natal. Espaços específicos, onde reinavam novas regras, já no início do século XX (MARINHO, 2011, p. 135). Assim, em 1910 a capital norte-rio-grandense contava com várias associações esportivas, tais como o Velo Club Natal, o Derby Club Natalense, o Sport Club Natalense e o Natal-football Club (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 149). Podemos notar que os nomes das associações esportivas vinham da língua inglesa. O termo “club” era uma referência direta aos clubes que surgiram no século XVIII em Londres, e que tiveram seu apogeu em Paris e na Inglaterra no século XIX, destinados aos cavalheiros refinados da sociedade (NEEDELL, 1993, p. 95).

A participação nesses clubes era restrita aos sócios, os quais pagavam mensalidades. Neles deviam ser obedecidas as condutas estabelecidas nos estatutos. Desse modo, em seus salões e clubes os sócios criavam e fortaleciam seus laços interpessoais e suas identidades de grupo (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 144). Todavia, nos campeonatos de futebol, como noutras competições esportivas, muitas vezes era ultrapassada a barreira que separava os sócios dos simples torcedores<sup>11</sup>.

---

11 Para uma análise de como essa barreira foi rompida e do papel dos esportes nesse processo, ver: Marinho (2011).

## A praia e os lugares do prazer

A praia foi outro espaço de sociabilidade significativo na cidade de Natal do início do século XX. Muito tempo antes do início do século XX, as praias do Rio Grande do Norte eram o local de trabalho e de moradia dos pescadores. Dali partiam as jangadas que voltavam no final da tarde carregadas de pescado. A praia era também, ocasionalmente, o local eleito pelos poetas para, em estado de solidão, meditar sobre o infinito, a força da natureza e o sentimento de exílio, em conformidade com a visão de mundo do Romantismo.

A partir dos anos 1920 verifica-se a emergência da beira-mar como local privilegiado de frequência das camadas urbanas de certo poder econômico. Esse ambiente se torna local de diversão, sobretudo de um grupo restrito de jovens, em busca de alegria, camaradagens, de estar em dia com a moda, mas também em busca de saúde. A crença nas propriedades terapêuticas do banho do mar vem da transição do século XVIII para o século XIX (CORBIN, 1989). Assim, ao longo do século XIX começou a difundir-se na Europa a prática do mergulho nas águas salgadas, que naquele tempo requeria a montagem de uma complexa estrutura que assegurava a privacidade, a segurança e a comodidade dos banhistas, uma estrutura ligada às cidades por redes de transporte, em especial os trens. Logo essa prática foi modificada e as reuniões nos balneários foram transformadas em verdadeiros eventos sociais, iniciando-se, assim, uma relação com o mar que ia além do desejo de cura, passando-se para uma relação de prazer (MARINHO, 2011, p. 59).

Em Natal, a legislação elaborada pelos intendentess nos ajuda a compreender alguns aspectos das sociabilidades na praia no começo

do século XX. A Resolução número 115, promulgada em 1908, informava aos moradores de Natal:

Considerando que a capital não possui ainda, apesar de sua posição a beira-mar, uma praia de banhos confortável e de fácil acesso, onde as famílias possam na estação própria, fazer a temporada balnearia aconselhada pela medicina;

Considerando mais que de todo o litoral da península em que está encravada a cidade do Natal, a praia da Areia Preta é a que melhores condições oferece para tal fim

Resolve:

Art. 1º - O território compreendido entre a linha divisória que fecha o perímetro da cidade pelo sul até a subida do morro da Mochila, fica destinado para nele estabelecer-se a praia de banhos da capital.

Art. 2º - As casas a construir nesse local devem ter um alinhamento em semicírculo acompanhando a curva da praia e ficam sujeitas a uma bitola especial determinada pelo engenheiro da Intendência, com o fim de assegurar-se a conformidade e beleza da construção [...]¹².

O banho de mar oferecido pela estação balneária, em instalações que obedeciam aos padrões de regularidade e harmonia estabelecidos pela intendência, não era gratuito. Por um banho cada indivíduo pagava \$800 réis, preço que ficava mais em conta se a família

12 A REPUBLICA, Natal, 14 fev. 1908.



assinasse um pacote por mês, que poderia variar de 20\$000 a 50\$000 réis, dependendo da quantidade de banhos a que se teria direito com a assinatura do pacote (MARINHO, 2011, p. 60). Temos aí certo modo de utilizar a praia, certo modo de realizar o banho de mar, que não era para todos.

Além de custear os banhos, as famílias também precisavam de locais adequados para a troca de roupa, uma vez que naquele tempo não era permitido que os indivíduos chegassem ou saíssem da praia em vestimentas de banho. Além disso, temia-se que a roupa molhada em contato com o corpo por algum tempo provocasse enfermidades. Para tanto, existiam banheiros de palha ou madeira nas estações balneárias (MARINHO, 2011, p. 61). Podemos notar como, paulatinamente, começava a ser criada uma espécie de código de conduta próprio para a utilização da praia, que se traduzia nas roupas apropriadas, num determinado comportamento e na relação que deveria reinar entre as pessoas que a frequentavam (ARAÚJO, 1993, p. 323).

Como se dava o uso da praia para o banho de mar em Natal antes que a praia se tornasse o ambiente chic das camadas urbanas? O jornalista Luís da Câmara Cascudo, lembrando o período do final do século XIX, afirmou que o banho de mar ainda estava associado a uma função terapêutica, recordando que Areia Preta, naquele tempo,

era morada de pescadores e ficava no fim do mundo. Ia-se a cavalo, tomar banho por prescrição médica. Roupa de banho começava no jarrete e findava no pescoço. Os homens molhavam-se gravemente com calças

aparadas e camisas de meias. Banho cedinho antes do sol esquentar<sup>13</sup>.

No início do século XX, a praia se transformava em local de eventos sociais, proporcionando lazer e prazer. Esse uso da praia foi ilustrado em vários números da revista *Cigarra*, em seus artigos e em suas fotografias. Vejamos um exemplo, retirado do ano de 1929:

---

13      CASCUDO, Luís da Câmara. **A Republica**, Natal, 26 de jan. 1950.

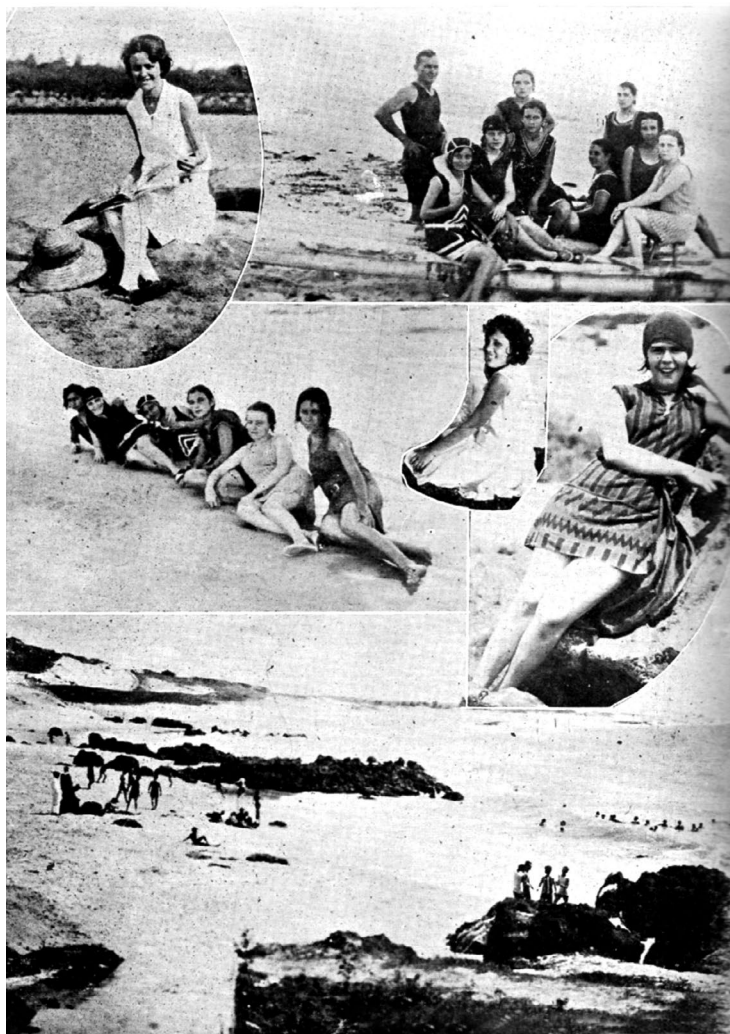


Figura 2 – Conjunto de fotografias de banhistas publicado na Cigarra.  
Fonte: Cigarra, Natal, ano II, n.5, 1929, p.29.

Esta página, formada a partir da montagem de fotografias representando um conjunto de cenas na praia, é rica em sugestões. Temos aqui um excelente material para o professor explorar com seus alunos, levando-os a observar atentamente elementos como o ambiente, a expressão corporal das pessoas, vestimentas, entre outros, levando em conta as recomendações sobre o uso de documentos no ensino de História no início deste texto. É evidente que o ambiente não é mais aquele do final do século XIX, recordado por Cascudo. Essas imagens mostram sujeitos se divertindo, entre amigos ou famílias, que se deixaram fotografar em um momento de descontração. Podemos afirmar mais: eles faziam pose para saírem nas fotografias. Eles sabiam que iam sair na revista que estaria nas mãos das pessoas consideradas de bom gosto na cidade. A imagem na revista assegurava reconhecimento social.

Embora as imagens apresentem grande riqueza, nesse número da revista Cigarra o exame das fotografias deve ser complementado pela leitura da legenda que a acompanha. A legenda traz o seguinte comentário:

Uma tarde na Areia Preta.  
Dizem que o verão é uma época detestável.  
Mas quem vae passar o verão nas praias acha-o maravilhoso... Areia Preta é uma delicia. Ahi estão algumas veranistas sorrindo amavelmente para o photographo. É um trecho da linda praia com que ellas sonham durante todo o anno...<sup>14</sup>

---

14 CIGARRA, Natal, ano II, n.5, 1929.p.29.

O comentário reforça a mensagem da praia de Areia Preta como espaço de sociabilidade e cenário de exibição de rapazes e de moças alegres e saudáveis. A mensagem se repete em diversos outros números da revista, e pode ser sintetizada assim: o elogio “do prazer proporcionado pelo banho de mar, o sol vivificador batendo nas peles morenas, os namoros à beira-mar” (ARRAIS, 2011, p. 6). O ato de frequentar a praia, mergulhar nas ondas e expor ao sol o corpo jovem revelava “uma sensível modificação no pudor, nas sensações experimentadas pelo corpo” (ARRAIS, 2011, p. 5-6).

### **Tecnologia e sociabilidades (o bonde e a energia elétrica)**

A cidade aparece na História Ocidental como um fenômeno que opera em alto grau a separação do homem em relação à natureza. Na cidade, o indivíduo experimenta um tempo sob permanente aceleração, que não é mais o tempo da agricultura. Os meios de transporte não param de evoluir, permitindo que distâncias longas sejam percorridas com cada vez menos tempo despendido. Da mesma forma, o espaço é transformado e organizado para se abrigar uma grande concentração de pessoas. A cidade se transforma no lugar onde circulam as riquezas, onde alguns usufruem do luxo, e muitos afundam na pobreza e na miséria.

O conjunto de conquistas materiais e, como se dizia na época, espirituais que a cidade acumula no século XIX recebe o nome de progresso. Entre os dois agentes do progresso que a cidade de Natal experimenta no começo do século XX estão o bonde e a energia elétrica. Com a adoção do bonde e da energia elétrica, difundem-se

novos hábitos e práticas entre os natalenses, ampliam-se as possibilidades de uso dos novos espaços de sociabilidade:

Os trilhos do bonde e os postes iluminados ajudaram a mudar a aparência física da cidade, produzindo uma nova paisagem, cortada de fios, trilhos e postes de ferro, e novas paisagens noturnas, com a luz elétrica escondendo as estrelas e revelando a cidade, com suas ruas, seus edifícios, seus jardins, suas vitrines e seus habitantes noturnos (ANDRADE, 2009, p. 72).

Começemos com o bonde. Ele apareceu em Natal em março de 1908, puxado por burros. Esse bonde foi muito esperado por aqueles potiguares como Braz Contente, pseudônimo de Manoel Dantas, que, escrevendo no jornal *A Republica*, em março de 1908, afirmava que os bondes permitiriam aos forasteiros que visitassem Natal um melhor conhecimento da cidade, curando o tédio com um passeio que permitiria a apreciação da beleza dos panoramas da cidade, um tour pela capital, incluindo a contemplação do mar e das dunas.

A primeira etapa do bonde em Natal está vencida. [...] Imagine-se o que vai ser a vida em Natal, quando vierem os bondes. Uma delícia! De manhã cedo, aos domingos, num desses belos dias em que o sol derrama pelos campos verdejantes, o forasteiro, em vez de embebedar-se num dos hotéis da Ribeira para desfarçar o tédio, toma o bonde e começa logo a saborear esse deslumbramento da paisagem da cidade alta em

direção aos campos, à barra e às dunas [...]. Venha o bonde e todos verão que si a Igreja nada perde como lugar de devoção, perderá em atractivos como local de distração.<sup>15</sup>

Três anos depois, em 1911, os natalenses puderam prestigiar outra inovação técnica, os serviços de energia elétrica<sup>16</sup>. A novidade repercutiu sobre o transporte em trilhos, levando à substituição da tração animal (os burros) pela força elétrica, e então novos elementos técnicos foram implantados, como os postes, os cabos que transmitiam energia, os letreiros iluminados das lojas, a luz artificial que prolongava o dia dos natalenses e modificava a paisagem da cidade. Tudo isso era visto pela população como “elementos embelezadores que davam visibilidade ao progresso numa nova paisagem urbana que irradiava luz, brilho, beleza, civilidade e energia” (ANDRADE, 2009, p. 78).

A eletricidade, empregada para a iluminação pública nas partes centrais da cidade, alargou os espaços de sociabilidade natalense. A iluminação noturna ampliou as possibilidades dos indivíduos percorrerem a cidade depois do pôr do sol. A partir de então, as noites, “em vez de serem exclusivamente dormidas passaram a ser vividas, como uma continuação do dia. Com a ampliação das possibilidades de uso da noite, a vida ganhou um ritmo mais dinâmico” (ANDRADE, 2009, p. 101).

15 BRAZ Contente. Coisas da terra. **A Republica**, 12 mar. 1908. p.1.

16 Note-se que em 1911 a eletricidade foi introduzida nos serviços públicos. Antes desse ano, desde 1882, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal já utilizava a eletricidade. Ver: ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930. Op. cit., p.98.

Há outro tipo de significativo testemunho documental para o estudo da cidade, para a qual o professor deve atentar: a literatura em prosa e versos. Pela natureza do fenômeno literário, pela liberdade da imaginação e no uso da linguagem, a poesia pode fornecer importantes elementos, inclusive sobre a subjetividade do homem urbano. No caso específico em exame, apresentamos um pequeno poema de Jorge Fernandes. Vivendo em Natal e observando o impacto que essas novas tecnologias exerceram sobre os natalenses, num poema intitulado O bonde novo, saído em livro publicado no ano de 1927, o poeta descreveu as novas sensações que o novo bonde elétrico despertava nas pessoas em 1911, como podemos ver na primeira das duas estrofes:

O bonde que inauguraram  
É amarelo e muito claro...  
Sua campã bate alegre e diferente das outras...  
E seus olhos vermelhos indicam Petrópolis...  
Anda sempre cheio porque é novo...  
Chega na balaustrada espia o mar...  
E os passageiros todos nem olham pro mar...  
Só vêem o bonde novo...  
Só ouvem a campã nova... [...]  
(FERNANDES, 1970, p. 83).

O poema trata de como as coisas novas impressionavam os natalenses. Atentemos para o aspecto do bonde elétrico e para a atitude dos passageiros que ele conduzia. O bonde é novo. Os passageiros apreciam andar nele porque se trata de um bonde novo. Aí está o segredo do fascínio que o poeta lê nos gestos dos passageiros. Sua campã (sineta) soa com alegria, diferente do que ocorre com os outros bondes (os bondes que não são novos). Aquele bonde fascinava



os usuários a ponto de eles, mesmo do alto de Petrópolis, perderem o interesse de olhar o mar, encantados que estavam com o aspecto do bonde novo, que corria sobre os trilhos sem o auxílio dos animais, movidos por uma força invisível, a eletricidade.

A introdução do bonde elétrico na cidade foi fundamental para encurtar as distâncias e estreitar a ligação entre diferentes partes da cidade, desempenhando papel decisivo na orientação da direção da ocupação da capital (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 108; COSTA, 1998). O bonde beneficiou a praia de Areia Preta, facilitando sua frequência. Os trilhos dos bondes elétricos chegaram até o balneário de Areia Preta em 1912, passando a incorporar essa praia no percurso, nos dias de domingo e feriado (MARINHO, 2011, p. 60), e logo eram invocados em anúncios do Hotel Tyrol, visando a despertar o interesse dos clientes: “O Hotel tem á porta bondes eléctricos de 20 em 20 minutos. [...] Todo o Hotel Tyrol é iluminado á electricidade [...]. Um hotel assim honra uma cidade”<sup>17</sup>.

Além disso, a energia elétrica disseminou uma série de novos objetos destinados a facilitar o trabalho doméstico e melhorar o conforto, como o ferro de passar, o fogão elétrico e o abajur (ANDRADE, 2009, p. 106). Os bondes também tiveram papel fundamental na difusão de novos espaços e novos hábitos, propiciando novas formas de vivenciar o tempo na cidade:

O bonde conduzia os habitantes para o teatro, para os centros comerciais da Ribeira, os cinemas e os clubes, a praia de Areia Preta [...]. Tornou-se um dos símbolos da modernização da cidade,

---

17 HOTEL Tyrol em Natal. **A Republica**, Natal, 26 jul. 1915. p. 2.

diminuiu as distâncias e proporcionou aos seus usuários a sensação de experienciar velocidades nunca antes vivenciadas (ANDRADE, 2009, p. 96).

## Lugares que não eram para todos: os clubes e cafés

No início do século XX Natal passou a dispor de diversos bares, cafés e clubes. À medida em que certos grupos sociais estabeleciam regras de comportamento e modos de os frequentadores se apresentarem nos cafés e bares, podemos afirmar que certos grupos se apropriavam de certos espaços da cidade. Ou seja, em algumas situações, eles criavam territórios nos quais dominavam os valores exibidos por esses grupos. Assim, moldavam na geografia da cidade os seus espaços exclusivos. No bairro da Ribeira estava localizado o maior número de bares, bilhares e cafés (MARINHO, 2011, p. 91). Inicialmente recebendo apenas os homens, a partir da década de 1920, com a expansão desses espaços de sociabilização na direção das avenidas de Cidade Nova, as mulheres passaram a frequentar clubes e cafés, mesmo sem a presença de seus irmãos, pais ou maridos.

Dentre os cafés e clubes que apareceram em Natal nas primeiras décadas do século XX, estavam o Potyguarânia (1894), o Club Carlos Gomes (1898), o Bilhar Recreativo (1901), o Bilhar Cyclista (1901), o Cassino Potyguar (1902), o Café Socialista (1903), o Natal Club (1906), o Café Natalense (1906), o Café Chile (1916), o American Bar (1916), o Café Avenida (1918), o Café Petrópolis (1914), o Café Tyrol (1924), o Aero Club (1928), entre outros (MARINHO, 2011, p. 98-99). Vamos nos deter em dois deles, o Café Petrópolis e o Aero Club.

Figura 3 – Nota publicitária do Café Petrópolis.

---

# Café Petropolis

Neste conhecido restaurant, situado num dos pontos mais pittorescos e saudáveis desta capital, encontrará o respeitável publico comidas e bebidas de todas as qualidades, alem de finos licores e deliciosos sorvetes, etc.

O "Café Petropolis", que se acha a cargo de Platão M. Wanderley, está prompto para satisfazer ao mais exigente freguez com a maxima pontualidade. Preços modicos. Aceita-se pensionistas. Agrado e sinceridade.

Ao CAFE' !                      Ao CAFE' !

Monte Petropolis.

Natal, 11 de dezembro de 1914.

*Platão M. Wanderley.*

6-1

---

O anúncio destacado, publicado no jornal A Republica em 1914, traz várias informações sobre o Café Petrópolis. A leitura do anúncio nos permite saber que ele funcionava como café e também como restaurante, e que estava situado no Monte Petrópolis, região de Cidade Nova, num dos pontos considerados mais pitorescos e saudáveis da capital. De fato, conforme divulgado em outra nota publicitária publicada no A Republica, o Café Petrópolis foi o primeiro café de frente para o mar existente na cidade. Seu proprietário, Platão Wanderley, frequentemente divulgava as festividades que teriam lugar no café e ressaltava que se tratava de um dos pontos onde se recebia o “respeitável público”, servindo comida de todas as qualidades, além de finos licores e deliciosos sorvetes<sup>18</sup>.

O emprego dessa expressão, “respeitável público”, indica como os espaços de sociabilidade pretendiam ser restritos, uma vez que eles impunham certas exigências àqueles que desejavam ser admitidos neles, no que diz respeito, por exemplo, a condutas e vestimentas, exigências que as camadas baixas não podiam satisfazer.

O Café Petrópolis estava localizado perto do mar. Por isso ele se apresentava nos anúncios da imprensa como um local saudável e aprazível, que recebia os bons ventos do oceano<sup>19</sup>. Além disso, estava localizado nas proximidades da linha de bondes, o que facilitava o deslocamento dos clientes. Esse café era utilizado para a realização de comemorações particulares. Em 1919, por exemplo, o jornal

---

18 VARIAS. **A Republica**, Natal, 18 maio. 1914. p. 1; CAFÉ Petropolis. **A Republica**, Natal, 12 dez. 1914. p. 2.

19 A REPUBLICA, Natal, 08 abr. 1919. p.1.

A Republica divulgou a realização de um almoço comemorativo dos funcionários do Tesouro do estado<sup>20</sup>.

Todavia, o Café Petrópolis sofreu mudanças no decorrer dos anos. Prosseguiu como local para almoços e festividades de indivíduos influentes na política local<sup>21</sup>, mas as notícias publicadas no jornal A Republica durante a década de 1920 sugerem que o lugar foi se popularizando. Em janeiro de 1924, o café estava funcionando também como hospedaria<sup>22</sup>. Em fevereiro de 1924 uma notícia de jornal dava apoio ao ato do chefe de polícia de proibir a realização dos “bailes duvidosos do Café Petrópolis”, nos quais as pessoas se reuniam, e, segundo as palavras do jornal, “a titulo de se divertirem, praticavam actos de imoralidade, alarmavam o socego publico e desacatavam estabelecimentos [...]”. Naquele lugar, ainda de acordo com o jornal, “as vezes, o deboche, a imoralidade, o vicio imperam”, concluindo com uma reflexão filosófica que mostra a preocupação da época com o perigo da decadência: “porém é a dissolução dos costumes, a morte das civilizações. [...]”<sup>23</sup>.

O autor da matéria publicada em fevereiro de 1928 considerava os vícios e a imoralidade como a consequência negativa trazida pelo progresso. No Ocidente, essa foi uma das formas predominantes de se referir às cidades: como organização humana que levava

20 FESTA intima. **A Republica**, Natal, 26 mar. 1919. p.1.

21 Sobre o almoço realizado entre o então deputado Juvenal Lamartine e o engenheiro agrônomo e filho de Manoel Dantas, Cristóvão Bezerra Dantas, ver: A REPUBLICA, Natal, 25 set. 1923. Para mais informações sobre Cristóvão Dantas, ver: Cardoso (2000, p. 185).

22 CAFÉ Petropolis. **A Republica**, Natal, 18 jan. 1924. p. 3.

23 A REPUBLICA, Natal, 28 fev. 1924. p.1.

ao máximo a capacidade humana de edificar, de produzir riquezas e de libertar a capacidade criadora dos homens, mas, ao mesmo tempo, como o ambiente repugnante em que a pobreza e a exclusão social atingiam níveis alarmantes, associados às enfermidades, à prostituição, à criminalidade e à degradação ambiental. O historiador Carl Schorske identifica, nos séculos XIX e XX, “três avaliações amplas da cidade”, que seriam a cidade como virtude, a cidade como vício e a cidade para além do bem e do mal:

A industrialização do começo do século XIX trouxe à tona uma concepção oposta: a cidade como vício. Por fim, no contexto de uma nova cultura subjetivista nascida na metade do século XIX, surgiu uma atitude intelectual que colocava a cidade para além do bem e do mal. Nenhuma fase nova destruiu sua predecessora. Cada uma delas sobreviveu dentro das fases que a sucederam, mas com sua vitalidade enfraquecida, seu brilho empanado (SCHORSKE, 2000, p. 54).

A cidade, a grande cidade, sobretudo, tanto podia fornecer exemplos de progresso como de decadência. Aliás, no pensamento ocidental desde o século XIX, o progresso aparecia como uma ameaça constante, despertando o temor de que a corrupção dos costumes, a degeneração moral ou as influências das raças consideradas inferiores (aquelas que estavam situadas na escala mais baixa da evolução da humanidade, uma escala que apresentava o homem branco no seu grau mais elevado) freassem o progresso e projetassem os povos civilizados na direção do declínio. Assim,

a opinião do jornalista, ao aplaudir a proibição dos bailes “duvidosos” que aconteciam no Café Petrópolis, apoiava-se, no fundo, nessa ideia difusa do medo da decadência<sup>24</sup>.

## Um ambiente novo, para poucos

A fé no progresso parece ter orientado o curto governo de Juvenal Lamartine no Rio Grande do Norte. Lamartine apareceu aos contemporâneos como o artífice da modernidade no estado e na capital, e isso se deveu acima de tudo às ações do governador, consideradas avançadas no tempo, como o apoio ao voto feminino e o apoio entusiástico que deu à aviação no estado. De fato, as imagens de Lamartine divulgadas na época, largamente difundidas na imprensa local, associam-no permanentemente a esses dois fatos modernos, à emancipação da mulher e ao avião.

O governo de Lamartine corresponde, no plano municipal, à gestão do prefeito Omar O’Grady (1924-1930), em cuja administração foi elaborado um plano de sistematização para a capital, um “plano global, que antecipava aqui elementos do urbanismo modernista” e a “preocupação com o embelezamento da cidade, com suas condições de lazer, sanitárias, ambientais e paisagísticas” (LIMA, 2001, p. 60). Juvenal Lamartine, durante sua gestão, empenhou-se em inserir Natal na rota da aviação postal, visando atrair para a cidade principalmente as companhias de aviação

---

24 Herman (1999), especialmente a primeira parte, “As linguagens da decadência”.

francesas, alemães e norte-americanas. Esse período correspondeu à atuação da companhia francesa Aéropostale, que construiu inúmeros campos de pouso ao longo da América do Sul, incluindo um em Parnamirim. Na segunda metade dos anos 1920, Natal passa a ser mencionada nos jornais da época como um local estratégico que se integrava à aviação sul-americana e transoceânica, sendo chamada de “cais da Europa”, em alusão à sua posição em relação à Europa na rota dos aviões<sup>25</sup>.

Em grande medida, a criação do último espaço de sociabilidade que examinaremos aqui é o resultado dessa onda aviatória. De fato, em 1928 foi criado o Aero Club do Rio Grande do Norte, com sede na Avenida Hermes da Fonseca, Cidade Nova, precisamente na área que seria conhecida como Tirol. O governador fez concessão financeira para a fundação do clube e cedeu o terreno para a abertura de um campo de pouso, bem como de sua sede social. Ali iria funcionar também uma escola de pilotagem. A sessão inaugural do clube ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1928, no Teatro Carlos Gomes, contando com a presença de importantes nomes da sociedade natalense, os sócios fundadores do novo clube, com a sessão presidida pelo governador Juvenal Lamartine (COSTA, 2011, p. 2).

A sede e a pista foram inauguradas em 29 de dezembro de 1928, em meio a várias festividades. Contudo, a cerimônia de inauguração não era destinada a toda a população, mas à “Directoria do Aero Club todas as autoridades federaes, estaduais e eclesiásticas, representantes do comercio, bem como os sócios da referida

---

25 Sobre a importância da aviação na década de 1920, considerada pelos grupos locais como mais um elemento fundamental para o desenvolvimento da capital, ver: Arrais (2013).



instituição [...]”, complementando: “As 21 horas, realizar-se-á o baile que o Aero Club oferece aos seus associados. O traje será de rigor: casaca, smocking, ou branco a rigor [...]”<sup>26</sup>.

Após a chegada dos convidados, o governador pronunciará seu discurso e, em seguida, partirá do campo de pouso de Parnamirim o aparelho Blue Bird, de propriedade do clube, que seria pilotado por Djalma Petit, diretor técnico e comandante, e escoltado por aviões da Companhia Générale Aéropostale. A partir das 21 horas seria organizado um baile na sede social do Aero Club, oferecido a todos os seus associados, recomendando-se que eles respeitassem o traje de rigor<sup>27</sup>.

Esperava-se que o baile fosse um acontecimento, como dizia A Republica,

de grande relevo no seio da sociedade natalense que, desta forma, emprestará o seu apoio e a sua solidariedade a uma das iniciativas mais uteis e significativas para a vida do nosso Estado e do próprio paiz<sup>28</sup>.

A revista Cigarra trouxe inúmeras imagens das solenidades de abertura desse acontecimento, em dezembro de 1928:

26 A INAUGURAÇÃO do Aero-Club do Rio Grande do Norte. **A Republica**, Natal, 29 dez. 1928, p.1.

27 Idem.

28 Idem.

## A INAUGURAÇÃO DO AERO CLUB



Figura 4 – Fotografias feitas durante a inauguração do Aero Club de Natal.  
Fonte: CIGARRA, Natal, ano II, n.3, 1929, p.25.

Como é possível observar na fotografia destacada e nas notas publicadas n'A Republica que comentaram as festividades de inauguração, o Aero Club instalado na capital atendia à “sociedade de alta distinção e elegância”<sup>29</sup>. Em fevereiro de 1929, o clube organizou quatro bailes festivos<sup>30</sup>; em março do mesmo ano ofereceu chá dançante aos sócios<sup>31</sup> e em maio foi organizada ali uma festa em homenagem a Palmyra Wanderley<sup>32</sup>, que divulgava a publicação de seu livro de versos Roseira Brava.

---

29 A REPUBLICA. Natal, 22 dez. 1929. p.1.

30 NO Aero-Club. **A Republica**, Natal, 05 fev. 1929.p.1.

31 O CHÁ dansante de hoje. **A Republica**, Natal, 10 mar. 1929. p.2.

32 UMA homenagem à poetisa Palmyra Wanderley. **A Republica**, Natal, 28 maio 1929.p.2; A FESTA de hoje em homenagem á poetisa Palmyra Wanderley. **A Republica**, Natal, 01 jun. 1929. p.1.



Figura 5 – Fotografia do Aero Clube do Rio Grande do Norte feita por João Galvão  
Fonte: Foto de João Galvão. MEDEIROS, Rostand. 401 fotos antigas de Natal. Disponível em: <<http://tokdehistoria.wordpress.com/2013/10/03/401-fotos-antigas-de-natal/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

Em maio de 1929, a sede social do clube passou por uma reforma. A grande área interna foi transformada em um terraço, visando melhor acomodar o grande número de frequentadores dos bailes promovidos pela instituição<sup>33</sup>. Em outubro do mesmo ano foi realizada uma assembleia geral destinada à criação de uma escola de aviação. A escola seria destinada aos sócios, filhos de sócios e outros indivíduos não ligados à instituição, mas que desejassem aprender a pilotar (LAMARTINE, 2013, p. 6).

Além de ser um ambiente que oferecia bailes e a escola de aviação, uma nova prática esportiva começou a ser desenvolvida no clube e na

33 O CHÁ dançante de amanhã no Aero Club. **A Republica**, Natal, 25 maio 1929, p. 1.

capital: o tênis. O esporte de origem francesa passou a ser um dos mais apreciados pela elite potiguar frequentadora do clube. A estrutura desse novo espaço de sociabilidade incluía uma piscina, instituindo novas práticas esportivas e de lazer (LAMARTINE, 2013, p. 109). Os estatutos dessa instituição, que foram publicados no jornal A Republica entre os meses de novembro e dezembro de 1928, destacaram o que era necessário para se associar ao clube:

[...] Art. VIII – O sócio effectivo pagará a joia de cem mil réis no acto de sua admissão e a mensalidade de dez mil réis.

[...] Art. 13- Desde a data da sua admissão assiste ao sócio quite o direito de:

a) frequentar o Club, usar seu distinctivo e participar de todas as vantagens que lhes são conferidas pelos estatutos:

b) tomar parte em todas as solemnidades e diversões promovidas pela directoria.

[...] Art. 15- Para admissão de um novo sócio será feito uma proposta firmada por qualquer sócio quites.

Paragrapho 1- A proposta será julgada pela directoria e só se tornará effectiva a admissão em caso de aprovação por dois terços dos seus membros presentes [...] <sup>34</sup>.

O estatuto do clube é o documento que rege a vida da associação. Os artigos do estatuto do Aero Club que transcrevemos fazem referência a determinadas regras que deveriam ser observadas no

---

34 A REPUBLICA. Natal, 27-28 nov. 1928.

recrutamento dos sócios pela instituição. Para que um novo sócio ingressasse no clube, ele precisava ser indicado por um membro já efetivo do Aero Club e somente se dois terços dos membros da diretoria aprovassem, o pretendente seria admitido. O estatuto e o regimento interno indicam, portanto, que além de possuir estabilidade financeira, para integrar como sócio essa instituição era preciso ter influência, usufruir de boas relações na sociedade.

O Aero Club era descrito no A Republica como uma das obras mais importantes realizadas durante o governo de Juvenal Lamartine, que, além de contribuir com o desenvolvimento da aviação no estado, também funcionava como um ambiente de socialização e diversão bastante frequentado pela parcela da sociedade que dispunha de recursos para tanto. Ali se inauguram, na década de 1920, novas formas de experimentar a velocidade, o tempo e o lazer. Ele representa o ponto máximo das sociabilidades exclusivas na sociedade natalense, e também a sua expressão mais refinada. Contudo, a alegria não durou muito tempo. Em outubro de 1930, com menos de três anos de governo, Lamartine caiu em decorrência do movimento nacional encabeçado por Getúlio Vargas e o Aero Club começou uma trajetória de declínio.

Para finalizar, devemos enfatizar que na cidade as formas de sociabilidade estão em toda parte, independentemente da condição social dos indivíduos ou das faixas etárias. Especialmente numa sociedade de cidadania restrita durante a maior parte de sua história, como a brasileira, reveste-se de grande importância dar destaque às sociabilidades que não puderam ser estudadas aqui: as sociabilidades dos pobres, dos excluídos sociais, mas também, para que não corramos o perigo de imaginar a sociedade brasileira

segmentada em níveis sociais incommunicáveis entre si, devemos estudar as situações e os lugares em que, mesmo que por um breve instante, ocorrem momentos de interação entre indivíduos de condições sociais diferentes.

## Referências

ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. **A eletricidade chega à cidade: inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911-1940)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARRAIS, Raimundo. **Pequena história dos prazeres na cidade de Natal**. In: MARINHO, Márcia. Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense. Natal: Editora da UFRN, 2011.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930**. Natal: Editora da UFRN, 2008.

ARRAIS, Raimundo; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo; VIANA, Hélder do Nascimento (Org.). **A Intendência e a cidade: fontes para o estudo da gestão da cidade do Natal (1892-1919)**. Natal: Editora da UFRN, 2012.

ARRAIS, Raimundo. **Traversées et permanences françaises: les pilotes et les avions de la Compagnie Générale Aéropostale**



dans la ville de Natal (Brésil) avant la Seconde Guerre mondiale. In: MATINIÈRE, Guy; MONTEIRO, Eric (orgs.). **Les Échanges culturels internationaux**. France, Brésil, Canada-Québec (XIX-XX siècles). Paris: Rivages de Xantons, 2013.

BENCHIMOL, Jaime. **Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano I-O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Rejane (Coord.). **400 nomes de Natal**. Natal: Prefeitura de Natal, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. **XXX- Transportes urbanos**. In: \_\_\_\_\_. História da cidade do Natal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Schwarcz, 1989.

COSTA, Fernando Hippólito da. **História do Aeroclube do Rio Grande do Norte**. 2011. Disponível em: <<http://www.aeroclubern.com.br/files/historia-acrn.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

COSTA, Madislaine. **Quando a modernidade vinha de bonde**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

FERNANDES, Jorge. **Livro de poemas**. Natal: Fundação José Augusto, 1970.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HERMAN, Arthur. **A ideia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LAMARTINE, Pery. **Aeroclube do Rio Grande do Norte, pioneiro da aviação no Brasil**. 2013.  
Disponível em: <<http://www.aeroclubern.com.br/interatividade/noticia/39/aeroclube-do-rio-grande-do-norte-pioneiro-da-aviacao-no-brasil---palestra-de-pery-lamartine>>.  
Acesso em: 15 nov. 2013.

LIMA, Pedro de. **Natal, século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.

MARINHO, Márcia. **Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense**. Natal: Editora da UFRN, 2011.

MARTINS, José de Souza. **As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil**. In: \_\_\_\_\_. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e História na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MIRANDA, João Mauricio Fernandes de. **380 anos de história foto-gráfica da cidade de Natal 1599-1979**. Natal: Editora da UFRN, 1981.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Milton. **O Espaço: Mero reflexo da sociedade ou fato social?** In: \_\_\_\_\_. Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004a.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004b.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Natal, outra cidade!:** o papel da Intendência municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SCHORSKE, Carl. E. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMMEL, G. **Sociologie et Epistémologie**. Trad. L Gasparini. Paris: Presse Universitaire de France, 1981.

\_\_\_\_\_. **Sociologie**: études sur les formes de la socialisation. Trad. Lilyane Deroche-Gurcel et Sibylle Muller. Paris: PUF, 2010.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. **Por uma “Cidade Nova”**: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

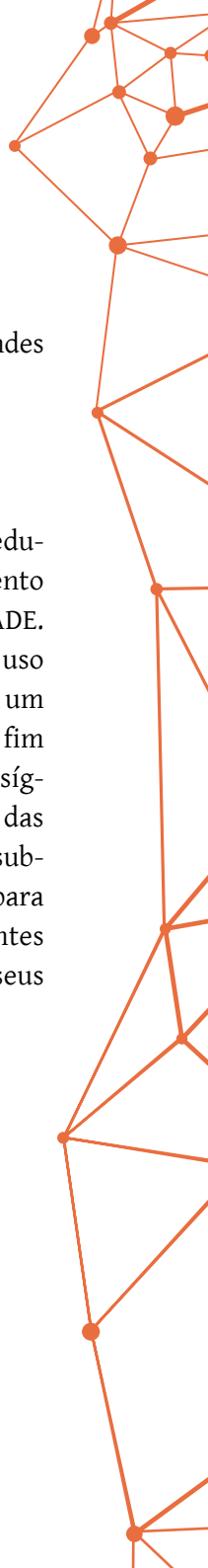
SOUZA, Itamar de. **Nova História de Natal**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

# PRODUÇÃO E USO DO MATERIAL DIDÁTICO

Antonia Terra de Calazans Fernandes

## História da cidade

Este texto inicialmente foi dirigido aos professores da educação básica, com a proposta de auxiliar no desenvolvimento de situações didáticas com o tema DIVERSIDADES NA CIDADE. Ele está organizado de modo a apresentar possibilidades de uso de diferentes materiais didáticos, considerando-os a partir de um conceito amplo, que inclui tanto aqueles produzidos para esse fim quanto fontes e materiais diversos produzidos para outros desígnios, mas que se transformam em material de ensino através das finalidades dadas a eles pelo professor. A intenção do texto é subsidiar os docentes na organização de critérios e fundamentos para a identificação, coleta, seleção, organização e uso de diferentes materiais em sala de aula, no estudo da cidade onde moram seus alunos, tendo o cuidado de percebê-la em sua diversidade.



## O que são materiais didáticos?

Observe esta imagem.



Figura 1 – Rua do Comércio (hoje, Rua Chile).

Fonte: <<http://www.blogdobg.com.br/category/cultura/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

Essa é uma foto da antiga Rua do Comércio, hoje Rua Chile, na cidade de Natal/RN. É de um autor desconhecido e foi registrada, provavelmente, no início do século XX. A rua fica na antiga Cidade Baixa, no bairro da Ribeira, um dos mais antigos de Natal.

Será que essa foto pode ser utilizada numa situação de ensino? Se fosse o caso, como seria possível transformá-la em material

didático? Ela pode ilustrar um texto? Ela pode fazer parte de um exercício de análise de paisagem? Pode ser base para o estudo da história da cidade? Ou o estudo de seus fotografos? Para você, como mais ela pode ser utilizada em sala de aula?

Tradicionalmente, os materiais escolares escolhidos por professores têm sido os livros didáticos, organizados e publicados por editoras e seus autores, que se encarregam de pesquisar e selecionar temas e sugestões de atividades. Todavia, nem sempre os temas que o educador tem o intento de trabalhar, ou mesmo os recortes e abordagens que intenciona aprofundar, constam de materiais publicados. Nesse caso, cabe aos docentes criarem situações para identificação, seleção e organização de materiais que possam ser auxiliares no processo de ensino e aprendizagem.

De uma perspectiva ampla, todo material (textos, imagens, objetos, mapas, músicas, filmes etc.) utilizado em sala de aula, para mediar a relação do aluno com o conhecimento, pode ser considerado material didático e intermediário no processo de descoberta do mundo por estudantes de diferentes idades. Variados materiais podem ser também “facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de linguagens específicas”. E, a escolha desses materiais para uso didático em sala de aula depende de “concepções sobre o conhecimento, de como o aluno vai aprendê-lo e do tipo de formação” que lhe oferecemos (BITTENCOURT, 2008, p. 296-297).

No caso da foto da Rua do Comércio, mesmo tendo sido ela produzida com outra intenção, há muito tempo, ao ser utilizada em uma aula para debater, por exemplo, as mudanças na história da cidade, ela passa a ser um material pedagógico. A foto sofre, então,

uma transformação de uso e função, de modo semelhante ao do jornal que circula de mão em mão ao longo de um dia, como o escritor Júlio Cortázar o descreve em “O Jornal e suas Metamorfoses”:

Um senhor pega um bonde depois de comprar o jornal e põe-no debaixo do braço. Meia hora depois, desce com o mesmo jornal debaixo do mesmo braço.

Mas já não é o mesmo jornal, agora é um monte de folhas impressas que o senhor abandona num banco da praça.

Mal fica sozinho na praça, o monte de folhas impressas se transforma outra vez em jornal, até que uma velha o encontra, o lê e o deixa transformado num monte de folhas impressas. Depois, leva-o para casa e no caminho aproveita-o para embrulhar um molho de celga, que é para o que servem os jornais depois dessas excitantes metamorfoses (CORTÁZAR, 2000, p. 36).

Como material pedagógico, textos, fotos, mapas ou objetos passam a ter funções diferentes da sua finalidade original, mas é importante que suas metamorfoses sejam conhecidas e trabalhadas nas situações de ensino, para que não fiquem esvaziados de seus percursos e significados sociais. Aliás, como obras sociais e culturais, esses materiais possuem grandes potencialidades educativas porque, por meio deles, é possível: cultivar procedimentos de pesquisa; explorar métodos de coleta de dados; desenvolver atitudes questionadoras para aprender a interrogar obras, seus usos e suas mensagens; indagar suas relações com indivíduos, grupos, locais e sociedades; interpretar discursos; analisar representações; entre outras possibilidades.



Por exemplo, a antiga foto da Rua do Comércio pode ser utilizada no desenvolvimento de muitos temas escolares: a foto como objeto em si, ou seja, registro de uma imagem por meio de processos químicos no papel, e sua transformação em imagem digital, disponibilizada em site da internet; como um suporte de memória de costumes, equipamentos urbanos e paisagens de um local da cidade, em outro tempo; como memórias de vivências de um local da cidade e sua história; como imagem para ser comparada com a cidade atual ou com outras cidades, possibilitando estudos de suas transformações, mudanças ou permanências na paisagem, no uso etc. De maneira geral, é possível considerar que as fotografias

exercem função importantíssima na transmissão para as gerações mais jovens de informações sobre o passado [...]. Através das imagens que nos restam e das estórias que nos chegam [...], construímos uma interpretação da figura e da atuação de nossos antepassados no tecido social e a transmitimos para as novas gerações (SIMSON, 1998, p. 22).

A escolha e o tratamento dados ao material podem estar, principalmente, relacionados à exploração de suas particularidades, com o cuidado de considerar suas características e linguagem. Uma foto, por exemplo, registra um instante, recorta uma paisagem, constrói um olhar para o mundo. Quando a produziu, o autor teve uma intenção, mas quem a observa sobre o papel ou na tela de um computador pode ir além das expectativas projetadas para ela inicialmente. O novo observador pode captar ou sobrepor, ao registro fotográfico, outros sentimentos e interpretações.

[...] as fotografias serão vistas de maneira diferente, dependendo de quem olha. Como, ao olhar retratos, a pessoa que olha está sempre à procura de sua relação entre ela e a imagem, cada uma verá parcelas e níveis diferentes da fotografia. A câmera funciona como uma extensão do olhar. Mas, o olhar, que também é seletivo, funciona ao mesmo tempo que os outros sentidos e dentro de um contexto espacial e temporal que enriquece as impressões da imagem mental, com inúmeros outros aspectos. A câmera produzirá a imagem, talvez mais precisa e mais ampla que o olhar, mas despida de outros aspectos e características, o que, em alguns casos, pode limitar o seu valor documental. O que ficou registrado pode não ser o que se quer reproduzir (LEITE, 1998, p. 36).

O que vemos na foto da Rua do Comércio? Um outro tempo, com paisagem do passado. Homens de chapéu, com roupas claras, andando em calçadas bem feitas e retas. No centro da rua, chão de terra e pedra, e dois homens carregando grandes objetos. É possível notar um poste sem fiação à direita, e casas térreas ao longo do traçado, com mais portas do que janelas, indicando talvez se tratar de armazéns. São construções bem pintadas e decoradas, que parecem novas, mas de outra época. Algumas delas são sobrados de dois andares. Um deles traz um letreiro indicando que nesta rua ficava a Livraria Cosmopolita.

A observação direta da foto tem, porém, seus limites. Como, então, podemos saber mais a respeito da rua, seus usos, os frequentadores de diferentes épocas, e sua história na relação com a cidade de Natal?

O foto da Rua do Comércio está disponível em alguns sites da internet (de onde foi capturada) relacionados à memória da cidade e, então, cabe questionar por que ela tem sido escolhida, entre outras, para representar essa memória. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, a partir de suas pesquisas com comunidades, explica que

as imagens fotográficas têm exercido papel significativo nesse processo de seleção e registro do que deve ser armazenado e se constituem num útil sistema de transmissão da memória para alguns grupos sociais. Elas indicam também que o registro imagético vem permeando cada vez mais a nossa cultura ocidental contemporânea e se transformando talvez no principal 'texto' orientador da construção das memórias individuais e da memória coletiva dos grupos sociais (SIMSON, 1998, p. 33).

Uma obra pode, assim, ganhar profundidades e significados diferentes quando conjugada a outras obras. Leia, por exemplo, os textos a seguir, encontrados em sites relacionados às antigas ruas de Natal. Eles sinalizam os contextos e mensagens aos quais algumas fotos da cidade têm sido associadas. Os textos fornecem também informações não possíveis de serem coletadas pela observação direta do material fotográfico.

Durante cinquenta anos, Natal progrediu tão pouco que melhor seria dizer que não progrediu. De 1810 a 1860, raros melhoramentos. Em 1810, Koster descreve-a com 700 habitantes; a rua Grande, larga praça vestida de camapu e mata-pasto, com orgulho administrativo da Câmara e cadeia acaçapada, o palácio rococó dos capitães-mores e as três igrejas: Matriz, Santo Antônio e Rosário.

Quatro ruas de poucas casas desembocavam na rua Grande. Anos depois é que se fechou o lado leste e a rua da Conceição abrigou o Governo e outros centros de poderio e papelório. Da Rosário, ao que depois de 1850 começou a ser rua do Comércio, se estendia o denso dos oitizeiros, sapotis e pitombas, o verde-claro imóvel das carrapateiras ramalhudas e das mangiribas franzinas. [...]

[...] Em 1859, o presidente João José de Oliveira Junqueira inaugura a iluminação a querosene, alguns lampiões, sugeridos, nove anos antes, por João Carlos Wanderley. Luz a gás tivemos com o presidente Antônio dos Passos Miranda, em 1870. Pouco tempo antes, 1870, Natal possuía ruas calçadas, alguns chafarizes e o velho desejo – o piso de pedras na ladeira. A Ribeira estava sendo o bairro comercial, dinheiroso, materializado. A rua do Comércio já estadeava prédios e armazéns repletos de açúcar, algodão, sal, peles, embarcados pelas sumacas e barcaças bojudas para Pernambuco, o grande comprador. (CASCUDO, 1981).<sup>1</sup>

---

1 Documento *on-line* não paginado.

Nos ladrilhos gastos da Rua Chile ainda serpenteiam os trilhos do trem, símbolo renitente dos tempos áureos da Ribeira. Foi exatamente para a estrada de ferro, importada da Inglaterra pós-Revolução Industrial, que a cidade inteira se voltou. Como não poderia deixar de ser, os mesmos ladrilhos guardam inúmeras histórias que se espreitam entre os casarões imponentes e seculares.

Foi lá que o Rio Grande do Norte soube da proclamação da República, em 1889. Na Rua do Comércio (atual Rua Chile) também foi exibida a primeira projeção cinematográfica em solo potiguar. O desenrolar da película se deu em um modesto depósito de açúcar, numa noite de sábado de 1898.

A rua também serviu de morada a Câmara Cascudo. De 1905 a 1910, este foi seu endereço – um sobrado com sótão, nº 44. “Ali passava as horas olhando o rio com as pernas agarradas pela ama”, escreveu o folclorista, provinciano incurável que era, em suas Reminiscências (de Histórias que o Tempo Leva) (FRANÇA, 2010).<sup>2</sup>

Por meio dos textos, ficamos sabendo que a antiga Rua do Comércio se estendeu da antiga Rua do Rosário, a qual ficava na cidade baixa, e que já foi repleta de árvores como pés de oiticicas, sapotis e pitangas. Na foto do início do século XX, essas árvores não estavam mais lá. A rua foi transformada e passou a ter prédios e armazéns repletos de açúcar, algodão, sal, peles, que eram vendidos para Pernambuco no final do século XIX. Era uma rua que recebeu trilhos

---

2 Documento *on-line* não paginado.

de trem; nela aconteceu a primeira projeção de cinema da cidade e, por certo período, foi onde morou o historiador Câmara Cascudo.

Se outros moradores de Natal fossem questionados a respeito de suas lembranças do bairro da Ribeira e da Rua Chile, outros aspectos poderiam ser incorporados a essa lista de histórias. Você tem alguma história a acrescentar? Conhece quem tenha? O que você sabe a respeito dessa rua, desse bairro, dessa cidade?

Observe na página seguinte a ficha com foto da atual Rua Chile, apresentada no catálogo Circuito Histórico, Turístico e Cultural de Natal em Coordenadas, produzido pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, da Prefeitura Municipal de Natal.

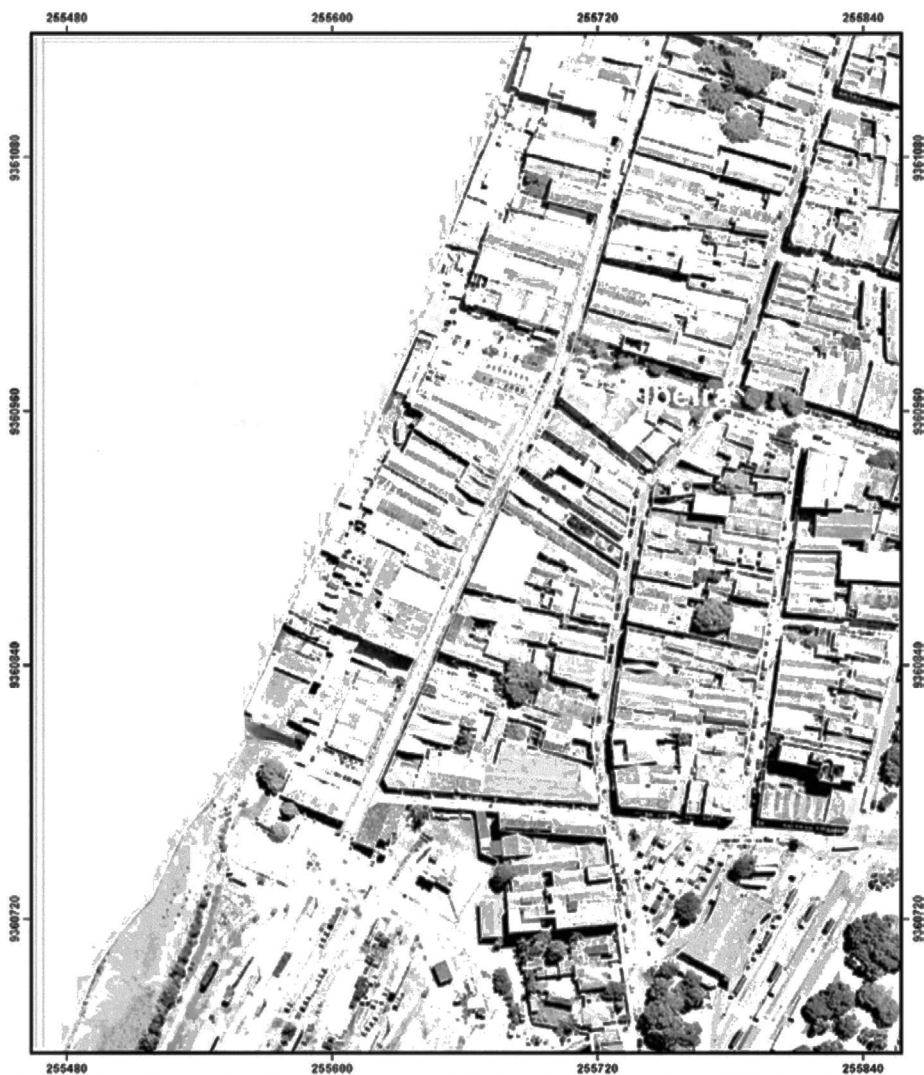


Figura 2 – Bairro da Ribeira.

Fonte: Circuito histórico, turístico e cultural de Natal em coordenadas. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2008. p. 108. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

Observe, nessa foto aérea, onde fica a atual Rua Chile (antiga Rua do Comércio). Repare que fica bem próxima ao Rio Potengi. Nela, você reconhece outros pontos de referência da cidade?

Essa foto, os textos e a antiga foto da Rua do Comércio se complementam na identificação das memórias e da geografia de Natal. A associação desses materiais, e de muitos outros possíveis, pode ampliar progressivamente o conhecimento a respeito da cidade, suas paisagens e histórias, com uma maior compreensão de sua espacialidade e temporalidade. Por exemplo, mais pesquisas indicam que a mesma rua já recebeu também o nome de Rua da Alfândega. Entre os anos de 1869 e 1902, um de seus prédios, hoje tombado pelo patrimônio histórico, serviu de sede do Poder Executivo do Rio Grande do Norte e, hoje, ele abriga o Museu de Arte Popular da Fundação José Augusto. Na década de 1930, a Livraria Cosmopolita era ponto de encontro de políticos e intelectuais; e há algumas décadas, a rua tem sido local de convivência de boêmios da cidade. O bairro da Ribeira, que abriga agora a famosa e antiga Rua do Comércio, fica nas margens do Rio Potengi, e era o caminho que ligava a Cidade Alta (o primeiro núcleo de povoamento da cidade de Natal) à Fortaleza dos Reis Magos, cuja construção iniciou em 1598.

E o que mais? Em cada nova pesquisa é possível aprofundar os conhecimentos sobre a rua e seus vínculos com a cidade.

Vamos agora recuperar nosso argumento inicial. A partir da leitura de uma foto foi possível empreender uma pesquisa para encontrar outros materiais, e a partir deles procurar melhor contar a história de uma localidade. Esse tipo de exercício pode representar situações didáticas significativas para iniciar o estudo das cidades com os estudantes das escolas de Ensino Fundamental e Médio.



## **Avaliando estudos escolares de cidades**

Como estudar com os alunos a cidade onde eles moram? O que se tem como experiência em relação aos estudos escolares das cidades? Como é possível fazer escolhas de procedimentos e de recortes temáticos para que efetivamente os trabalhos possam contribuir para a formação deles e ampliação de seus conhecimentos e identidades em relação à cidade onde vivem? Como é possível aprofundar esse estudo em diferentes aspectos e enfrentar um entendimento mais questionador da realidade local?

Antes de apresentar algumas proposições, vamos avaliar determinadas tendências de abordagem nos estudos existentes, encontradas frequentemente no trabalho escolar.

Quanto aos estudos das cidades, constata-se que, em diferentes materiais didáticos, as questões pertinentes a elas têm sido apresentadas como reflexos de temas nacionais e não propriamente locais. Ou seja, no esforço de encontrar uma importância mais nobre para as vivências, atividades e produções locais, muitas vezes entendidas como empobrecidas por estarem embrenhadas de cotidianos sem grandes feitos ou histórias, muitos autores escolhem valorizar a cidade a partir de aspectos de grandeza nacional. Por exemplo, em seus textos procuram revelar gradualmente a inserção histórica e geográfica do seu objeto de estudo, apresentando-o em relação à História e Geografia do Brasil. Assim, os textos apresentam geralmente primeiro o Brasil, depois o estado, depois a região e, finalmente, a cidade. Procuram, então, explicá-la na perspectiva nacional mais ampla, narrando, por exemplo, a chegada dos portugueses ao Brasil, a fundação das primeiras povoações e as façanhas dos primeiros heróis nacionais que estabeleceram, de

algum modo, relações com a história da cidade propriamente estudada. Outros temas de relevância nacional são escolhidos na sequência para dar continuidade aos estudos que, parcialmente, estabelecem suas relações com os aspectos especificamente locais.

Há muitas críticas a esse modo de tratar os estudos das cidades. A esse respeito, fazendo análise dessa tendência, o sociólogo José de Souza Martins (1992, p. 12) explica:

A história local não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história local não é nem pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos.

Outra recorrência encontrada nos estudos das cidades é a valorização de textos que focam versões oficiais, institucionais, com recortes em temas políticos e em personagens que assumiram cargos do poder local. Nessa linha, há o destaque para os personagens fundadores, as sagas das famílias pioneiras e façanhas de administradores políticos: “A História aí aparece deformadamente como a história dos primeiros: o primeiro nascimento, o primeiro enterro, o fundador, o primeiro alfaiate, a primeira parteira [...]” (MARTINS, 1992, p. 14).

Uma opção, assim, é evitar alguns modelos de escrita das questões locais que reduzem os estudos da cidade apenas a certos acontecimentos pioneiros (primeira casa, primeiro hospital etc.) ou aos feitos da

história regional ou nacional. E ainda evitar um apego a temas já consagrados e conhecidos, reforçando valores consolidados pela memória, sem qualquer discernimento crítico. Geralmente, o local, a cidade, a vila, a indústria são projetados por sua riqueza, ou seu progresso, ou seu desenvolvimento, ou sua beleza, sem que se questionem, mais reflexivamente, os valores que estão sendo disseminados.

Empreender com os estudantes trabalhos envolvendo o estudo das cidades, com o intento de escapar dessas armadilhas, envolve uma clareza conceitual de que as cidades podem ser problematizadas e estudadas a partir de questões que lhes são próprias. Assim, é necessário ter a lucidez de que as questões locais, quando entendidas em profundidade, também contemplam realidades mais amplas, envolvendo dimensões regionais, nacionais e mundiais. Isso não significa, porém, anular ou fazer desaparecer o que é específico e enriquecedor no estudo de realidades locais, que expressam a diversidade, a variação e as contradições de modos de vida mais globais.

As realidades locais condensam modos de vida, costumes, histórias, modos de produção e de trabalho, relações com a natureza, que perpassam diferentes realidades de uma sociedade mais ampla. Assim, dimensões amplas podem ser encontradas também nos menores recortes de realidade.

Os processos nada mais são do que uma expressão da totalidade, do que uma manifestação de sua energia na forma de movimento; eles são instrumentos e o veículo da metamorfose de universalidade em singularidade por que passa a totalidade. O conceito de totalidade constitui a base para a interpretação de todos os objetos e forças (SANTOS, 1977, p. 40 apud SILVEIRA, 1990, p. 31).

Se a percepção da totalidade é necessária no estudo das cidades, também é importante que essa relação local e nacional (e/ou mundial) possa ser percebida nos seus entrelaçamentos mais cotidianos da vida urbana, principalmente, considerando que os estudantes ainda dependem de informações e vivências materiais para lançarem suas indagações aos planos mais conceituais de compreensão, que estruturaram as perspectivas de análises mais gerais das sociedades.

Por exemplo, observe esse desenho.

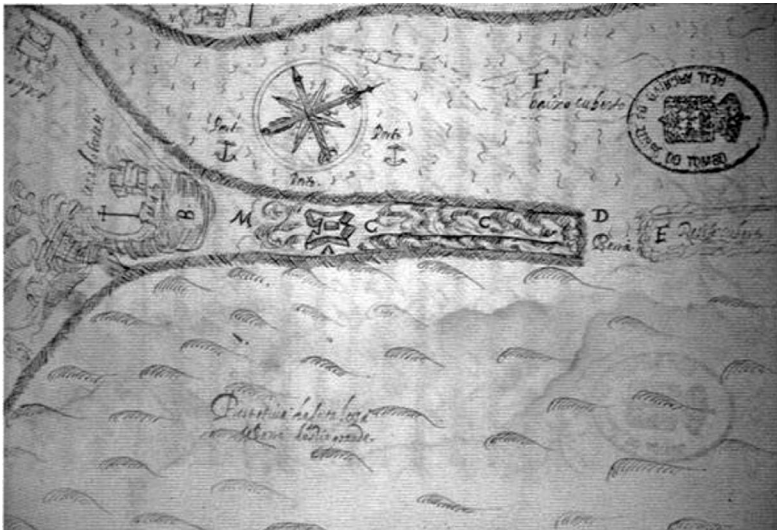


Figura 3 – Representação do Forte dos Reis Magos em desenho de 1609 – “Perspectiva da Fortaleza da Barra do Rio Grande”.

Fonte: Reis (2001, p. 124).

Ele representa o Forte dos Reis Magos em desenho de 1609 – “Perspectiva da Fortaleza da Barra do Rio Grande” –, o qual ilustra o códice “Relação das Praças Fortes do Brasil”, de Diogo de Campos Moreno, que pertence ao acervo do Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa. Inicialmente, esse desenho pode ser estudado com alunos como um documento através do qual é possível debater sua temporalidade e as escolhas geográficas da instalação dessa fortificação. Há quanto tempo existe? Por que a escolha desse local? Como era usado?

No estudo da cidade de Natal, quem não conhece o Forte dos Reis Magos? Ele está presente há cerca de quatrocentos anos na paisagem da cidade e conhecer sua história possibilita entender melhor sua presença, seus usos, suas funções e transformações. Para a cidade contemporânea, qual seu papel? Centro de cultura? Espaço de memória? E desempenhou que outros papéis na cidade em outras épocas?

A existência do Forte na cidade de Natal pode instigar questionamentos a respeito de outros Fortes em cidades brasileiras. Será que existem em outras cidades? Foram construídos na mesma época? Quem os construiu e com qual finalidade?

Responder essas perguntas significa partir de um elemento específico da localidade e procurar relações que conduzem a uma compreensão mais ampla de seus significados históricos, estabelecendo relações entre a cidade em que se vive e outras construções semelhantes, localizadas em outros lugares. Nesse processo de questionamento, descobre-se que os portugueses construíram, por exemplo, no século XVII, também a Fortaleza Nossa Senhora da Assunção, na atual cidade de Fortaleza, no Ceará, e o Forte do

Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém, na foz do rio Guamá, na atual cidade de Belém, capital do Pará.

Vale perguntar, então: quais as semelhanças e as diferenças entre esses eles e o Forte de Natal?

Partindo das histórias dessas construções, descobre-se que foram os portugueses que edificaram tais fortificações e que, por suas características, elas tinham a função de defesa do território conquistado. Assim, esbarramos na História de Portugal, na expansão marítima a partir do século XV, na ocupação do território brasileiro por europeus etc. Do estudo local, avançamos em questões históricas nacionais e mundiais. Essa é uma escolha pedagógica no estudo das cidades: partir de elementos que permanecem na paisagem contemporânea e, daí, aprofundar estudos que favoreçam o domínio de informações específicas de sua localidade pelos estudantes, além do questionamento de suas relações com outras vivências e materialidades de outras regiões e épocas.

Na comparação dos primeiros núcleos de povoamento das cidades brasileiras descobrimos, também, por exemplo, que outra estratégia comum aos portugueses era a escolha por terrenos elevados para instalar povoações que ficavam protegidas de ataques, possibilitavam visões amplas do território, estavam perto de fontes de água doce e, ao mesmo tempo, longe de ameaças de alagamentos. Antigas cidades brasileiras implantadas por portugueses, como Natal, Salvador e Olinda foram alojadas em locais que obedeciam a esses preceitos, possuindo até hoje as chamadas cidades altas e cidades baixas.

A preocupação da defesa, e da defesa pela altura, dominava: uma cidade elevada acima

do mar, circundada de muralhas – ainda que muralhas com baluartes [...]. Quando a cidade extravasando as muralhas escorregou para a beira-mar, ficou dividida, como ainda hoje, em cidade alta e cidade baixa, como no Porto [cidade de Portugal], ao mesmo tempo que tendia para a traça regular [...].

A cidade do Rio de Janeiro, quando mudou de lugar – do morro Cara de Cão para o de São Januário – foi também fundada no alto, à moda medieval, com o seu castelo, como Lisboa. Mas quando extravasou para a várzea, em princípios do século XVII, era já aproximadamente regular o seu traçado [...] (SANTOS, 2001, p. 48).



Observe essa imagem.

Figura 4 – Representação da presença dos holandeses em Salvador em 162. Fonte: Atlas Van Stolk (apud REIS, 2001, p. 24).

O desenho é um recorte de uma imagem maior, que faz parte do Atlas Van Stolk, e representa a presença dos holandeses em Salvador, em 1624. Repare que, como a cidade de Natal, a cidade de Salvador possui Cidade Alta e Cidade Baixa.

A possibilidade de comparar as organizações das cidades brasileiras favorece a ampliação da compreensão das cidades que vivemos cotidianamente, ao mesmo tempo em que a ela associamos uma longa temporalidade e uma extensão dos espaços conhecidos.

## **Cidade e diversidade**

Na escolha do que priorizar nos estudos da cidade é preciso ponderar a respeito das escolhas de fatos, sujeitos, tempos, espaços a serem tematizados, em função das identidades que consolidam por meio da formação escolar. Nesse sentido, vale lembrar a frase clássica de Marc Ferro, que diz: “[...] a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Elas nos marcam para o resto da vida” (FERRO, 1983, p. 11).

Inicialmente, como já vimos, é preciso avaliar as versões oficiais propostas para os estudos das cidades, que legitimam determinadas memórias, reforçam estereótipos e modelam a identificação dos estudantes com grupos ou classes dominantes política, social ou economicamente. E é necessário cuidado com preconceitos contra diferentes grupos sociais, localidades e costumes. É importante, assim, diversificar as escolhas do que estudar e refletir criticamente a respeito das opções dos temas de estudo.



Nessa perspectiva, são favoráveis situações didáticas envolvendo questionamentos e problematizações da realidade, possibilitando aos alunos indagarem a respeito das suas especificidades sociais, geográficas, ambientais e históricas, sem deixar de avaliar a importância de estabelecer parâmetros para reflexões sobre suas relações com outras localidades, com a região, com o país e com outros tempos. É preciso lembrar, por exemplo, de considerar que a vida na cidade é heterogênea, formada por diferentes grupos sociais que atuam como sujeitos históricos construtores da realidade, como o é caso dos trabalhadores em geral e também das mulheres, que nos estudos mais oficiais quase não são citados.

Observe essa foto do Rio Acaraú, com a cidade de Sobral/CE ao fundo.



Figura 5 – Rio Acaraú, com a cidade de Sobral/CE ao fundo.  
Fonte: Foto de Antonia Terra (1999).

Nas suas margens, vemos as lavadeiras, que ainda compõem as paisagens de alguns rios brasileiros, mas que eram muito mais frequentes antigamente, como na foto a seguir, de Militão de Azevedo, do Rio Tamanduateí, na cidade de São Paulo, em 1862.



Figura 6 – Foto de Militão de Azevedo do Rio Tamanduateí, na cidade de São Paulo, em 1862.

Fonte: Toledo (1980, p. 38).

A vida comum e personagens comuns como as lavadeiras, marceneiros, barbeiros, carregadores, aguadeiros, vendedores de comida, donas de casa são sujeitos que vivem e sentem a cidade, fazem parte de seu cotidiano, constroem suas possibilidades e interferem em sua paisagem.

Henri Lefebvre, um estudioso das cidades, reforça a ideia de que elas não se constituem unicamente de construções e nem se reduzem às atividades econômicas. Elas são sentidas e amadas.

[...] Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas. Assim era a cidade que a idade média ocidental criou. Animada, dominada por mercadores e banqueiros, essa cidade que foi a obra deles. Pode o historiador concebê-la como um simples objeto de tráfico, uma simples ocasião de lucro? Absolutamente, de modo algum. Esses mercadores e banqueiros agiam a fim de promover e generalizar a troca, a fim de estender o domínio do valor de troca; e, no entanto, a cidade foi para eles bem mais um valor de uso do que valor de troca. Amavam sua cidade tal como uma obra de arte, ornamentada com todas as obras de arte, eles a amavam, esses mercadores das cidades italianas, flamengas, inglesas e francesas (LEFEBVRE, 1991, p. 47).

O cotidiano de uma cidade é o que a caracteriza. O modo de ocupação dos espaços, os movimentos e sons regulares e irregulares, as pausas, as sombras e as luzes, os obstáculos, as mudanças de fluxos em

horários determinados, a convivência ou distanciamento de grupos sociais traçam sua dinâmica e seu perfil. Quem bem observou essa pulsação urbana foi o escritor Edgar Allan Poe, em um conto chamado “O homem da multidão”:

Esta rua é uma das principais vias públicas da cidade, e estivera bastante cheia de gente, durante o dia inteiro. Mas, ao escurecer, a multidão, de momento a momento aumentava, e ao tempo em que as luzes foram acesas, duas densas e contínuas marés de povo passavam apressadas, diante da porta. Nunca me encontrara antes em semelhante situação, naquele momento particular da noite, e aquele tumultuoso mar de cabeças humanas enchia-me, por conseguinte, duma emoção deliciosamente nova (POE, 1944, p. 134-135).

É possível estudar as cidades através das memórias de seus moradores, ou através dos olhares de seus visitantes. Há história em suas construções, na organização e distribuição de seus espaços, em seus parques, florestas, locais de convivência social, de lazer, de trabalho etc. Residências, oficinas, rios e córregos, bicas e chafarizes, praças e parques, escolas, cortiços, clubes de futebol, chácaras, igrejas, ruas, mercados, feiras, fábricas também são locais que podem revelar importantes elementos da vida na localidade. Quem pode duvidar de que parte da História do Rio de Janeiro pode ser contada através do sobe e desce das mulheres que iam buscar água nas bicas, e depois subiam com latas d’água na cabeça? Ou por meio das músicas, pinturas, fotografias e filmes que foram produzidos ao longo do tempo?

Contudo, é preciso observar que esses temas não bastam em enfoques isolados. Eles demandam inclusão em problemáticas mais amplas da vida urbana. O saneamento básico e o abastecimento de água, por exemplo, têm sido serviços implicados em direitos intrínsecos à garantia da higiene e saúde. Assim, a diversidade de serviços oferecidos pela cidade no tempo presente, envolvendo diferentes localidades e bairros, pode possibilitar estudos dos compromissos políticos do Estado com determinados grupos sociais e o descompromisso com a saúde de outros. Os espaços da cidade podem ser estudados nessa perspectiva da distribuição dos serviços, avaliando-se o peso político dos compromissos públicos. Ao mesmo tempo, a problemática pode ser dirigida ao estudo do passado, na identificação da diversidade de sistemas de abastecimento de água e escoamento de dejetos em outros tempos, como no caso do uso de bicas, chafarizes, poços, açudes, igarapés, rios etc. E pode, ainda, conduzir questionamentos para processos de mudanças, lutas sociais e políticas de grupos e classes não beneficiados, e suas conquistas e perdas no processo.

O historiador Ernani da Silva Bruno conta, por exemplo, que na cidade de São Paulo, no final do século XIX, ocorreram seguidos protestos da população diante da destruição dos chafarizes, quando a Companhia Cantareira, que começou a fornecer água encanada para as casas, mandou destruí-los. No texto citado, o autor expressa ainda sua indignação pela não preservação dos chafarizes como um sintoma da falta de valorização da memória do passado da cidade.

Da decadência dos chafarizes paulistanos foi bem representativo o episódio ocorrido em 1893. Para forçar os moradores de certos bairros a terem água em suas casas, a Cantareira

mandou então demolir, além dos chafarizes que entregara ao público onze anos antes, aqueles que havia no largo do Carmo e no do Rosário. Quando derrubavam este último, moradores do lugar e outros populares se opuseram com violência, resistindo até que a força policial entrasse em ação. Nesse mesmo ano, como se avolumassem as manifestações de desagrado da população ao serviço de águas da Cantareira, o governo do Estado chamou a si o encargo, criando-se então a Repartição de Águas e Esgotos. Nesse tempo havia apenas duas adutoras, Ipiranga e Cantareira [...]. Acabando-se os chafarizes de São Paulo foi pena que não se conservasse em museu [...] pelo menos o do Largo da Misericórdia. Em 1886 ele fora transferido dali para o largo de Santa Cecília, onde permaneceu até os primeiros anos do século atual. Desmantelado, mandaram suas peças para o Almojarifado Municipal, com pobres coisas que não representassem nada de intimamente ligado a uma grande porção do passado da cidade [...] (BRUNO, 1953, p. 1126-1127).

## Atividades

O estudo da cidade onde os alunos moram pode ter início através de materiais que estimulem o envolvimento deles com o objeto de estudo. Podem ser utilizadas, por exemplo, imagens, cartazes, propagandas de televisão etc. que, de algum modo, problematizem a cidade e sua paisagem. Nesse caso, é indicado um trabalho de questionamento para conduzir a leitura do material, com levantamento de conhecimentos prévios do que pensam, sabem e projetam para o local onde moram.

O uso de materiais com paisagens distintas das conhecidas e vividas pelos estudantes pode possibilitar, também, reflexões a respeito das características específicas do local onde convivem. Ou seja, pela diferença é possível indagar os elementos particulares de cada uma das realidades debatidas.

Outra alternativa é iniciar o trabalho solicitando aos alunos imagens dos lugares onde efetivamente moram, e, através delas, colher dados das especificidades das paisagens e realidades em estudo. Um passo seguinte pode ser a proposta para eles produzirem imagens (desenhos, fotos) ou textos (poemas, música...) que caracterizem sua localidade. Esses materiais contemplariam, assim, conhecimentos prévios a serem analisados.

Um outro passo pode ser trabalhar com as memórias e referências consolidadas no imaginário popular, que já foram construídas para a cidade. Geralmente, há poemas, músicas, lendas, locais de referência, histórias antigas relacionados a ela que podem ser analisados coletivamente. O que eles contam? O que transmitem? Que imagens e valores constroem?

Um exemplo é a música “Cidade maravilhosa”, que exalta as belezas naturais do Rio de Janeiro. Músicas como essa podem ser um ponto de partida para identificar imagens construídas para a cidade, que depois podem ser confrontadas com realidades nem sempre tão magníficas. Assim, a exaltação de uma memória ou de uma imagem pode ser objeto de reflexão, através de estudos das contradições e heterogeneidades das vivências reais e cotidianas. Posteriormente, a organização de uma listagem de imagens, que os alunos consideram importantes para expressarem o local onde moram, pode ser disparadora de atividade de criação de poemas pelos estudantes.

A proposta seguinte pode ser o aprofundamento de estudos a respeito da sociedade local, através de trabalhos com plantas e mapas, no sentido de contribuir para a caracterização geográfica da cidade e de sua localização na sua relação com outros espaços: o estado, a região, o país e o mundo. A identificação de pontos de referência e a configuração e organização geográfica (mar, rios, relevos, várzeas...) e social (bairros, estilos de moradias, grupos sociais, meios de transportes...), através de representações cartográficas de diferentes épocas, podem auxiliar no estudo também das suas transformações ao longo do tempo<sup>3</sup>.

É possível desenvolver atividades de pesquisa para levantamento histórico. Um primeiro passo pode ser apresentar aos estudantes alternativas de documentos para serem utilizados como fontes de informação: imagens, textos, mapas, objetos, construções etc. Nesse caso, é importante considerar, e até debater com os alunos, o fato de que os documentos históricos não ficam reduzidos a documentos oficiais (de instituições ou pessoas importantes) e nem unicamente ao material escrito.

O cuidado posterior pode ser a vivência de algumas situações de questionamento de documentos expressos em diferentes linguagens. Como colher informações de imagens, de textos, mapas ou de objetos para conhecer e contar uma história?

Atividades de pesquisa para fins didáticos podem ajudar nesse sentido. Uma tabela com uma lista de documentos pode orientar os alunos na organização de dados. A pesquisa pode ser dirigida para

---

3 Por exemplo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal disponibiliza em seu site diferentes materiais cartográficos referentes à cidade. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/>>.



coleta de informações referentes a diferentes temas relativos à história de toda a cidade, ou a alguns locais específicos. E uma lista, organizando os documentos, pode auxiliar os estudantes nas suas alternativas de fontes.

Observe essa tabela. O que você acrescentaria ou excluiria dela?

<b>Documento encontrado</b>	<b>Data</b>	<b>Tema a que se refere</b>	<b>Lugares a que se refere</b>	<b>Onde foi obtido</b>
Fotos				
Desenhos/Pinturas				
Músicas				
Mapas e plantas				
Documentos escritos oficiais (leis, ofícios...)				
Documentos escritos não oficiais (literaturas, cartas, propagandas, memórias...)				
Depoimentos/memórias				
Censo populacional (quantidade de moradores/ano/localidade)				

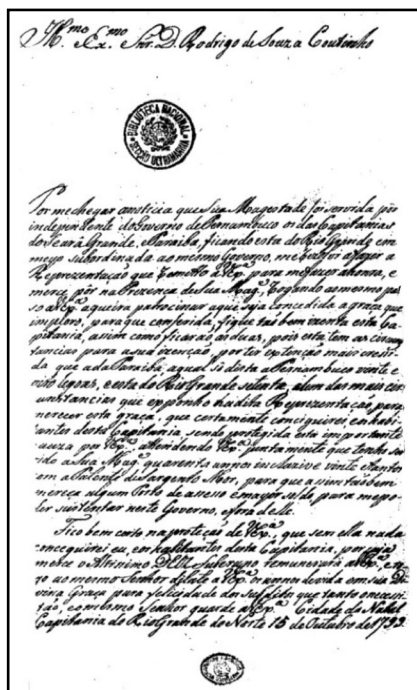
A pesquisa coletiva pode ser orientada para a organização também de um acervo documental na escola, com cuidados de catalogação. Não é necessário que os materiais sejam originais. Podem ser cópias de acervos pertencentes às famílias ou instituições. Esse acervo pode ser complementado ano a ano, compondo um material pedagógico para planejamentos cotidianos e futuros.

Cópias de documentos podem ser obtidas também em museus, arquivos, cúrias, prefeituras, igrejas, fábricas, estações de trem, lojas, cinemas, hospitais, fazendas etc. É possível ainda consultar revistas e jornais antigos (fotos, artigos, propagandas, anúncios...), álbuns de família, livros didáticos, cadernos escolares, objetos feitos com materiais locais, depoimentos, cartazes etc. Muitos acervos, hoje em dia, estão digitalizados na internet, como é o caso de mapas e fotografias pertencentes à biblioteca digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Algumas informações atuais e históricas sobre as cidades, principalmente referentes ao número de habitantes, podem ser obtidas nos anuários do IBGE, disponíveis na internet. Lá podem ser encontrados gráficos, tabelas e textos, que podem ser colhidos para análise como documentos.

Um exercício em classe pode ser importante no sentido dos estudantes entenderem o procedimento de coleta de dados de documentos. Veja o exemplo.

Documento:



Sua Majestade Fidelíssima, que Deus a Guarde. Os oficiais da Câmara desta cidade do Natal, do Rio Grande do Norte, bem persuadidos das incomparáveis virtudes cristãs, morais e políticas que exortam a grande alma de Sua Majestade, a quem tributam o mais ardente amor, a mais extrema fidelidade vêm por este meio duplicar uma pronta providência, tal o que passamos a expor. Esta cidade cabeça da Capitania do Rio Grande [...] tem belos portos marítimos que franqueia entradas a embarcações de alto bordo. [...] Quanto a gêneros de exportação aqui se fabrica açúcar excelente, produz excelente algodão e o pau Brasil desta Capitania é o melhor e o cria com profusão, [...] que fome, que cruel fome, Soberana Senhora, não sofrerão os moradores de Pernambuco, se não fosse

*constantemente fornecido peixe que lhes vão das praias desta Capitania, da mesma forma, que extrema necessidade de carne não chegarão os mesmos moradores, se os sertões do Assu, Seridó, Espinharas e Trairi, pertencentes a esta Capitania, [...] que precisões não teriam aqueles senhores de engenhos, se os sertões desta mesma Capitania os não fornecessem cavalos para suas moagens e outros gêneros de que se enriquece esta Capitania. Tudo isto que faz opulenta esta dita Capitania lhe faz merecer a mesma graça que V. Majestade se dignou elementemente de conferir à Capitania de Paraíba do Norte e a do Ceará um governo independente da sujeição de Pernambuco. [...] Com moderação e o Maternal amor com que V. Majestade nos governa, nos der justiça para conseguirmos a graça agora implorada pela qual protestamos, com os mais solenes votos à face do universo e dos altares, um ardente amor, uma eterna felicidade a V. Majestade, cuja preciosa vida o Todo Poderoso a queira dilatar para nossa maior dita. Cidade do Natal em Comarca de 5 de outubro de 1799. (CAPITANIA... 1909, p. 153-159).*

## Ficha para coleta de dados

Título	Capitania do Rio Grande. Ofício Dirigido à Metrópole pelo Senado da Câmara de Natal.
Tipo de documento	Carta oficial
Data	15 de outubro de 1799
Autor	Senadores da Câmara de Natal
Onde foi encontrado	<p>Transcrição:  Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – citado no artigo: ARAÚJO, Marta Maria de; SILVA, Ana Verônica Oliveira. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o seu Acervo Documental da História Colonial do Rio Grande do Norte e Brasil. Disponível em: &lt;<a href="http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_082.html">http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_082.html</a>&gt;. Acesso em: 20 out. 2011.</p> <p>Original: Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino – Portugal – Disponível no site do Projeto Resgate – UNB - &lt;<a href="http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html">http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html</a>&gt;. Acesso em: 20 out. 2011.</p>
Contexto histórico	Os senadores solicitam ao rei de Portugal que a Capitania do Rio Grande do Norte mereça a mesma graça que foi conferida à Capitania de Paraíba do Norte e à do Ceará, ou seja, um governo independente da sujeição de Pernambuco.

<p>Outras Informações</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Brasil era colônia portuguesa e dependia das decisões do rei de Portugal.</li> <li>- No final do século XVIII, o Rio Grande do Norte era dependente politicamente da Capitania de Pernambuco, através da mediação do rei.</li> <li>- A capitania do Rio Grande do Norte possuía portos marítimos com capacidade para receber embarcações grandes.</li> <li>- A capitania exportava gêneros que produzia, como açúcar, algodão, pau-brasil, peixe e carne (fornecida pelos sertões do Assu, Seridó, Espinharas e Trairi).</li> </ul>
<p>Informações relacionadas à história da cidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pelo porto da cidade de Natal eram exportadas, no final do século XVIII, várias mercadorias, sendo que algumas delas chegavam à cidade trazidas do interior.</li> <li>- Na época, as decisões tomadas para a cidade tinham que ser aprovadas pelo rei de Portugal, através da mediação da Capitania de Pernambuco.</li> </ul>

No caso de um documento escrito, é possível encaminhar a discussão com os alunos a respeito do tipo de letra, da escrita, da forma de registro, da função do texto, da grafia antiga etc.

De modo geral, no trabalho a partir de documentos com os alunos é possível questionar: a época de produção e uso, a autoria, o contexto em que foram produzidos e utilizados, a sua finalidade, sua relação com as vivências sociais, econômicas, políticas e culturais, as histórias que podem contar sobre outros tempos etc.

O trabalho de coleta de dados de documentos pode ser ampliado para a pesquisa bibliográfica de livros, artigos e sites. E ainda pode ser complementada com estudos de campo. Visitas a bibliotecas, museus, arquivos, exposições e estudos do meio podem dar continuidade

ao trabalho de coleta de informações. Em campo, por exemplo, podem ser produzidas fotos, realizadas entrevistas e vídeos, organizadas plantas, feitos desenhos... nessa linha, antes de ir a campo, é possível organizar questões para serem observadas, por exemplo: o que permaneceu, o que mudou, quais os elementos do local que podem indicar a sua história, quais os moradores que preservam a memória do local, qual a memória valorizada pelos moradores...

É importante que o professor (sozinho ou junto com os alunos) organize um mapa do local a ser visitado, com pontos de referência que os alunos conheçam e para que possam se localizar. O mapa pode orientar como chegar ao local e ser estudado antes e durante a visita. Outros materiais podem conter, ainda, solicitações que eles completem com observações de campo.

Uma atividade que pode ser produzida em campo é a comparação entre paisagens de outros tempos e as atuais. Para isso, o professor pode preparar pranchas com fotos de outras épocas para serem confrontadas *in loco*. Em alguns casos, o questionamento a respeito do posicionamento do fotógrafo pode favorecer a produção de fotos no mesmo ângulo para estudos mais detalhados em sala de aula. Nesse caso, alunos e professores estão produzindo documentos (as fotos) para uso didático.

Observe, por exemplo, as duas fotos a seguir. A da esquerda foi produzida por Mário de Andrade, em 1928. Ele fotografou o Convento das Carmelitas, em Igarapu/PE. A foto da direita foi feita por um pesquisador que percorreu os mesmos caminhos feitos por Mário de Andrade e produziu a foto do mesmo ângulo. O que mudou? E o que permaneceu?

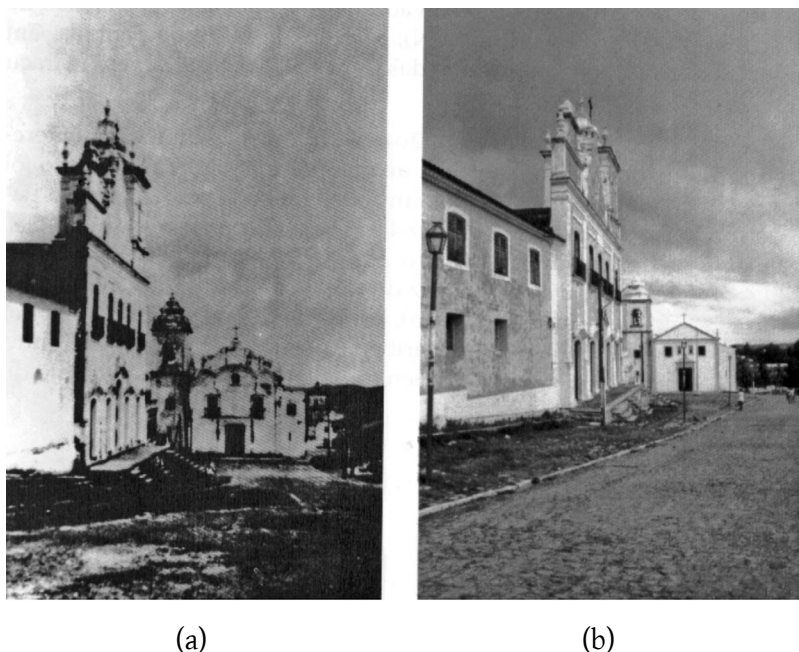


Figura 7 – (a) Foto produzida por Mário de Andrade. Na frente, o convento das Carmelitas. 2º plano, Matriz de S. Cosme e S. Damião. 3º plano, Convento de S. Francisco – (11/12/1928) – Igarapu (PE). (b) Foto produzida por um pesquisador no mesmo ângulo. Em 1º plano, à esquerda, o antigo convento das Carmelitas. Ao fundo, Igreja de S. Cosme e S. Damião – (13/01/1989) – Igarapu (PE).

Fonte: Carniel (1998, p. 181).

Em campo, é possível ainda desenvolver uma proposta que tenha como objetivo aguçar um olhar mais problematizador para o local visitado, avaliando e questionando a preservação ou melhorias estéticas, relacionadas ao bem-estar social, às condições urbanas e/ou ambientais, de higiene, de aproveitamento do local para outra finalidade etc.



Para isso, podem ser propostas questões que instiguem os estudantes no sentido de identificarem questões sociais, ambientais, políticas ou culturais e quais as relações que essas questões estabelecem com outros locais da cidade. Por exemplo, podem estar ocorrendo problemas relacionados à política de saneamento público da cidade, à falta de cuidados com o rio local, à falta de atenção com o patrimônio histórico ou à falta de preocupação com a saúde pública etc. Ou, se for o caso, as questões podem ser relacionadas às melhorias já realizadas ou conquistadas pela população.

É possível classificar, junto com os alunos, os espaços, distinguindo paisagens e atividades que modelam as diferenças entre cidade e campo ou vida urbana e vida rural. Apesar do esforço dessa distinção ser válido, é preciso não esquecer que em muitos locais há paisagens que mesclam elementos dessas categorias. Há sítios dentro de cidades pequenas e povoações, vilas, fábricas junto a plantações e pastos de animais. Mesmo em grandes cidades, apesar de predominar características urbanas, há também pequenos sítios e elementos rurais.

As observações de campo podem desencadear outras pesquisas, através da consulta de outras fontes, como artigos de jornais, entrevistas, fotos, textos de memorialistas, geógrafos e historiadores etc. O conjunto de informações pode envolver os alunos em debates, através dos quais podem se posicionar e encontrar causas e possíveis propostas para intervenções. Essas questões contemporâneas podem ainda desencadear pesquisas para serem estudadas em uma perspectiva histórica, confrontando com outras épocas para que se possa avaliar o que mudou e como, e o que tem permanecido.

Como muitos dos problemas urbanos dependem do poder público, é possível propor pesquisas e ações, identificar e entrar em contato (através de cartas e solicitações) com instituições responsáveis. O importante é que os alunos, de certo modo, se posicionem em relação aos problemas urbanos, e também identifiquem poderes públicos e privados que devem enfrentar e solucionar os problemas.

## Referências

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e método.** São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - **História** - 5a a 8a séries. Brasília: SEF/MEC, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella M.. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Imagens da cidade: séculos XIX e XX.** São Paulo: Marco Zero; ANPUH; FAPESP, 1994.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo.** São Paulo: Editora José Olympio, 1953.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo:** Editora 34; EDUSP, 2000.

CAPITANIA DO RIO GRANDE. **Ofício dirigido à Metrópole pelo Senado da Câmara de Natal em 15 de outubro de 1799.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, v. 7, n. 1/2, p. 153-159, 1909.

CARNICEL, Armarildo. **O olhar etnográfico de Mário de Andrade**. In: SAMAIN, Etienne. O fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Natal, 11 de junho de 1981**. In: Grande Ponto - Antologia do Laboratório de Criatividade/UFRN. 1981. Disponível em: <<http://canto.es.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

CORTÁZAR, Júlio. **Histórias de Cronópios e de Famas**. Buenos Aires: Alfaguara, 2000.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar periférico**. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1993.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

FRANÇA, Melina. **Ribeira, a noiva arredia do Potengi**. No Minuto, 20 maio 2010. Disponível em: <<http://www.nominuto.com/vida/cultura/ribeira-a-noiva-arredia-do-potengi/53219/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Retratos de família: imagens paradigmáticas no passado e no presente.** In: SAMAIN, Etienne. O fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998.

MANIQUE, António Pedro; PROENÇA, Maria Cândida. **Didáctica da História: Património e História Local.** Lisboa: Texto Editora, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha.** São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

NATAL (Cidade). Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Circuito Histórico, Turístico e Cultural de Natal em Coordenadas.** Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2008. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/ctd-102.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

POE, Edgar Allan. **Poesia e Prosa. Obras Completas.** Porto Alegre: Livraria Globo, 1944.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Villas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial, 2001.

SAMAIN, Etienne. **O fotográfico.** São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SILVA, Marcos. **República em Migalhas: História Regional e Local.** São Paulo: Marco Zero, ANPUH, 1990.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Perspectivas metodológicas: Região e História: Questão de Método.** In: SILVA, Marcos. República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, ANPUH, 1990.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. **Imagem e memória.** In: SAMAIN, Etienne. O fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998.

TERRA, Antonia. **História e documento: a fotografia.** Cadernos da TV Escola. Brasília: MEC - SED, n. 5, p. 16 – 21, 1998. PCN na Escola.

\_\_\_\_\_. **Produção didática na licenciatura de História.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais... João Pessoa: ANPUH Nacional, 2003,

\_\_\_\_\_. **História das cidades brasileiras.** São Paulo: Melhoramentos, 2012. (Coleção Como Eu Ensino).

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo três cidades em um século.** São Paulo: Cosac Naify, 1980.

ZABALA, Antoni (Org.). **A prática educativa: Como ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.



**Este livro foi projetado pela  
equipe editorial da Editora  
da Universidade Federal  
do Rio Grande do Norte.**

Apesar do surgimento de diferentes concepções de ensino nas últimas três décadas, o desafio de se trabalhar de forma inovadora os conteúdos da História exige um esforço permanente por parte dos professores. Historicamente tem sido reservado às universidades o papel de produtoras do saber, cabendo às escolas básicas apenas a transposição didática dos conteúdos. Essa “divisão intelectual do trabalho” tem reforçado, no campo da História, concepções que levam ao estabelecimento de hierarquias das diferentes formas de representações do espaço (espaços nacional, regional e local). Nesse sentido, o livro em questão é resultado da experiência de professores que se propuseram a identificar o lugar que a História Local tem ocupado na educação escolar brasileira e, principalmente, a apontar novas possibilidades do ensino da História que contemplem as temáticas locais.



Ministério  
da Educação



DEHIS  
CCHLA

DEHIS  
CERES

COMFOR/UFRN  
Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e  
Continuada de Profissionais do Magistério  
da Educação Básica

ABEU  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias